

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES – CCHLA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA – PROLING
ÁREA: LINGUÍSTICA E PRÁTICAS SOCIAIS
LINHA DE PESQUISA: DISCURSO E SOCIEDADE

MARIA ELIZA FREITAS DO NASCIMENTO

A PEDAGOGIA DO SORRISO NA ORDEM DO DISCURSO DA INCLUSÃO DA
REVISTA *SENTIDOS*: PODER E SUBJETIVAÇÃO NA GENEALOGIA DO CORPO
COM DEFICIÊNCIA

JOÃO PESSOA – PB
2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES – CCHLA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA – PROLING
ÁREA: LINGUÍSTICA E PRÁTICAS SOCIAIS
LINHA DE PESQUISA: DISCURSO E SOCIEDADE

MARIA ELIZA FREITAS DO NASCIMENTO

A PEDAGOGIA DO SORRISO NA ORDEM DO DISCURSO DA INCLUSÃO DA
REVISTA *SENTIDOS*: PODER E SUBJETIVAÇÃO NA GENEALOGIA DO CORPO COM
DEFICIÊNCIA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Doutora em Linguística, sob a orientação da profa. Dra. Maria Regina Baracuhy Leite.

Área: Linguística e Práticas Sociais
Linha de Pesquisa: Discurso e Sociedade

JOÃO PESSOA
2013

N244p Nascimento, Maria Eliza Freitas do.
A pedagogia do sorriso na ordem do discurso da
inclusão da Revista Sentidos: poder e subjetivação na
genealogia do corpo com deficiência / Maria Eliza Freitas
do Nascimento.-- João Pessoa, 2013.
288f. : il.
Orientadora: Maria Regina Baracuhy Leite
Tese (Doutorado) – UFPB/CCHLA
1. Linguística. 2. Poder. 3. Discurso. 3. Sujeito com
deficiência. 4. Inclusão.

UFPB/BC

CDU: 801(043)

MARIA ELIZA FREITAS DO NASCIMENTO

**A PEDAGOGIA DO SORRISO NA ORDEM DO DISCURSO DA INCLUSÃO DA
REVISTA *SENTIDOS*: PODER E SUBJETIVAÇÃO NA GENEALOGIA DO CORPO COM
DEFICIÊNCIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Linguística da Universidade
Federal da Paraíba, como requisito para
obtenção do título de Doutora em Linguística.

Data da Aprovação 06/09/2013.

Orientadora Profa. Dra. Maria Regina Baracuhy Leite
Universidade Federal da Paraíba – UFPB/PROLING

Prof. Dr. Nilton Milanez
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB/ PPGLin

Prof. Dr. Francisco Paulo da Silva
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN/ PPGL

Prof. Dr. Eduardo Sérgio Soares Sousa
Universidade Federal da Paraíba – UFPB/ PPGS

Prof. Dr. Pedro Farias Francelino
Universidade Federal da Paraíba – UFPB/ PROLING

Mais uma vez a DEDICATÓRIA será para as pessoas mais importantes da minha vida...

À minha mãe, Maria das Graças, pela vida que poderia ter sido tão diferente!

Ao meu pai, Sebastião Alves, esforço heroico, exemplo único na vida que foi e sempre será!

Aos meus irmãos, Nádia e Ricardo, confiança, amizade e certeza de um amor incondicional, pelas trilhas da vida que foram iguais!

À Gizelda e minha irmã mais nova, Raiane, chegaram bem depois, mas com elas a vida ficou mais completa.

A família cresceu e outros amores surgiram para os quais também dedico:

Ao Emanuel e ao Eduardo, sobrinhos queridos, amor sublime, fonte de momentos descontraídos.

Ao Genário, presente que a vida me deu! Amor maior! Sentimento ímpar nos dias mais iluminados da minha vida. Escolha, desejo, companheirismo e certeza de que tudo vale a pena!

AGRADECIMENTOS

Ao concluir este trabalho, toda a história de vida emerge como lembrança dos momentos que me fez chegar até aqui. Foi uma jornada que não se resume aos quatro anos do curso, mas a acontecimentos que os precederam e promoveram a minha inclusão no universo acadêmico-científico. Nesta trajetória, os agradecimentos são para aqueles que contribuíram para tornar real esta conquista tão especial. Sei que nesta página não contemplarei todos, mas citarei os que estão vivamente na minha memória e no meu coração. Eu Agradeço:

À Deus, pela vida que me deu, pelas graças e força para continuar sempre...

À Minha família, pai, irmãos e outros que sempre me incentivaram. Pela felicidade que sentiram em cada conquista minha, e a certeza de que sempre posso contar com eles.

Ao Genário, companheiro de todos os momentos, principalmente os mais difíceis (no meio desse caminho apareceu uma pedra grande, uma doença que tentou me derrubar, mas com a graça de Deus, seu apoio, da minha família e amigos tudo ficou bem). Agradeço por está sempre presente, com amor, dedicação e cumplicidade, alcançando a plenitude de amar e ser amada.

À Dona Noeme e sua família, por me incluir em suas preces. Todos sempre me receberam com muito carinho.

À Minha orientadora, Regina Baracuh, pelos momentos de interação e sugestões para o trabalho. Também pela amizade e os momentos dedicados ao grupo CIDADI.

Aos professores da banca, pela leitura atenta e contribuições significativas.

Aos colegas do CIDADI, pela amizade e aprendizagem durante as discussões do grupo.

Aos amigos Tânia e Jô, que sempre me ajudaram em diferentes momentos do curso.

À amiga e irmã Carla Falcão, por uma amizade intensa, apoio e acolhida sempre. Você tem um lugar de destaque. Também por me aproximar de Girlene, uma nova grande amiga.

À amiga Cida. O concurso da UERN nos aproximou, mas a amizade é o que nos mantém unidas, com a certeza de um sentimento mútuo.

Ao eterno chalé verde, a força da amizade me fez prosseguir e ver novos rumos em *PdF city*: Carla, Verônica, Edmar, Michele e, principalmente, o visitante agregado: Genário.

Ao amigo, Adélio Andrade (*in memoriam*). Como um pai acolheu-me na sua casa, em João Pessoa, durante o ano de cursar as disciplinas e em todos os outros momentos que precisei. As muitas conversas, a mesa farta, uma casa com as portas sempre abertas. Família Andrade: Vera, Adélio, Matheus, Tiago, Diana, Rachel - amizade, gratidão, respeito e atenção.

Ao professor Francisco Paulo, pela conversa que resultou na escolha do tema da pesquisa.

À UERN, pela liberação para conclusão do curso e pela bolsa de pesquisadora.

E tantas outras pessoas aqui silenciadas, o meu muito obrigada!



sentidos

Isete Côrrea,
secretária e dançarina

A vitória dos
AMPUTADOS
Um show de alegria
e autoestima

*Qualquer indivíduo é ao mesmo tempo
indivíduo e humano: difere de todos os
outros e parece-se com todos os outros.*

Fernando Pessoa



RESUMO

Esta Tese objetiva analisar o discurso da inclusão social do sujeito com deficiência que circula na revista *Sentidos*. Como respaldo teórico, usamos a Análise do Discurso, na articulação entre as contribuições de Michel Pêcheux (1997c, 2006, 2007) e Michel Foucault (2006b, 2007a, 2010a, 2010b, 2010d). Atribuímos destaque para o corpo como produção discursiva que entra na ordem dos acontecimentos e possibilita construir vontades de verdade em diferentes enunciados, afetado por relações de poder/saber. Entendemos que as práticas discursivas oportunizam discutir a emergência de objetos em constante transformação, relacionados à produção dos efeitos de sentidos na rede histórica dos discursos. Nesse foco, o discurso da inclusão entra na ordem das dizibilidades, através da proliferação de diferentes materialidades que circulam socialmente, conferindo ao corpo com deficiência um espaço nas discursividades do cotidiano. Para fomentar a emergência desse discurso, realizamos pesquisa bibliográfica que culminou no percurso genealógico, enfatizando as relações de poder e a história do corpo com deficiência. Desse modo, adentramos na análise da materialidade linguístico-imagética, a qual apresenta a construção dos sentidos ligados às técnicas disciplinares e aos efeitos do biopoder, que enfatizam o poder sobre a vida, promovendo movências sobre o ser deficiente. Por meio do trajeto temático: mercado de trabalho e educação, as análises possibilitaram perceber a construção dos modos de subjetivação, ligado a ideia de corpo feliz e produtivo, promovendo, assim, uma pedagogia do sorriso que edifica o sujeito com deficiência. Desse modo, o discurso da inclusão social é visto como uma possibilidade de marcação da diferença sendo governada por diferentes instâncias de poder. As técnicas disciplinares e os procedimentos de biopoder agem na legitimação do discurso por meio de insistentes estratégias de governamentalidade que ajudam a entender quem é o sujeito com deficiência construído nos enunciados da revista *Sentidos*. Além disso, há o efeito manual que perpassa os enunciados, promovendo a receita da felicidade, dando instrução de como viver melhor e mais feliz.

Palavras-chave: Poder; Discurso; Sujeito com deficiência; Inclusão

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the discourse of social inclusion of the person with disability that goes around the *Sentidos* magazine. As theoretical basis, we use the Discourse Analysis Theory at the articulation of the contribution from Michel Pêcheux (1997c, 2006, 2007) and Michel Foucault (2006b, 2007a, 2010a, 2010b, 2010d). We emphasized the body as discursive production that goes in the event order and allows the construction of willingness of truth in different statements, which are affected by knowledge/power relations. We understand that discursive practices permit to discuss the emergence of objects that are in constant transformation, and concerned to the production of meaning effects at the discourse historic network. According to that, the inclusion discourse comes in the order of sayings, over the spread of different materialness that circulate in the social context, conferring to the body with disability a place at the everyday discursive practices. To instigate the emergence of that discourse, we realized a research emphasizing the power relations and the history of the body with disability. Therefore, we do the analysis of the linguistic-imagetic materialness, which presents the construction of meanings linked to disciplinary techniques and to the biopower effects, that take in evidence the power upon life, promoting displacement of the disabled person. Through the thematic line of labour market and education, the analyses permit to recognize the construction of ways of subjectivity, connected to the idea of happy and productive body, promoting, then, a pedagogy of smile that builds the subject with deficiency. Thereby, the discourse of social inclusion is considered as a possibility of marking the difference that has being governed by different instances of power. The disciplinary techniques and the biopower procedures work to the discourse legitimation through insistent strategies of governmentality that help to understand who is the subject with deficiency constructed at the statements from the *Sentidos* magazine. Furthermore, there is a handbook effect that goes through the statement, promoting a recipe of happiness about the subjectivity ways which teach how to live better and happier.

Key words: Power; Discourse; Subject with deficiency; Inclusion

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Corpus de Análise (Edições da Revista <i>Sentidos</i>)	28
Figura 2: Os dez mandamentos da inclusão	51
Figura 3: Espetacularização da inclusão	55
Figura 4: A morte como espetáculo	80
Figura 5: Capa do Jornal <i>Le Progress Illustré</i>	87
Figura 6: Instituições Disciplinares	95
Figura 7: Instituição Panóptica	100
Figura 8: Propaganda do Ministério da Saúde – Ano 2000	121
Figura 9: Olho da matéria de capa Revista <i>Sentidos</i> – Edição Nº 68	125
Figura 10: Propaganda de Veículos – Revista <i>Sentidos</i>	129
Figura 11: Foto de lançamento do plano <i>Viver sem Limite</i>	133
Figura 12: Mulher de meio corpo	149
Figura 13: Monstros Medievais	155
Figura 14: Notícia do Jornal <i>Zero Hora</i>	158
Figura 15: Imagem <i>O Corcunda de Notre-dame</i>	162
Figura 16: Quadrinho: prática de exclusão na Idade Média	172
Figura 17: Cartaz da Campanha da Fraternidade 2006	174
Figura 18: Língua de Sinais por Pablo Bonet	176
Figura 19: Materialidades sobre o Ano Internacional das Pessoas Deficientes	190
Figura 20: Folhetim Nº. 210 – O Estado de São Paulo	191
Figura 21: Folhetim <i>Shopping News</i> – <i>City News</i>	192
Figura 22: Notícia <i>Jornal da Tarde</i>	196
Figura 23: Propaganda <i>Unimed</i> na Revista <i>Sentidos</i>	196

Figura 24: <i>Conquistando Espaço</i> : Enunciado 1.....	211
Figura 25: Capa Revista <i>Sentidos</i> Edição 63/2011.....	214
Figura 26: <i>Conquistando Espaço</i> : Enunciado 2.....	218
Figura 27: <i>Conquistando Espaço</i> : Enunciado 3.....	220
Figura 28: Capa da Revista <i>Sentidos</i> – Edição 55/2009	225
Figura 29: Imagem <i>Trabalho e cuidado de si</i>	232
Figura 30: Capa da Revista <i>Sentidos</i> – Edição 71/2012	235
Figura 31: Capas Revista <i>Sentidos</i> – Diferentes Edições	237
Figura 32: Imagens do vídeo: <i>Ser diferente é normal</i>	245
Figura 33: Capa da Revista <i>Sentidos</i> – Edição 62/2011	248
Figura 34: Capa da Revista <i>Sentidos</i> – Edição 59/2010	256
Figura 35: Matéria <i>Dicas de relacionamento</i> – Revista <i>Sentidos</i> Edição 59/2010	257
Figura 36: Matéria <i>Dicas de relacionamento</i> – Revista <i>Sentidos</i> Edição 62/2011	259
Figura 37: Matéria <i>Receitas contra o preconceito</i> – Revista <i>Sentidos</i> Edição 71/2012...	262
Figura 38: Quadrinho Cadeirante	274
Figura 39: Dificuldades de vagas na universidade	274

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
Objetivos da pesquisa	17
O corpo como produção discursiva: fonte inesgotável de enunciados	18
O corpo da pesquisa: em busca de ferramentas metodológicas.....	22
O corpo em revista: as materialidades de análise.....	25
 CAPÍTULO 1 – O DISCURSO NAS MALHAS DA HISTÓRIA: A CONSTRUÇÃO DE UMA TEORIA	 35
1.1 O acontecimento de uma teoria: A Análise do Discurso e suas movências.....	36
1.2 A construção das categorias de análise: as ferramentas em destaque.....	43
1.2.1 Língua, discurso e sentido: bases epistemológicas no campo teórico.....	44
1.2.2 O enunciado discursivo: nas trilhas da função enunciativa.....	47
1.2.3 Interdiscurso e memória discursiva: rastros de heterogeneidade na história	49
1.3 O corpo na mídia: o espetáculo da inclusão em revista	54
 CAPÍTULO 2 – RELAÇÕES DE PODER-SABER NA HISTÓRIA: TRAJETOS QUE SE MISTURAM NA PRODUÇÃO DE UMA TECNOLOGIA POLÍTICA DO CORPO	 62
2.1 A noção de poder e sua produtividade para a construção da história do corpo.....	63
2.1.1 Regimes de governo: formação e transformação das relações de poder.....	69
2.2 A emergência da soberania: rastros do poder soberano nas filigranas da história.....	73
2.2.1 O teatro da morte: o corpo supliciado no espetáculo público da soberania.....	77
2.3 Os pilares do poder disciplinar: O discurso humanista no foco das técnicas de punição do corpo.	85
2.3.1 Poder disciplinar: tecnologia política e fabricação de corpos dóceis.....	92
2.3.2 Estratégias disciplinares: os dispositivos de controle usados na docilização do corpo.....	98
2.4 Do corpo individual ao corpo coletivo: estratégia de biopolítica no controle da população.....	103
2.4.1 A Medicina Social como biopolítica: ensejo de regulamentação da vida.....	106
2.4.2 A biopolítica no rumo do discurso bélico: o racismo biológico como higiene social.....	111
2.4.3 Governamentalidade e gestão da população: novas perspectivas do poder sobre a vida.....	118
2.5 Estatística da vida: disciplina e biopoder no controle do corpo com deficiência	124
 CAPÍTULO 3 – ASSIM CAMINHA A HUMANIDADE: PEGADAS DO CORPO COM DEFICIÊNCIA NA HISTÓRIA	 142
3.1 Crime e demência: os relatórios de exame psiquiátrico na construção dos anormais.....	143
3.1.1 A construção histórica dos anormais: as três figuras infames.....	146
3.1.2 Caleidoscópio de imagens disformes: um olhar sobre o monstro humano.....	150
3.2 Do ser monstro ao ser diferente: o corpo com deficiência na trilha da História.....	161
3.2.1 As culturas primitivas: práticas de exclusão do corpo com deficiência na Antiguidade.....	164
3.2.2 Da era cristã ao século das luzes: as mutações no olhar sobre o corpo com deficiência.....	168
3.2.3 Os espaços heterotópicos: segregação e aprisionamento em busca do poder de normalização....	177

3.3 Práticas do século XX: as múltiplas faces da inclusão.....	182
3.3.1 As guerras mundiais: da eugenia e limpeza da raça ao movimento de integração.....	184
3.3.2 Ano Internacional das Pessoas Deficientes: o acontecimento discursivo no foco da inclusão.....	187
3.3.3 As palavras e as práticas: os efeitos de sentido sobre a deficiência.....	196
CAPÍTULO 4 – OS SENTIDOS NA REVISTA SENTIDOS: TÉCNICAS DISCIPLINARES, BIOPODER E MODOS DE SUBJETIVAÇÃO NO PALCO DA INCLUSÃO	204
4.1 A Lei de Cotas: estratégia de governamentalidade sobre o corpo	206
4.1.1 Corpo e consumo: a visibilidade do sujeito com deficiência na inclusão pelo trabalho.....	210
4.1.2 Corpo e felicidade: a outra face da inclusão no mercado de trabalho.....	225
4.2 Corpo e deficiência: nas trilhas da educação inclusiva.....	240
4.2.1 Corpo e superação: estratégias disciplinares e biopolítica no discurso da Educação Inclusiva	243
4.3 O efeito manual: a receita para a felicidade do sujeito com deficiência.....	255
4.3.1 Corpo e subjetivação: a resignificação do relatório de exame médico-legal.....	262
A PEDAGOGIA DO SORRISO: PARA EFEITO DE CONSIDERAÇÕES FINAIS	270
REFERÊNCIAS	278
ANEXOS	288

INTRODUÇÃO

É sempre possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem; mas não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma 'política' discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos.

Michel Foucault

Os estudos no campo da linguagem após a década de 1960, com a virada linguística, apresentam disciplinas que contemplam a exploração de categorias como contexto, sentido, sujeito e discurso. Dentre elas, a Análise do Discurso, doravante AD, surge como teoria interdisciplinar que busca discutir os efeitos de sentidos em diferentes discursos que circulam socialmente. É uma disciplina de interpretação e de proposta de leitura discursiva que envolve o sujeito com a linguagem, apoiada em questões de ordem histórica, social e política.

A Análise do Discurso aparece como a possibilidade de trabalhar as questões da linguagem com foco na produção discursiva. Ressalta a articulação da língua com a historicidade, revelando a não transparência da linguagem, a possibilidade de equívocos e derivas de sentido. O discurso está vinculado às condições de produção, visto que a exterioridade é constitutiva do sujeito e do sentido. É também marcado pelas relações de poder-saber que estão na base das lutas cotidianas.

É com esse olhar discursivo que realizamos o presente trabalho, propondo uma análise do discurso sobre a inclusão social do sujeito com deficiência que circula na mídia, em particular na revista *Sentidos*. A pesquisa está embasada nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso de linha francesa na interface dos trabalhos de Michel Pêcheux e Michel Foucault. As práticas discursivas, na sociedade contemporânea, possibilitam refletir sobre como os discursos constroem efeitos de sentidos plurais; bem como a emergência de objetos em constante transformação.

Dentre essas possibilidades, o corpo aparece como lugar de manifestação do discurso e do poder em diferentes esferas sociais. A história do corpo é marcada pelas movências nas relações de poder-saber, as quais convergem para se compreender os modos de subjetivação ligados à transição do poder que se desloca da morte para a vida. O percurso do poder soberano para o poder disciplinar até chegar aos efeitos do biopoder faz proliferar estratégias de gestão da vida das pessoas, a fim de torná-las mais produtivas, através de técnicas individualizantes ou da gestão da população.

Nesse cenário, o corpo com deficiência, historicamente marcado pela exclusão e segregação, não fica à parte desses efeitos do biopoder. Há uma proliferação de discursos que enfatizam as diferenças e a inclusão social da pessoa com deficiência. É sobre essa produção e circulação discursiva que desenvolvemos esta pesquisa. Construímos um panorama da genealogia desse corpo para compreender a irrupção do discurso da inclusão, que surge como uma tentativa de submeter o sujeito com deficiência aos efeitos do poder de normalização,

ligado às políticas públicas de inclusão que são estratégias de biopolítica sobre o corpo com deficiência.

As palavras são importantes instrumentos de luta política, por isso usamos, neste trabalho, a expressão “pessoa com deficiência” porque esse termo foi adotado e considerado o mais indicado desde a Convenção Internacional para Proteção e Promoção dos Direitos e Dignidade das Pessoas com Deficiência, aprovado pela Organização das Nações Unidas – ONU em 2003. Esse termo é a forma de tratamento mais adequada, por ter um efeito menos discriminatório, em relação a tantos outros já usados¹. Ele será utilizado quando nos referirmos à prática social ou na transcrição de citações do *corpus*. Para uniformizar, adotamos as categorias “sujeito com deficiência”, quando tratamos do discurso para mostrar a posição discursiva de sujeito em diferentes enunciados; e, “corpo com deficiência” para ressaltar como a deficiência é atestada no sujeito e determinar qual é o corpo que enfocamos.

Com a análise do discurso da inclusão social do sujeito com deficiência, propomos traçar o percurso histórico de construção e produção das diferenças sociais que se materializam nas práticas discursivas. Neste trajeto, não resgatamos os eventos do passado como reguladores e produtores de uma história da atualidade, mas como forma de proporcionar movências na sedimentação dos acontecimentos do presente.

Não pretendemos encontrar a origem ou o fato primeiro, nem encontrar explicações que aliviam a nossa interpretação dos eventos cotidianos, mas buscar na história os deslocamentos e indícios das relações de poder-saber que alicerçam, fortalecem e ajudam a erguer o edifício da história nada transitória do sujeito com deficiência. Visamos resgatar o passado como forma de explorar as práticas de exclusão das quais ele foi vítima, para compreender a emergência do discurso da inclusão social e suas implicações na construção dos modos de subjetivação desse sujeito na contemporaneidade.

Dessa forma, defendemos a tese de que o corpo com deficiência, considerado historicamente como um corpo anormal e monstruoso passa por deslocamentos movidos por pressão nas relações de poder-saber. Esse corpo entra na ordem do discurso e encontra um lugar na sociedade por meio das práticas de inclusão a que é submetido, as quais são alicerçadas nas técnicas disciplinares e nos mecanismos de biopolítica que favorecem a construção dos modos de subjetivação. Com isso, os sujeitos tornam-se produtivos, considerados diferentes, não mais deficientes, pois sofreram os efeitos do poder de normalização, pela inclusão no mercado de trabalho e na educação.

¹ Este assunto será mais explorado no capítulo 3, no tópico que discute as palavras usadas para nomear as pessoas com deficiência e sua produção de sentidos em diferentes épocas.

Esses discursos que circulam em diferentes materialidades produzem múltiplos efeitos de sentidos, nos quais os sujeitos com deficiência se (re)constroem, produzindo modos de subjetivação que promovem a ruptura com o ser monstro e anormal. A categoria do monstro é defendida por Foucault (2010d) como aquele que transgride as leis da sociedade e as leis da natureza. Ele ajuda a compor a genealogia das anomalias que funcionava no século XIX, unido a duas outras figuras, para constituir o conjunto dos indivíduos anormais. Sendo, portanto, necessário ser submetido ao poder de normalização para dar forma ao saber que emana da Psiquiatria como legitimadora da dicotomia entre o normal e o anormal².

A justificativa para este trabalho encontra respaldo na proliferação dos discursos sobre práticas inclusivas e de acessibilidades que aparecem na sociedade. Por força de diferentes acontecimentos, os grupos considerados minoritários, dentre eles o das pessoas com deficiência, entram na ordem dos discursos do cotidiano, para a promoção de vontades de verdade que ensejam a diferença no campo social. Dessa forma, os discursos sobre a diversidade e o politicamente correto entram em cena, produzindo sujeitos dóceis, geridos por micropoderes que os disciplinam e os controlam por meio de diversas técnicas.

O corpo com deficiência desloca-se, então, do foco de exclusão social, para um foco de preocupação do poder, tendo em vista que não basta segregá-lo ou aprisioná-lo em instituições fechadas, mas sim, transformá-lo em produtivo, pois ele pode também ser uma força de trabalho. São esses deslocamentos que nos impulsionam a realizar essa pesquisa, para mostrar a genealogia de um corpo marginal pela irrupção do discurso como ferramenta de poder e saber.

Nesse enfoque, a concepção de corpo não pode ser dissociada das percepções culturais que determinam o modo como as pessoas interagem, por meio de experiências subjetivas. Concordamos com Skliar (1999) ao propor que a deficiência migrou de um simples entendimento biológico e passou a ser discutida epistemologicamente, segundo a vontade de verdade da sociedade contemporânea. Para esse autor é necessário:

compreender o discurso da deficiência, para logo revelar que o objeto desse discurso não é a pessoa que está em uma cadeira de rodas ou que usa um aparelho auditivo ou o que não aprende segundo o ritmo e a forma como a norma espera, senão os processos sociais, históricos, econômicos e culturais que regulam e controlam a forma acerca de como são pensados e inventados os corpos e as mentes dos outros (SKLIAR, 1999, p.18).

² Essa discussão será aprofundada no capítulo 3, quando discutiremos a construção histórica do sujeito com deficiência.

Isso justifica também porque escolhemos o discurso sobre a inclusão social do sujeito com deficiência para realização desta pesquisa, tendo como motivação a necessidade de escavar o solo das discursividades contemporâneas que afloram de objetos que eram considerados marginais. Usamos as ferramentas metodológicas da Análise do Discurso para analisar a rede enunciativa que faz emergir o acontecimento da inclusão em busca da constituição dos modos de subjetivação e dos deslocamentos sobre a deficiência.

Dessa maneira, dentre a gama de discursos que circulam na sociedade sobre a inclusão, demos destaque para a produção midiática, por considerá-la como promotora dos discursos que circulam produzindo significativas vontades de verdade. Nessa grande esfera discursiva, sobressaem diferentes materialidades que compõem o arquivo das dizibilidades sobre o discurso da inclusão, das quais selecionamos como *corpus* de análise a revista *Sentidos*, cujo subtítulo já indica seu trajeto: *a inclusão da pessoa com deficiência*.

A relevância da pesquisa está na contribuição que pode ser oferecida aos estudos da linguagem pela retomada de temas pouco explorados dentro do escopo da Linguística, com o apoio de uma disciplina que propõe a relação da língua com a historicidade dos enunciados. Além disso, o próprio discurso da inclusão se apresenta como justificativa relevante, na medida em que a diversidade é o foco de sua luta e tal diversidade, na forma da diferença, deve compor o patamar de todas as esferas sociais. Incluir é trazer o outro para a norma socialmente aceita, então a inclusão deve acontecer também no âmbito acadêmico com a deficiência investigada discursivamente, com base nas relações de poder e saber. Diante de tais considerações, esboçaremos os objetivos desta pesquisa e as questões que a norteiam.

Objetivos da pesquisa

O objetivo geral desta pesquisa é analisar os efeitos de sentidos no discurso sobre a inclusão social do sujeito com deficiência, que estão materializados nos enunciados da revista *Sentidos*, enfatizando as técnicas disciplinares utilizadas para docilizar o corpo, os procedimentos de biopolítica, com ênfase na governamentalidade e os modos de subjetivação, que resultam do poder de normalização.

Como objetivos específicos buscamos: discutir as relações de poder-saber que perpassam a história, retomando a era dos suplícios, o poder disciplinar para chegar às estratégias de biopolítica; mostrar como o poder sobre a vida cria formas de normalizar o corpo com deficiência, seja por meio de técnicas disciplinares ou por medidas de gestão da

população; enfatizar os saberes que dão sustentação a emergência do discurso da inclusão social; discutir a noção de monstro atribuída ao sujeito com deficiência e os acontecimentos que alicerçam a transição do ser monstro para o ser diferente; buscar a irrupção do acontecimento discursivo da inclusão social do corpo com deficiência, retomando o percurso de constituição histórica, a partir das práticas de exclusão, do aprisionamento e ao movimento de integração até chegar à inclusão social; analisar os efeitos de sentidos para os termos atribuídos historicamente ao sujeito com deficiência; enfatizar os modos de subjetivação desses sujeitos que são construídas na revista por meio da inclusão social no mercado de trabalho e na educação inclusiva; verificar os procedimentos de controle discursivo da revista como instituição midiática por meio do efeito manual que a perpassa.

A consecução desses objetivos está em consonância com o problema que nos instiga a realizar esta pesquisa: o sujeito com deficiência entra na ordem do discurso que o desloca da exclusão para a inclusão social, por meio de dispositivos de poder, usados em sua normalização.

Desse modo, apresentamos as questões-problemas que urgem por respostas: como as relações de poder-saber oportunizam a transformação sobre o corpo com deficiência, considerado monstruoso e anormal para uma nova ordem do discurso que promove a inclusão desse corpo na sociedade? Que acontecimentos favoreceram a mudança na produção de saber que provocou o deslocamento da noção de monstro atribuída ao sujeito com deficiência para a noção de corpo feliz e produtivo, preparado para a vida em sociedade? Considerando que o poder disciplinar e o biopoder produzem um efeito de normalização sobre os sujeitos, quais as estratégias utilizadas para normalizar o sujeito com deficiência e incluí-lo na sociedade? Quais os efeitos de sentidos construídos no discurso da inclusão na revista *Sentidos*? Como são construídos os modos de subjetivação nesse discurso? Seguimos para a discussão sobre o corpo como produção discursiva, as ferramentas metodológicas e o *corpus* da pesquisa para completar esta introdução.

O corpo como produção discursiva: fonte inesgotável de enunciados

Na atualidade, o corpo ganha destaque pelo constante movimento discursivo que se opera sobre ele. O apelo de linguagens, seja verbal ou imagética, que está presente nas mais diferentes materialidades, oportuniza pensar as relações do sujeito com o seu corpo.

Percebem-se, assim, inúmeras formas de constituição e circulação de discursos, os quais enfatizam modos de controle e fabricação de corpos desejáveis na esfera social.

As estratégias de visibilidade vão sendo moldadas historicamente. Em cada época, criam-se modelos de gestão alicerçados em práticas de governo de si e do outro que compreendem o corpo como uma construção histórico-social-discursiva. Segundo Breton (2009, p. 26), “o corpo é socialmente construído, tanto nas suas ações sobre a cena coletiva quanto nas teorias que explicam seu funcionamento ou nas relações que mantém com o homem que encarna”.

Assim, ecoam matizes de saberes que tentam enquadrá-lo sob as mais diferentes designações, ressaltando que não há um único olhar sobre o corpo, mas que esse é moldado pelo jogo das verdades fabricadas em diferentes épocas. Com isso, os modos de definição do corpo, agregam-no sob o viés da Antropologia, Sociologia, Psicologia, Medicina, Psiquiatria, etc., inscrevendo-o entre comportamentos, culturas e doenças, numa visão física, dividindo-o entre alma e corpo, razão e emoção.

O que nos interessa é o distanciamento com essas concepções, pois pretendemos compreendê-lo na perspectiva linguístico-discursiva, como um enunciado sobre o qual se produzem diferentes efeitos de sentidos. Dialogamos com essas áreas na medida em que enfatizaremos os saberes que alicerçam o discurso, visando perceber, no jogo das discursividades, as instâncias de irrupção de enunciados na rede de relações que envolvem os discursos sobre o corpo na contemporaneidade. Dessa forma, fica evidente a necessidade de estabelecer os ditos que enredam os sujeitos na trama da história, fazendo surgir os efeitos das práticas discursivas na construção dos modos de subjetivação.

Compartilhamos a visão defendida por Milanez (2008) de que não são somente os aspectos anatômico, físico ou bioquímico; não é o corpo de carne e osso que está em evidência, mas a relação que se estabelece entre sua própria materialidade e sua maneira de estar no mundo corporal, fazendo emergir um sujeito cuja forma é marcada pela dispersão e pela pluralidade. Neste trabalho, o corpo é definido como enunciado discursivo que se insere como um nó em uma rede, imerso por condições históricas de produção e perpassado por relações de poder-saber.

É sobre esse corpo que se faz linguagem, que comporta sentidos e se apresenta como uma fonte inesgotável de enunciados inscritos na história, no cotidiano, na liquidez dos discursos que queremos nos debruçar. Importa compreender que em cada período as discursividades caminham por trilhas diferentes, sempre atreladas à produção do verdadeiro

da época, por isso, o corpo foi cenário de suplícios, de disciplina, de controle da população, em uma tentativa de governo que pretende atingir um poder de normalização.

Na trama da história, o poder incide sobre o corpo como um todo, mas há um caso específico, o do corpo com deficiência, que inquieta desde tempos remotos, o do corpo com deficiência sobre o qual se busca explicar, controlar, até incluir na sociedade. Consideramos esse corpo não como “uma falsa evidência, um dado inequívoco, mas o efeito de uma elaboração social e cultural”. (BRETON, 2009, p. 26), visto antes como a oposição ao normal; a regra que se desviou do seu curso natural, para depois entrar na ordem do discurso da diferença. É sobre ele que se estabelece a dicotomia entre o normal e o anormal. De acordo com Diniz (2007, p. 8):

A concepção de deficiência como uma variação do normal da espécie humana foi uma criação discursiva do século XVIII e, desde então ser deficiente é experimentar um corpo fora da norma. O corpo com deficiência só se delineia quando contrastado com uma representação do que seria o corpo sem deficiência.

Esse corpo está no rol dos infames da história e se apresenta também ligado à relações de poder-saber. Sendo assim, as discursividades sobre o corpo com deficiência ganha destaque em diferentes esferas de produção e circulação dos discursos. É o corpo com deficiência que será o enunciado discursivo, palco de nossas discussões.

As redes de relações que enredam o corpo podem ser observadas, de acordo com a proposta foucaultiana, sob três eixos que englobam: o da formação dos saberes, dos sistemas de poder que regulam suas práticas e das formas de subjetivação sobre as quais se dá a constituição do sujeito. Com isso, a relação do indivíduo com o corpo passa por esses processos que inclui um sistema de regras e coerções, fazendo compreender que:

Sobre o corpo se encontra o estigma dos acontecimentos passados do mesmo modo que dele nascem os desejos, os desfalecimentos e os erros; nele também eles se atam e de repente se exprimem, mas nele também eles se desatam, entram em luta, se apagam uns aos outros e continuam seu insuperável conflito. (FOUCAULT, 2007d, p. 23).

Dessa maneira, podemos dizer que o corpo com deficiência é também uma produção discursiva e histórica, afetada por relações de poder-saber. Ele é compreendido em uma ordem que distribui as visibilidades em produções de conhecimento, poder e práticas de si, por meio de um emaranhado de enunciados, sobre os quais o corpo é visto, segundo Milanez (2011, p. 198-199) sob três aspectos: “ele é o meio pelo qual se materializa o sujeito

que somos, serve sem cessar à produção dos sentidos e é um lugar de movências e modificações”.

É por isso que o corpo com deficiência entra nessa esfera discursiva com uma possibilidade de leitura que favorece a constituição do sujeito e do seu lugar no mundo. Ele é formado pelo emaranhado dos acontecimentos discursivos que auxiliam na fabricação das vontades de verdade que circulam em diferentes esferas do saber. Por isso, construir a genealogia desse corpo é transitar pelas movências na história que oportunizam vê-lo como enunciado que comporta o conjunto das dizibilidades e visibilidades, sob diferentes enfoques, como se pode notar nas palavras de Breton (2009, p. 29):

O corpo não é somente uma coleção de órgãos arranjados segundo leis da anatomia e da fisiologia. É em primeiro lugar, uma estrutura simbólica, superfície de projeção passível de unir as mais variadas formas culturais. Em outras palavras, o conhecimento biomédico, conhecimento oficial nas sociedades ocidentais, é uma representação do corpo entre outras, eficaz para as práticas que sustenta.

São as diferentes práticas que possibilitam entender o corpo com deficiência como uma construção discursiva, para o qual são dadas diversas razões de ser, construindo uma memória do olhar que o constitui nas malhas da história e do poder. Essa interface possibilita utilizar o método arqueogenealógico para dar conta da irrupção do discurso da inclusão social do sujeito com deficiência, enfatizando como o poder incide nos modos de subjetivação.

Para isso utilizamos a proposta metodológica baseada no método arqueogenealógico, possível pela ampliação da contribuição de Foucault para a Análise do Discurso, na realização de trabalhos no campo da AD brasileira, que mesclam aspectos da arqueologia do saber, da genealogia do poder e das técnicas de si, conforme se pode notar nas palavras de Sargentini (2008, p. 83) “torna-se um caminho pautar-se para além da Arqueologia do Saber, nos estudos foucaultianos que buscam analisar e categorizar as formas de poder e os processos de subjetivação”. Com isso, as propostas de trabalhos no campo da AD, vão ao encontro do objetivo traçado por Foucault em suas pesquisas: compreender quem somos nós hoje e constituir uma ontologia do presente, ou seja: “criar uma história dos diferentes modos, pelos quais em nossa cultura, os seres humanos tornam-se sujeitos”. (FOUCAULT, 2010e, p. 273).

No tocante a esta pesquisa, utilizamos essa possibilidade teórico-metodológica para tentar responder as indagações: quem é o sujeito com deficiência na contemporaneidade? Como seu corpo é perpassado por técnicas disciplinares e por estratégias de biopoder que

favorece a construção dos modos de subjetivação relacionados ao sentido de corpo feliz e produtivo? Essas respostas contemplam as análises da pesquisa, por enquanto, vamos definir a proposta metodológica de trabalho.

O corpo da pesquisa: em busca de ferramentas metodológicas

Atualmente muito se fala sobre a inclusão social de pessoas com deficiência. Vários âmbitos da sociedade se destinam a desenvolver propostas sobre como incluir esse corpo, seja na escola, no mercado de trabalho, no esporte, no lazer, dentre outros. São muitos os discursos produzidos que circulam com a difusão das propostas inclusivas.

Ao refletir sobre o discurso da inclusão social do corpo com deficiência deve-se partir da inquietação foucaultiana: “por que esse enunciado e não outro em seu lugar?” (FOUCAULT, 2007a); por que falar em inclusão, se já se deveria supor que todos os indivíduos têm os mesmos direitos? O sentido do enunciado inclusão pressupõe que houve momentos de exclusão, os quais marcaram a história da humanidade. O que se observa é a sociedade caminhando para sanar uma dívida com os excluídos e, por isso, elabora políticas públicas, consideradas como estratégias de governamentalidade que tentam amenizar tal questão, a partir de práticas sociais assistencialistas alicerçadas na defesa dos direitos humanos.

Destarte, não se pode afirmar que essas práticas inclusivas se deram sem pressões de diferentes acontecimentos. Por isso, na escavação do solo da inclusão, interessa-nos contar a história do presente, a partir dos deslocamentos sentidos em momentos diversos, que propiciaram colocar em discurso essa questão da inclusão social do sujeito com deficiência, cuja formação tem bases permeadas pelo recuo temporal que remota às práticas de exclusão. É somente pelas trilhas históricas que se consegue perceber a irrupção de discursos e os deslocamentos dos enunciados, sempre movidos por acontecimentos que focam o devir da história.

Dessa forma, a escavação desse discurso requer um método que permita realizar esse percurso histórico, compreendendo como uma determinada tecnologia política do corpo surgiu, tomou forma, teve destaque, a partir de quais regras de formação. Isso sempre ligado à irrupção de acontecimentos que marcam as rupturas nas redes de memória. Assim, é possível usar, nessa empreitada o método arqueogenealógico, tendo em vista que, através dele Foucault “construiu um modo de análise daquelas práticas culturais, em nossa cultura, que

têm sido instrumentais para a formação do indivíduo moderno tanto como objeto quanto como sujeito”. (Dreyfus; Rabinow, 2010, p. 160).

É isso que nos interessa: buscar as regras de possibilidade do discurso sobre a inclusão, mostrando como ele promove o indivíduo como objeto, quando ocorre a objetivação das práticas inclusivas, por meio da disciplinarização; como também no momento em que provoca modos de subjetivação do sujeito sobre ele mesmo. A proposta de uma arqueogenealogia da história do corpo com deficiência encontra respaldo no modelo de pesquisa desenvolvido por Foucault, pois de acordo com Dreyfus e Rabinow (2010, p. 160), “o filósofo concentra sua análise nas práticas culturais em que o poder e o saber se cruzam e em que a compreensão de indivíduo, de sociedade e de ciências humanas é fabricada”. Os autores continuam afirmando que:

A estratégia de sua pesquisa é a seguinte: estudar aquelas ciências duvidosas, inteiramente emaranhadas nas práticas culturais que, apesar de sua ortodoxia, não apresentam nenhum sinal de se tornarem ciências normais; **estudá-las com um método que revela que a própria verdade é um componente central do poder moderno.** Assim, tendo excluído outros métodos, Foucault emprega o único que restou: uma interpretação histórica pragmaticamente orientada. (grifo nosso).

Com isso, nos utilizamos dos postulados foucaultianos, na mescla dos dispositivos analíticos que compõem seus trabalhos, os quais são agrupados didaticamente em fases. Assim, podemos sugar de cada uma delas, ferramentas de investigação que atendam aos nossos objetivos, pensando na ótica das relações de poder por meio de uma reflexão histórica que combine diferentes categorias. Dessa forma, a constituição do método arqueogenealógico é resultado da proposta foucaultiana percebidas em cada fase de seu trabalho.

Na fase arqueológica, Foucault visa descrever em termos teóricos, as regras que dirigem as práticas discursivas. Nela, reencontra-se a ideia da *archè*, isto é, do começo, do princípio, da emergência dos objetos de conhecimento, e de arquivo – o registro desses objetos, porém, como o arquivo não é o traço morto do passado, a arqueologia visa, na verdade, o presente. (REVEL, 2005). Objetiva-se mostrar que os discursos não nascem prontos, eles são produzidos na dispersão da história, fazendo compreender que todo discurso está pautado sobre um já-dito, mas não como uma repetição de frases pronunciadas ou de textos já escrito. “É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos”. (FOUCAULT, 2007a, p. 28).

É nessa fase que o filósofo faz uma análise sobre a constituição dos saberes, os quais se sustentam em temas, objetos e conceitos que formam o arquivo de algumas *épistémê*.

Dentre elas Foucault estudou a Psicopatologia, a Economia Política, a Medicina e a Gramática, para relacioná-las ao conjunto dos enunciados que tenham sido produzidos, em sua dispersão de acontecimentos discursivos, constituindo os saberes sobre esses domínios.

A genealogia apresenta-se como a fase de diagnosticar e compreender o sentido das práticas sociais em seu interior. Com isso, há um predomínio da prática sobre a teoria que oportuniza a ênfase sobre o poder. Ela surge como uma oposição ao método histórico tradicional e tem como objetivo analisar a singularidade dos acontecimentos sem pretender encontrar essências fixas.

Nessa fase prioriza-se as discontinuidades. Entretanto, para construir a singularidade é oportuno buscar reminiscências do passado da humanidade, porém evitando a busca de profundidade, de origens e certezas absolutas. O que interessa são os detalhes, as trilhas, as redes de relações que favorecem a interpretação. Sobre isso Foucault (2007d, p. 26) argumenta:

Se interpretar é se apoderar por violência ou sub-repção, de um sistema de regras que não tem em si significação essencial, e lhe impor uma direção, fazê-lo entrar em um outro jogo e submetê-lo a novas regras, então o devir da humanidade é uma série de interpretações. E a genealogia deve ser a sua história como emergências de interpretações diferentes.

É por esse viés que julgamos pertinente o trabalho com o discurso da inclusão social do sujeito com deficiência. A sua irrupção pode ser notada nesse gesto interpretativo que capta da história sua possibilidade de emergência, observando as situações passadas, as coisas ditas, as relações de poder, as constituições dos saberes, enfim; os deslocamentos, os acontecimentos que contribuíram para se interpretar o corpo com deficiência na atualidade. Isso porque a genealogia trabalha a partir da diversidade e da dispersão, do acaso dos começos: ela não pretende voltar ao tempo para restabelecer a continuidade da história, mas procura, ao contrário, restituir os acontecimentos na sua singularidade. (REVEL, 2005).

O método que utilizamos, o arqueogenealógico, parte da interface entre as propostas de trabalho desenvolvidas por Foucault, acima caracterizadas, mas não como algo separado, fragmentado. Essas fases são condições de possibilidade dos estudos foucaultianos, não significa que tenham que ser usadas isoladamente ou uma depois da outra. A genealogia pode até preceder a arqueologia, conforme salienta Dreyfus e Rabinow (2010, p. 140) “o genealogista é aquele que diagnostica e se concentra nas relações de poder, saber e corpo na sociedade moderna. Ao enfatizar as mais extensas continuidades das práticas culturais que o genealogista isola, o arqueólogo ainda desempenha papel purificador”.

Dessa forma, este trabalho baseia-se no fulcro entre as fases arqueológica e genealógica, dialogando inclusive com a terceira fase nomeada estética de si, no momento em que precisa tratar de questões referentes à escrita de si do sujeito com deficiência. Entretanto, o que mais se salienta é o panorama sobre a história do corpo, com ênfase sobre a disciplinarização e os efeitos do biopoder.

Com isso, faremos uma análise do discurso sobre inclusão social do sujeito com deficiência na atualidade, sem esquecer sua historicidade, pois “colocar a questão da historicidade dos objetos de saber é, de fato, problematizar nosso próprio pertencimento, ao mesmo tempo, a um regime de discursividade dado e a uma configuração do poder”. (REVEL, 2005, p. 17). Essa ênfase histórica favorece um trajeto de leitura discursiva baseado na verticalidade, e na discussão das microlutas cotidianas. Também possibilita fazer a análise alicerçada na Análise do Discurso, que está na interface da língua com a história, trazendo a contribuição de Michel Pêcheux pela retomada das categorias memória e interdiscurso.

Nesse enfoque, uma análise sobre o discurso da inclusão social do sujeito com deficiência vai pela contramão de métodos estruturais que visem a uma observação sistêmica dos fatos. É preciso buscar as condições de possibilidade do acontecimento. Encontrar na história as pistas que constroem o objeto e o sujeito da inclusão, por isso o retorno ao passado desenhado no capítulo 3, que discute o sentido da deficiência em diferentes momentos.

Seguindo a perspectiva arqueogenealógica, acionamos saberes e poderes para ativar as vontades de verdade que marcam as dizibilidades sobre o objeto deficiência. É possível, então, trilhar os caminhos do discurso da inclusão e nele perceber a construção da história da deficiência a partir da relação com a verdade que relaciona o sujeito com o conhecimento, nas relações com o poder que incide sobre seu corpo e na relação ética que alimenta os modos de subjetivação.

Neste momento é preciso, no emaranhado da dispersão do discurso da inclusão, definir a materialidade que será analisada. A partir de então, estabelecer os objetos, as modalidades de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas que compõem a formação discursiva sobre a qual incidirá o olhar investigativo.

O corpo em revista: as materialidades de análise

Nosso trajeto metodológico necessita de uma reflexão sobre o *corpus* de análise. Defini-lo já pressupõe penetrar na arqueologia que compõe os discursos sobre a inclusão

social do sujeito com deficiência, pois tais discursos se configuram no emaranhado das esferas sociais em diferentes condições de produção e circulação.

Por ser uma pesquisa embasada na Análise do Discurso, visa à análise das materialidades num gesto que possibilita descrever e interpretar o enunciado para chegar ao arquivo que compõe o discurso da inclusão. Nesse aspecto, pretende-se uma leitura que mescle dispositivos da ordem da língua e da ordem da história em busca dos efeitos de sentidos. A proliferação dos discursos em diferentes suportes requer um trabalho aguçado de como acontece a produção, a seleção e o controle do que pode e deve ser dito nessas discursividades.

A história do cotidiano pode se mostrar na relação de um conjunto de regras e de normas que se apoiam em instituições religiosas, judiciárias, pedagógicas, midiáticas, médicas, etc. Com isso, corpos são despidos e condutas são formadas ao mostrar as mudanças nos hábitos e nos comportamentos, por meio dos quais os indivíduos revestem os sentidos e valores de seus deveres, prazeres, sentimentos, sensações e sonhos. (MILANEZ, 2004). Isso se aplica ao sujeito com deficiência, que se constrói e reconstrói nas malhas do discurso da inclusão social, o qual é produzido nas diferentes esferas discursivas midiáticas que são permeadas por relações de poder-saber.

Pensando no amplo leque de possibilidades de constituição dos discursos, escolhemos como materialidade de análise, um suporte textual que está imerso na gama de produção dos discursos midiáticos. Trata-se da revista *Sentidos*, destinada à inclusão da pessoa com deficiência. Essa revista é uma publicação bimestral da Editora Escala Ltda. Encontra-se no Ano XI com 71 edições até julho/agosto de 2012, quando concluímos a delimitação do *corpus*. Utilizamos a versão impressa que tem como subtítulo: *A inclusão da pessoa com deficiência*, fato que já define o seu lugar de fala e o público a que se destina.

Entretanto, a revista nem sempre pertenceu a *Editora Escala*. Ela surgiu como parte do *Projeto Sentidos*, desenvolvido pela *Áurea Editora*, para atender às mudanças e às evoluções sociais no campo da inclusão social. Essa editora, no ano 2000, cria o *website Sentidos* e, em 2001, lança a revista em versão impressa, desenvolvendo uma materialidade midiática que discute o assunto da inclusão por meio da promoção de uma nova imagem para o grupo das pessoas com deficiência. Com isso, faz aparecer no cenário midiático uma proposta de discussão sobre a inclusão, na perspectiva de ressaltar a deficiência ligada às discussões contemporâneas.

A nossa escolha pela revista *Sentidos*, justifica-se pelo tempo em que está em circulação e pela relevância que apresenta no segmento a que se destina. Essa relevância é notada através da sua proposta editorial, pautada no desenvolvimento de um “conteúdo que mostre a deficiência sobre um novo ponto de vista, apresentando matérias impactantes e de bom gosto, que valoriza a imagem das pessoas e o contexto em estão inseridas”³.

Essa proposta aponta para a norma como o elemento condutor da inclusão, tendo em vista que o discurso já aponta para possíveis efeitos de sentido ao apresentar matérias consideradas “impactantes” e de “bom gosto”. Contribui para enfatizar o poder disciplinar a que foi submetido os sujeitos com deficiência, e ressaltar os modos de subjetivação pela imagem que apresenta desses sujeitos. Dessa maneira, consideramos essa revista como uma materialidade que atende aos nossos objetivos, a partir da análise de seus enunciados, que possibilita uma leitura discursiva, englobando efeitos de memória e relações de poder-saber, a partir de deslocamentos na história do corpo com deficiência.

Além disso, outro elemento que nos influenciou na escolha do corpus foi o fato de que a revista vem crescendo significativamente a cada ano. Após passar para o domínio da Editora Escala, a partir da edição 47, no ano 2008, continuou com a mesma proposta editorial e intensificou seu papel midiático, com um aumento de 40% em números de assinantes e conquistando o prêmio⁴ *Ouro* na categoria de responsabilidade socioambiental no *Prêmio Anatec*.

Somando-se a isso, a revista *Sentidos* estabeleceu parcerias com empresas desde montadoras de automóveis, fábricas de cadeiras de rodas, tecnologias assistivas, construtoras, concessionárias, clínicas de reabilitação, entre outras, que se tornaram anunciantes de publicidade. Isso devido ao sucesso e ao alcance de público conquistado pela revista, que a fez se tornar nos anos 2011 e 2012 a mídia oficial de um dos mais importantes eventos de São Paulo, a *Reatech* e também a *Adventure Sports Fair* na *Bienal do Ibirapuera*.

Desse modo, ressalta-se o poder midiático que emana em cada página da revista, transformando-a em um veículo de grande produção e circulação do discurso sobre a inclusão social do sujeito com deficiência. Essas questões justificam a escolha da revista *Sentidos*, dentro de um leque de possibilidades de outras produções discursivas sobre o assunto, tornando-a um *corpus* produtivo para atender a proposta desta pesquisa.

³ Estas informações sobre a proposta editorial da revista foram coletadas através do site da Áurea Editora. Disponível em: www.aureaeditora.com.br/sentidos.asp. Acesso em: Novembro/2012.

⁴ Informações obtidas através de consulta via e-mail com o gerente comercial da Revista e Site *Sentidos*, da Editora Escala, Denilson G. Nalin.

Assim, selecionamos oito diferentes edições para a análise, apresentadas na figura abaixo:



A figura 1 destaca as revistas que compõe o *corpus* do nosso trabalho, em uma mescla de edições produzidas entre os anos de 2009 a 2012, sobre as quais iremos traçar uma leitura discursiva buscando compreender o discurso sobre a inclusão nesse suporte midiático.

As questões sobre a língua e a história irão preencher os espaços de memória em busca do sentido no discurso, oportunizando descrever e interpretar os enunciados que formam o nó em uma rede, no emaranhado e na dispersão do que é dito. Usamos uma materialidade verbo-visual, na qual destacaremos enunciados verbais, por meio das matérias selecionadas e enunciados imagéticos pelas capas, propagandas e outros que formam o campo enunciativo da revista.

A escolha desse suporte midiático também garante o ineditismo deste trabalho, pois não foi encontrada outra pesquisa que utilize a revista *Sentidos* como *corpus* de análise,

principalmente sendo analisada sob o enfoque da teoria que usamos e na articulação com a proposta foucaultiana. Partimos da reflexão: por que uma revista destinada à inclusão da pessoa com deficiência? Seguindo a inquietação de Foucault, por que essa revista e não outra em seu lugar? As respostas serão conseguidas pelas trilhas da história que compõem o arquivo das dizibilidades sobre o corpo com deficiência, discutidas no percurso do trabalho.

A dívida com os sujeitos donos desses corpos foi deflagrada, pressionada por vários acontecimentos que caracterizam a era da exclusão, do aprisionamento até chegar aos momentos iniciais da inclusão. Só se inclui porque se pressupõem algo fora, deslocado, sem espaço. Desse modo, a revista vem preencher essas lacunas, ao apresentar ações no tocante à inclusão social, segmentada em diferentes colunas e seções que abordam assuntos sobre a deficiência. Entretanto, o olhar que aplicaremos a ela, não a enxerga como fonte de um discurso único, autêntico e inerte. De acordo com Milanez (2006, p. 20):

a revista impressa como suporte não somente de texto, mas de uma língua vibrante e oscilante, seduz materiais outros, fazendo irromper o Discurso e a História do nosso cotidiano. [...] Ela faz da leitura um campo complexo de discursos, de vidas passadas e contos que ainda estão por vir, num entrecruzamento de tempo presente, passado e futuro.

Essa visão norteia nossa pesquisa e faz apresentar a revista *Sentidos* como lugar de produção discursiva que é constituída na interface da língua, da história e da memória, em um recorte de dizeres que faz evidenciar a inclusão como porta para silenciar toda a história da exclusão. A ordem do discurso da revista faz circular uma vontade de verdade que coloca o sujeito com deficiência no centro da discussão, promovendo seu disciplinamento e docilizando seu corpo por meio de práticas biopolíticas que resultam nos modos de subjetivação desse sujeito.

Esta materialidade midiática faz ressaltar um discurso que envolve a diferença e a superação como foco principal. Por isso, vamos nos debruçar sobre as práticas discursivas presentes nos enunciados da revista, com um olhar sobre a produção de sentidos relacionada às implicações do poder disciplinar e da governamentalidade sobre o corpo, visando estabelecer o alicerce que sustenta o discurso: poder, saber e verdade.

Para compreender a emergência do discurso que permeia a revista e a coloca no lugar das dizibilidades sobre a inclusão do sujeito com deficiência, necessário se faz perceber suas regras de formação. Aplicar sobre ela a evidência de que a análise do campo discursivo deve compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação, determinar as condições de sua existência, fixar seus limites, estabelecer correlações com outros

enunciados, mostrar que outras formas de enunciação exclui, que enunciados o precedem e o seguem. (FOUCAULT, 2007a). Seguindo essas pistas, é possível mergulhar na produção dos sentidos, dos saberes, dos poderes, das subjetivações e das verdades que emanam no discurso e constroem o sujeito com deficiência.

Compreendemos a revista como uma prática discursiva que se forma a partir de regras que possibilitam a relação em que podem aparecer, delimitar, analisar os enunciados que a compõem. A prática discursiva se caracteriza pelas relações que são exteriores ao discurso, impondo ou limitando certas formas ou enunciar certas coisas, ligadas a “um conjunto de regras que são imanentes a uma prática e a definem em sua especificidade” (FOUCAULT 2007a). Por isso a revista é uma prática discursiva que forma o objeto de que fala, no caso a inclusão do sujeito com deficiência.

Dessa maneira compreendemos o enunciado pela ótica foucaultiana que o define como a unidade fundamental do discurso, não podendo ser confundido com uma frase, proposição ou ato de linguagem. Ele mescla elementos linguísticos e materiais para irromper em função que se exerce verticalmente. O enunciado é, pois, uma função de existência que possibilita a irrupção de um conjunto de signos e sua atualização por meio de regras e formas singulares que caracterizam a função enunciativa.

Sendo, pois, a revista *Sentidos* uma produção discursiva recheada de enunciados, ela constitui a materialidade linguística e imagética que completa as condições de existência da função enunciativa e preenchem os espaços necessários para fomentar a discussão sobre a inclusão social do sujeito com deficiência. Assim, a materialidade é constitutiva do enunciado, ela não se define pelo espaço ocupado ou pela data, “mas por um *status* de coisa ou de objeto, jamais definitivo, mas modificável, relativo e sempre suscetível de ser novamente posto em questão”. (FOUCAULT 2007a, p. 116). Por isso, a deficiência é o objeto que a materialidade da revista põe em questão, fazendo circular enunciados dotados de efeitos de verdade, que colocam esse objeto em redes de relações, deslocamentos, rupturas e estratégias que fazem o enunciado circular, esquivar-se e reaparecer sob uma série de acontecimentos.

Como forma de delinear o caminho para a análise, desbravaremos a rede discursiva da revista *Sentidos*, seguindo o trajeto temático: trabalho e educação, buscando as estratégias discursivas que estão no campo da batalha do poder de normalização a que é submetido o sujeito com deficiência. A unidade nesse trajeto está marcada pela regularidade nas regras de formação. “É preciso buscar as condições a que estão submetidos os elementos

dessa repartição (objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas)”. (FOUCAULT, 2007a, p. 43).

Além disso, consideramos o trabalho e a educação como técnicas disciplinares que atuam na docilização do corpo com deficiência, de forma individual, porém perpassado por processos do biopoder que regulam esse corpo coletivamente, agenciado por saberes que sustentam as ações desenvolvidas. A inclusão da pessoa com deficiência acontece por meio das estratégias de biopolítica, pois a história de exclusão fez com que se criassem inúmeros preconceitos e tabus sobre a capacidade intelectual e motora dessas pessoas. A sociedade dos corpos ditos normais não consegue abrir espaço para o corpo diferente se não for por meio de dispositivos de governamentalidade que forcem, através do saber jurídico, a abertura de espaços no mercado de trabalho e na escola.

Com isso, o corpo com deficiência passa por processos de disciplinamento que o torna produtivo para a sociedade. A inclusão se efetiva ligada às políticas afirmativas, consideradas formas de gestão da população com deficiência, que pode acontecer por meio da educação inclusiva, na qual todos os sujeitos são colocados no mesmo espaço escolar e, através da lei de cotas que legitima o oferecimento de vagas para deficientes no mercado de trabalho. Tudo isso perpassado por uma biopolítica dos espaços citadinos, com as leis de acessibilidade.

Dessa maneira, os acontecimentos que regulamentam a Educação Inclusiva e a Lei de Cotas servem de ponte para se analisar essas estratégias de governamentalidade que promovem a inclusão social. A escolha desse trajeto temático justifica-se por se tratar de dois fatores que impulsionam a vida, desde a infância até a fase adulta, promovendo a normalização socialmente aceita, com base no cuidado da vida e no bem estar social.

O trabalho é imperativo como lugar de formação de verdades, no espaço da economia social, legitimando formas de ser e agir do corpo que se torna produtivo e economicamente ativo. Já a educação favorece a construção da cidadania, do saber sistematizado e da plena formação humana, em diferentes aspectos, inclusive na preparação para o mercado de trabalho, conforme objetivado nos pilares da educação especial. Dessa maneira, esse trajeto vai ajudar a compreender a construção do sujeito com deficiência na atualidade, ligando-o à questão política, social, cultural sob o olhar da instituição midiática da revista. Não se pode negar, conforme destaca Milanez (2006, p. 193), que:

o corpo está ligado a uma atualidade que se reporta às praticas médicas e às pesquisas em ciência da vida; por isso, encontraremos, na mídia, um conjunto de considerações a respeito de um saber tanto da ordem da ciência

vigente quanto de ordem jurídica, fundando o argumento do corpo-biológico e sua relação de pertencimento do corpo humano. Visões que se dão a ver por meio de imagens do corpo que envolvem o conceito de corpo político foucaultiano, que fala do corpo da espécie e da população, em meio aos olhares médicos, jurídicos, filosóficos, pictóricos e fotográficos.

São esses olhares que regem a prática discursiva da revista *Sentidos*. Seguindo o trajeto temático, iremos analisar as relações de poder-saber que emanam de seu interior, mas que não são construídas unicamente no que é dito ali. Os enunciados são perpassados pela historicidade, são controlados pela ordem do discurso e fazem silenciar muitos outros ditos que são também evocados na construção dos sentidos.

Dessa maneira escavamos o solo discursivo, analisando na revista *Sentidos*, os campos enunciativos, partindo das matérias de capa e da coluna *Educação* como o fio do novelo que desenreda outros enunciados, os quais se inter-relacionam na produção do sentido. Dessa forma, buscamos as regularidades e as singularidades do trajeto temático, Trabalho e Educação, para entender o acontecimento da inclusão social do sujeito com deficiência na materialidade midiática.

A noção de trajeto temático é apontada por Gregolin (2007a), a partir do trabalho de Guilhamou & Mالدیدیر, (1986, p. 45) publicado na revista *Langage* nº 81. Para eles o trajeto temático “é um conjunto de configurações textuais que, de um acontecimento a outro articula os temas e opera o ‘novo na repetição’”. Esse trajeto está ligado ao arquivo das dizibilidades sobre um determinado objeto, como possibilidade de produção do sentido que forjam realidades simbólicas a partir de regularidades percebidas na rede discursiva. Dessa forma, como não dá para cobrir o arquivo em sua totalidade histórica, faz-se necessário definir um trajeto que orientará a leitura do arquivo. Segundo Gregolin (2007a, p. 161):

em termos analíticos, o trajeto temático permite visualizar, no interior da dispersão do arquivo, momentos de regularidade, de sistematicidades que - embora instáveis - permitem a inteligibilidade de certas escolhas temáticas num dado momento histórico. Mais do que uma forma geral ou o “espírito de uma época”, os trajetos temáticos são feixes de relações e de deslocamentos.

A análise orientada pelo trajeto temático permite encontrar as regularidades e as singularidades de sentido que povoam o discurso da revista. A inscrição histórica faz evocar os deslocamentos nos saberes, reativando a memória para encontrar a reatualização e ressignificação dos sentidos, enfocando que “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta”. (FOUCAULT, 1999, p. 26). Nesse jogo, o discurso entrecruza-

se com outros ditos, vindos de diferentes campos que materializam forças, poderes, saberes e verdades, em busca dos sentidos históricos presentes nos textos.

A heterogeneidade aparece como figura nuclear, trazendo *corpus*, discursos e vozes de lugares distintos. Por isso, a produtividade em se trabalhar com o arquivo, pois ele é a instância maior da proposta arqueológica. Para Foucault (2007a, p. 147) o arquivo é:

o sistema da discursividade, às possibilidades e às impossibilidades enunciativas que ele conduz. O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. [...] o arquivo define um nível particular: o de uma prática que faz surgir uma multiplicidade de enunciados como tantos acontecimentos regulares.

No entanto, não se deve entender o arquivo como um conjunto de textos produzidos em uma dada época, é preciso compreendê-lo como as possibilidades de dizeres em um dado sistema de discursividades. Assim, a revista *Sentidos* constitui parte do arquivo das dizibilidades sobre a inclusão, bem como outras materialidades discursivas de diferentes campos discursivos, que irão aparecer ao longo do trabalho, conforme a necessidade de referendar questões teórico-analíticas. Eles ajudarão a historiar o discurso da inclusão e legitimar discursivamente a construção da história do corpo com deficiência. Cada enunciado é perpassado pela memória e pela história, em uma rede interdiscursiva, tornando a natureza da pesquisa realmente arqueogenealógica.

Após essas considerações, é pertinente ressaltar a estrutura deste trabalho. Ele está organizado em quatro capítulos. No primeiro intitulado *O discurso nas malhas da história: a construção de uma teoria* explora-se com mais detalhes as questões teóricas da Análise do Discurso, enfocando o seu surgimento no cenário dos estudos da linguagem. Enfocamos ainda as categorias de análise pertinentes à consecução dos objetivos da pesquisa e o campo discursivo em que esta se insere – a mídia.

O segundo capítulo – *Relações de poder-saber na história: trajetos que se misturam na produção de uma tecnologia política do corpo* – versa sobre a produtividade das relações de poder-saber na construção da história do corpo. Descreve a saga do poder que se desloca da morte para a vida, a partir da tecnologia política do poder soberano até as estratégias de biopolítica. É finalizado com um recorte de análise sobre o discurso da inclusão na revista *Sentidos*, como forma de mostrar o poder sobre a vida, gerindo o sujeito com deficiência, por meio do saber da Estatística, da disciplina e da regulamentação.

No terceiro capítulo, nomeado *Assim caminha a humanidade: pegadas na história do corpo com deficiência* – discutimos a construção da história do corpo, resgatando o

período da exclusão, no qual o sujeito com deficiência era considerado como monstro e anormal, passando pela segregação e aprisionamento em instituições, para chegar aos acontecimentos que promovem a irrupção do discurso da inclusão. Fomentamos também como as palavras constroem diferentes sentidos e que efeitos espalham sobre o sujeito e a deficiência, ressaltando a incompletude das categorizações.

O quarto capítulo, *Os sentidos na revista Sentidos: técnicas disciplinares, biopoder e modos de subjetivação no palco da inclusão*, apresenta a análise do *corpus* a partir dos enunciados da revista, seguindo o trajeto temático. Discutimos também o efeito manual que perpassa a materialidade e a subjetivação ligada a ressignificação dos relatórios de exame médico-legal, por meio da escrita de si do sujeito com deficiência.

Nas considerações finais, sintetizamos os resultados da pesquisa e apresentamos como o controle discursivo promove silenciamento sobre o discurso da inclusão, apoiado em uma pedagogia do sorriso.

Os passos foram iniciados, a pesquisa lançada com desejo de uma boa leitura.

CAPÍTULO 1

O DISCURSO NAS MALHAS DA HISTÓRIA: A CONSTRUÇÃO DE UMA TEORIA

A história de uma ciência é um conjunto indefinidamente móvel de escansões, defasagens, coincidências, que se estabelecem e se desfazem.

Michel Foucault

1.1 O acontecimento de uma teoria: A Análise do Discurso e suas movências

Refletir sobre o espaço de constituição teórica de uma pesquisa implica argumentar qual é a sua contribuição para a análise do objeto que propõe. Dessa maneira, sendo este um trabalho de pesquisa linguística, como se explica a filiação teórica nos pressupostos da Análise do Discurso que segue na interface das ideias de Michel Pêcheux e Michel Foucault? A resposta será explanada nas discussões seguintes.

Diante da explosão teórica que lança o homem no cerne das discussões em torno de si mesmo, irradiam as Ciências Humanas como constructo das suas necessidades e funções. Esses saberes buscam responder sobre inquietações que estão na base da vida social; auxiliam na compreensão e construção material e simbólica da realidade. De acordo com Foucault (2007a, p. 477):

[...] as ciências humanas, com efeito, endereçam-se ao homem, na medida em que ele vive, em que fala, em que produz. [...] Ele organiza toda uma rede de circulação ao longo da qual perpassa o que ele pode consumir e em que ele próprio se acha definido como elemento de troca, aparece ele em sua existência imediatamente imbricado com os outros; **enfim, porque tem uma linguagem, pode constituir em si um universo simbólico**, em cujo interior se relaciona com seu passado, com coisas, com outrem. (Grifo nosso).

Dessa maneira, a linguagem é foco de uma área de estudo no escopo das Ciências Humanas, a Linguística, que assume lugar de destaque, a partir dos estudos de Ferdinand de Saussure, o qual mobiliza uma “ruptura com a linguística comparatista de sua época, propondo uma abordagem não histórica, descritiva e sistemática”. (PAVEAU e SARFATI, 2006, p. 63). Assim, a Linguística alcançou o patamar de ciência dentro dos paradigmas defendidos pelo positivismo da época, tornou-se modelo de cientificidade e atingiu o lugar de ciência piloto ao usar o método estruturalista. A contribuição saussuriana é notória na sistematização do objeto de estudo da linguagem, pois ao dividi-la em língua e fala, compreendeu que somente a primeira era passível de ser analisada, devido à heterogeneidade que caracterizava a segunda.

Para Saussure, a língua, como objeto da Linguística, constituía-se como um sistema homogêneo de signos, “um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos”. (SAUSSURE, 2003, p. 17). A visão estruturalista se dá no recorte que ele fez sobre a língua, compreendendo-a como sistema, no qual cada elemento tem um

valor pela posição que ocupa. Estabeleceu as dicotomias como constituinte dos estudos da linguagem – língua e fala; sincronia e diacronia; relações sintagmáticas e paradigmáticas.

O método estruturalista predominou até meados dos anos 1960, quando novas ideias permearam o cenário francês. “O movimento de maio de 68 e as novas interrogações que surgiram de súbito no âmbito das ciências humanas foram decisivos para subverter o paradigma então reinante”. (FERREIRA, 2005, p. 14). As releituras de Marx, Freud, Nietzsche e também de Saussure possibilitaram o repensar em termos metodológicos e de objetos de investigação.

Nesse cenário, surgem rupturas e deslocamentos que resultam nas teorias pós-estruturalistas, as quais introduzem o sujeito no centro dos estudos e fazem surgir diferentes abordagens, alicerçadas nas contribuições de Lacan, Althusser, Derrida, Foucault e Pêcheux. A proposta desses pensadores não é homogênea, suas posturas teóricas não marcam uma mesma corrente filosófica, o que os aproxima é a ruptura com o modelo de ciência dominante na época, com deslocamentos de conceitos, objetos e métodos.

As mudanças são sentidas também nos estudos da linguagem, quando diferentes teorias entram no panorama da Linguística e abrem múltiplas perspectivas de abordagem. Observam-se a entrada do sujeito e da situação de comunicação como elementos constitutivos da análise linguística. Abre-se espaço para a diversidade de objetos, dos quais a fala, antes vista como impossibilidade de ser sistematizada, apresenta-se passível de sistematização. Também os estudos discursivos entraram no rol da virada pragmática e passaram a ser foco de investigação.

Dessa forma, no contexto intelectual e político francês muitas discussões teóricas foram oportunizadas, resultando na formação de grupos interdisciplinares, dos quais, o liderado por Michel Pêcheux vai se focar no discurso. Iniciou-se, assim, nas palavras de Maltidier (2003, p. 17) “uma aventura a várias vozes”, pois o grupo era constituído por filósofos, linguistas, historiadores, matemáticos, etc. que buscavam inovações teóricas. Naquele cenário, a Escola Normal Superior de Paris era o espaço privilegiado para encontros e discussões, conforme destacado por Maltidier: “a ENS da rua d’Ulm não é apenas, nesses anos de 60, uma escola prestigiosa, é um lugar de ardor teórico em que o pensamento busca um novo fôlego nos encontros interdisciplinares inéditos” (2003, p. 17).

No fervor das ideias desse grupo, surge a Análise do Discurso. Pêcheux faz a releitura de Saussure e propõe uma teoria que se pauta em uma leitura não subjetiva, acrescentando aspectos epistemológicos no trato da língua, do sujeito e da história. Entretanto,

essa teoria não surge apenas como uma abordagem linguística, o que se nota é um espaço interdisciplinar, no qual se cruzam o Marxismo, a Psicanálise e a Linguística, com aproximações e deslocamentos para cada uma delas. O discurso é visto como um nó em que se cruzam questões da linguagem em sua articulação com o sujeito e a historicidade que permeiam as condições de produção.

O acontecimento que marca o surgimento da Análise do Discurso é a publicação da obra *Análise Automática do Discurso*, no ano de 1969, na qual Michel Pêcheux defende o discurso como objeto de análise e instrumento de intervenção política, por isso, deve ser visto como processo, determinado pelo tecido histórico-social que o constitui. Nesse período, Pêcheux está fortemente influenciado por Louis Althusser, que a partir da releitura da obra de Marx, propõe as teses sobre os Aparelhos Ideológicos do Estado e assujeitamento. A ênfase no político marca esse momento de surgimento da AD, tendo em vista o envolvimento dos membros do grupo pechetiano com o partido comunista e o próprio contexto histórico em que se encontrava a França naquela época.

A Análise do Discurso não se apresenta como uma teoria pronta e acabada. O próprio Pêcheux utiliza a metáfora de que o fazer ciência é uma “aventura teórica”, cujos passos em falso podem aparecer durante o percurso. Por isso, ele reconhece na AD três épocas⁵ distintas (AD-1, AD-2 e AD-3), nas quais o modelo teórico-metodológico foi se reformulando e aperfeiçoando para dar conta das inquietações do discurso em contextos de transformações sociais. (NASCIMENTO, 2010).

A proposta que predominou no que se convencionou chamar primeira fase⁶ era construir um modelo de leitura. O que se buscava, nas palavras de Courtine (2008, p. 12):

A análise do discurso na França estabeleceu como seu objetivo, convocando para tanto a Linguística e a História, produzir leituras ‘objetivas’ da ideologia na materialidade dos discursos. A História garantia a constituição de seus corpora e a Linguística legitimava as manipulações efetuadas sobre os enunciados. Essa reunião de dispositivos científicos tinha, além disso, uma perspectiva crítica concebida sob os auspícios do marxismo.

Pêcheux propõe uma teoria do discurso que opera justamente na questão que a Linguística saussuriana deixou de lado. “A partir do momento em que a língua deve ser

⁵ O balanço que Pêcheux apresentou sobre a Análise do Discurso pode ser lido no texto intitulado *A análise de discurso: três épocas* – escrito em 1983.

⁶ Não é necessário esboçar todo o percurso das fases da AD. Faremos apenas uma contextualização dos fundamentos da teoria para situar o lugar da pesquisa.

pensada como um sistema deixa de ser compreendida como tendo a função de exprimir sentido”. (PÊCHEUX, 1997a, p. 62). Por isso, o objeto da AD é o discurso, entendido como “efeito de sentido entre os pontos A e B” (*id ibid*, p. 82). Esse objeto é estabelecido por meio da crítica feita sobre a exclusão da fala por Saussure, pois a oposição entre língua e fala:

autoriza a reaparição triunfal do sujeito falante como subjetividade em ato [...]. A fala, enquanto uso da língua, aparece como um caminho de liberdade humana; avançar no caminho estranho que conduz dos fonemas ao discurso é passar gradatim da necessidade do sistema à contingência da liberdade. (PÊCHEUX, 1997a, p. 71-72).

Esse enfoque marca a emergência da Análise do Discurso como teoria que se propõe a analisar a produção de efeitos de sentidos, que tem por base a relação constitutiva da língua com a historicidade. Assim, abrem-se possibilidades de incluir questões complexas que concatenam o sentido, o sujeito e as condições sócio-históricas de produção. No entanto, nesse percurso inicial, a engrenagem se constitui em torno do *corpora* homogêneo do discurso político com a proposta de uma máquina de ler. A inclusão de diferentes pensadores possibilitou criar o modelo baseado em programas de lexicometria no domínio da análise de textos por computador, unido a aspectos da linguística distribucional de Zellig Harris.

O que se pretendia era um trajeto de leitura que capturasse as regularidades do discurso no tocante à relação da língua com a história. Assim, as questões de assujeitamento e ideologias eram observadas no conjunto que compunham a formação discursiva do campo político, pois este era um lugar de memória com um dispositivo discursivo que oportuniza ao sujeito enunciador, tanto a lembrança, repetição e o encaixamento do argumento quanto o seu esquecimento e apagamento, conforme ele organizasse o que conviesse dizer ou calar. (COURTINE, 2008). O discurso político marca então um *corpus* fechado de sequências discursivas, em um espaço discursivo supostamente dominado por condições de produção estáveis e homogêneas.

No que se denominou segunda fase da AD não há grandes mudanças. O aspecto mais evidenciado é a compreensão sobre a formação discursiva (doravante FD) que começa a ser vista por um ângulo menos homogêneo. O interdiscurso aparece para mostrar que a FD é sempre invadida por elementos que vêm de outros discursos. As formulações defendidas por Pêcheux em *Semântica e Discurso*⁷ são apresentadas como fios condutores do percurso

⁷ *Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio* é um livro publicado por Michel Pêcheux em 1975 no qual ele aponta questões sobre a formação discursiva e formações ideológicas, o que marca ainda, sua ligação às teses althusserianas.

discursivo, sendo reafirmada a relação entre língua, discurso e ideologia. Nota-se que os sentidos são determinados ideologicamente, por isso as formações discursivas representam no discurso as formações ideológicas, nas quais as palavras adquirem sentidos sempre de acordo com a formação discursiva em que estão inseridas, enfatizando que é na discursividade que a ideologia produz seus efeitos. (NASCIMENTO, 2010).

Embora constituída, uma teoria nunca está pronta e acabada, principalmente quando se utiliza um objeto como o discurso. Por isso, nas movências do solo teórico, a terceira fase é marcada por deslocamentos e novas articulações. Assim, o próprio Pêcheux reconhece que é preciso “quebrar os espelhos” que dominaram as primeiras fases da AD. Esse sentimento é efeito da crise do marxismo e resultado do abandono da visão de formação discursiva como campo homogêneo. O próprio discurso político é lugar de atravessamento pelas “línguas de vento”, conforme lembrado na análise do enunciado *On a gagné*⁸, o qual remete ao grito dos eleitores por conta da vitória do presidente francês, enunciado vindo de outro campo discursivo que marca a mediação da política.

Esse deslocamento foi possível pela separação que se instala entre ciência e política. No primeiro momento, Pêcheux estava fortemente influenciado pelas questões que o ligavam ao Partido Comunista Francês, entretanto, com a quebra dos espelhos, a visão se amplia para perceber que a teoria vai além das causas políticas e o cotidiano deve ser o foco principal. Dessa maneira, o diálogo com outros pensadores será indispensável.

A ruptura com a visão extremamente política é notada em textos como *Remontemos de Foucault a Spinoza*, *Só há causa do que falha* e *O estranho espelho da análise de discurso*, os quais caracterizavam os “lugares de fala” de Pêcheux. Segundo Gregolin (2004, p. 118-119),

esses textos refletem a luta no interior da teoria e da política. Eles retomam pontos estabelecidos em *Lês Verités de La Palice* (1975) e reelaboram conceitos, resituando as noções de discurso, sujeito, história e ideologia [...]. Eles fazem ‘retificações’. Nesse panorama Foucault é alçado ao lugar de adversário estimulante, interlocutor com quem Pêcheux irá se digladiar, mas cujo trabalho, ao mesmo tempo, era considerado como de ‘imenso interesse para a análise do discurso’.

Essas movências apontam os novos rumos da Análise do Discurso, principalmente no que concerne ao diálogo com Michel Foucault, cujos trabalhos se pautam

⁸ Esse enunciado é analisado por Pêcheux para mostrar como a FD do discurso político é perpassada por enunciados de outros campos discursivos. O enunciado *on a gagné* é um grito de torcida de futebol que foi deslocado para o grito da vitória do presidente francês François Mitterrand. Essa análise está publicada no livro *Discurso: estrutura ou acontecimento?*

na proposta de compreender como o sujeito se constitui ligado às tecnologias de poder e saber, atravessados pelos eixos do ser-saber, ser-poder e ser-si, compreendendo o discurso como prática discursiva.

O pensamento de Foucault vai ser introduzido na AD, segundo Gregolin (2004), através do trabalho realizado por Jean-Jacques Courtine sobre a história das práticas comunistas através da análise da heterogeneidade constitutiva de sua discursividade, realizado sob o enfoque do conceito de formação discursiva para a análise do interdiscurso e das heterogeneidades. O autor faz a releitura de *A arqueologia do saber* e propõe que se vejam as formações discursivas como fronteiras que se deslocam. Desenvolve também o conceito de memória discursiva que será fundamental para as análises dos enunciados, nesses rumos seguidos pela teoria.

As movências continuam sendo percebidas nos diferentes caminhos que serão trilhados pelos analistas do discurso. Os objetivos de cada pesquisa e o olhar direcionado para o objeto marcam a interface do campo teórico que se espalha de forma interdisciplinar. O diálogo com a Nova História também foi promissor para a entrada dos discursos do cotidiano, promovendo a heterogeneidade no *corpus* de análise, movida também pela separação entre ciência e política.

Dessa forma, o panorama atual da Análise do Discurso de tradição francesa é regado em solos férteis para sua circulação, saindo do âmbito francês para se espalhar em outros lugares, dentre eles o Brasil, que desde a década de 80 introduziu a pesquisa nessa área em diferentes instituições de ensino. Assim, o projeto de uma teoria iniciada por Pêcheux segue nos rumos das múltiplas possibilidades de enfocar o discurso e favorecer a implementação do que se pode chamar, hoje, uma Análise do Discurso brasileira.

Os trabalhos sobre a Análise do Discurso no Brasil ganharam contornos diversificados. Enfatizam como a teoria se constitui e se consolida nesse espaço. Nos mais de 30 anos de pesquisa, percebe-se uma história consistente. Segundo Ferreira, (2007, p. 11):

O marco inicial dessa história se dá em Campinas, em torno da figura de Eni Orlandi, em fins da década de 70, e vai depois ganhando corpo e se institucionalizando através dos docentes e pesquisadores que, formados, retornam a suas origens e iniciam a organizar seus próprios grupos de pesquisa.

Nesse desenrolar, novas propostas vão desencadeando a inserção da teoria na área dos estudos da linguagem, com ramificações específicas que diferem do paradigma francês inicial. Vários grupos são criados e estende a pesquisa em articulação com diferentes áreas do

conhecimento, constituindo perspectivas alicerçadas na dispersão de sujeitos, inclusão de novos objetos e deslocamento de conceitos e métodos.

Dentre as possibilidades surgidas nos mais diferentes grupos de estudos, citamos o trabalho do Grupo de Estudos de Análise do Discurso de Araraquara – GEADA, liderado pela professora Maria do Rosário Gregolin, o qual busca discutir as bases epistemológicas e teórico-metodológicas da AD com ênfase na contribuição de Michel Foucault. A perspectiva desse grupo inclui a reflexão entre discurso, história e memória, visando à produção de identidades em diferentes materialidades, principalmente, as midiáticas. Além disso, aborda a Semiologia Histórica proposta por Courtine na análise de materialidades não verbais.

Com esse grupo, vimos emergir a possibilidade da Análise do discurso trazer as ideias de Foucault para o cerne da discussão em solo brasileiro, na análise de diversos objetos que estão nas trilhas discursivas. Com isso, “a teoria encontra-se sempre em xeque, tendo seus limites redefinidos e reconfigurados, testados e discutidos pela atividade de seus analistas”. (FERREIRA, 2007, p. 14).

Em decorrência, vários grupos de pesquisa se constituíram no Brasil⁹, visando ressaltar a contribuição de Foucault para o discurso. Desses destacamos o Círculo de Discussões em Análise do Discurso, CIDADI, que tem como objetivo discutir a produção e circulação de identidades na esfera midiática e analisar a produção discursiva de sentidos no espaço urbano de João Pessoa, com foco na articulação entre Pêcheux e Foucault no tocante à relação sujeito-poder-sociedade. O grupo dialoga também com Bakhtin, através dos estudos da enunciação. Esses diálogos possibilitaram acrescentar na rede discursiva, um dispositivo analítico sólido, sem abandonar as pilastras iniciais, mas acrescentando consistentes filiações teóricas que favoreceram gestos de leituras particulares. Além disso, oportunizaram a entrada de materialidades discursivas diferentes da proposta de análise de *corpus* de discurso político. Não que esse não seja mais interesse de pesquisa, mas apresenta-se imerso na nova trama discursiva, que é perpassada pela história e memória na construção dos efeitos de sentido.

Na empreitada da AD, novos objetos foram acrescentados, dentre eles os discursos do cotidiano, que incluem tanto *corpora* mais tradicionais como discurso religioso, literário, midiático, etc., quanto o discurso do corpo, de gênero, da sexualidade, da educação, etc., abrangendo a produção e circulação de imagens como dispositivos de construção de

⁹ Outros grupos de pesquisa merecem destaque, porém, como não é possível apresentar todos, enfocamos os seguintes: o Círculo de Estudos em Análise do Discurso da Paraíba – CEAD – PB, da Universidade Federal da Paraíba; o Laboratório de Estudos do Discurso e do Corpo – LABEDISCO, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; o Grupo de Estudos do Discurso da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – GEDUERN e o Grupo de Estudos do Discurso – GRED, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

sentidos. “Era chegado o tempo de incorporar às análises a ‘língua de vento’ da mídia, o discurso ordinário, as novas materialidades do mundo ‘pós-moderno’ que se concretizavam no discurso”. (GREGOLIN, 2008, p. 27).

É nesse limiar das movências teórico-metodológicas que este trabalho tem sustentação científica, na área da linguística, na medida em que busca uma articulação entre as contribuições de Pêcheux e Foucault para uma análise do discurso da inclusão social do sujeito com deficiência. Passemos a seguir, a discussão das categorias que serão utilizadas como ferramentas analíticas.

1.2 A construção das categorias de análise: as ferramentas em destaque

A constituição de uma pesquisa requer um olhar aguçado para as categorias que serão produtivas no momento da análise. Não que sejam essas que determinem o olhar sobre o *corpus*. O inverso, porém, é o que acontece nos trabalhos em AD. A análise é quem conduz a produtividade das categorias e como serão utilizadas como ferramentas para alcançar os objetivos propostos. No entanto, esse exercício analítico sobre a materialidade que selecionamos foi feito. A pesquisa foi iniciada a partir de uma leitura discursiva, que nos direcionasse para as categorias mais relevantes. Tal processo não é estanque, pois em cada etapa do trabalho o olhar se direciona para vetores que não tinham sido contemplados, mostrando que as análises sempre podem levar para outros resultados e outras categorias precisam emergir da caixa de ferramentas.

Destarte, algumas categorias de análise são basilares e precisam ser exploradas teoricamente para subsidiar o percurso analítico, e fomentar a compreensão do que é a teoria da Análise do Discurso, principalmente, na demarcação dos espaços dialógicos entre Pêcheux e Foucault. Essas categorias se apresentam não apenas no capítulo 4, mais verticalmente analítico, como no decorrer de toda a pesquisa, que é de base teórico-analítica.

Sendo uma teoria interdisciplinar, a AD nasce da confluência entre a Linguística, a Psicanálise e o Materialismo Histórico, fato que “ocasionou a emergência de um domínio teórico em que a língua, o sujeito, a história e o sentido são concebidos no interior de relações sociais em que saberes e poderes não se dissociam no processo discursivo”. (SARGENTINI; PIOVEZANI, 2011a, p. 16). Com isso, a emergência de tais categorias é basilar na discussão de vários objetos, o que marca o terreno fecundo das pesquisas em AD e oportuniza gestos de leituras sobre a produção e circulação dos sentidos nos discursos. Nesse limiar, discutiremos a seguir, de forma sumária, as principais categorias da Análise do Discurso que são produtivas

para este trabalho. Na sequência, dedicaremos um capítulo para a categoria poder, pela pertinência com os objetivos da pesquisa e pela necessidade de sedimentação da introdução das relações de poder na Análise do Discurso e na história do corpo.

1.2.1 Língua, discurso e sentido: bases epistemológicas do campo teórico

As relações que alicerçam a Análise do Discurso dizem respeito às formulações que sustentam sua existência enquanto teoria. Nessa base estão as questões sobre a língua, o discurso, o sentido e a formação discursiva.

A língua se apresenta como uma possibilidade de fazer um direcionamento sobre os estudos da linguagem propostos por Saussure. Nessa tentativa, Pêcheux propõe uma reflexão sobre o funcionamento da linguagem enquanto possibilidade de evidenciar o funcionamento discursivo na sociedade. Assim, a língua sempre esteve em articulação com a história, seja no viés pechetiano do marxismo ou no percurso foucaultiano genealógico.

A relação constitutiva da língua com a historicidade serve para marcar a inclusão do sujeito, favorecendo o corte com a linguística saussuriana. A língua, nesse enfoque, só faz sentido por estar inserida em determinadas condições de produção, afetadas por processos históricos. É preciso observar o funcionamento, a articulação das relações sociais que estão na base linguística e oportunizam a produção discursiva.

Desse modo, o discurso é efeito desse jogo de relações que fazem a língua seguir por caminhos que percorrem diversos sentidos e se cruzam na construção da realidade, desmistificando o consenso de que o signo monológico produz significados. Nesse limiar, o discurso é a língua em movimento, num contínuo percurso que busca na história sua condição de existência e significação. “O fazer sentido é efeito dos processos discursivos que envolvem os sujeitos com os textos e ambos com a História”. (GREGOLIN, 2001, p. 9).

O discurso é sempre ligado à construção de efeitos de sentidos pela possibilidade de sua pluralidade constitutiva, explorando que ele não é dado a priori, constrói-se no jogo discursivo em que está inserido. De acordo com Pêcheux (1997c, p. 160),

o sentido de uma palavra, expressão, proposição, não existe em si mesmo (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões, proposições são produzidas.

Desse modo, o teórico sinaliza as contradições no interior da linguística quando essa deixa de lado as questões do sentido, tendo em vista que a Semântica sempre foi o ponto nodal¹⁰ das tendências que se ocupam com a linguagem. Assim convoca o materialismo histórico para evidenciar aspectos ideológicos que estão na base da significação, fazendo compreender que “o discurso é um objeto construído, distinto do objeto empírico, do encaixamento de frases produzido por um texto ou por um sujeito”. (MALDIDIER, 2003, p. 45), visão resultante da intenção de Pêcheux em construir uma teoria materialista do discurso.

Ao fazer as novas leituras e os diálogos com diferentes pensadores, incluindo os da Nova História e com Michel Foucault, os caminhos da Análise do Discurso se expandem, fazendo Pêcheux compreender que “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro”. (PÊCHEUX, 2006, p. 53).

Nesses novos rumos, podemos destacar que a teoria foucaultiana aparece como articulação, oportunizando perceber o discurso, relacionando-o à descontinuidade, à dispersão e à ruptura que caracterizam o novo olhar sobre a história. Entretanto, há também regularidade nos enunciados, imersos em uma dispersão temporal e inseridos em uma função enunciativa. Dessa maneira, o discurso para Foucault (2007a):

é um conjunto de enunciados que se apoia na mesma formação discursiva, fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história. Sistema de dispersão e de repartição, não das formulações das frases ou das proposições, mas dos enunciados. Conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação; é assim que poderei falar do discurso clínico, do discurso econômico, do discurso da história natural, do discurso psiquiátrico.

Essa compreensão de discurso oportuniza a discussão de outra categoria bastante relevante para a AD. Ao estar inserido no mesmo sistema de formação, o enunciado se liga a uma formação discursiva, termo cuja paternidade é atribuída a Foucault por aparecer pela primeira vez em sua obra *A arqueologia do saber* (1969). Nela, o filósofo trata da dispersão dos enunciados, os quais por sua vez podem ser descritos em uma mesma formação discursiva, sendo tarefa do analista descrever esse sistema de dispersão. Dessa maneira:

no caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos

¹⁰ Para Pêcheux (1997c, p. 20) a Semântica, que se apresenta como uma parte da Linguística – ao mesmo título que a Fonologia, a Morfologia e a Sintaxe – constitui de fato para a Linguística, o ponto nodal das contradições que a atravessam e a organizam sob a forma de tendências, direções de pesquisa, “escolas linguísticas” etc., as quais, em um mesmo movimento, manifestam e encobrem (tentam enterrar) essas contradições.

de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva. (FOUCAULT, 2007a, p. 43).

É nesse jogo discursivo que as regularidades compõem as séries enunciativas, as quais possibilitam a análise dos discursos com vistas a se explorar as regras de formação dos enunciados, fazendo surgir o discurso em sua complexidade, possibilitando passar da dispersão para a regularidade na formação dos objetos.

Pêcheux usa formação discursiva em suas elucubrações, tomando esse termo de empréstimo a Foucault, porém aplica uma visão materialista ligada à ideologia e luta de classes. O autor a entende como:

aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.). (PÊCHEUX, 1997c, p. 160).

A visão pechetiana possibilita perceber o que pode e deve ser dito em diferentes discursos, mas, nesse caso, os dizeres são controlados pelas ideologias que estão presentes em cada formação discursiva. Por isso, consideramos a concepção foucaultiana mais propícia para este trabalho, tendo em vista que iremos buscar na dispersão da história as regras de formação do discurso da inclusão social do sujeito com deficiência, relacionando-o aos saberes/poderes presentes no discurso.

Em conformidade com o pensamento foucaultiano, no caso, por exemplo, do discurso psiquiátrico, a formação do objeto é assegurada por um conjunto de relações estabelecidas entre instâncias de emergência, de delimitação e de especificação. Assim, “uma formação discursiva se define se se puder estabelecer um conjunto semelhante; se se puder mostrar como qualquer objeto do discurso em questão aí encontra seu lugar e sua lei de aparecimento”. (*idem ibid*, 2007a, p. 50).

Dessa maneira, o discurso é visto como prática discursiva, que é “o conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa”. (FOUCAULT, 2007a, p. 133).

É preciso então, compreender que é na função enunciativa que está o traço de singularidade do enunciado. É nessa rede que o nó começa a ser desatado, pelas formas de

repartição e de construção do objeto da inclusão, o qual se materializa em enunciados da revista *Sentidos*. Sobre isso discutiremos no tópico seguinte.

1.2.2 O enunciado discursivo: nas trilhas da função enunciativa

Averiguar as condições de possibilidades do discurso, indagando como apareceu um determinado enunciado e nenhum outro em seu lugar, foi uma das inquietações foucaultianas. Nesse caminho, o discurso como acontecimento favorece a construção do enunciado, compreendendo-o na estreiteza e singularidade de sua situação. Enveredar pelas trilhas discursivas é entrar na disseminação do enunciado, passar da dispersão para a regularidade das práticas discursivas, fazendo-o circular na diversidade da função enunciativa. Dessa forma:

um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente. De um lado está ligado a um gesto de escrita, de outro abre uma existência remanescente no campo da memória. É único como todo acontecimento, mas está aberto a repetição, a transformação, a reativação; está ligado a enunciados que o precedem e o seguem. (FOUCAULT, 2007a)

Nessa perspectiva, o enunciado não pode ser confundido com uma frase ou uma proposição. Ele é compreendido como uma função enunciativa e regido por regras de formação, que precisam ser descritas, a partir do seu exercício e no campo em que se realizam. Dessa maneira, a função enunciativa compreende certas características que tornam possível a função de existência do enunciado, sendo este produzido por um sujeito, em um determinado lugar institucional, cuja filiação à regras sócio-históricas define sua produção, isto é, possibilita que ele seja enunciado. (GREGOLIN, 2004). Por isso, é preciso descrever o exercício da função enunciativa, a partir de sua constituição.

O enunciado não tem diante de si um correlato. Ele está ligado sim, às leis de possibilidade, de regras de existência para os objetos que nomeiam, oportunizando definir seu aparecimento e dar um valor de verdade por meio da série de relações no nível enunciativo da formulação, o que o liga às leis de possibilidade e às regras de existência, relacionando-o com outros enunciados.

Outra característica refere-se ao fato de que o enunciado precisa de um sujeito para existir, que não é necessariamente o indivíduo que o formulou. Esse sujeito enunciator se caracteriza pela posição que ocupa, apresentando-se como uma função vazia, a qual favorece diferentes indivíduos ocuparem a posição de sujeito. Por isso, o enunciado

possibilita apreender posicionamentos de sujeito que se inscrevem no discurso, movidos pela compreensão de que os modos de subjetivação constroem sujeitos singulares, sendo, portanto, preciso “determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser sujeito”. (FOUCAULT, 2007a, p. 108).

Essa visão de sujeito como uma posição discursiva opõe-se ao sujeito soberano, tratado pela História tradicional, a qual se apresentava como o lugar das continuidades ininterruptas. É pela Nova História que há o deslocamento, pois ela possibilita tratar de uma história serial, definida a partir de um conjunto heterogêneo de relações em favor das descontinuidades dos acontecimentos.

Além disso, o domínio associado permeia a função enunciativa, na medida em que a historicidade faz do enunciado algo diferente de um simples signo. Ele é constituído por uma série de outras formulações no interior das quais se inscreve, pelo conjunto das formulações a que o enunciado se refere (implicitamente ou não), seja para repeti-las, modificá-las ou adaptá-las, seja para se opor a elas ou falar de cada uma delas. É também constituído pelo conjunto das formulações cujo *status* é compartilhado pelo enunciado em questão. (FOUCAULT, 2007a). Dessa maneira, o enunciado compõe um campo enunciativo com outros que o seguem e o precedem, em virtude de suas margens serem povoadas por outros enunciados, por isso, ele não é neutro, está sempre em uma série de relações.

Por fim, a última condição da função enunciativa refere-se à necessidade de uma existência material, já que o enunciado precisa de um suporte para ser apresentado, que não é essencialmente linguístico. Para Foucault (2007a), a materialidade é constitutiva do próprio enunciado e não exerce papel secundário, mas é parte do sentido que se constrói, por isso sua identidade é mais da ordem da instituição do que da localização espaço-temporal. O regime da materialidade a que o enunciado obedece, define antes possibilidade de reinscrição do que individualidades limitadas e perecíveis.

Dessa maneira, a materialidade verbo-visual da revista *Sentidos*, que usamos como *corpus* deste trabalho, reatualiza dizeres sobre a deficiência, na qual a língua e a história se fundem na produção de sentidos de forma constitutiva. A função enunciativa possibilita a imersão do enunciado em uma rede discursiva, na qual o discurso da inclusão faz produzir visibilidades e dizibilidades para o sujeito com deficiência, por meio de enunciados que ora legitimam, ora deslocam sentidos já cristalizados.

Seguindo os traços da função enunciativa, ao serem observados a série, o sujeito, o campo associado e a materialidade, percebe-se o funcionamento do enunciado discursivo, em articulação com a história e os sujeitos. Desse modo, o enunciado pode ser visto como:

uma coisa dita de forma definitiva – e perdida no passado, como a decisão de uma batalha, uma catástrofe geológica ou a morte de um rei – o enunciado, ao mesmo tempo que surge em sua materialidade, aparece com um *status*, entra em redes, se coloca em campos de utilização, se integra em operações e em estratégias onde sua identidade se mantém ou se apaga. Assim, o enunciado circula, serve, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade. (FOUCAULT, 2007a, p. 118-119).

Diante das características abordadas, consideramos a revista *Sentidos* não somente como um grupo de frases, mas como um enunciado discursivo ligado a certas condições de existência. A revista entra em rede com outros discursos e constitui-se como prática discursiva, possibilitando realizar uma leitura cujo objetivo é “multiplicar as relações entre o que é dito aqui, dito assim e não de outro jeito, com o que é dito em outro lugar, a fim de entender a presença de não ditos no interior do que é dito”. (PÊCHEUX, 2006, p. 44).

Através das regras de formação, podemos perceber por que apareceu esta revista e não outra em seu lugar, ao escavarmos o solo discursivo, no qual emanam também as relações de poder e saber que são produzidas no discurso da inclusão. Dessa forma, o que é dito está no jogo de uma exterioridade, na qual as redes de memória e relações interdiscursivas são também categorias essenciais nesse trajeto em busca dos sentidos em revista.

1.2.3 Interdiscurso e memória discursiva: rastros da heterogeneidade na história

Os deslocamentos ocorridos no interior da Análise do Discurso favoreceu a entrada de discursos do cotidiano, pela contribuição de Michel De Certeau e dos historiadores da Nova História. Assim, “pôr de lado os Grandes Textos e se pôr na escuta das circulações cotidianas, tomadas no ordinário do sentido” (PÊCHEUX, 2006, p. 48), possibilitou tomar o texto como monumento inserido em redes de memória e trajetos sociais de sentido.

Dessa maneira, a história age no discurso como um exterior constitutivo, em que o importante não é memorizar os monumentos do passado, transformando-os em documentos, mas sim, interpretar o acontecimento por meio de relações heterogêneas, de forma a ler o documento como monumento. Assim, o enunciado é colocado em associação com um campo de exterioridade, no qual a memória aparece como um dispositivo do funcionamento discursivo na interpretação do acontecimento. Foucault (2007a) afirma que é preciso estar

pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, buscando o projeto de uma descrição dos acontecimentos para as unidades que aí se formam.

Nessa busca pelas unidades, observa-se que o sentido não é dado *a priori*, ele está ligado a um feixe de outros dizeres. Por isso, as relações interdiscursivas devem ser levadas em consideração para se perceber a heterogeneidade do discurso, através de um permanente processo dialógico com as formulações anteriores, tendo em vista que não há discurso único, tudo que se diz, já foi dito antes, “algo fala, sempre, antes, em outro lugar, independentemente”. (PÊCHEUX, 1997c, p. 162). As formulações podem aparecer por meio de enunciações outras que se retomam, reformulam-se, opondo-se ou reafirmando dizeres.

As relações interdiscursivas oportunizam perceber que a formação discursiva não é homogênea. Ela é sempre invadida por outros dizeres que afloram alhures e vêm fazer sentido no que está sendo dito. Por isso, a produtividade da noção de interdiscurso, esse espaço vertical dos discursos, que foi abarcado inicialmente por Pêcheux e depois aprofundado por Courtine, no diálogo com os conceitos foucaultianos, relacionando-o à memória discursiva. Para Courtine (1999, p. 18) o interdiscurso é compreendido como:

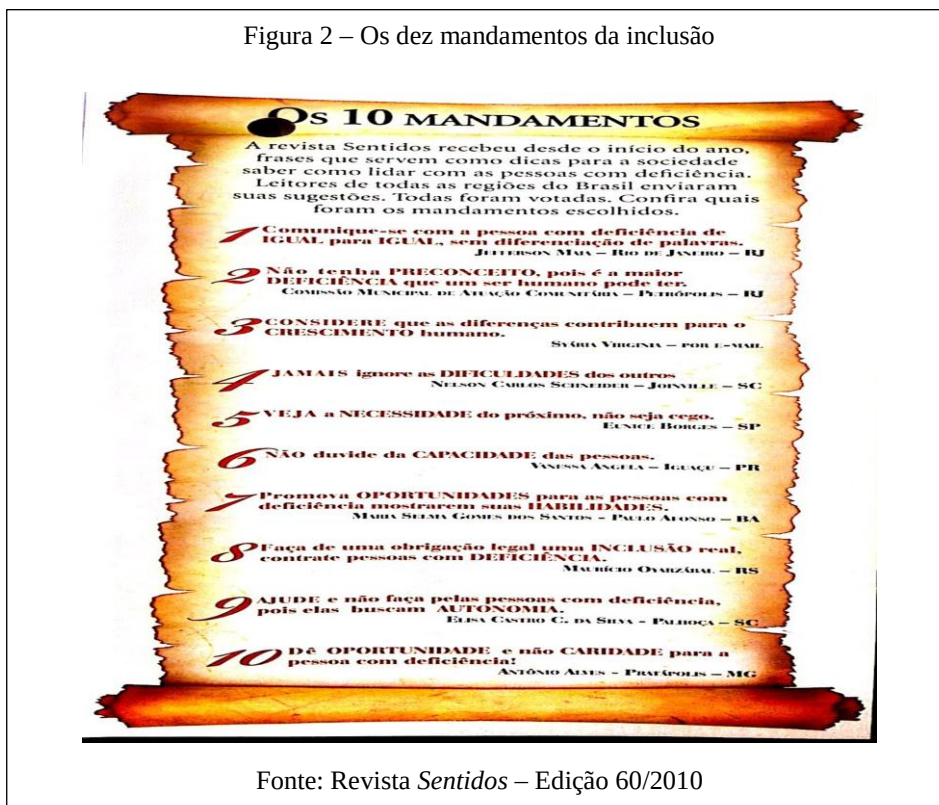
séries de formulações, marcando cada uma, enunciações distintas e dispersas, articulando-se entre elas formas linguísticas determinadas (citando-se, repetindo-se, parafraseando-se, opondo-se entre si, transformando-se...). É nesse espaço discursivo, que se poderia denominar, seguindo M. Foucault, ‘**domínio de memória**’, que se constitui a exterioridade do enunciável para o sujeito enunciator na formação dos enunciados preconstruídos, de que sua enunciação apropria-se. (Grifo nosso).

Nota-se que o interdiscurso é efeito das retomadas com o que foi dito antes, de modo a se perceber o espaço do repetível retomado pela memória, em que os dizeres aparecem ressignificados. Nesse espaço do interdiscurso, a relação com outros discursos acontece por meio de diferentes formas, pois há uma anulação da distância com o texto primeiro, as retomadas captam-no, seja para repeti-lo ou transformá-lo. Há, assim, uma camada espessa de citações e de retornos ao interior de estratos discursivos que se interpõem entre a irregularidade do texto primeiro e a do texto que o cita. (COURTINE, 1999).

Desse modo, é preciso analisar no intradiscurso, que é o fio discursivo, o interior da formulação, os elementos do interdiscurso, do exterior constitutivo. Assim, é possível perceber as batalhas e os diálogos no jogo da construção do sentido no enunciado que estão sempre presente, vindo de outros lugares para ressignificar os dizeres, mostrar que um discurso não é único, ele sempre se legitima pela retomada e articulação com outras

dizibilidades. Isso oportuniza compreender as relações interdiscursivas, como se pode notar na materialidade abaixo:

Figura 2 – Os dez mandamentos da inclusão



Fonte: Revista *Sentidos* – Edição 60/2010

A produção do sentido, neste enunciado, ressignifica dizeres que circulam no discurso religioso, através dos dez mandamentos da lei de Deus, que são compreendidos como normas de conduta humana. Esses mandamentos foram enviados por Deus, através do Profeta Moisés, publicados no livro bíblico do Êxodo e retomado em várias passagens do Novo Testamento, por meio da palavra de Jesus, ao dizer que “quem houve os mandamentos e os põe em prática tem a vida eterna”. (Mt. 19,16-21). Os dez mandamentos têm um efeito de sentido de ordem, de lei, de prescrição moral a ser cumprida, nos quais pode ser observado o caráter de injunção que o perpassa por meio dos verbos no imperativo.

Dessa maneira, o enunciado da revista *Sentidos*, que ressalta os dez mandamentos da inclusão, retoma o interdiscurso religioso por meio da ressignificação do sentido em relação com o enunciado primeiro. Seguindo o intradiscurso, vamos perceber elementos da ordem da formulação semelhante ao discurso religioso, no que se refere aos elementos da ordem da língua, por meio das palavras, estrutura composicional e a materialidade que remete ao pergaminho, promovendo o retorno ao evento primeiro, incluindo o mesmo sentido de ordem e de lei que precisa ser cumprido.

Entretanto há também rupturas de sentido, com a formulação origem, pela posição sujeito no discurso. Nos mandamentos de Deus, há um sujeito que enuncia pela voz de autoridade, um sujeito que ocupa uma posição de comando, que mesmo em face da resistência com os que não creem, ocupa o lugar da verdade absoluta, pois enfatiza as exigências do amor de Deus e do próximo, indicando formas de conduta. Já no enunciado da revista *Sentidos*, a posição sujeito é ocupada por indivíduos diferentes, os quais ditam as regras de como lidar com pessoas com deficiência, emitindo também uma voz de comando, mas não de um sujeito sobre vários, mas sim de sugestões enviadas por diferentes leitores que passam a ocupar a posição de sujeito discursivo.

Além disso, a retomada com o discurso religioso se dá pela continuidade de sentido que se nota entre os primeiros mandamentos da revista, como nos enunciados: “1 – comunique-se com a pessoa com deficiência de IGUAL para IGUAL, sem diferenciação de palavras; 2 – não tenha PRECONCEITO, pois é a maior DEFICIÊNCIA que um ser humano pode ter” e o mandamento da lei de Deus: “amarás o teu próximo como a ti mesmo”. (Mc 12,31). Esses enunciados enfatizam a necessidade de que todos sejam tratados com respeito e igualdade, de forma que o interdiscurso provoca uma retomada e reafirmação do sentido.

Dessa maneira, o interdiscurso pode aparecer, conforme defende Courtine, (1999, p. 20), “como preenchimento, produtor de um efeito de consistência no interior do formulável e o interdiscurso como oco, vazio, deslocamento, cuja intervenção ocasionaria um efeito de inconsistência (ruptura, descontinuidade, divisão) na cadeia do formulável”.

O feixe de sentidos construído no enunciado da revista só favorece a retomada do discurso religioso pela articulação com a memória discursiva. As práticas discursivas são sempre atravessadas por uma memória do dizer que promove o entrelaçamento com a exterioridade, ressaltando que os dizeres não nascem no interior dos discursos. Desse modo, o enunciado “Os 10 Mandamentos” é um operador de memória, tendo em vista tudo que foi dito sobre ele, que vem fazer sentido no novo que é dito na materialidade da revista. Os enunciados têm sempre margens povoadas por outros enunciados e se realizam na estreiteza e singularidade do acontecimento. (FOUCAULT, 2007a).

A memória discursiva faz perceber no intradiscurso, elementos do interdiscurso que vêm agir na construção dos sentidos como resultado do entrecruzamento da memória mítica, da memória social inscrita em práticas e da memória construída do historiador, conforme aborda Pêcheux (2007). Ela não pode ser confundida com a memória psíquica, pois é o resgate da exterioridade, das relações com a história, é efeito de uma memória social e

coletiva que articula materialidades discursivas, por meio de um processo de repetição e regularização. Sobre isso, Pêcheux (2007, p. 52)

a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os preconstruídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.

Esse gesto de leitura faz surgir elementos que surgem de uma memória móvel, que se digladia em retomadas, deslocamentos, desdobramentos, continuidades e rupturas, atualizações e deslizamentos, indicando a relação da memória e do esquecimento na produção de sentidos. Dessa maneira, determinados discursos, como o religioso, por exemplo, tornam-se representativos e retornam constantemente em outros dizeres, principalmente, como no caso do enunciado da revista, que reatualiza um efeito de sentido de doutrinação para ensinar como lidar com a deficiência.

Além disso, a memória sempre está à disposição de acontecimentos que ainda estão por vir, com um retorno de imagens que remetem a eventos do passado e se materializam em acontecimentos do presente e do futuro. Por isso, no discurso da inclusão que analisamos, há com muita frequência, nos enunciados, a retomada da memória discursiva que coloca o sujeito com deficiência como um inválido, que precisa ser ajudado, fruto de uma memória social construída historicamente.

Tal memória aparece com deslocamentos que a reatualizam, transformam, repetem e citam, por meio de oposição ou reafirmação de dizeres. Ela retorna por força dos acontecimentos históricos que remetem aos processos de exclusão e vêm materializar-se nos enunciados da revista, movido por outros acontecimentos, fazendo crer que há um projeto de leitura nos enunciados que suga sentidos de outro lugar. Gregolin (2011, p. 91) afirma que “a inscrição do acontecimento na memória, a partir dessas materialidades permite, ao mesmo tempo, seu retorno constante e sua rememoração”. É o discurso como possibilidade de atualização e reatualização das visibilidades e dizibilidades sobre os objetos de que fala.

As categorias que apresentamos aqui são base para a descrição e a interpretação do discurso da inclusão, como ferramentas de leitura, na qual os sentidos vão sendo construídos na materialidade da revista e posto em circulação para fortificar os modos de subjetivação do sujeito com deficiência, mas não sem o apoio das relações de poder e saber, que são também categorias relevantes e serão discutidas no próximo capítulo. Por hora, é pertinente discorrer sobre a mídia, como o espaço discursivo no qual está inserida a

materialidade de análise, para mostrar o controle e a seleção dos sentidos no discurso, por meio do espetáculo da inclusão.

1.3 O corpo na mídia: o espetáculo da inclusão em revista

A produção e a circulação das representações sobre o corpo têm sido mais intensas por ocasião da força da mídia, que se configura como uma das mais expressivas formas de produção de discursos. Através dela, se propaga uma série de verdades, influenciada pelo fenômeno de democratização e pedagogismo que esse veículo exerce no meio social. Isso acontece em virtude da abertura e reconfiguração das instituições na sociedade contemporânea, que favorece o papel superior da transmissão de informação.

A mídia, como dispositivo discursivo, opera na construção de subjetividades, dita técnicas disciplinares, padrões de comportamentos e gerencia a vida dos sujeitos, através das múltiplas formas de controle e de fabricação de verdades. Com isso, torna-se instrumento de uma pedagogia política do corpo, da qual o corpo com deficiência é mais um dos alvos dessa instituição disciplinar.

Aqui o discurso ecoa a visibilidade que emana no dispositivo midiático, uma vez que pretende convencer e influenciar pelas verdades que faz circular. Segundo Gomes (2003, p. 75), “trazer à visibilidade é, simplesmente, mostrar o mundo do ponto em que ele deve ser visto e esse ponto, por si mesmo, já é disciplinar: a educação da visão pela determinação do visível”. Tal característica condiciona o olhar através das lentes que se propõe ao disciplinamento, fazendo erguer o controle sobre o dito, a partir do jogo enunciativo.

Assim, a mídia opera com a fabricação de mecanismos que constroem uma verdade mascarada pela metonímia da parte pelo todo, pois enfoca o acontecimento parcialmente, sem promover a realidade em sua totalidade. Com isso, produz um efeito de espetacularização dos fatos produzidos e promove uma discussão acerca dos acontecimentos que estão em voga na rede discursiva. A inclusão social das pessoas com deficiência entra nessa era de discursividades do cotidiano e a mídia é uma forma de expressão e divulgação das estratégias utilizadas para atingir tal finalidade.

As práticas inclusivas sinalizam o papel de destaque atribuído pelos veículos de comunicação na produção de dizibilidades, edificando os sentidos. Cria-se o espetáculo de imagens que lideram as batalhas discursivas, contribuindo para se compreender o papel da mídia na sociedade. Os acontecimentos são discursivizados, ganhando mais visibilidade pela

repetição com que é divulgado e pelo tratamento que lhe é dispensado. Assim, A mídia não somente transforma o presente em acontecimento jornalístico, como também lhe confere um estatuto histórico. A sociedade assiste à história do tempo presente sendo construída, no interior dos aparelhos de comunicação de massa, sob a tirania do acontecimento. (NAVARRO-BARBOSA, 2003).

Diante da gama de discursivização, emerge a sociedade do espetáculo que se pauta na configuração das visibilidades sobre os fatos transformados em acontecimentos. Fato que garante a força da mídia atuando na construção da história do presente, através da espetacularização dos dizeres que favorecem inúmeras possibilidades de construção de sentidos. No entanto, “o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, midiaticizada por imagens”. (DEBORD, 2002, p. 10).

O que se observa é que a mídia age como instituição disciplinar apoiada na concepção da sociedade de controle, erguida através de procedimentos do biopoder. Com isso, encontra respaldo para tornar-se suporte de distribuição, seleção, acompanhamento e divulgação de modos de viver e estar na sociedade, seja agindo sobre o corpo do indivíduo ou sobre o corpo coletivo. Esse fato contribui para se pensar o papel da mídia no governo do outro que se efetiva por meio de relações de poder e saber, por meio dos procedimentos de controle, os quais delimitam o que pode ser dito. Dessa maneira, podemos direcionar o olhar para a produção discursiva da revista *Sentidos*, recortando do *corpus* algumas capas que mostram a espetacularização da inclusão.

Figura 3 – Espetacularização da inclusão



Fonte: Capas da Revista *Sentidos*

A construção do sentido, nessas imagens, pode ser pautada no olhar da Semiologia Histórica, a qual segundo Courtine, citado por Sargentini (2011b, p. 116) “é indicada como uma abordagem que leva em conta as contribuições de Foucault, da história cultural, da antropologia histórica e da semiologia para oferecer-nos uma perspectiva de análise que se articula às reflexões dos estudos do discurso”. Desse modo, busca-se na materialidade das imagens, identificar índices corporais e exteriores, que podem ser formas, marcas, traços, linhas e signos, os quais possibilitam destacar, neste trabalho, a visibilidade do espetáculo que incide sobre o sujeito com deficiência.

O efeito de evidência e a espetacularização produzidos nos enunciados das capas da revista acontecem por meio da inscrição do sujeito, pela ordem do dizível e do visível, seguindo um projeto de leitura e o jogo tático da ordem do discurso. Há um apelo de imagens, mecanismos e estratégias do espetáculo do corpo, marcados pelo traço homogêneo do rosto, através do sorriso e da ênfase no braço, singularizado em cada imagem.

Além disso, o show de cores, formas e disposição da aparência do sujeito mulher, a qual não é apresentada por um desenho, mas por uma fotografia – o que já emana um efeito de realidade, pois se tratar de indivíduos que realmente existem na sociedade – garante a primazia do espetáculo, o qual precisa de uma plateia para se efetivar. Por isso, nas palavras de Santos (2012),

O termo espetáculo se refere a tudo que chama a atenção, atrai prende o olhar. Assim, a noção de espetáculo se refere ao que se dá a ver, aquilo que é exibido e que, portanto, exige algo que seja representado, encenado por alguém diante de uma determinada massa de espectadores. [...] Interessa notar na noção de espetáculo um trabalho peculiar de representação das ações humanas, isto é, a representação por meio de personagens que fabricam realidades, que ocupam, ou procuram ocupar, posições sociais e históricas diante de uma determinada coletividade. (SANTOS, 2012).

Dessa maneira, o espetáculo oportuniza a visibilidade. O que se apresenta aos olhos é um conjunto de ingredientes que promovem uma pedagogia do sorriso como o gesto repetível que efetiva a subjetivação, pois os sujeitos são postos em evidência pela ênfase no efeito de felicidade, conquistada por diferentes mecanismos e estratégias de por em visibilidade o sujeito com deficiência nas imagens.

Na primeira, o sujeito está no campo, indicando liberdade associada à naturalidade das coisas, efeito de normalização, de possibilidade de fazer qualquer coisa, como os outros, em um espaço que a ordem política da acessibilidade não está marcada. Em adição, a parte inferior do corpo, representada nas pernas presas à cadeira de rodas, está como uma raiz que tem efeito de algo que se ramifica, espalhando-se, sentido produzido no enunciado imagético

e corroborado pelo enunciado verbal “mais inclusão”. Esse, por sua vez, indica o crescimento proposto pelo IBGE, através do saber da Estatística, notificando, por meio do traço linguístico do advérbio “mais”, o aumento percentual dos sujeitos com deficiência.

O céu azul, límpido é o que tem maior evidência na imagem, construindo um efeito de amplidão, de imensidão, de liberdade. Entretanto, o sujeito com deficiência, nessa imagem, está sozinho, marcando ainda que é uma classe minoritária em relação ao todo da população. Mas a visibilidade é marcada no gesto dos braços abertos, com um efeito de acolhimento para o que vem em forma de inclusão por meio da biopolítica¹¹ e como receptividade para os outros sujeitos, ressaltada através do aumento estatístico.

Esse gesto dos braços abertos pode ser retomado, como traços indiciários, em outras práticas discursivas, como na imagem do Cristo Redentor, marca de religiosidade e símbolo do Rio de Janeiro, característica da receptividade que indica receber o visitante de braços abertos. O gesto ressoa também por meio do enunciado que enfatiza quando alguém é bem-vindo, diz-se que ele foi recebido “com um sorriso no rosto e de braços abertos”, corroborando que “a existência histórica de um gesto é retratada e reconhecida ao longo dos tempos”. (MILANEZ, 2011, p. 199).

Esses traços indiciários, do sorriso no rosto e foco no braço marcam a visibilidade do sujeito na segunda capa. Há uma promoção do espetáculo pela arte como elemento de superação. A dança do ventre indica o lugar de liberdade e de possibilidade de realizar movimentos singulares. No enunciado verbal, há um signo que indica expressamente a espetacularização, “um show”, mas não o da dança, sim o da superação, que promove a autoestima e a alegria do sujeito. A estratégia de visibilidade está no braço, ele marca a dança como um elemento rítmico que requer habilidade e agilidade de mãos em diversos movimentos.

O véu e as vestimentas indicam que é a dança do ventre, considerada como a mais feminina e sensual entre as danças, pois o corpo fica em evidência como elemento de expressão, comunicação e sensualidade. No enunciado imagético, nessa segunda capa, o braço para o alto faz um gesto da dança, ratifica a regularidade dos movimentos de ondulação exigidos, entretanto, no outro há a marcação da deficiência, pela ausência do membro como forma de legitimar uma identificação corporal, de marcar o lugar da diferença, inclusive pelo apagamento dos membros inferiores, que não aparecem por não ser neles que está o sinal da superação. O jogo de cores e o efeito de sombra causado pelo véu compõem o conjunto do

¹¹ A matéria completa referente a esta capa está analisada no capítulo 2 deste trabalho.

espetáculo ratificado pelo enunciado verbal: “a vitória dos amputados: um show de alegria e autoestima”.

A estratégia na terceira capa promove a espetacularização associada ainda aos traços indiciários do sorriso e do braço como elementos de marcação e de lugar da visibilidade do sujeito. Essa imagem comporta um regime de enunciabilidade que associa o corpo ao espaço do dizível e o apagamento da deficiência, por meio da higiene do rosto. São pistas de um sujeito normalizado, regrado pelo discurso da beleza feminina que circula em diferentes enunciados, regidos por uma regularidade que dita um padrão: magra, loira e de autoestima elevada.

A fisionomia retratada em um *close* que mostra um rosto harmônico com olhos, nariz e boca bem definidos, sem traços de deficiência, além de outro elemento que enfatiza a beleza feminina: o cabelo, longo e esvoaçante, traço histórico de feminilidade e as unhas bem pintadas, reforçam a necessidade de apagar a sequela deixada pela deficiência resultante da paralisia cerebral, que aparece em caixa alta, no enunciado verbal.

Desse modo, o *close* no rosto mostra o lugar em que a deficiência foi produzida, porém superada, o que resultou na visibilidade do sujeito ligada a beleza e autoestima, para marcar o espetáculo por meio da superação, grafadas em letras vermelhas, com muito destaque, para mostrar sua superioridade em relação à paralisia cerebral.

A sequela deixada foi apagada na imagem ao evidenciar o braço e as mãos que podem usar o computador, outro traço que marca a normalização. O ambiente do escritório em que trabalha, por estar sentada a mesa, escondeu as pernas, único vestígio do corpo com deficiência, que não pode andar sem a ajuda de terceiros ou da cadeira de rodas. Assim, a deficiência do sujeito é interdita pelos traços que promovem sua subjetivação e promovem o espaço do espetáculo que dita padrões de normalidade, ligada ao jogo do dizível e do visível na materialidade das imagens de capa.

Em suma, nos três enunciados de capas da revista *Sentidos*, há construção de efeitos de sentido de liberdade e naturalidade por meio dos traços de regularidade do corpo, na pedagogia do sorriso e no destaque dado aos braços. Cada enunciado promove uma visibilidade do sujeito com deficiência, na qual o espetáculo está articulado à sociedade de consumo, em que os corpos tornam-se produtivos, normalizados por uma ordem do olhar, na qual a deficiência é um produto a ser comercializado pela instituição midiática que é a revista, pois um espetáculo, como algo visível, que se mostra a ver, não existe sem uma plateia, que neste caso, é formada pelos sujeitos leitores, consumidores do espetáculo de imagens.

A revista, enquanto dispositivo midiático promove, não apenas nesses enunciados, mas em todos que são analisados neste trabalho, um discurso do espetáculo do corpo com deficiência, desenvolvendo uma pedagogia de superação e estímulo às diferenças. São páginas permeadas de cores, imagens e rostos sorridentes que garantem um efeito de qualidade de vida e construção de subjetivação, baseada na autonomia, bem estar e autoestima.

Promove-se, dessa forma, um efeito de sentido que aponta a felicidade como marca característica da inclusão, pois quem está na ordem do discurso da revista encontra formas para viver melhor e mais feliz. Fato corroborado pelas capas das revistas, as quais apresentam pessoas sorrindo. A pedagogia do sorriso constitui uma estratégia de docilização do corpo com deficiência, atrelada a formas de valorização da vida que emanam da sociedade de controle, apontada como lócus das positivities do biopoder.

Entretanto, a ordem do que pode ser dito faz silenciar as práticas discursivas que não apontam a realidade das pessoas com deficiência plenamente, pois se sabe que há inúmeros casos não estão na esfera da inclusão. Com isso, segundo aponta Gregolin (2003, p. 97), “as mídias desempenham um papel de mediação entre seus leitores e a realidade já que o que os textos da mídia oferecem não é a realidade, mas uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta”. Desse modo, há exclusão no discurso da inclusão na revista *Sentidos*, pois o que se evidencia são os casos que promovem uma realidade metonímica, na qual o sujeito é efeito das dizibilidades fabricadas pelo dispositivo midiático.

Assim, essa realidade fragmentada é corroborada pelo olhar do sujeito editor, condicionado pelas pressões da ordem do discurso apontadas por Foucault (1999). Para o autor, a produção dos discursos é controlada, selecionada, organizada e distribuída por certo número de procedimentos que visam desviar os poderes e os perigos do discurso, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua materialidade. Sujeito e sentido são historicamente determinados através de práticas discursivas controladas pela ordem do discurso: “não se tem o direito de dizer tudo, não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, qualquer um não pode falar de qualquer coisa”. (FOUCAULT, 1999, p. 9).

Como resultado, os discursos são pressionados por procedimentos de exclusão, que têm na interdição seu ápice, tendo em vista que não se pode dizer tudo, em todo momento, nem falar de qualquer coisa. Há sempre tabus e recortes sobre os dizeres e sobre os sujeitos que enunciam.

São as práticas da interdição que coíbem as ações midiáticas de dizer qualquer coisa sobre a inclusão. A ordem do discurso prioriza os casos de superação e de inclusão efetiva no mercado de trabalho e na educação como resultados de políticas afirmativas que promovem uma transformação social. A revista passa por procedimentos de editoração e tem como motivação para seleção do material a ser divulgado em suas páginas a ideia de que a inclusão é possível, além de pressões mercadológicas que instigam sua produção e circulação.

Tais práticas promovem a credibilidade e a legitimidade do discurso que emana em seu interior, fazendo com que se efetive a produção de matérias, notícias, propagandas de produtos e serviços, reportagens de histórias que emocionam e convencem o leitor, sempre com o olhar sobre acontecimentos que merecem destaque. Com isso, faz-se antever o procedimento do discurso que prevê a separação e a rejeição entre os dizeres, promovidos pelo que se pode ou não dizer em determinado momento.

Tais formas de seleção e controle do que vai ser dito, marca a entrada de outro procedimento discursivo, demarcado por Foucault como o terceiro sistema de exclusão, a oposição entre o verdadeiro e o falso. É essa oposição que vai marcar o verdadeiro de uma época, que vai dar credibilidade ao que está sendo dito por se legitimar como o discurso verdadeiro, no qual se impõem relações de poder e saber. Assim, nas páginas da revista sempre se encontram formas de legitimação dessas vontades de verdades veiculadas, sejam através das falas de sujeitos autorizados a falar em nome de instituições médicas, judiciárias, religiosas, pedagógicas, etc., seja por meio de como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído e de como essa verdade tende a exercer sobre os outros discursos, uma espécie de pressão e um poder de coerção. (FOUCAULT, 1999).

Existem ainda diferentes maneiras de policiamento dos discursos que não se dão, como nas acima descritas, influenciadas por processos exteriores, mas que se efetivam no interior dos discursos. Trata-se do comentário que aparece como uma repetição indefinida que promove a reatualização dos dizeres, seus deslocamentos e a formação de sentidos. Agregado a esse, pode-se mencionar também a função autor que reivindica um lugar de identidade e de individualidade, além das disciplinas que regem os saberes e promovem a produção de enunciados que ditam o verdadeiro de cada época. Todos esses procedimentos são orientados por meio de uma função restritiva e coercitiva dos discursos.

Nessas formas de controle se instalam os procedimentos que fazem os discursos serem promotores de desejo e de poder. Eles são lugares de embates e lutas e fazem da palavra algo tão perigoso, que resultam em aprisionamento ou liberdade. Esse fato se justifica

pelas vontades de verdade que proliferam e fazem circular efeitos de poder e saber que colocam o sujeito enunciador como aquele pode dizer a verdade dos fatos. Por isso, na revista em pauta, o discurso é marcado pelo efeito de superação. Todo o controle discursivo permite criar um sentido de verdade, através da garantia de credibilidade e utilizando estratégias discursivas padronizadas, as quais entregam para o público consumidor, um texto que apresenta sentidos fabricados e agenciados pela instituição midiática em detrimento do silenciamento de outros.

No jogo da rede enunciativa midiática, promove-se uma prática de construção e veiculação dos enunciados que os selecionam, organizam, apresentam e distribuem por vias de espetacularização do real. Com isso, a sociedade do espetáculo, que oportuniza a extrema visualidade, faria par com a mais completa invisibilidade e com o domínio da artificialidade programada que desarma a realidade das coisas. (GOMES, 2004). Analisar o funcionamento da mídia requer compreender os processos de fabricação das verdades, a produção do espetáculo em suas lentes, o processo de discursivização dos acontecimentos que favorecem a inclusão da pessoa com deficiência. Sempre com o olhar focado na manifestação das relações de poder que constituem os discursos, enfocando as estratégias discursivas ligadas às redes de memória que escrevem a história do cotidiano pelo olhar da mídia impressa.

Nessa rede discursiva, a proposta metodológica que usamos, permite-se enfatizar que “a genealogia, como análise da proveniência, está, portanto no ponto de articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo”. (FOUCAULT, 2007d, p. 22). No caso da emergência do discurso da inclusão social do sujeito com deficiência, não podemos dizer que a pesquisa genealógica aqui proposta, vá encontrar um corpo “arruinado”, mas certamente, um corpo marcado de história e pela história. Essas marcas vão comprovar que a genealogia realmente é cinza, minuciosa, escrita e reescrita em rabiscos ou com muito esmero, conforme se pode notar nos sentidos da revista *Sentidos*, a qual promove a espetacularização da inclusão.

O trabalho está alicerçado. As filiações teóricas foram destacadas. Algumas ferramentas analíticas foram descritas. Contudo, diante do percurso realizado, observamos que em cada época ou modelo de sociedade, há sempre tipos de poderes a serem exercidos na fabricação do sujeito e do seu corpo. Fato que justifica o traçado histórico acerca das relações de poder que compõem o próximo capítulo e amplia a caixa de ferramentas das categorias utilizadas na construção da pesquisa. Assim, poderemos concretizar a análise do discurso da inclusão social do corpo com deficiência que está materializado nas páginas da revista.

CAPÍTULO 2

RELAÇÕES DE PODER-SABER NA HISTÓRIA: TRAJETOS QUE SE MISTURAM NA PRODUÇÃO DE UMA TECNOLOGIA POLÍTICA DO CORPO

O corpo também está mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalho, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição; o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso.

(FOUCAULT, 2010b, p. 29)

2.1. A noção de poder e sua produtividade para a construção da história do corpo

Discutir a história do corpo passa por questões históricas que marcam os diferentes regimes de governo nas sociedades ocidentais, dos quais se percebem relações de poder. Em decorrência disso, pode-se indagar: como o poder está agregado às formas de governos que buscam favorecer o desenvolvimento do corpo social? Para responder, é preciso discutir como se consolidaram as formas de poder que emergiram em contextos sócio-históricos específicos; relacionam-se com a produção da verdade, dos saberes e podem ser percebidas nas práticas discursivas e não discursivas.

A produção de saber e de poder que ocorre na sociedade é responsável pela fabricação de mecanismos que corroboram na construção das práticas sociais. Com isso, o discurso aparece como o lugar privilegiado da manifestação dos saberes que permitem interferir na forma de ver e dizer determinados objetos, fazendo ressaltar como o poder produz discursos com valor de verdade e diferentes efeitos. As formas de governo vigentes na sociedade, ao longo do tempo, foram resultados de imbricações políticas e lutas de dominação e controle do e pelo poder. Segundo Foucault (2010e, p. 290-291):

[...] as relações de poder se enraízam profundamente no nexos social; elas não reconstituem acima da “sociedade” uma estrutura suplementar com cuja obliteração radical pudéssemos talvez sonhar. Viver em sociedade é, de qualquer maneira, viver de modo que seja possível a alguns agirem sobre a ação dos outros. Uma sociedade “sem relações de poder” só pode ser uma abstração.

Para penetrar no âmbito dessas relações de poder – e, em adição, observar suas implicações para a discursivização de uma história do corpo – necessário se faz fundamentar essa categoria dentro da genealogia foucaultiana, como forma de definir o trajeto teórico que segue esta pesquisa. Para tanto, recorreremos às teses centrais sobre a microfísica, fazendo uma imersão na analítica do poder nos escritos de Foucault. Em seguida, discutiremos as questões de governo que afloram em diferentes épocas e constroem relações de poder-saber.

Para Foucault (2005, p.19), “o que está em jogo é determinar quais são, em seus mecanismos, em seus efeitos, em suas relações, esses diferentes dispositivos de poder que se exercem em níveis diferentes da sociedade”. Em suas pesquisas, ele buscou relacionar o poder diferentemente da filosofia política que coloca a filosofia como o discurso da verdade e tenta fixar os limites de direito do poder. Foucault não tentou criar uma definição, mas perceber

como o poder se estabelece em relações e se espalha na sociedade. A proposta dos cursos proferidos de 1970 a 1976 resume o seu interesse. Ele afirma que:

O que eu tentei responder desde 1970-1971, era o ‘como’ do poder. Estudar ‘o como do poder’, isto é, tentar apreender seus mecanismos entre dois pontos de referência ou dois limites: de um lado, as regras de direito que delimitam formalmente o poder, de outro lado, seriam os efeitos de verdade que esse poder produz, que esse poder conduz e que, por sua vez reconduzem esse poder. Portanto o triângulo: poder, direito e verdade. (FOUCAULT, 2005, p. 28). (Grifos do autor).

Essa proposta de Foucault para a análise do poder, se pauta sobre a questão-problema que busca a compreensão das regras de direito das quais lançam mão as relações de poder para produzir discursos de verdade, dotados de efeitos poderosos que enredam os sujeitos. No entanto, essas verdades são transitórias, pois não interessa buscar no discurso o que ele “revela da cientificidade e da verdade, deve-se ver historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior dos discursos que não são em si nem verdadeiros nem falsos”. (FOUCAULT, 2007e, p. 7). O que pode ser aceito em uma época, já não é em outra, por isso, são vontades de verdade que se produzem em diferentes contextos.

Dessa forma, não se pode separar o tripé: poder, discurso e verdade, já que na sociedade há a marcação dessas forças que agem na irrupção de acontecimentos que fazem as trilhas da história. Em face dos ditos acima, conclui-se que o poder em Foucault está atrelado à legitimação da produção de verdades que agem por meio dos discursos, como forma de institucionalizá-la.

Esta produção da verdade que age por vias do poder e através dos discursos, legitima o fazer social em busca de uma normalização. Para isso, garante a eficácia do poder de decidir, veicular e implantar múltiplos efeitos nos segmentos sociais. Percebem-se julgamentos, condenações, obrigações, tarefas a serem seguidas, diferentes formas de como viver, sempre em função desses discursos verdadeiros. Em sua maioria essas regras são coagidas por vias do direito, mecanismos de poder, efeitos de verdade que circulam entre as esferas sociais e fabricam os indivíduos.

É sob essa perspectiva que Foucault busca trilhar suas pesquisas sobre o poder, distanciando-se do pensamento dos teóricos do contrato social – Locke, Hobbes e Rousseau – que entendem o poder como um direito sobre o qual se pode possuir ou transferir através de um contrato. Também se afasta da teoria marxista que defende uma “funcionalidade econômica”, ou seja, uma teoria pautada na defesa de que o papel do poder está alicerçado na manutenção das relações de produção, de classes. Nas duas propostas, o poder está ancorado

na economia política, o que evidencia a indagação: o poder está sempre numa posição secundária à economia? Ele tem como razão de ser e como finalidade servir à economia? Ou ser algo que se possui, que se cede por contrato ou por força? (FOUCAULT, 2005).

Para responder a tais questões, é preciso compreender que para Foucault, o poder não se dá, nem se troca, ele existe em ato e é essencialmente uma relação de força, é algo que reprime, por isso usa a metáfora da guerra e afirma que “o poder é a guerra continuada por outros meios” (*id ibid* p. 22). Isso enfatiza outra afirmação deste autor ao dizer que “o discurso é aquilo por que, pelo que se luta, é o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1999, p. 10).

Essa análise também deve priorizar, em sua especificidade, técnicas e táticas, o que não era evidenciado pela teoria jurídica, nem pelo marxismo. O que Foucault propõe é que se verifique a mecânica do poder, e isso foi possível pelas lutas cotidianas, nas quais incidem as malhas do poder.

Recai, assim, a evidência de que o poder é exercido através de uma pluralidade e heterogeneidade de forças que induzem à produção de verdades e à constituição do Estado, agindo de forma inversa, pois essas forças se afetam entre si em focos locais, para entrelaçar-se e reunir-se numa estratégia de conjunto, que pode levar uma linha de força a uma forma terminal, sendo que “o Estado é considerado somente uma das formas terminais da sedimentação entre as forças microfísicas e não o ponto de partida das relações de poder”. (CANDIOTTO, 2010, p. 34).

Foi em observação às lutas cotidianas que Foucault estendeu suas teses sobre o poder, observado a partir de micropoderes, os quais fazem emergir a análise de objetos que tinham ficado à margem do campo da análise política. Assim, o autor se dedica a temas como a loucura, a prisão, sexualidade, dentre outros, que são essenciais na análise do funcionamento do poder e percebidas através de uma genealogia que tente compreender o sujeito na trama da história. É preciso ainda, destacar que o poder em Foucault pode ser compreendido sob quatro prismas, conforme atesta Gadelha (2009, p. 28):

O poder devia ser concebido como relacional e estratégico, exercendo-se de múltiplas formas (através de diversos mecanismos e dispositivos) e em diferentes níveis sociais; em segundo, e por isso mesmo, que talvez não fosse mais suficiente pensá-lo tal como se fazia corriqueiramente, como podendo ser deduzido da economia; em terceiro, que, desde o início dos anos 1970, ele mesmo vinha procurando problematizá-lo desde outra perspectiva – microfísica e imanetista; em quarto lugar, por fim, que naquele momento (1975-1976), talvez a guerra (e não a economia) viesse a constituir um analisador mais produtivo para as suas pesquisas genealógicas.

Nesta perspectiva, é pertinente perceber os deslocamentos produzidos na análise do poder, sobre os quais estão assentados os trabalhos foucaultianos e, constituem seu arsenal teórico onde se mesclam os problemas do cotidiano e a discussão sobre o saber histórico das lutas, arquitetado na genealogia do poder. Na segunda aula do curso, *Em defesa da sociedade*¹², datada de 14 de janeiro de 1976, Foucault faz um balanço de suas pesquisas sobre o poder, realizadas até aquele momento e expõe algumas precauções de método que procurou seguir para delinear suas configurações analíticas do poder.

Dentre elas, ressalta, em primeiro lugar, que o poder não pode ser analisado em seu centro, em mecanismos gerais ou efeitos de conjunto. Deve-se buscá-lo em suas extremidades, em seus lineamentos, isto é, tomar o poder em suas formas e em suas instituições mais regionais, sobretudo, indo além das regras de direito que o organizam e o delimitam.

Em segundo lugar, o filósofo procurou tratar o poder não do ponto de vista da intenção ou da decisão, não buscar descobrir quem tem o poder, ou o que este procura. Ele analisa o poder atrelado à sua face externa, no interior de práticas reais e efetivas. Aplicar a análise ao funcionamento do poder, ao seu objeto, seu alvo, seu campo de aplicação, observando o ponto em que ele se implanta e produz efeitos.

A terceira precaução do método, apontada por Foucault para as configurações do poder, incide em não compreendê-lo como um fenômeno de dominação homogêneo, que atua entre um indivíduo, grupo ou classe sobre os outros. Não enxergá-lo como algo partilhado diante dos que o têm e o detém, e aqueles que não o têm e são submetidos a ele. É preciso ver o poder em circularidade e funcionando em cadeia. Ele não está localizado aqui e ali, mas se exerce em redes sociais, nas quais os indivíduos também circulam, pois estão submetidos a esse poder. No entanto, não são somente passivos, receptores das relações de poder, também podem exercê-lo em diferentes esferas cotidianas, porque o poder transita entre os indivíduos.

Esta compreensão está diretamente relacionada com a quarta precaução de método, a qual mostra que o poder não parte do centro e se prolonga para baixo, vindo até onde ele se reproduz e se reconduz nos menores elementos da sociedade. Foucault (2005, p. 36) nos convida a fazer uma análise ascendente do poder, partindo dos mecanismos infinitesimais, pois eles também têm sua história, seus trajetos, técnicas e táticas próprias. A história da loucura ilustra essa questão, pois as minorias provocaram interesse do Estado, pois em algum momento se descobre que essa tecnologia produz uma utilidade política e lucro

¹² As aulas do curso do *Collège de France*, proferidas por Foucault no ano de 1976, foram publicadas em obra intitulada *Em defesa da sociedade*.

econômico. Assim, “a burguesia não se interessa pelos loucos, mas pelo poder que incide sobre os loucos, pois os procedimentos de exclusão liberaram a partir do século XIX um lucro político.” (FOUCAULT, 2005, p. 39).

Como quinta precaução de método da análise do poder, Foucault (2005) afirma que as grandes máquinas do poder não são acompanhadas de produções ideológicas. O que se forma são instrumentos efetivos de formação e acumulação de saber, são métodos de observação, técnicas de registro, procedimentos de investigação e de pesquisa. O exercício do poder forma, organiza e põe em circulação um saber, ou aparelhos de saber que não são edifícios ideológicos.

Essa visão reforça que em toda relação de poder há a produção de relações de saber que articulam os dispositivos de fabricação das verdades e dos conhecimentos produzidos historicamente. Sobre isso, Foucault (2003, p. 23) acrescenta que “é somente nas relações de luta e poder – na maneira como as coisas entre si, os homens entre si se odeiam, lutam, procuram dominar uns aos outros, querem exercer, uns sobre as outras relações de poder – que compreendemos em que consiste o conhecimento”. É preciso buscar o saber que se constrói nas diferentes relações de poder.

Os recortes de métodos marcaram a forma como Foucault compreende o poder na sociedade, distanciando-se das noções tradicionais ligadas às noções jurídicas, à soberania, aos aparelhos de Estado e ao âmbito das ideologias. O filósofo orienta que as pesquisas devem caminhar para uma análise do poder que considere as formas de dominação, os operadores materiais, as estratégias de sujeição, as conexões e utilizações dos sistemas locais dessa sujeição, sem esquecer os dispositivos de saber que se constroem nas relações de poder.

Essa discussão sobre as precauções de método provoca, ainda, a reflexão sobre o fato de que Foucault não criou uma teoria exclusiva sobre o poder. Ele fez análise dos efeitos do poder articulados aos problemas elementares ligados à loucura, prisão e sexualidade, dentre outros, sempre se utilizando de continuidades e descontinuidades nas explorações dos temas. Segundo o filósofo, em meados dos anos 50, o problema foco das questões da atualidade era o poder, observado sobre a herança do fascismo e do stalinismo. Isso porque não se dispunham de instrumentos teóricos para análise e porque economistas e historiadores procuravam explicá-lo à luz de concepções marxistas, o que favorecia a uma análise através do que ele rotulou como “excessos de poder”.

Compreender o poder a partir de seus excessos, sob uma égide econômica, não é suficiente para resolver suas questões. Deve-se lidar com os mecanismos do poder que

estejam articulados por si mesmos, sem estarem somente presos à problemas econômicos. Desse modo, Foucault buscou entender o poder, não apenas nos excessos, mas ligado às questões da sociedade, analisado “nos movimentos que acontecem ao longo das malhas da rede social, em cujos nós se situam os indivíduos que, ao mesmo tempo em que se submetem ao poder, são capazes de exercê-lo”. (VEIGA-NETO, 2008 p. 24).

A análise do poder, na genealogia foucaultiana, não exclui diretamente o Estado. Se, de forma geral, o poder era visto como efeito de dominação atrelado ao Estado e ao funcionamento dos aparelhos de Estado, nesta ótica, adotada pelo filósofo, o poder constitui-se por relações que estão nas bases das microlutas. Em diferentes contextos, há correlações de forças entre homem/mulher, pai/filho, professor/aluno, etc., as quais formam relações de micropoderes que funcionam vinculadas aos poderes do Estado, mas também condicionam certas estruturas estatais, pois:

a estrutura de Estado, no que ela tem de geral, de abstrato, mesmo de violento, não chegaria a manter assim, contínua e cautelosamente, todos os indivíduos, se ela não se enraizasse, não utilizasse, como uma espécie de grande estratégia, todas as pequenas táticas locais e individuais que encerram cada um entre nós. (FOUCAULT, 2006a p. 231).

A maneira de compreender as relações de poder na sociedade visa a atrelar, não somente as formas de dominação do Estado sobre as classes, mas principalmente, fomentar a questão de que o poder está em todo lugar. Dessa forma, é preciso perceber como as tecnologias do poder operam na prática, construindo os sujeitos. Esta é a preocupação que se deve levar em consideração na análise genealógica. Como afirma Foucault (2006a p. 233), “é ver como, na vida cotidiana, nas relações entre os sexos, nas famílias, entre doentes mentais e pessoas sensatas, entre doentes e médicos, enfim, em tudo isso há inflação de poder”.

Percebe-se, assim, que a manifestação do poder ocorre em diferentes lugares e situações, produzem lutas e correlações de forças. Não acontecem de forma centralizada, monopolista, unilateral, são realizadas por meio de um constante estado de lutas. Isso evidencia que nas relações de poder existem focos de resistência. Para Foucault (2010b) “onde há poder, há resistência. [...] os pontos de resistência estão presentes em toda a rede de poder”, os quais não podem ser esquecidos no percurso analítico.

Em síntese, o poder nasce de uma pluralidade de relações que se transformam em diferentes coisas que possibilitam a existência das lutas e mobilizam os conflitos econômicos, políticos, etc., por meio de técnicas, instrumentos e armas usados nesses conflitos. Deve-se

levar em consideração que esse arsenal não é uma coisa, um dado, mas o instrumento de lutas múltiplas que fomentam transformações sociais. Sobre isso, argumenta Duarte (2008, p. 5):

O poder é sempre plural e relacional e se exerce em práticas heterogêneas e sujeitas a transformações: isto significa que o poder se dá em um conjunto de práticas sociais constituídas historicamente, que atuam por meio de dispositivos estratégicos que alcançam a todos e dos quais ninguém pode escapar.

Na análise de um objeto, para se aplicar a analítica do poder em conformidade com as teses foucaultianas, deve-se levar em consideração toda a noção de poder aqui discutida. Por isso, o foco deste trabalho se direciona para os efeitos do poder sobre o corpo com deficiência, alvo direto de técnicas e procedimentos de poder e de saber. Observar os efeitos do poder implica não perguntar como o soberano aparece no alto, mas indagar como se constituíram verdadeiramente os súditos, a partir da multiplicidade dos corpos, das forças, das energias, das matérias, dos desejos, dos pensamentos, etc. (FOUCAULT, 2005).

Desse modo, é necessário perceber que as relações de poder existem nos diferentes regimes de governo que perpassam a história. Eles também constituem redes e espalham-se socialmente, transformam-se a partir das múltiplas lutas travadas em seu interior, oportunizadas por diferentes acontecimentos. Assim, o tema do governo aparece ligado às manifestações do poder. Ao procurar ver os aspectos específicos da população, Foucault enfoca o problema do governo, sobre o qual ele discute em diversos trabalhos.

É preciso, portanto, contemplar como a noção de governo é discutida nas teses foucaultianas, devido a sua produtividade para a análise da emergência do discurso da inclusão, observando as possibilidades de fabricação da história do corpo. Sobre isso discutiremos a seguir.

2.1.1 Regimes de governo: formação e transformação das relações de poder

A história da humanidade é marcada pelo ciclo governamental que constrói as relações sociais. A partir delas se produzem as resistências e deslocamentos que fazem os indivíduos governar e serem governados numa relação dialética que constitui a história do passado, do presente e repercutirá nas possíveis transformações do futuro.

Nesses diferentes regimes de governo, percebe-se um espaço que oportuniza o surgimento de microlutas, nas quais as relações de poder são afetadas e transformadas historicamente, fazendo surgir novas estratégias de dominação. O corpo é fabricado nas

malhas do poder que está presente nas formas de governo. Neste caso, a ação de governar pode acontecer sob duas formas, segundo Veiga-Neto, (2008, p. 23):

além de resultar de uma ação (de poder) de um/uns sobre o (os) outro (s), o governo, enquanto condução, pode resultar também, de uma ação em que cada um se conduz a si mesmo [...]. Seja sobre os outros, seja sobre si mesmo, tais ações acontecem graças a determinadas técnicas, em geral muito específicas e refinadas. Quando se dão de uns sobre os outros Foucault diz que são de *dominação* e de *poder*. (grifos do autor).

Interessa, neste momento, discutir a forma de governo que incide sobre os outros, mediado por técnicas de dominação e de poder e que está também ligado ao Estado. A dominação é compreendida como a ação de comandar o outro com autoridade e resulta numa manifestação do poder em diferentes perspectivas. Dentre elas um poder mais centralizado ou mais descentralizado, conforme o regime de governo que predomina em cada época. Nesta ótica, é pertinente discutir a emergência da noção de governo que entra em cena nas sociedades ocidentais e mantém estreito diálogo com as relações de poder.

As discussões sobre o governo aparecem no século XVI ligadas a uma série de questões que investigam o modo de como governar, ser governado, governar os outros, com quais métodos, etc. (FOUCAULT, 2006b). Para responder a tais problemáticas surgem muitos tratados que vão do século XVI ao XVIII servir de referência sobre as artes de governar. Dentre esses, Foucault chama a atenção para os ditos de *O príncipe*, de Nicolau Maquiavel, por estar mais diretamente ligado ao governo do Estado.

Essa obra manteve diálogo com outras que o seguiram, sendo enaltecido e usado como referência. No entanto, a partir do século XIX, foi alvo de críticas, devido ao conteúdo apresentado que orienta sobre a forma de governar. Em seu conteúdo, a figura do príncipe aparece como transcendente, superior ao seu principado, o qual foi recebido por herança, aquisição ou conquista, fato que o caracteriza numa relação de exterioridade. “O exercício do poder será bem entendido, o de manter, reforçar e proteger esse principado” (FOUCAULT, 2006b, p. 285), caracterizado pelo que ele possui ou adquiriu: o território e os súditos que lhes são subordinados. A arte de governar, abordada por Maquiavel, apresenta-se como um tratado que enfatiza a capacidade do príncipe de manter seu principado.

Nota-se que esse é o ponto de discrepância entre os ditos de Maquiavel e outros teóricos que abordam as questões da arte de governar. Dentre eles podemos citar Guillaume de La Perrière (*apud* FOUCAULT, 2006b), que entende o governante como qualquer monarca, imperador, rei, príncipe, senhor, magistrado, prelado, juízes e semelhantes. La Perrière faz a defesa de que se governa não só um reino, mas uma casa, crianças, almas,

províncias, família. Dessa forma, percebe-se que essa atividade incorpora uma visão plural em que diferentes pessoas podem exercer o governo (pai de família, o diretor de uma escola, de um convento, o professor, etc.). Fato que reforça a ideia de que há várias maneiras de governo, das quais governar o Estado é apenas uma delas.

Diferentemente do que é discutido em *O príncipe*, essa perspectiva acontece no interior da sociedade ou do Estado e advêm de uma continuidade ascendente ou descendente que caracteriza a ação de governar. Há também, outra observação quanto à forma de governo, que se aplicará ao Estado e é defendida por François de la Mothe Le Vayer (*apud* FOUCAULT, 2006b). Ele aponta três formas de governo que se referem a uma ciência ou reflexão particular. São eles: o governo de si mesmo, referido à moral; a arte de governar uma família, referido à economia e a ciência de bem governar o Estado, relacionada à política.

Desses modelos, a introdução da economia é apresentada na gestão do Estado. Tem como base acoplar o modelo de governo do pai de família que faz prosperar riquezas, atende e gere diferentes indivíduos ao governo do Estado. Essa noção é desenvolvida a partir das ideias formuladas por Rosseau (1995), que descreve a economia originalmente ligada ao governo da casa para o bem comum de toda família. Posteriormente, a ideia é ampliada para a gestão da grande família que seria o Estado, respeitando as diferenças que há entre a administração geral do Estado, pela política e a administração doméstica. Desse modo, espera-se desenvolver uma gestão política do Estado que seja pautada no uso da economia como forma de administração de bens e pessoas.

Surge, então, o uso comum da palavra economia que nas palavras de Rousseau (1995, p.30) “significa antes a administração cuidadosa do que se tem do que às formas de conseguir o que não se possui”. Em decorrência disso, vê-se emergir um saber baseado na economia, que começa a tomar o sentido que a sociedade moderna dá ao termo. Para Foucault (2006b, p. 289) “a arte de governar é, precisamente, a arte de exercer o poder na forma e segundo o modelo da economia”.

A introdução da economia na forma de gerir o Estado traz repercussões que irão afetar o desenvolvimento das formas de governo. Se na soberania o governo se exercia mais sobre o território, nos regimes seguintes, vai interessar, principalmente, governar o conjunto formado pelo homem e as coisas, sendo constituídos:

pelos homens em suas relações, seus laços, seus emaranhamentos, com essas coisas que são as riquezas, os recursos, as substâncias, o território em suas fronteiras, qualidades, clima. São os homens em relação com os costumes, os hábitos, as maneiras de fazer ou pensar. São também os homens em relação

com outras coisas que podem ser os acidentes ou desgraças, como fome, epidemias, morte. (FOUCAULT, 2006b, p. 290).

Assim, começa-se a definir o que se espera da gestão do Estado. Vai-se delineando as transformações sofridas no interior dos regimes de governo, movido por relações de poder que repercutem na construção dos objetos, dentre eles, o corpo. É na ação de governar, nas formas de dominação que se pode traçar o percurso histórico pelo qual o corpo é fabricado, sendo, reconfigurado nas diferentes formas de governo que perpassam a história da humanidade. O corpo vai ser castigado, supliciado, corrigido, adestrado, disciplinado, adaptado ao trabalho, alvo do biopoder, porque ele é, essencialmente, guiado por uma tecnologia política que se faz e refaz através das diferentes relações de poder. Elas estão presentes em cada mecanismo de governo e tem por base os pilares da economia, tendo em vista que “[...] é na economia bem entendida da potência civil que consiste a grande arte do governo, não só para se manter a si mesmo mas para alcançar em todo Estado a atividade e a vida; para tornar o povo ativo e laborioso.” (ROUSSEAU, 1995, p. 220).

Dessa forma, do poder soberano, ao poder disciplinar e, ao biopoder, vimos emergir uma sociedade que produz a história do corpo, perpassada por diferentes olhares. As relações de poder são condicionantes para estabelecer os saberes que são construídos e solidificados nessas diferentes épocas, sendo, portanto, alicerces das verdades produzidas sobre o corpo. No entanto, não se quer reafirmar aqui uma sobreposição, dizer que um período substitui o outro. Pretendemos discutir as especificidades de cada regime de governo, para penetrar na dinâmica histórica das relações de poder e perceber os embates travados sobre o corpo para enfim, compreender como o discurso da inclusão ganha destaque nas discursividades contemporâneas.

Nos regimes de governo, o poder e o saber agem como propulsores das relações sociais, tendo em vista que o corpo, como produção política, articula os efeitos de um certo tipo de poder e favorece a emergência de um saber, que por sua vez reconduz e reforça os efeitos desse poder. Essa relação poder-saber atua na fabricação do sujeito, seja através de técnicas, manobras e dominações, seja por meio das resistências.

Os próximos tópicos enfatizarão com mais detalhes a gestão política do corpo, procurando mostrar de que maneira as relações de poder estão atreladas à produção das verdades. É preciso escavar o solo das formas de dominação, seja no regime soberano que castiga o corpo, até as formas de governo que se voltam para a valorização da vida, através da disciplinarização individual ou pela regulamentação da população.

Cada estratégia de poder contribui diferentemente para a construção da história do corpo com deficiência, pois não se poderia falar em inclusão, sem retomar os momentos da história em que a exclusão predominava. Assim, há uma visibilidade sobre o corpo no que concerne à época dos grandes suplícios, às técnicas disciplinares aplicadas aos sujeitos e aos procedimentos de biopolítica. Vamos traçar, um voo panorâmico que se inicia nas malhas do poder soberano.

2.2 A emergência da soberania: rastros do poder soberano nas filigranas da história

Pensar a produção política do poder no contexto do regime de governo que se exerce com base no modelo da soberania, requer um olhar para a maneira como esse poder se exerceu e produziu efeitos que se espalharam, fabricando sujeitos. A era dos suplícios simboliza bastante os efeitos do poder sobre o corpo neste período. Porém, para adentrar nessa produção da economia dos castigos, faz-se necessário caracterizar como o poder era exercido na soberania e que implicações são percebidas para a construção dos saberes e produção das verdades da época.

A soberania é vista como uma atribuição de poder absoluto e perpétuo ao rei. Segundo Riscal (2001), esse termo já era utilizado desde a Idade Média, porém com restrições do sentido que lhe é atribuído a partir do século XVI. Foi devido às formulações de Jean Bodin, na obra *Seis Livros da República*, publicada em 1576, que o termo soberania adquiriu a noção moderna. Bodin estava imerso no contexto da guerra civil, por isso, nessa obra, sai em defesa da unidade do Estado, pregando a legitimação do poder real e do esboço legal da soberania, pois para manter a ordem social, deveria existir uma vontade suprema soberana.

Essas ideias contrapõem-se à forma de aplicação do poder no sistema feudal, que era caracterizada pela pluralidade de centros decisórios e pela fragmentação das autoridades. Fato que não evidenciava a existência de um centro de poder centralizador e unificador. Com isso, a soberania, não poderia encontrar qualquer condição de existência, na visão moderna, expressa o poder público, secular e identificado ao Estado, que se constitui como agente único, eficaz e competente em um espaço delimitado. (RISCAL, 2001).

Dessa forma, a soberania apresenta-se como foco centralizador do poder, o que garante a tomada de decisão e a efetivação do governo nas mãos de um soberano que vai ser detentor do exercício do poder. Na monarquia a soberania vai ser exercida com mais intensidade. Ela dispõe do fator necessário à sua efetivação, ou seja, a autoridade do soberano, dotado de um poder supremo, como reflexo das mudanças ocorridas por volta do século XVI.

Vale ressaltar que o poder absoluto conferido ao rei foi garantido devido aos conflitos medievais que opunham papas a imperadores, os quais disputavam o exercício do poder. Esse conflitos esbarraram na legitimação do poder conferido ao rei em seu território, pois, segundo Calasso (*apud* RISCAL, 2001, p. 448) “o problema histórico e teórico da soberania teria se concentrado em torno de uma fórmula pontifícia que versava sobre o reconhecimento da autoridade dos reis: ‘*Rex superiorem non recognoscens in regno suo est imperator*’”. (Grifos da autora). Essa fórmula garantia elementos dogmáticos que conferiam um poder régio, sobre o qual não se admitia abrir espaço para nenhum outro superior.

Destacam-se, assim, algumas particularidades da soberania. Ela impõe a exclusão de qualquer outro poder que seja interno ou externo ao território do rei, conferindo-lhe uma plenitude de poder e uma absoluta tomada de decisão sobre o território e os súditos. A relação de poder marcada na soberania deflagra a dominação de quem exerce a vontade e a tomada de decisão. O rei era visto como o centralizador do poder, pois “o corpo do monarca era efetivamente o corpo vivo da soberania”. (FOUCAULT, 2005, p. 30). Além disso, a perpetuação do poder se dava por direito original que se cede e se firma por contrato.

Vale destacar, ainda, que a teoria jurídico-política da soberania desempenhou, segundo Foucault (2005), quatro papéis. Primeiro, foi usada como mecanismo de poder efetivo pela monarquia feudal¹³; segundo, serviu de instrumento e justificativa para erguer as grandes monarquias administrativas (monarquias absolutistas); terceiro, foi usada, durante os séculos XVI e XVII, no momento das guerras de religiões, como arma que circulou em diferentes campos religiosos para limitar ou fortalecer o poder régio, servindo como ferramenta na luta política e teórica em torno dos sistemas de poder. O quarto papel é desempenhado no século XVIII, quando a teoria da soberania é encontrada nas teses de Rousseau e em seus contemporâneos, ao construírem o modelo das democracias parlamentares como alternativa contra as monarquias administrativas, autoritárias ou absolutas. Sob esses diferentes enfoques, a teoria da soberania cobria a totalidade do corpo social, por meio do exercício do poder, transcrito em termos da relação soberano/súdito.

Após essa breve caracterização sobre os mecanismos da soberania, indaga-se: que relação de poder estabelece-se entre o soberano e os súditos a partir da tecnologia política do corpo? Para se obter esta resposta, é preciso observar que, nesse tipo de governo, prevalece o espírito do rei como controlador e legislador dos corpos dos indivíduos. Foi produzida uma

¹³ Nota-se que neste período o conceito de soberania não havia adquirido seu sentido moderno. No entanto, não se pode deixar de notar que ela estava presente como mecanismo de poder, exercido desde os níveis mais elevados até os mais baixos.

“vontade de verdade”, durante o poder soberano, havia a garantia de decisão sobre a vida e a morte, o que caracteriza o período dos grandes suplícios do corpo como pena jurídica. Fato que leva a compreensão de que “o suplício penal não corresponde a qualquer punição corporal, é uma produção diferenciada de sofrimentos, um ritual organizado para marcação das vítimas e a manifestação do poder que pune”. (FOUCAULT, 2010b, p. 36).

Essa garantia de decisão sobre a vida e a morte é determinada pelas formas jurídicas, as quais estão entrelaçadas no tripé poder, direito e verdade – discutido no primeiro tópico deste capítulo. Isso porque nas sociedades de soberania, a teoria do direito assume, desde a Idade Média, o papel de legitimar e fixar o poder. Vale ressaltar que o sistema jurídico se constituiu no Ocidente para atender aos interesses do poder régio, sendo criado a pedido e a favor do rei. Esse fato garante a estratégia de legitimação e perpetuação do poder em favor da soberania real, por isso, de acordo com Foucault (2005, p. 30), “o direito foi um dos instrumentos técnicos constitutivos do poder monárquico, autoritário, administrativo e, finalmente, absoluto”. Dessa forma, a efetivação do poder de punir é legitimada pela teoria do direito, na qual o monarca era o responsável pela manutenção do território, priorizando a apropriação dos bens e da riqueza, muito mais do que pela qualidade de vida dos súditos, sob a justificativa de que o poder régio servia para garantir o bem comum e a salvação de todos.

No entanto, para a teoria soberana, o bem comum existe quando todos os sujeitos obedecem, incondicionalmente, às leis, exercem bem os cargos, praticam bem os ofícios, respeitam a ordem estabelecida de acordo com a lei que Deus impôs à natureza e aos homens. O bem público é essencialmente a obediência à lei, seja a do soberano sobre esta terra, seja a lei do soberano absoluto, Deus. O que caracteriza a finalidade da soberania não é nada além do que a submissão absoluta. (FOUCAULT, 2006b).

Essa submissão reforça as táticas e estratégias da teoria da soberania no que ela tem de encobrir a dominação sobre os súditos, que era de um sobre todos, isto é, do poder absoluto do rei para os que lhe eram subalternos, provocando uma total sujeição dos corpos dominados. Isso era permitido devido à soberania ter ao seu favor o aparelho jurídico e, até mesmo, o religioso, o que garantia obediência e subserviência ao rei. Ele era o representante maior, os indivíduos estavam submetidos à sua vontade.

Nessa forma de governo, exerce-se uma relação que importava colocar em proveito do soberano, primeiro seus direitos legítimos, segundo, a obrigação legal da obediência, levando a perceber uma relação circular de manobras do poder pela circularidade da soberania que girava em torno dela própria. Isso favorecia a manutenção do território que é

o elemento fundamental, tendo em vista que “o governo só existe pelo soberano; de forma tal que a vontade dominante do príncipe não é ou não deve ser senão a vontade geral, ou a lei, e a sua força não é senão a força pública nele concentrada”. (ROUSSEAU, 2010, p. 60).

Tal ideia não está distante do que propôs Maquiavel no tratado *O príncipe*, no qual enfatizou algumas características da arte de governar. Para esse autor, a figura do administrador substitui a do bom rei medieval. No clima bélico do século XVI, o soberano precisava dominar conhecimentos que o ajudasse a gerenciar seu território, oportunizando tomar conta da economia do Estado e do seu exército. Para isso, o soberano poderia se servir de todos os meios lícitos e ilícitos para preservar o território que recebeu. Não precisava medir esforços, mesmo diante da crueldade ou da trapaça, se o que estiver em jogo for a integridade nacional e o bem do seu povo. (MAQUIAVEL, 1996). Diante disso, o que se tenta preservar é a relação do príncipe com o seu principado.

Destaca-se a relação que se exerce no interior do principado: a dominação e o controle das ações realizadas pelo príncipe. Para ele, interessa preservar não o Estado em si, mas usar todos os instrumentos necessários para fortalecer e manter sua jurisdição de poder. Mesmo que para ser considerado um dirigente eficaz, seja capaz de “agir contra sua consciência em favor de sua tarefa política, como é o caso do governante que manda matar seu filho quando este o trai”. (CANDIOTTO, 2010, p. 36).

Neste sentido, apresenta-se, mais uma vez, o primado de constituição da soberania: a obediência às leis e aos procedimentos de sujeição que se põem em prática para construir um modelo de governo que se fortalece na tática da punição, do castigo às desobediências, fuga aos padrões de comportamento e aos crimes cometidos. Tudo isso justificado pela teoria do direito. Por isso, nas palavras de Foucault (2005, p. 31):

Dizer que o problema da soberania é o problema central do direito nas sociedades ocidentais significa que o discurso e a técnica do direito tiveram essencialmente como função duas coisas: de um lado, os direitos legítimos da soberania, do outro, a obrigação legal da obediência. O sistema do direito é inteiramente centrado no rei, o que quer dizer que é, em última análise, a evicção do fato da dominação e de suas consequências.

Dentro do escopo dessas consequências, sobressai o sistema punitivo e dos castigos. Naquela época, o corpo dos súditos era sujeitado à ordem do poder régio, por isso, prevalecia o domínio do rei, como forma de mostrar a sua força. Com isso, surge a época do suplício, na qual a vontade do soberano era aplicada para garantir o controle social. O fazer morrer vai aparecer como estratégia de poder e será foco das discussões a seguir.

2.2.1 O teatro da morte: o corpo supliciado no espetáculo público da soberania

Na esfera de ostentação do poder na soberania, o corpo era marcado, condenado, torturado, exposto, supliciado até a morte como forma de punição para os delitos praticados. Esse fato caracterizou a época dos grandes suplícios e marcou a morte como espetáculo público, encenada no teatro do poder soberano, no qual o crime e o castigo são lados da mesma moeda. Interessava, pois, punir o corpo sobre o cadafalso, torturando-o na presença de muitos outros corpos que são testemunhas do espetáculo produzido, garantindo assim, uma forma de inibir que outros crimes fossem praticados e que a ordem fosse mantida.

Com isso, percebe-se que se instalou uma série de penas físicas como punição, sendo a pena de morte o topo delas. Soulatges (*apud* Foucault, 2010b) afirma que a pena de morte natural compreende todos os tipos de morte: uns podem ser condenados à forca, outros a ter a língua ou a mão cortada e ser enforcado em seguida, outros a ser arrebatados vivos e expirar na roda, outros a ser queimados vivos, outros a ser puxados por quatro cavalos até a morte, dentre outras.

Não interessava apenas a punição do condenado, mas a garantia de que esta seria lenta e dolorosa. Até os crimes menos graves, cuja punição era o banimento ou multas, vinham acompanhadas de outras penas que tinham caráter de suplício, como: roda, coleira de ferro, açoite, marcação com ferrete, etc. Assim, o suplício era uma pena corporal dolorosa, um exemplo de tortura que mostra a crueldade e a manifestação do poder pela força. Promovia um espetáculo de sangue e dor, que fere o corpo e provoca a morte, em prol de uma produção de verdade, alicerçada no direito que garante as formas de penalidades baseadas nos suplícios.

Pode-se discutir que o suplício é uma técnica e não deve ser equiparado aos extremos de uma fúria sem legitimação. Uma pena para ser um suplício deve obedecer, em primeiro lugar, a produção de certa quantidade de sofrimento que se possa, se não medir exatamente, ao menos apreciar, comparar e hierarquizar. A morte é um suplício na medida em que ela não é simplesmente privação do direito de viver, mas uma graduação calculada de sofrimentos. (FOUCAULT, 2010b).

Não se deve esquecer que a característica marcante desse sistema de penalidade é a ostentação. Por isso, sempre são deixadas marcas no corpo da vítima, que é o suporte para garantia do espetáculo e alegoria do poder soberano, podendo ser visto e aplaudido pelos demais súditos. É pela justiça que se legitima todos esses atos, uma vez que, quanto mais

doloroso e cruel mais autêntica fica a força imperiosa da justiça, como forma de marcar o poder pelos excessos da tortura que leva a morte.

A ostentação punitiva referendada pela lei reforça o que já foi dito sobre a construção da teoria jurídica a serviço do rei. O corpo supliciado mostra o compromisso do sistema judiciário de comprovar a verdade do crime, fazendo valer o processo em sigilo até o momento da sentença, tanto para o público quanto para o acusado. A este não era dado o direito de defesa, uma vez que ele nem sequer sabia quem o havia denunciado, nem conhecia as provas de tais delitos.

Tal sigilo era garantido pela Ordenação de 1670, a qual regia as formas gerais da prática penal da época, como forma de oficializar que a verdade processual deveria ser estabelecida pelo soberano e seus juízes, atribuindo a eles um direito e poder absolutos. Isso fazia evitar que houvesse tumultos e revoltas por contas das penas aplicadas e permitia, segundo Foucault (2010b, p. 37), perceber que o “rei queria mostrar que a ‘força soberana’ de que se origina o direito de punir não pode em caso algum pertencer à multidão, pois diante da justiça do soberano, todas as vozes devem-se calar”.

No entanto, não se deve dizer que as penas eram aplicadas à revelia, sem um processo que buscasse comprovar a veracidade da culpabilidade do acusado. A verdade dos fatos era conseguida através de provas consideradas plenas, quando não havia espaço para dúvidas (testemunhos, argumentos, etc.) e, também por provas semiplenas, que são indícios longínquos conseguidos pelos homens (fuga do suspeito, opinião pública, etc.). Para a primeira, sempre se poderia aplicar qualquer condenação, inclusive que levasse à morte; já para a segunda, incidia sobre ela diversas condenações, mas não imediatamente com morte, poderiam ser investigações, multas, etc.

Essas formas de manipulação e controle da verdade, ocasionadas pela relação de poder que se cria em torno da figura do rei e do judiciário, sugerem a produção de um saber alicerçado nas formas jurídicas que determinam se uma pessoa é culpada ou inocente. As provas evocam um efeito sobre o judiciário que o faz detentor do saber e dominador de um poder que decide sobre os fatos e gere o destino dos indivíduos, sempre a partir de um saber que se propõe estar em conformidade com regras precisas de cálculo.

Mas serão mesmo regras precisas? É preciso observar que as provas eram conseguidas através de um processo que ocorre em sigilo e sobre o qual se devem prestar esclarecimentos, a partir dos indícios conseguidos para que se possa apresentar um culpado. Para Foucault (2010b, p. 39) “a informação penal escrita, secreta, submetida, para construir

provas, a regras rigorosas, é uma máquina que pode produzir a verdade na ausência do acusado”. Por acontecer na ausência do acusado, a eficácia das provas poderia ser comprometida, tendo em vista serem conseguidas com base na combinação de provas plenas e semiplenas, através de indícios. Desse modo, era necessário criar uma prova mais concreta e forte que não possibilitasse discordar da autoria do delito.

Surge, então, a prática da confissão como forma de controle da verdade, através dela o réu tomava para si o próprio crime. Com isso, havia a aplicação das penas jurídicas sobre ele. Os procedimentos de confissão simbolizam a forma do “próprio acusado tomar lugar no ritual de produção da verdade penal. Como já dizia o direito medieval, a confissão torna a coisa notória e manifesta”. (FOUCAULT, 2010b, p. 40,). Ela enfatiza a necessidade de se constituir uma prova jurídica que justificasse o espetáculo público do suplício.

Não se pode esquecer que as exigências formais da prova jurídica eram resultados do controle interno do poder e reflexo da produção de um saber. Assim, a confissão, que surge como prática dos confessionários cristãos, é uma forma de produção da verdade por meio da participação ativa do sujeito, uma vez que está ligada aos procedimentos de subjetividade, conforme atesta Prado Filho (2008, p. 140):

A história das relações de subjetividade x verdade no Ocidente diz respeito às relações do sujeito com a verdade de si mesmo, que entre nós assume a forma de uma hermenêutica, um exercício de decifração, um modo de relação do sujeito consigo mesmo que implica desvendar sua própria verdade e conhecer-se, no qual a confissão ocupa lugar central no exercício desta vontade de verdade que age ao nível da subjetividade ou, das relações do sujeito consigo mesmo.

No campo do Cristianismo, a confissão se constituiu a partir do acontecimento do Concílio de Latrão, em 1215, marcada como um sacramento obrigatório para os cristãos, realizado em espaço privado sobre o qual se guardava sigilo. Ela se apresentava como um processo religioso, moral que buscava a culpabilidade do indivíduo através da reflexão que promove a verdade e o conhecimento de si, em busca da transformação e transcendência desta vida para uma vida eterna.

Após essa gênese, o procedimento da confissão é levado para diferentes instituições que perpassam a sociedade moderna, chega aos ditames do saber jurídico e perpetua-se em outras práticas de campos do saber, tais como: jurídico, pedagógico, psicanalítico, dentre outros. A confissão se instala como elemento irrefutável de produção da verdade, através da introspecção e conhecimento de si, em uma relação de poder na qual um

fala e o outro escuta, oportunizando a fabricação das vontades de verdade que são construídas nos mais variados campos.

Assim, o uso da confissão como prova cabal no julgamento do sujeito condenado por crimes, oportuniza uma produção da verdade. No entanto, nem sempre ligada à verdade de si, pois surge, como um elemento norteador do destino do acusado, que, mesmo não sendo culpado, pode acabar confessando o delito, pois a confissão é conseguida através de mecanismos de coerção que vai do interrogatório à tortura. Isso oportunizava compreender o corpo do acusado, como o corpo que fala, sofre e serve de engrenagem para mecanismos do poder. O funcionamento do interrogatório apresenta-se como suplício da verdade que favorece a confissão do culpado.

Tal relação com o corpo supliciado combina elementos da ordem de três eixos: poder, verdade e saber, na medida em que faz aparecer toda a engrenagem do poder soberano. Esse corpo supliciado passa a ser erguido e sustentado pelo saber produzido no sistema jurídico, legitimando a produção da verdade como um dado, fabricada por mecanismos artificiais de manobra e perpetuação do poder, através da imposição de regras de obediência.

Interessa dominar o corpo social a partir da exibição e suplício dos corpos desobedientes. No decorrer do ritual são mostradas as marcas de que a justiça deve ser aplicada para todos, por isso, o condenado apresenta-se e se declara como culpado. Seu corpo é o depósito de sua condenação através de: passeio pelas ruas, cartaz com a sentença pendurado nas costas, leitura do documento de condenação, confissão pública à porta das igrejas, exposição junto a postes, novamente leitura da condenação ao pé do patíbulo, quer se trate do pelourinho, da fogueira, da guilhotina ou da roda. A figura abaixo apresenta algumas das formas mais comuns da morte como espetáculo e suplício.

Figura 4 – A morte como espetáculo



Fonte: <http://www.educ.fc.ul.pt>



Fonte: <http://talabarte-marr.blogspot.com.br>

Percebe-se nas imagens, como o ritual do suplício ostenta a eficácia da relação punitiva que atribui poder à lei na imagem triunfal do soberano, tendo o povo como principal personagem dessa engrenagem, pois não seria completa a cerimônia do suplício se não tivesse um grande público. Este teatro de morte e horror marca o confronto de duas forças (soberano/súdito), caracterizada na ação do carrasco sobre a vítima, que confirma a aplicação da lei pela exibição da violência e da punição. O suplício do condenado publica seu crime e a justiça sobre seu corpo, operando a verdade criada para a manutenção do poder de punir. Nas palavras de Maquiavel (1996, p. 83)

Um príncipe deve não se preocupar com a fama de cruel, para manter seus súditos unidos e fiéis. [...] ele será mais clemente do que aqueles que, por piedade excessiva, permitem que as desordens prossigam, de onde nascem assassinatos ou rapinas. Estas prejudicam um povo inteiro e aquelas execuções comandadas pelo príncipe ofendem apenas o indivíduo.

Há então, o reforço de que é preciso o castigo para a manutenção das relações de poder. Assim, o suplício é um ritual político que apresenta as razões e desrazões de aplicação da pena de morte, pois une elementos dos discursos do condenado – através da confissão – e da justiça para a obtenção da prova que efetiva a verdade dos fatos e inflama o poder do soberano. O delito não atinge apenas a vítima, mas também ataca a figura do rei no momento em que infringe a sua lei, por isso o príncipe deve agir com crueldade. Neste jogo, o soberano constitui a lei e esta não existe sem o carimbo de sua autoridade, fato que evidencia que o crime provoca a desordem e os maus exemplos que devem ser combatidos como uma afronta feita ao próprio rei.

Entender os suplícios como um espetáculo da morte, revela um aparelho baseado no exercício do poder semelhante ao que é usado na guerra. Interessa aniquilar o inimigo, fazer valer o direito do príncipe de decidir sobre a vida e a morte, executando sua lei, que representa sua força físico-política através da punição. Como afirma Foucault (2010b, p. 49)

O suplício tem uma função jurídico-política. É um cerimonial para constituir a soberania lesada por um instante. A exibição pública, se insere na série dos grandes rituais do poder (coroação, entrada do rei numa cidade conquistada, submissão dos súditos revoltados): por cima do crime que desprezou o soberano, ela exhibe aos olhos de todos uma força invencível, que marca sua superioridade. [...] Assim, estabelece a política do medo: tornar a todos, sobre o corpo do criminoso, a presença encolerizada do soberano. O suplício não restabelecia a justiça; reativava o poder.

Neste arsenal punitivo, sobressai uma relação bélica, na qual a força do soberano é posta em teste, sendo preciso agir com toda a tática da guerra para mostrar sua superioridade. Fato que evidencia a teoria da soberania como o ciclo do sujeito ao sujeito, o ciclo do poder, o ciclo da legitimidade e da lei, alicerçado em três eixos: sujeito, unidade e lei que constituem o “tríplice primitivismo”, através do sujeito que deve ser sujeitado, o da unidade do poder que deve ser fundamentada e o da legitimidade que deve ser respeitada. (FOUCAULT, 2005).

Até o final do século XVII e meados do XVIII, o espetáculo do suplício funcionou como regime político da penalidade. Tinha como alvo o corpo do condenado marcado pelos castigos, aplicados através das diferentes formas de marcação do poder soberano, seja nas penas mais leves, como aplicação de multas e chicotadas, seja nas mais densas que culminam com a morte do acusado. O que se nota é a ênfase no modo de operacionalização do poder que se materializa no ritual de punições e castigos como forma de corrigir o corpo social pela eliminação do corpo delinquente, intimidando novas desobediências ao poder régio.

No entanto, a história é assinalada por tensões que refletem os caminhos trilhados para se alcançar outros modos de ver e dizer as relações sociais. Neste âmbito os saberes avançam na produção de novos efeitos de poder e novos objetos são acrescentados para cultivar o conjunto da verdade procurada. Isso oportuniza a criação de outros mecanismos de poder, ligando a culpabilidade do crime ao estado psíquico de quem o praticou.

Nessa esfera, inserem-se novos saberes que agem na busca da verdade. O saber psiquiátrico entra no jogo do sistema punitivo como responsável por um discurso que tem *status* de científico, criando uma heterogeneidade de saberes que legitimam a sanção do poder. Desse modo, a veridicidade aflora levando a outras possibilidades, pois com a reforma do Código em 1932, interessa também tratar o indivíduo, não apenas punir. O que se apregoa não é apenas o julgamento da culpa, mas a implicação de uma “apreciação de normalidade e uma prescrição técnica para uma normalização possível”. (FOUCAULT, 2010b, p. 24).

São incorporadas diferentes instâncias como: peritos psiquiátricos ou psicológicos, magistrados, educadores, funcionários da administração penitenciária para fracionar o poder legal de punir. Instalam-se outros elementos de constituição da verdade, por meio de um estudo científico da culpabilidade guiado por diferentes saberes. Com isso, o foco da punição deixa de ser o crime e passa a incidir sobre a normalidade do criminoso.

Nesse processo, começa-se a minar o poder soberano como responsável pela vida e morte, uma vez que os sistemas punitivos passam por outra ordem do saber, levando à

construção de novas técnicas e métodos de correção e sujeição dos corpos. Essa nova economia do poder (de punir) é regida por um deslocamento de funções e por uma substituição de objetos, na medida em que ela traz a cena diferentes personagens que passam a atuar ativamente tendo em vista a correção e reeducação e/ou cura da alma do criminoso, informando novos procedimentos e fluxos. (GADELHA, 2009).

Assim, há um amortecimento da era dos suplícios, que como ritual político se insere num sistema da ordem imediata do soberano, tendo em vista que ele diretamente ou não, exige, resolve e manda executar os castigos, pois sua lei foi violada. É o absolutismo que é combatido quando diversos saberes se encontram na busca da construção da verdade no sistema punitivo. Começa-se a descentralizar a voz de comando e de tomada de decisão, uma vez que a verdade só se estabelece mediante diferentes discursos, que conjuram a relação verdade-poder-saber, espalhando diferentes efeitos.

Outro acontecimento converge para o declínio da era dos castigos: o iluminismo, que como filosofia das luzes, não aprovou as atrocidades dos suplícios, ocasionando, na segunda metade do século XVIII, protestos por parte de filósofos, teóricos do direito, magistrados, parlamentares, legisladores das assembleias e nos *chapiers de dolèances*¹⁴. Nessas diferentes esferas, havia o pedido de que era “preciso punir de outro modo: eliminar essa confrontação física entre soberano e condenado”. (FOUCAULT, 2010b, p. 71).

Surge um foco de resistência para complementar os demais. Ele vem da força do povo que, como espectador do espetáculo, servia de testemunha e ao mesmo tempo era submetido ao medo e horror que os castigos lhe impunha. Entretanto, o povo, como peça-chave desse ritual feito para aterrorizá-lo, também evocava protesto e recusa do poder punitivo, fazendo surgir revoltas e agitação contra as penas excessivas para delitos pouco graves ou que tivessem relação com a condição social.

Assim, o grande espetáculo das penas começava a ruir diante da ameaça provocada pelas inquietações populares que poderiam se voltar contra o próprio poder que deveria ter sido exemplar. Agitações eram constantes em volta do cadafalso. Isso comprova a eficácia do pensamento foucaultiano, que aborda a resistência como marca das relações de poder. É possível entender essas agitações como mudanças sociais a partir das resistências diante das manobras do poder. O problema político que se criou com a intervenção popular na ação do suplício foi constatado. Segundo Foucault (2010b p. 61): “essa solidariedade podia sair reforçada da cerimônia dos suplícios. E os reformadores do século XVIII e XIX não

¹⁴ Cadernos dos delegados aos Estados Gerais de 1789, nos quais se registravam seus pedidos.

esquecerão que as execuções, no fim das contas simplesmente não assustavam o povo. Um de seus primeiros apelos foi exigir a suspensão delas”.

Nessa perspectiva, vê-se surgir uma transição que modifica a forma de tratar a tecnologia política do corpo. Nota-se que o suplício favorece a percepção de que o corpo do condenado é apresentado como lugar privilegiado da manifestação de força do soberano, indicando a ostentação da verdade e do poder através da relação soberania/obediência/castigo.

A articulação entre a verdade, o poder e o corpo está presente também em outros regimes de governo e nas práticas de punição contemporâneas, porém com diferentes implicações sobre o corpo social. Dessa forma, os acontecimentos já citados oportunizaram, na Época Clássica, novos paradigmas de manifestação dos mecanismos de poder que se voltavam não mais para o castigo através da morte, mas para um “poder destinado a produzir forças, a fazê-las crescer e a ordená-las mais do que a barrá-las, dobrá-las ou destruí-las”. (FOUCAULT, 2010b, p. 148).

Nessa ótica, as relações dentro do corpo social serão deflagradas não mais no tríptico alicerce do sujeito, da unidade e da lei, conforme fora na teoria jurídica da soberania. Interessa agora partir para a ênfase na extração histórica e empírica das relações de poder, a partir da relação de dominação no que ela tem de efetivo e como ela incide sobre o sujeito.

É preciso fazer a análise não a partir de um direito que torna os corpos assujeitados em nome da lei, mas analisando as relações que os enredam na multiplicidade, diferenças e especificidades das relações de poder. O que se procura, nesta discussão, é mostrar como a história avança na transição das relações de poder-saber, criando outras possibilidades de dominação sobre o corpo. Dessa forma, é preciso ressaltar “como os diferentes operadores de dominação se apoiam uns nos outros, remetem uns aos outros, em certos números de casos se fortalecem e convergem, noutros casos se negam ou tendem a anular-se”. (FOUCAULT, 2005, p. 51). Por isso, é possível mudar o foco desligando-se das noções de poder atreladas à soberania para adentrar na nova mecânica de poder sobre o corpo.

Emerge a estratégia de poder que busca sua análise a partir da ideia de dominação vista sob o ângulo das múltiplas formas de controle que são percebidas nas relações sociais. Importa, pois, sair da genealogia do poder centrada na figura do soberano, para adentrar nas formas de como o poder se exerce na fabricação dos sujeitos. Isso é possível quando se busca “extrair, histórica e empiricamente, das relações de poder, os operadores de dominação” (FOUCAULT, 2005, p. 51).

Essas relações de dominação apoiam e justificam a sociedade disciplinar, que será foco das questões discutidas no próximo tópico. Nele serão elencados os liames das relações de poder/saber no calor de uma nova mecânica de ação política sobre o corpo que fomenta processos das ideias do modo de produção capitalista, para quem o corpo produtivo entra na ordem do dia, devendo, assim, ser docilizado e adestrado pelas instituições disciplinares. Porém, é necessário discutir os acontecimentos que possibilitaram a transição entre o suplício-espetáculo para a economia dos castigos, que culminam no poder disciplinar.

2.3 Os pilares do poder disciplinar: o discurso humanista no foco das técnicas de punição do corpo

Na ordem social que se estabelece por volta do século XVIII, passa a predominar um modelo de tecnologia de poder que tem por alvo técnicas de correção dos indivíduos. Isso é decorrente dos designíos que se trava em torno do poder de punir, sobre o qual não se sustentava as operações de punição através dos suplícios. A humanização das penas entra na discussão da reforma do Código Penal, gerando uma repulsa pelos suplícios e almejando formas de correção que fossem mais humanas. Percebe-se assim, nesse aflorar de ideias, uma crise da economia dos castigos supliciantes e um apogeu das leis que defendem a humanidade como medida para os castigos.

Nesse desenrolar, é preciso buscar a genealogia dessa transformação dos castigos, as quais montam a história do corpo no tocante à sua relação com o poder. Remontando o trajeto das práticas ilegais, observa-se uma redução dos crimes violentos para uma efervescência dos delitos sobre a propriedade, o roubo e a vigarice, ou seja, há a passagem de uma criminalidade de sangue para uma criminalidade de fraude, na qual se observa um mecanismo que age levando-se em conta diversos aspectos. Segundo Foucault (2010b, p. 75):

o desenvolvimento da produção, o aumento das riquezas, uma valorização das relações de propriedade, métodos de vigilância mais rigorosos, um policiamento mais estreito da população, técnicas mais bem ajustadas de descoberta, de captura, de informação: o deslocamento das práticas ilegais é correlato de uma extensão e de um afinamento das práticas punitivas.

Em decorrência, há uma constante pressão dos mecanismos de poder sobre o indivíduo, através da vigilância do comportamento cotidiano, que resultará numa dimensão específica da forma de punição do corpo social. Com base nessas reflexões indaga-se: essa mecânica do poder com doses de humanismo aparece desprovida de interesses, apenas para

tratar de forma mais humanitária o indivíduo? Na resposta, devem-se apresentar alguns aspectos relevantes, tais como os discutidos a seguir.

A reforma pretende uma justiça que busque combater os excessos, não dos castigos, mas das irregularidades e dos privilégios que tornam a justiça irregular. Com isso, há entraves que geram uma má economia do poder, principalmente porque centralizado em instâncias em torno do rei não dão conta de vigiar o corpo social em toda sua extensão. O que os reformadores almejavam era combater o poder excessivo exercido pelo rei, uma vez que a ele era dado um ‘superpoder’ para suspender, revogar, modificar, cassar penas, magistrados ou juízes, além de outros tantos direitos que o absolutismo monárquico lhe conferia. (FOUCUALT, 2010b).

Desse modo, o que se buscou não foi criar um novo direito de punir mais equitativo, sim estabelecer um fracionamento e disseminação do poder. Outra finalidade da reforma era tornar a sociedade partícipe na punição e repressão das ilegalidades. Não punir menos, mas punir melhor, acrescentando modalidades que fazem mais regular, constante e detalhado os efeitos do poder. Assim, entra em cena outro olhar para os crimes e castigos, em conformidade com a esfera do poder que migra do soberano para outro foco.

Percebe-se que os reformadores estabeleceram os princípios de uma nova penalidade, com base na estratégia de remanejamento do poder de punir. Este precisava ser mais objetivo em seus efeitos, reduzindo os custos econômicos e desagregando-o da centralidade do poder monárquico. Por isso, essa reforma apresentou diferentes segmentos que estavam na base de sua origem, discutindo a nova distribuição do poder punitivo para atender também aos seus interesses. Aqui, aparecem as questões relativas ao poder público, uma vez que nesse modelo, o julgamento deveria ser exercido a partir de diferentes efeitos contínuos a esse poder.

O discurso humanista que perpassa a reforma penal adquire em sua essência um mero efeito de pano de fundo para atender a uma nova mecânica de desenvolvimento do poder punitivo. O jogo de interesse não visava apenas ao fim dos suplícios, até mesmo porque estes ainda existiam pontualmente no decorrer do século XVIII e XIX, dependendo da natureza do delito.

No julgamento a pena era amenizada de acordo com determinados atenuantes que estivessem voltados para atender as demandas do poder, mesmo que para isso, fosse preciso revogar outras medidas punitivas. Não se pretendia humanizar a punição, mas favorecer os

mecanismos do sistema punitivo, seguindo uma ordem própria, conforme se pode notar no seguinte caso de assassinato:

Figura 5 - Capa do *Le Progress Illustré*, de 16/08/1894



Fonte: <http://commons.wikimedia.org>

Sante Geronimo Caserio foi um anarquista que assassinou o presidente da República Francesa Marie François Sadi Carnot.

Ele foi julgado no dia 3 de agosto de 1894 em um tribunal em Ródano – Lyon. O advogado de defesa sugere que ele solicite um recurso de doença mental, porém Caserio não aceita, afirmando ser saudável. Os juízes oferecem um atenuamento da pena para prisão perpétua caso ele entregasse o nome de seus cúmplices.

Mais uma vez se recusa e é condenado a morte.

O caso acima mostra que a Reforma Penal não extingue o suplício. O que se apresenta são formas diferenciadas de punição, dependendo de certas características do delinquente ou dos interesses do poder, conforme destacado no enunciado: “os juízes oferecem um atenuamento da pena para prisão perpétua caso ele entregasse o nome de seus cúmplices”. Esse fato comprova que um modelo não substitui o outro seguidamente, pois a história não é linear, nem circular. Os diferentes caminhos apontam as descontinuidades e deslocamentos que provocam as rupturas no sistema social e desencadeiam outras relações de poder. E isso é observado nos diferentes objetivos da reforma.

Desse modo, o que se pretendia não era a redução do castigo, mas modificar as práticas para atender a nova mecânica de punição. Este fato leva a criação de diversas instituições que serão a base para essa relação de poder, as quais serão o suporte estratégico de manifestação da vigilância e controle precisos para a eficácia do sistema. O corpo é punido de outra forma. Sobre isso, Foucault (2010b p. 13-16) afirma:

[...] desapareceu o corpo supliciado, esquartejado, amputado, marcado simbolicamente no rosto ou no ombro, exposto vivo ou morto, dado como espetáculo. [...] o corpo é colocado num sistema de coação e de privação, de obrigações e de interdições. O sofrimento físico a dor do corpo não são mais os elementos constitutivos da pena.

Com essa nova estratégia de controle do corpo, merece menção o fato de que é preciso controlar e codificar todas as práticas ilícitas. Isso porque a burguesia passou a aparecer mais como classe que cada vez acumulava mais riquezas, fazendo com que os delitos fossem classificados não mais pelos direitos infringidos, mas pelos bens. Essa mudança gerou uma crise da ilegalidade popular, na qual o roubo passou a ser o foco do combate.

Em tal esfera guiada por diferentes interesses, a acumulação do capital e as diferentes formas de relação de produção são responsáveis pela transição que se opera para ilegalidade. A sociedade capitalista dita as regras das formas de punição, provocando penas diferenciadas, conforme a classe e o delito: ilegalidade dos bens, que é cometida principalmente pelas classes populares, em oposição à ilegalidade de direito (fraudes, evasões fiscais, operações comerciais irregulares). Para as primeiras, os tribunais ordinários e os castigos; para a segunda, jurisdições especiais com até multas atenuadas, o que favorece a ideia dessas ilegalidades serem toleradas porque é cometida pela classe mais prestigiada. Nesse paradigma, não se deve deixar de lado a vigilância constante sobre os que possam cometer as ilegalidades sobre os bens.

Dessa forma, na dinâmica proposta pela reforma, interessa encontrar técnicas para ajustar as punições em todo o corpo social. É preciso considerar princípios de regularização e universalização homogêneos em seu exercício, reduzir custos econômicos e políticos e, maximizar seus efeitos em uma multiplicidade de esferas dessa nova tecnologia do poder de punir. Isso leva à reflexão de que o sistema punitivo desloca-se do alvo de vingança do soberano para ser alvo da defesa da sociedade. A infração faz com que a sociedade se manifeste contra quem a praticou, como forma de defesa de cada membro do corpo social.

No entanto, pelo discurso da reforma, que agrega a moderação das penas, percebe-se um efeito de sentido que atinge o coração de quem o promulga na defesa do infrator. Isso mostra uma revolta contra as crueldades outrora aplicadas e inflama o discurso humanista. Essa é uma tentativa de mostrar a “sensibilidade do homem razoável que faz a lei e não comete crimes”. (FOUCAULT, 2010b, p. 88). Subjacente a essa sensibilidade humanista está a correlação de força que procura aplicar a lei com uma suavidade atenuada, para que não haja retornos desse castigo sobre quem o aplica.

Busca-se o combate à reincidência pela justificativa de que os castigos não retiram o peso da atrocidade já cometida, por isso, deve-se encontrar técnicas que evitem a repetição futura do delito. O que favorece a compreensão de que é preciso punir para espalhar efeitos e

exemplos sobre o corpo social, para que se perceba que “o crime não compensa”, havendo assim, uma prevenção de ocorrências futuras.

Essa questão não é privilégio das ideias defendidas pela reforma do século XVIII, uma vez que já se apregoava isso no período do poder soberano. A novidade está não apenas em evitar a repetição do crime, mas em como isso acontece, já que sendo uma tecnologia da economia dos castigos, deve-se punir apenas o admissível para combater a reincidência. Tem-se aqui, portanto, o berço da noção de “medida socioeducativa”.

Os reformadores tentam estender o poder de punir através de técnicas de sinais para todas as esferas sociais. Com isso, criam a codificação dos comportamentos que levarão a uma redução das ilegalidades. Surgem as diferentes formas de punição, alicerçados em diferentes princípios, dos quais se sobressai a “regra da especificação ideal”, a qual estabelece a necessidade de criação de um código¹⁵ que especifique cada tipo de infração e como deve ser combatido, reforçando o caráter de lei presente na mecânica do poder. Esta regra defende a ideia de penas individualizadas, de acordo as características singulares de cada infrator.

Esse procedimento mostra que se trata de uma economia calculada do exercício do poder, atrelado a essa suposta humanização das penas. Tem-se um jogo de forças que busca aplicar castigos que estão na dimensão das representações. Isso marca a objetivação do corpo, através de uma relação que se estabelece do poder sobre o crime e o criminoso, devido ao ajustamento das penas de acordo com variáveis sutis. Nessa engrenagem o criminoso é um indivíduo que deve ser conhecido em profundidade, porém somente mais tarde será alvo do conhecimento, através das Ciências Humanas e das disciplinas clínicas.

Já a objetividade do crime, pode ser mais expressamente elaborada, em virtude de se relacionar à reorganização do poder punitivo, com sua codificação, distribuição de papéis e tarefas, dentre outras. Essa objetividade fazia parte do discurso dos ideólogos, os quais prescreviam formas de execução do poder sobre os homens, tendo como base “o ‘espírito’ como superfície de inscrição do poder, a semiologia por instrumento, a submissão dos corpos pelo controle das ideias, a análise das representações como princípios numa política dos corpos bem mais eficaz que a anatomia ritual dos suplícios”. (FOUCAULT, 2010b, p. 98).

Percebe-se que o pensamento dos ideólogos oportunizou muito mais que uma teoria do indivíduo e da sociedade. Ele favoreceu a uma estratégia de poder baseado na sutileza, eficácia e economia muito diferentes dos excessos do poder soberano. Diante disso,

¹⁵ Foucault (2005) acrescenta que a criação dos códigos napoleônicos – Código Civil (1804), o Código de Instrução Criminal (1808) e o Código Penal (1810) foram organizados em torno da teoria da soberania, fazendo com que ela ainda existisse, não somente como ideologia do direito, mas presa a esses códigos.

as punições organizam-se em torno de uma tecnologia da representação, que deveria incidir sobre o espírito dos cidadãos, obedecendo a alguns princípios, dentre eles: que a punição seja baseada na semelhança, analogia e proximidade com o crime. É preciso também que haja uma combinação das forças que incitem a percepção de que a representação da pena é mais viva que a do crime.

Por isso, as penalidades para serem efetivas precisam ter um fim, ou seja, o infrator deve ser corrigido. Para isso, o Código de 1791 prevê um tempo máximo de vinte anos para as penas, com exceção daquelas a que forem aplicadas morte (caso dos traidores e assassinos). Também foram estabelecidas as obras públicas como punição, pois assim o condenado é castigado pelo trabalho e pelos sinais que produz diante do corpo social.

As penas deveriam ainda ser seguidas do princípio da publicidade, ou seja, era preciso a leitura das próprias leis, nas quais estavam estabelecidos os castigos para cada crime. Com isso, imputava uma lição cívica em cada indivíduo, em torno das representações sobre as punições advindas dos códigos que serviriam de lição através do discurso da lei.

Em resumo, a reforma cria uma tentativa de pena diferenciada, aplicada de acordo com as especificidades do crime, por meio de representação, sinais e eloquência. Nesse modelo, exclui-se a ideia de pena uniforme, por isso a prisão não é apresentada como forma geral de castigo, pois não atende às especificidades do projeto dos reformadores. Conforme Foucault (2010b, p. 110):

A ideia de uma reclusão penal é explicitamente criticada por muitos reformadores. Porque é incapaz de responder à especificidade do crime. Porque é desprovida de efeitos sobre o público. Porque é inútil à sociedade, até nociva, é cara, mantém os condenados na ociosidade, multiplica-lhes os vícios. A prisão em seu todo é incompatível com toda essa técnica da pena-efeito, da pena-representação, da pena-sinal e discurso.

A prisão era rejeitada como forma de punição porque sobre ela não se enxergava ainda a força material e simbólica do poder de punir. Tanto que se cogitava ser ela um lugar escuro, sem possibilidades de controle sobre os corpos que lá estavam, conforme Valazé (*apud* Foucault, 2010b) “é um lugar de trevas onde o olho do cidadão não pode contar as vítimas e seu número está perdido para o exemplo”. Assim, a prisão naquela época, era apenas usada para poucos delitos.

No entanto, por volta de vinte anos depois da Reforma Penal do século XVIII, a prisão passa a compor, no Código Penal de 1810, a forma efetiva do castigo, sendo considerada a punição para quase todos os delitos praticados. Com isso, o cadafalso como

lugar de suplício do corpo, é substituído por uma arquitetura fechada, ligada ao Estado, oportunizando uma mecânica de investimentos do poder sobre o corpo bem diferente dos panoramas anteriores. A punição agora é produzida como uma lição para todos, aplicadas de maneira uniforme, em detrimento das penas específicas defendidas pelos reformadores.

Gerar esse novo sistema punitivo, faz evocar outras questões da ordem do poder e do saber sobre o corpo, pois a prisão passou por mudanças de concepção jurídica que a afastava dos abusos de poder vigorado durante o regime soberano, para incorporar uma nova engrenagem de funcionamento.

Para adquirir esse *status*, a detenção sofreu as transformações provocadas por alguns modelos de encarceramento¹⁶, passando a incorporar alguns princípios defendidos nesses antigos modelos. Dentre esses, destaca-se: a duração das penas poderia sofrer redução de acordo com o comportamento do prisioneiro; havia a exigência de trabalhos realizados por todos os detentos e, para cada trabalho, os prisioneiros recebiam um salário. Assim, havia horário estrito, proibições e obrigações, vigilância constante, leituras espirituais e outras formas de trazê-los para o bem e afastá-los do mal. (FOUCAULT, 2010b).

Desse modelo, sobressai a questão do trabalho como o diferencial. Este era realizado em comum, de forma que o prisioneiro era isolado durante a noite, evitando possíveis evasões e más influências. Esta exigência baseava-se no fato de que a ociosidade era a causa da maioria dos crimes, portanto o trabalho seria a chave do combate.

Com isso, a punição fortalece a economia, uma vez que apresenta muitas vantagens financeiras para o Estado. Segundo Foucault (2010b) é uma pedagogia que reconstituirá, no indivíduo preguiçoso, o gosto pelo trabalho, pois este será vantajoso e o colocará em torno de uma sociedade reduzida, simplificada e coercitiva, na qual quem quer viver tem que trabalhar. Nesse sistema, as penas não poderiam ser muito breves, porque não favorecia ao aprendizado das técnicas e do desejo pelo trabalho, nem definitivas, pois fazia com que não tivessem interesse na correção. Elas deveriam atender ao tempo de uma aplicação econômica do prisioneiro corrigido. Observa-se que “o encarceramento, com a finalidade de transformação da alma e do comportamento, faz sua entrada no sistema das leis civis”. (FOUCAULT, 2010b, p. 119). Tudo isso com base no isolamento, trabalho regular e interferência religiosa.

Tal modelo de prisão favorece a redenção do criminoso, docilizando seu corpo através de prescrição de horários e o mais importante: vigilância sobre os corpos. Na

¹⁶ Foucault (2010b) fala sobre o modelo de encarceramento punitivo, o Rasphuis de Amsterdam, aberto em 1596 que serviu de inspiração para as transformações sofridas no modo de gerenciar a prisão.

instituição da prisão como pena geral se verifica que a maior punição está em coagir para o trabalho, sendo este o motor da recuperação dos indivíduos condenados. O trabalho é assim, castigo e, ao mesmo tempo redenção, garante o bom comportamento, que por sua vez, pode inclusive, levar à garantia do perdão e à suspensão da detenção.

Assim, opera-se mediante as formas de gerenciamento da prisão, um investimento do poder sobre o indivíduo, que o leva a processos de transformação de seu corpo e seu espírito. As abordagens se dão pelo trabalho e por meio da religião, sendo oferecido aos detentos um conforto espiritual através de serviços religiosos. Acrescenta-se a ideia de que não se deve punir apenas o crime, mas transformar o culpado para promover sua correção através de técnicas individualizantes.

Neste caso, o sistema age diferentemente daquele proposto pelos reformadores – sem negar que ele contribuiu para seu aparecimento – pois não se preocupa com a representação, mas com a correção; sendo esta sentida no corpo e na alma como forma de conduzir ao bom comportamento. Para isso, utiliza instrumentos como: trabalho em comum, exercícios, distribuição do tempo, atividades regulares, meditação solitária, ensinamentos morais, bons hábitos, vigilância constante. Isso leva a construção de um indivíduo obediente que atende a regras e ordens de uma autoridade que se exerce sobre ele, produzindo sujeitos submissos, enredados na nova mecânica punitiva. Porém é preciso levar em consideração que também possibilita os movimentos de resistência.

Entretanto, esse sistema tem ao seu favor uma dinâmica política de penalidade, que favorece a participação do restante do corpo social na correção do indivíduo. Isso acontece por meio da transparência do exercício do poder, através das leis que garantem a autonomia sobre esse poder de punir, resultando no processo de disciplinamento e docilização do corpo, sobre o qual passaremos a discutir a seguir.

2.3.1 Poder disciplinar: tecnologia de controle e fabricação de corpos dóceis

Vimos até aqui, traçando um panorama dos dispositivos de poder que se exerce através das diferentes formas de punição aplicadas ao corpo social. A relação desses fatos com esta pesquisa sinaliza as mudanças de atuação do poder sobre o corpo e oportuniza a construção da genealogia da história do corpo.

Não queremos dizer que há uma substituição linear e temporal para os sistemas punitivos, até mesmo porque, eles coabitavam ainda no final do século XVIII, havendo, segundo Foucault (2010b, p. 126) três formas de organização do poder punitivo. A primeira,

presa aos moldes do poder monárquico, as outras que se apoiavam na concepção preventiva, utilitária e corretiva, mas bem diferentes entre si, como se pode notar nas palavras do autor:

No direito monárquico, a punição é um cerimonial de soberania; ela utiliza as marcas da vingança que aplica sobre o corpo do condenado [...]. No projeto dos juristas reformadores, a punição é um processo para requalificar os indivíduos como sujeitos de direito; utiliza não marcas, mas sinais, [...]. Enfim, no projeto de instituição carcerária que se elabora, a punição é uma técnica de coerção dos indivíduos; ela utiliza processos de treinamento do corpo – não sinais – com os traços que deixa, sob a forma de hábitos, no comportamento [...] (id ibid, p. 126).

Assim, as três tecnologias de poder se caracterizam por instrumentos diferentes de ações sobre o corpo. Por isso, a necessidade de estabelecer suas descrições, para alcançar seus deslocamentos e buscar compreender como a última passou a vigorar predominantemente, como mecanismo de poder sobre o corpo. Percebe-se, então, a existência de um modelo coercitivo, secreto, solitário, em detrimento de um modelo representativo, teatral, público e coletivo do poder de punir. Tudo isso, tendo como aporte material, a prisão.

Vimos, então, emergir a forma de poder que não se limita apenas a correção do corpo, mas, principalmente da alma. Ela age por meio da instalação da prisão como uma instituição de coerção e controle sobre os corpos, cujas diretrizes e instrumentos se espalharam por muitas outras instituições de cunho social. É em decorrência desse mecanismo de coerção e controle que surgiram as estratégias do poder disciplinar. As instituições promoveram em seu interior a disciplina, percebida como uma tecnologia que perpassa todas as instituições.

É esse foco de disseminação do poder disciplinar sobre o corpo que serve também de suporte teórico para este trabalho. Interessa-nos compreender as formas de ação e atuação das instituições disciplinares sobre o indivíduo, principalmente, para perceber seu exercício sobre o corpo com deficiência. Importa-nos compreender como essa tecnologia de poder se espalhou e produziu efeitos.

É pertinente destacar que tanto a prisão quanto as demais instituições funcionaram como aparelho de poder e de saber que agiram visando à disciplinarização e controle do corpo. Não queremos dizer, no entanto, que o poder disciplinar tem origem com a implantação das prisões como elemento principal de punição. As disciplinas já figuravam como forma de dominação por todo o século XVII e XVIII, através de uma multiplicidade silenciosa que se localizava em diferentes segmentos (escolas, hospitais, organização militar).

Elas emergem como método geral, saindo do cenário estrito das prisões, fabricando corpos dóceis nas instituições.

O esboço traçado até aqui, que enfoca a história das penalidades aplicadas ao corpo, tem como justificativa o fato de que o poder sobre o corpo atua, primeiramente, nas formas de exclusão e eliminação do corpo desobediente. Em seguida, busca formas de controle e fabricação do corpo que deve atender a novas demandas sociais. Com isso, as disciplinas atendem melhor a este anseio do que a eliminação pela morte. É mais interessante manter o indivíduo vivo, somando mais um para a produção do mercado, através do trabalho, e ter mais uma alma voltada para o convívio e disseminação do bem, do que tê-lo morto.

O indivíduo morto é apenas um indivíduo eliminado do convívio social, sobre o qual o poder soberano quer estabelecer sua ordem e prestígio, no entanto, é um corpo esquadrinhado que não mostra a força do poder. Enquanto isso, o corpo disciplinado, vivo, passa a servir como o modelo de que a sociedade precisa, pois através da coerção torna-se um sujeito obediente que se insere na ordem societária e no progresso da vida. E assim caminha a humanidade, em busca de uma pseudo-qualidade de vida. O poder passa a incidir, agora, sobre a vida. Mas a de quem? Para proveito de quem? Por meio de quais instrumentos? As respostas estarão na discussão seguinte.

Pensar a dinâmica de um poder que esteja voltado para a proliferação da vida, requer compreendê-lo imerso numa rede de relações que se estabelecem de duas formas: a primeira centrada na visão do corpo como máquina que pretende o seu adestramento por vias de desenvolvimento de aptidões que aumentem sua força, utilidade e docilidade. Já a segunda, para atender ao desenvolvimento da população, através de programas de investimentos ligados às questões biológicas (natalidade, mortalidade, longevidade, nível de saúde, vacinação, etc.). Em ambas, busca-se fabricar corpos para atender as exigências do capitalismo que estava em vias de expansão.

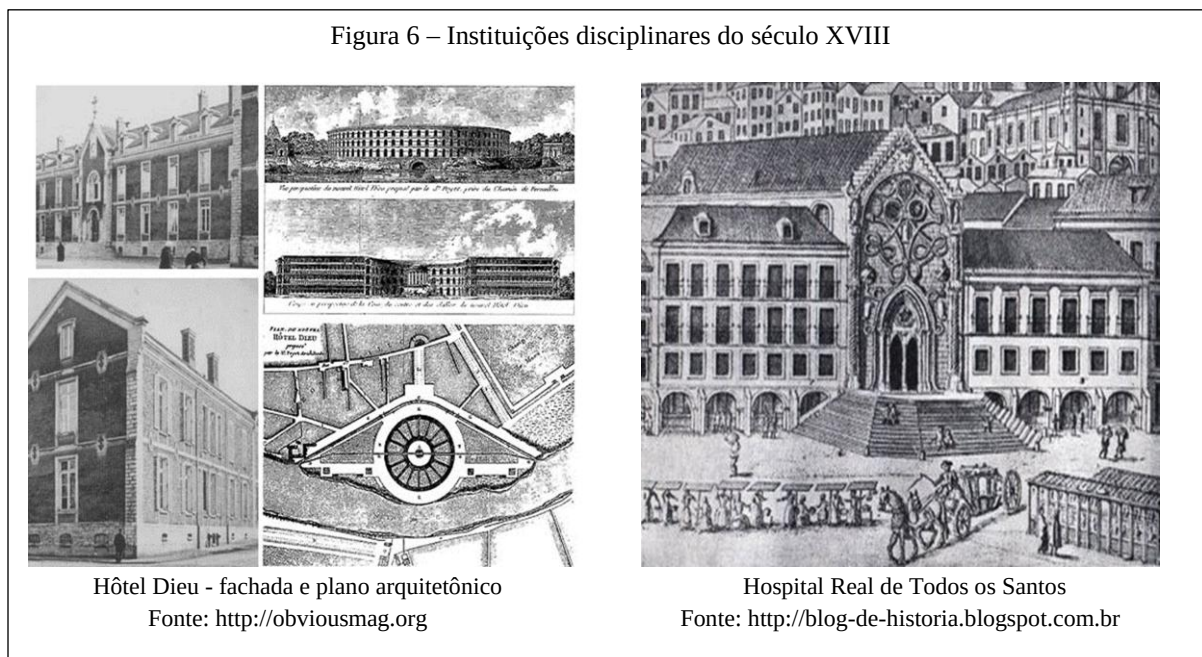
Essas duas formas, anatômica e biológica “voltadas para os desempenhos do corpo e encarando os processos da vida, caracteriza um poder cuja função mais elevada não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima a baixo”. (FOUCAULT, 2010e, p. 152). Sobre a primeira, reina um aparato de poder que busca aumentar, ordenar e produzir forças sobre o corpo, dominando-o por meios de técnicas individualizantes. O segundo modelo, refere-se às formas de biopolítica, versa sobre regulações da população e será tratado no tópico 2.4.

Inicialmente, discutiremos sobre as redes do poder disciplinar, que se pauta em processos mecânicos de dominação. Ele resulta na disciplinarização como elemento basilar. É

um novo modelo operacional que se espalha na sociedade, com fins diferenciados da soberania. Gadelha (2009) argumenta que as sociedades ocidentais verão emergir uma nova mecânica e uma nova economia do poder, apoiada em mecanismos, procedimentos e instrumentos singulares de dominação, heterogêneos e incompatíveis, à primeira vista, àqueles característicos do modelo da soberania.

Nessa engrenagem do poder, a administração dos corpos passa a ser realizada por instituições que cobrem todos os segmentos sociais. Dentre elas destacam-se: a escola, o exército, o hospital, as oficinas, a família, a polícia, etc. Com isso, emerge a sociedade disciplinar, tendo em vista que as relações de poder se realizam nas diferentes instituições, as quais têm o propósito de domesticar os corpos por meio do uso controlado de técnicas e métodos que garantem a eficácia do poder sobre o corpo. Na imagem, alguns desses modelos:

Figura 6 – Instituições disciplinares do século XVIII



Como se pode observar, as instituições disciplinares apoiam-se em um sistema que possibilita o controle do corpo. São essencialmente protegidas por uma fachada de muros altos, camuflando o modelo circular, o qual favorece a vigilância constante. Os procedimentos acontecem por meio das disciplinas, as quais, para Foucault (2010b, p. 133) são “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõe uma relação de docilidade-utilidade”. As disciplinas tornaram-se, no decorrer dessa ação de poder, a fórmula secreta para a dominação geral dos corpos, tendo em vista que elas oportunizam a fabricação de corpos submissos, exercitados e docilizados. Ainda segundo Foucault (2010b, p.133), com as disciplinas “forma-se então uma ‘política das

coerções’ que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus gestos e comportamentos”.

Esses gestos e comportamentos são fabricados na relação que se estabelece no exercício do poder sobre o indivíduo. Lembrando que, nesse limiar, não há um foco único, centro do poder, ou referido apenas ao Estado, este acontece no interior das práticas produzidas nas instituições, as quais são promotoras de relações de poder e saber, sob o alicerce das táticas de dominação, que resultam no adestramento do corpo. Tais táticas “envolvem uma série de mecanismos, procedimentos e técnicas, e estes, por sua vez, combinados entre si, apoiando-se e estendendo-se mutuamente, incidem sobre os corpos, controlando suas atividades”. (GADELHA, 2009, p. 61).

Percebe-se, dessa forma, que na sociedade disciplinar o alvo do poder recai sobre o indivíduo, preparando-o para responder aos anseios de uma sociedade que precisa de sujeitos submissos e úteis à produção capitalista. Isso acontece por meio do processo de docilização do corpo que tem por justificativa o incessante desejo de controle que sempre permearam as formas de poder na sociedade. Esse desejo é mediado por micropoderes que florescem nas instituições devido às múltiplas formas de relações das quais emergem o poder (policial, médico, professor, padre, etc.). Elas se apoiam umas nas outras por meio dos saberes que vão surgindo e são usados atrelados às relações de poder.

Com base em tais apontamentos, nota-se que o poder disciplinar vem atender, com um caráter camuflado de humanidade, à aspiração de dominação de uns sobre outros, através de um conjunto de posições estratégicas que favorecem à circularidade e funcionamento em rede do poder. Tudo isso reflete uma positividade, tendo em vista que opera de forma a mesclar dois aspectos: ora busca o controle do corpo pela submissão e utilização, ora por meio do corpo útil e inteligível, promovendo sua docilização. Esta noção é cara ao modelo que se quer formar na sociedade disciplinar. Segundo Foucault (2010b):

É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado. [...] Muitas coisas, entretanto, são novas nessas técnicas. A escala do controle, trabalhar o corpo detalhadamente; exercer sobre ele uma coerção sem folga, tendo como objeto desse controle a economia, a eficácia dos movimentos, sua organização interna. A modalidade, enfim: implica numa reação ininterrupta, constante que vela sobre os processos da atividade mais do que sobre seu resultado e se exerce de acordo com uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos.

Percebe-se nessa caracterização, um jogo bem definido de estratégias e técnicas de manipulação, que agem por meio da implementação das disciplinas, sem as quais seria

difícil a fabricação do indivíduo dócil, submisso e exercitado. Essa produção recai sumariamente sobre o corpo e o que ele pode fazer, sendo possível extrair dele tempo e trabalho, desenvolvendo uma *anátomo-política do corpo*. Aparece todo um emaranhado de questões relativas à processos anatômicos, que estão na ordem do adestramento, sugando as forças para se inserir num outro conjunto de regras.

Pode-se argumentar que as disciplinas têm um discurso próprio, do qual resultam relações de poder e saber que dão sustentação a essa mecânica de poder. Esse discurso faz derivar um conjunto de saberes que estimulam a produção do conhecimento e efetivam os efeitos de verdade. Nas palavras de Foucault (2005, p. 45):

As disciplinas são extraordinariamente inventivas na ordem desses aparelhos de formar saber e conhecimento, e são portadoras de um discurso, mas de um discurso que não pode ser o discurso do direito, o discurso jurídico. O discurso da disciplina é alheio ao da lei; é alheio ao da regra como vontade soberana. Portanto as disciplinas vão trazer um discurso que será o da regra, não o da regra jurídica derivada da soberania, mas o da regra natural, isto é, **da norma**. Elas definirão um código que será aquele, não da lei, mas **da normalização**. (grifos nosso).

Eis aqui definidos os saberes que dão sustentação ao poder disciplinar, pois como é afirmado por Foucault, em toda relação de poder há produção de saber. Emerge, assim, o aporte teórico que tem por base não mais o desejo incontrolado de poder centrado na figura do soberano, mas derivado da regra natural, a qual faz emergir uma rede de saberes e conhecimentos que definirão o arcabouço teórico das Ciências Humanas, porque é delas que se originam as fabricações das verdades produzidas. Estas por sua vez, legitimam os procedimentos de poder que acontecem mediados pelas instituições disciplinares, as quais agem em nome de um saber que determina o discurso da norma, fazendo penetrar os processos de normalização em todo o corpo social.

Sobre o aparecimento das Ciências Humanas, teorizado por Foucault em *As palavras e as coisas* (2007b), ele observou que o campo epistemológico que as percorre não aparece apenas por decisão de fazer passar o homem para o campo dos objetos científicos. Elas surgem no momento em que se concebe a ideia de que o homem é visto como o que é necessário pensar e o que se deve pensar. Isso leva a conclusão de que

[...] a emergência histórica de cada uma das ciências humanas tenha ocorrido por ocasião de um problema, de uma exigência, de um obstáculo [...] por certo foram necessárias novas normas impostas pela sociedade industrial aos indivíduos para que, lentamente, no decurso do século XIX, a psicologia se constituísse como ciência [...]. (FOUCAULT, 2007b, p. 476).

Destarte, a constituição do saber evocado na sociedade disciplinar, implora o surgimento de várias Ciências Humanas. O homem na sociedade moderna é objeto e sujeito do conhecimento, o que abre espaço para a constituição de diferentes saberes, tendo por base a normalização. A disciplina pressupõe essa necessidade de normatizar os saberes e o sujeito, que para ser útil, dócil e produtivo precisa ser sofrer os efeitos do poder. Com isso, surge uma estrutura teórica composta por diferentes áreas, tais como: Anatomia, Patologia, Neurologia, Psiquiatria, Psicologia, Psicanálise e muitas outras.

Observa-se que o poder disciplinar floresce na sociedade moderna e deixa como frutos os micropoderes que se exercem nas diferentes instituições, por meio de estratégias complexas que se realizam através de vários métodos e alicerçadas em diferentes saberes. Não estamos querendo afirmar que as instituições são centros, um lugar raiz do qual se origina o poder, mas sim, compreendemos que elas são perpassadas pelas relações de poder. Desse modo, é preciso então:

[...] invertendo o caminho investigativo, analisá-las a partir das relações de poder que as atravessam e que atravessam os indivíduos. As instituições modernas podem, quando muito, dar sustentação material e simbólica às relações de poder, mas essas relações são mais amplas e extravasam toda e qualquer instituição. (VEIGA-NETO, 2008, p. 24).

Para instituir as relações de poder, sob um suporte material e simbólico, as instituições precisam de técnicas, que são o conjunto de procedimentos utilizados por meio de estratégias específicas com vista à consecução do principal objetivo: a produção dos corpos dóceis. E de que técnicas e estratégias se utilizam para realizar esse processo de dominação?

Para destacar os modos de operação do poder disciplinar, vale elencar algumas das suas principais técnicas, as quais funcionam como as características desse modo de manifestação do poder. Dentre elas destacam-se: a arte das distribuições, o controle da atividade, a organização das gêneses e a composição das forças, tudo isso perpassado por estratégias que garantem a eficácia do adestramento: a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora e o exame, que serão palco das discussões do próximo tópico.

2.3.2 Estratégias disciplinares: os dispositivos de controle usados na docilização do corpo

Em se tratando dos efeitos do poder que se buscam através das disciplinas, estas operam por meio da distribuição dos indivíduos em um determinado espaço. Há a utilização de muros que garantem a heterogeneidade de cada local, fechado em torno de si e, oportunizando o exercício do poder através do “encarceramento”, seja ele mais árduo ou mais

discreto. Dentre esses, destacam-se: colégios (que iniciam o modelo de internatos), quartéis, fábricas, conventos, hospitais, etc., os quais podem ser entendidos como instituições múltiplas que constroem a sociedade de tipo disciplinar, já que a disciplina não opera numa única instituição. Nas palavras de Foucault (2010b, p. 203):

A ‘disciplina’ não pode se identificar com uma instituição, nem com um aparelho; ela é um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos; ela é uma ‘física’ ou uma ‘anatomia’ do poder, uma tecnologia.

Pode-se notar que as disciplinas agem através da multiplicidade de operações de poder, as quais garantem o controle do corpo, seja em instituições especializadas, seja em outras que utilizam suas técnicas como instrumentos. Lembrando que, para agir, é preciso ter princípios norteadores, assim, sobressaem-se as principais formas de atuação do poder disciplinar, que para se efetivar precisa, muitas vezes, de um lugar fechado. Nele se distribuem os indivíduos, observando o princípio de localização através de um quadriculamento, no qual cada um tem seu lugar, evitando as distribuições por grupos, para garantir a produtividade do poder disciplinar. Nas palavras de Duarte (2008, p. 6) “os micro-poderes disciplinares investem e atuam sobre o corpo, penetram o corpo, forjam-no”.

Desse modo, pode-se vigiar e controlar os comportamentos para aplicar sanções ou premiações de acordo com seu desempenho. Também as localizações funcionais tendem a produzir espaços e formas de individualização e sistematização que oportunizam cuidadosamente criar e distinguir singularidades. Nesse controle, prevalece a disposição dos lugares individuais, dos quais resultam a fila como forma de disciplina, a qual marca a posição individual sem deixar de implantar as distribuições em rede de relações.

Neste caso, prevalece o modelo escolar como o mais utilizado desde o século XVIII, repercutindo ainda, na seriação, distribuição por idade, ordenação dos assuntos, hierarquia de saberes ou capacidades, resultando no fato de que “determinando lugares individuais tornou possível o controle de cada um e o trabalho de todos, [...] transformando o espaço escolar numa máquina de vigiar, de hierarquizar, de recompensar”. (FOUCAULT, 2010b, p. 144). Com isso, oportuniza a organização das multidões, antes desordenadas.

Para efetivar esse processo, outra técnica entra em funcionamento. O controle das atividades, marcado essencialmente pelo estabelecimento de horários, os quais garantem a sistematicidade de cada atividade, de forma a conseguir não apenas proibir o desperdício de tempo, como também utilizá-lo positivamente para se extrair de cada minuto o emprego de

forças úteis. Isso favorece a execução de gestos e movimentos que ajustam o corpo a manobras temporais, levando a administração do tempo pelo controle do poder. O bom uso do corpo leva ao aproveitamento do tempo, calculando os gestos produtiva e positivamente.

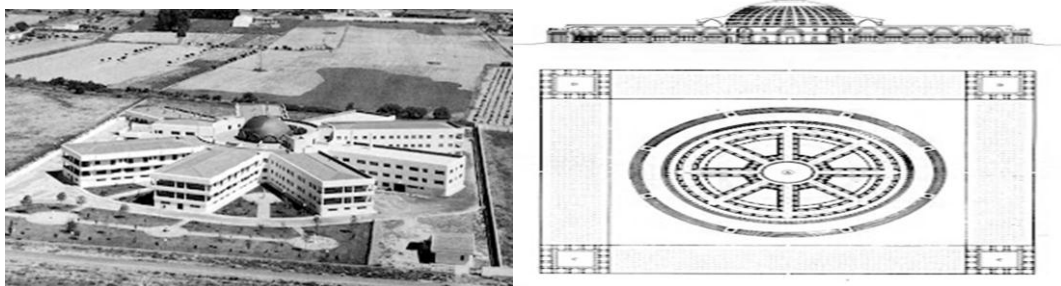
Para a otimização dessa ferramenta de poder disciplinar, são utilizadas também, como técnicas de coerção dos corpos a vigilância hierárquica, sanção normalizadora e a prática do exame. Estes elementos, combinados entre si, favorecem o controle das atividades e incidem sobre os corpos dos indivíduos, de forma a promover a sua objetivação e individualização. São ainda responsáveis para garantir o efeito do adestramento sobre o qual incide o poder disciplinar.

O que se pode dizer em relação à estratégia da vigilância hierárquica é que ela funciona como um dispositivo que garante o acompanhamento sistemático de uma ordem do olhar. O controle e a fabricação de um corpo dócil passam pela necessidade de serem constantemente vigiados, sendo possível aplicar os efeitos do poder através do foco de observação direta, possibilitando um novo saber que amplia as forças de utilização do corpo.

Nesse jogo, de acordo com Foucault (2010b), o poder seria exercido pela vigilância exata, na qual cada olhar seria uma peça no funcionamento do poder, sendo necessária uma arquitetura que seria um operador para a transformação dos indivíduos. Ainda, segundo o autor, com o poder disciplinar se produziu uma maquinaria de controle que funcionou como um microscópio do comportamento, criando em torno dos homens, um aparelho de observação, de registro e de treinamento.

Analísado sob a ótica do olhar que tudo vigia, a operacionalização do poder disciplinar faz emergir um dispositivo de controle que tudo fiscaliza, observa e transforma visando à produtividade das forças individualizantes. Não se pode deixar de notar, que a efetivação desse olhar fiscalizador, controlador e fabricante de sujeitos dóceis tem seu ápice no uso sistemático do panóptico, o qual possibilita a um único olhar, uma visão global sem poder ser visto, conforme se pode notar na imagem abaixo:

Figura 7 – Instituição panóptica - Asilo em Badajoz



Fonte: <http://lhdjuandiezdelcorral.blogspot.com.br>

Esse modelo circular possibilita vigiar por meio da implantação do sistema Panóptico, de Bentham, no qual podem ser distribuídos diferentes sujeitos (doente, louco, prisioneiro, operário, escolar) em um espaço determinado e utilizar apenas um vigia em uma torre central. Ele poderá observar os comportamentos, as doenças, etc., buscando caracterizar, classificar e organizar analiticamente a espécie. Vale salientar que subjaz aqui o princípio do saber que tem por base a concepção naturalista, na qual se observa particularidades da doença, das aprendizagens do escolar, aptidões de operários, dentre outras, para se construir o diagnóstico. Para Foucault (2010b, p. 193), “o Panóptico pode ser utilizado como máquina de fazer experiências, modificar o comportamento, treinar ou retreinar os indivíduos”.

Retomando as técnicas de funcionamento do poder disciplinar, é pertinente mencionar que a sanção normalizadora age como ferramenta de punição aos comportamentos que se desviavam do exigido, tais como: atrasos, ausência, desatenção, negligência, desobediência, sujeira, insolência, dentre outras. Interessa fazer valer a regra, buscar controlar tudo que possa dela se desviar. Promover, através do castigo, formas de exercício que levem à redução dos desvios, sendo este promotor de uma ação corretiva para o corpo.

Além disso, a sanção normalizadora busca dominar por meio de um duplo papel oposto: positivo e negativo que serão medidos e controlados por ações de conduta de comportamento para as quais serão atribuídos recompensas ou castigos. Com isso, há o predomínio de um poder que visa à marcação dos desvios; hierarquia das qualidades e competências; classificação e seleção por méritos e habilidades. Tudo isso, por meio de desempenhos, comportamentos, comparações, determinados por uma regra a ser seguida.

Desse modo, a disciplina singulariza o modelo do indivíduo que se quer formar nas instituições, levando à promoção de uma regra de conjunto, que ao mesmo tempo em que homogeneiza, faz ressaltar a classificação, hierarquia, comparação e diferenças individuais, como promotora de um princípio que busca normalizar para controlar. Assim, a norma surge como um elemento de medida, uma trena métrica que quadricula e engloba, sob o olhar vigilante, cada indivíduo, atribuindo-lhe correções ou premiações, e, conseqüentemente, excluindo aqueles que não cabem na regra normalizada. Faz-se necessário observar em diferentes instâncias a presença da norma como elemento de medição e legislação de diversos aspectos relativos às Ciências Humanas. De acordo com Foucault (2010b, p. 176-177):

O Normal se estabelece como princípio de coerção no ensino, com a criação de uma educação estandardizada e a criação das escolas normais; estabelece-se no esforço para organizar um corpo médico capaz de fazer funcionar normas gerais de saúde; e na regularização dos processos e dos produtos

industriais. [...] O poder de regulamentação obriga à homogeneidade; mas individualiza, permitindo medir os desvios, determinar os níveis, fixar as especificidades e tornar úteis as diferenças.

Nessa prática, a regra produz um efeito de homogeneidade pela norma, mas promove uma elevação da individualidade pela distribuição de lugares que levam ao grau de normalidade, ligado ao controle do corpo e às relações de poder e saber.

Por fim, atendendo às estratégias de atuação do poder disciplinar, tem-se o exame como extensivo da vigilância e da sanção normalizadora. Este é efeito de um controle que seleciona pelo olhar atento para posteriormente aplicar a sanção, através de um exame detalhado e complexo. Assim, o hospital passa a ser um lugar privilegiado para a prática do exame, sendo realizado com mais detalhes e tomando espaço maior na prática médica, mas disseminado a outras formas de controle. Isso faz surgir diferentes saberes que irão se destacar na rotina disciplinar do hospital.

Na escola também é sentida a efetivação do exame pelo acompanhamento do ensino através de provas e testes. Estes medem a aprendizagem e oportunizam ao mestre transmitir um saber e medir os conhecimentos dos alunos, de forma a objetivá-los e ativar o saber pedagógico. Esses exemplos são apenas ilustrativos do mecanismo disciplinar que se usa por meio do exame, tendo sido aplicado em diferentes instituições como tecnologia de controle. Sendo assim, nas palavras de Foucault (2010b, p. 179):

O exame é a técnica pela qual o poder, ao invés de emitir os sinais de seu poderio, ao invés de impor sua marca a seus súditos, capta-os num mecanismo de objetivação. No espaço que domina, o poder disciplinar manifesta, para o essencial, seu poderio organizando os objetos. O exame vale como cerimônia dessa objetivação.

Percebe-se, contudo, que as técnicas de efetivação do poder disciplinar discutidas acima, não são as únicas possíveis. Elas são as mais notadas pela analítica foucaultiana, mas ao longo do tempo, as transformações vão sendo sentidas, tanto nas instituições quanto nas formas de estratégias utilizadas.

As ferramentas vão sendo aperfeiçoadas para atingir aos objetivos almejados e o poder disciplinar vai também provocar diferenças na forma de docilizar os corpos. O que se observa é a produtividade de manifestação das disciplinas no controle do corpo e na fabricação das verdades produzidas. Por isso, essa categoria é pertinente para este trabalho que se propõe a estudar a emergência do discurso da inclusão social do sujeito com deficiência, que vai utilizar diferentes técnicas disciplinares, como mostrará a análise do

corpus. Por enquanto interessa traçar o percurso teórico para acercar-se dos pilares de sustentação do discurso da inclusão.

É nessa empreitada que a positividade do poder disciplinar abre espaço para a discussão de outra forma de poder que tem por base a instauração de processos de regulamentação da vida e por alvo, não mais o indivíduo, mas o corpo da população, tendo em vista que “a biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder”. (FOUCAULT, 2005, p. 292-293).

Assim, as análises desenvolvidas sobre uma *anátomo-política do corpo* combinam-se com uma biopolítica das populações que busca gerenciar a vida do *corpo-espécie*. Essa ebulição do poder está calcada no estabelecimento de uma biopolítica que favorecerá as práticas do biopoder, sendo sustentada por diferentes procedimentos, e, será foco das discussões do próximo tópico.

2.4 Do corpo individual ao corpo coletivo: estratégias de biopolítica no controle da população

A agremiação das discussões em torno do poder faz vislumbrar o cenário de visibilidade que se constrói acerca da história do corpo. Fato que mostram os eixos de sustentação, de transformação e de deslocamentos pelos quais passam os objetos. Nesses eixos, aparece um novo mecanismo de dominação, intimamente ligado ao alicerce das disciplinas, mas que é ímpar na caracterização e na forma como atua através da manifestação do poder nas sociedades ocidentais.

Estamos aqui falando da emergência de um poder que se centra na valorização da vida, assumindo estratégias operacionais distintas, as quais põem em funcionamento o biopoder. Com ele surgem os processos de biopolítica que provocam mutações no olhar sobre a sociedade, que passa a ser governada sob a ótica da normalização e regulamentação, não mais focada no individual, mas no fenômeno chamado de população. Dessa maneira:

Foi apenas no final do percurso genealógico de sua investigação que Foucault chegou aos conceitos de biopoder e biopolítica, tendo em vista explicar o aparecimento, ao longo do século VIII e, sobretudo, na virada para o século XIX, de um poder disciplinador e normalizador que já não se exercia sobre os corpos individualizados, nem se encontrava disseminado no tecido institucional da sociedade, mas se concentrava na figura do Estado e se exercia a título de política estatal com pretensões de administrar a vida e o corpo da população. (DUARTE, 2008a, p. 48).

Interessa destacar que no final do século XVIII, o poder se volta para os problemas das massas globais, as quais são afetadas por um conjunto de processos inerentes à vida, desde o nascimento, passando pelo controle das doenças, da natalidade, da segurança, etc. Desse modo, a biopolítica, enquanto tecnologia política do poder enfoca os aspectos da vida da população, palavra de ordem que indica o conjunto de indivíduos que podem ser governados.

Estabelecem-se relações de poder, alicerçadas por diferentes saberes que são necessários ao controle e regulação da população, pois estimulam o acompanhamento e a intervenção de vários fenômenos relativos à vida. Explode assim, o corpo-espécie da população “um corpo numerável, um corpo que se constitui, desde então, como problema econômico, político, social, científico e médico-biológico”. (GADELHA, 2009, p. 112).

Para efetivar o funcionamento de uma sociedade que estava imersa no processo de explosão demográfica e de industrialização, era necessário um modelo de ação do poder que fosse gerenciador das forças tanto individuais quanto do conjunto da população. Porém, é sobre a segunda que recai os fenômenos biológicos ou bio-sociológicos, os quais requerem ações complexas de coordenação para efetivação do poder, exercido através do Estado que tem como objetivo aumentar a vida, pelo controle das doenças e sanitizando as cidades.

Neste caso, surgem formas de atuação que se alicerçam na normalização e regulamentação do corpo social. Por meio da norma, os mecanismos disciplinares e os regulamentadores são articulados para controlar, tanto o corpo a ser disciplinado quanto a população que se quer regulamentar.

Percebe-se que o exercício do biopoder vai ser realizado por meio de mecanismos distintos dos estabelecidos pelas disciplinas. Enquanto nas disciplinas, a ação do poder se dá pelo adestramento dos corpos individuais, na biopolítica prevalece a regulamentação da massa social, com o Estado assumindo o papel do soberano. No entanto, há a coincidência em ambas as formas de poder que se utiliza da norma para promover, através do controle, a disciplinarização de um e a regulamentação do outro. Com isso, surge a noção do que Foucault (2005, p. 302) designa como sociedade de normalização, pois segundo ele:

[...] pode-se dizer que o elemento que vai circular entre o regulamentador, que vai se aplicar, da mesma forma, ao corpo e à população que permite a um só tempo controlar a ordem disciplinar do corpo e os acontecimentos aleatórios de uma multiplicidade biológica, esse elemento que circula entre um e outro é a ‘norma’. [...] A **sociedade de normalização** é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação. (grifo nosso).

É necessário manter a regulamentação da população pelos procedimentos que normalizam o corpo social, usando processos biológicos de conjunto que estão na base da biopolítica. Fica evidente que a vida é o objeto maior do poder. Fato que faz transitar de uma sociedade marcada pela força do poder soberano, que fomentava a morte como marca registrada, passando por uma proposta de docilização do corpo individual, para então chegar a uma sociedade que privilegia a vida, regida pela regulamentação, normalização e tem por reflexo o biopoder.

Essa normalização pode ser sentida em diferentes contextos sociais, diante do qual incide os procedimentos de biopoder, que tem a população como objeto e a Estatística como saber. O poder sobre a vida se concretiza através de diversos dispositivos que permitem a intervenção do Estado na vida da população, agindo como foco de instalação de mecanismos de poder.

A biopolítica faz o gerenciamento de estratégias que atuam na forma de controle por vias da normalização da sociedade. Nas palavras de Souza e Gallo (2002, p. 45):

Foucault vai analisar a emergência de um outro poder: aquele que se exerce sobre a vida, sobre o humano como ser vivo, um movimento de *estatização* do biológico. Enquanto a soberania se ocupava em “fazer morrer” ou “deixar viver”, esse novo mecanismo de poder vai se ocupar de “fazer viver” e “deixar morrer”. A ele, Foucault chamará de *biopoder*. (Grifos dos autores).

O biopoder ganha destaque nos mais diferentes segmentos da sociedade. Ele passa a compor o mecanismo principal de atuação de uma dominação que pretende normalizar a própria conduta da espécie. Para isso, implanta um sistema de mecanismos que possibilita regerar, manipular, incentivar e observar fenômenos como as taxas de natalidade e mortalidade, as condições sanitárias das grandes cidades, o fluxo das infecções e contaminações, o racismo de estado que se estabelece por meio da guerra das raças, etc. Dessa forma, busca-se não apenas disciplinar o comportamento, mas criar um gerenciamento planejado da vida das populações.

Nota-se que o alvo do biopoder é a gestão da vida do corpo social, o que favorecerá por diferentes ângulos¹⁷ a higienização da vida das populações. Aparece, então, as questões biossociais, as quais combinam diferentes fatores biológicos e sociais que promovem a interação de grupos por determinados critérios, por exemplo: a saúde.

¹⁷ É preciso observar que as formas de atuação do biopoder nem sempre visaram à melhoria de vida da população em geral, pois a biopolítica promoveu formas de exclusão, quando usada para atender e beneficiar a norma de uma raça considerada superior. Ver tópico 2.4.2

Nesse contexto, diferentes temas serão normalizados dentre eles Foucault discute que o sexo se tornou alvo de disputa política, na medida em que é foco do controle disciplinar individual, mas também está ligado aos acontecimentos de regulação da população. Podemos citar que mais tardiamente, a inclusão social do sujeito com deficiência também será alvo desses mecanismos de poder, como uma questão que perpassa o corpo individual e o social. Porém, antes de partir para esse objeto específico, é necessário concluir esta discussão teórica.

Vale mencionar que as questões de biopolítica não estão presentes em um único curso proferido por Foucault no *Collège de France*. Elas vão sendo tecidas nas pesquisas que ensinam a genealogia do poder desde os cursos de 1975 até *A história da sexualidade* no início dos anos 1980. Neste percurso, o tema “vai ganhando visibilidade e assumindo maior complexidade num percurso que pode ser mais ou menos situado na *démarche* de Foucault”. (GADELHA, 2009, p. 82).

As pesquisas versam sobre as implicações da sexualidade, o controle do corpo-organismo pelas disciplinas e as regulamentações do corpo-espécie da população. A última ligada aos efeitos da biopolítica, que busca articular a norma da disciplina com a regulamentação da população, como forma de atingir o controle do corpo-espécie através de dispositivos do biopoder que se espalham em redes de relações. Dessa forma, “o que se produz por meio da atuação específica do biopoder não é mais apenas o indivíduo dócil e útil, mas é a própria gestão calculada da vida do corpo social”. (DUARTE, 2008b, p. 6).

A biopolítica se desenvolveu, então, ligada a três diferentes fios condutores. Dentre eles Foucault destaca: primeiro, o surgimento da Medicina Social que se espalhou pela Alemanha, França e Inglaterra, com diferentes enfoques em cada país; segundo, a biopolítica ligada à questão da guerra, porém uma guerra que enfatiza, não somente a luta entre nações, mas a guerra entre as raças. Por terceira abordagem, está ligada aos procedimentos de governamentalidade e aos processos do liberalismo e neo-liberalismo. Por uma questão didática abordaremos separadamente esses três procedimentos da biopolítica, visando seguir o percurso da pesquisa foucaultiana. Assim, buscaremos compreender esses efeitos do biopoder e da biopolítica e sua produtividade para o nascimento do discurso da inclusão social.

2.4.1 A Medicina Social como biopolítica: ensejo de regulamentação da vida

O advento do Capitalismo, em fins do século XVIII e início do XIX, possibilitou a formação de uma economia do poder centrada no corpo e na medicina como elementos básicos de sua estruturação. Trata-se da primeira abordagem da biopolítica contemplada por

Foucault, apresentada pela primeira vez na conferência proferida pelo filósofo na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em outubro de 1974. Ela foi publicada na obra *Microfísica do poder*, sob o título *O nascimento da Medicina Social*.

A biopolítica, neste caso, compreende a politização da medicina que sai do foco individual para o coletivo, tornando-se social. O controle do corpo é objeto da mecânica do poder e da sociedade capitalista, a qual precisa da regulamentação dos indivíduos para atender aos seus objetivos e produzir força de trabalho. O foco do capitalismo recaiu sobre elementos biológicos e corporais, favorecendo ao surgimento da medicina como elemento de saber e a sua incorporação, bem como a do corpo como objetos de biopolítica. A propósito, Foucault (2007c, p. 80) comenta:

O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade bio-política. A medicina é uma estratégia bio-política.

No ensejo de incluir o corpo e a medicina no campo político, percebe-se a força-tarefa de eleger estratégias que darão suporte à biopolítica a partir de diferentes modelos de Medicina Social. Isso fica evidenciado na preocupação sentida por determinadas nações europeias no que tange ao estado de saúde da população. Elas são discutidas por Foucault a partir de três distintos modelos. O primeiro realizado na Alemanha; o segundo, na França e o último, praticado na Inglaterra.

O modelo difundido na Alemanha, parte da ênfase em uma “ciência de estado”, que prioriza essencialmente, “o funcionamento geral de seu aparelho político”. (FOUCAULT, 2007c, p. 81). Isso faz surgir uma preocupação com a prática médica centrada nos problemas da população, com o objetivo de promover a melhoria do nível de saúde. A medicina social que lá se praticou foi acima de tudo “coletivizada, fortemente estatizada e funcionarizada, cujo exercício se dá em estreita sintonia com uma ‘política médica’ e uma ‘polícia médica’ (*Medizinichepolizei*) estatais”. (GADELHA, 2009, p. 85).

Nota-se que o estabelecimento do cuidado com a população empreendido na Alemanha é mais amplo do que em outros países. Ela implantou uma organização e um controle por meio da polícia médica que acompanhou a relação entre pessoas sãs e doentes, de forma a sistematizar, caracterizar e controlar as doenças, sejam endêmicas ou epidêmicas. Também buscou fazer da prática do saber médico um instrumento de normalização estatal, de

forma que as atividades médicas estivessem ligadas diretamente a uma administração especializada. Essas práticas resultam na verticalização do controle da saúde da população, que tem no Estado sua representação maior. Promoveu, ainda, a normalização, tomando como objeto primeiro, a medicina e o médico.

É pertinente notar que esse cuidado com a saúde, iniciado na Alemanha, não tem ainda, como objetivo, alcançar o corpo como força de trabalho. Seguindo o comentário de Foucault (2007c), não é o corpo do proletário que é assumido por essa administração estatal da saúde, mas o próprio corpo dos indivíduos enquanto constituem globalmente o Estado. A força do Estado com seus conflitos econômicos, políticos, é essa força estatal que a medicina deve aperfeiçoar e desenvolver.

O modelo alemão é, portanto, específico, centrado na estatização da medicina. Na França e na Inglaterra houve o controle apenas da natalidade e da mortalidade, por meio de tabelas. Isso não significa, porém, que nesses países não existiu a implementação de uma Medicina Social, porém, aconteceu com enfoque em outro aspecto.

Na França, o foco de ação se voltou para o fenômeno de urbanização, com a concepção de que problemas como epidemias, condições de moradia, higiene e saúde eram foco da relação entre a política e o corpo biológico. Segundo Gadelha (2009, p. 86):

A necessidade de racionalizar e regulamentar as condições de vida, as trocas, os espaços e os deslocamentos nas grandes cidades francesas, imperativo este que demandava uma ‘unificação do poder urbano’. Em termos econômicos [...] já não se podia tolerar que imperasse nas grandes cidades uma ‘multiplicidade de jurisdição e de poder’. Em termos políticos havia [...] o aparecimento de toda uma população operária, pobre, tendente a organizar-se em associações [...] que constituíam uma oposição ou relação de enfrentamento entre ricos e pobres (plebeus e burgueses), dando ensejo a tensões e sublevações urbanas.

Isso provocou a necessidade de organizar as condições de vida através da urbanização, promovendo um cuidado com a cidade e os habitantes, através do esquadrinhamento. Foi implantada, então, uma política médico-sanitária, apoiada na quarentena como estratégia de ação, com uma análise e registro de tudo que se passava nos domínios urbanos. Este modelo promoveu a instalação de critérios de medição e controle de vigilância sanitária para favorecer o desenvolvimento e a higienização dos espaços coletivos.

Com a instalação dessa medicina social urbana, têm-se o surgimento de um saber baseado no campo científico que atua principalmente por meio da articulação entre a medicina e as “ciências físico-químicas”. Ela marca a produção da verdade que estabelece os espaços

urbanos adequados à determinadas práticas (como melhor localização para cemitérios, matadouros, etc.); controla a qualidade da água e do ar, dentre outras, visando atender e proteger a burguesia. Neste caso, há maior preocupação com o meio, ou seja, com os seus efeitos junto aos corpos e aos organismos, tornando-se “uma medicina da coisas: ar, água, decomposições, fermentos, das condições de vida e do meio de existência”. (FOUCAULT, 2007c, p. 92).

Dessa forma, favorece o aparecimento da noção de *salubridade*, entendida como as práticas materiais e sociais que auxiliam para melhorar as condições de saúde. Ela promove novas formas de higienização junto à problemas das condições sanitárias que podem ser prejudiciais à vida nas cidades. Surge, em decorrência, a ideia de higiene pública ligada às técnicas de controle dos elementos que podem favorecer ou prejudicar a saúde.

Nesse contexto, a biopolítica que se ocupa da medicina social francesa, tem por base os aspectos relativos à salubridade como constitutivo do poder sobre a vida. Isso porque, baseado no paradigma da urbanização e da instalação da higiene nas cidades, apoia-se no saber que legitima a salubridade como o conjunto das condições propícias à saúde pública. Percebe-se, que nessa forma de poder a legitimidade de ação se dá fortalecida pelos saberes que agem como promotores da verdade, fato que oportuniza o controle político-científico do meio social.

Por outro lado, o modelo que se implementou na Inglaterra, seguiu uma trilha diferente das encontradas na Alemanha e na França. A medicina social inglesa tomou como objeto de medicalização, os pobres e os trabalhadores. Isso para conter a ameaça representada por essa esfera social, que começava a surgir por volta da segunda metade do século XIX.

Essa ameaça era ocasionada, primeiro por questões políticas, pois neste período a população pobre começou a participar de revoltas. Em segundo lugar, porque os pobres já não tinham a mesma serventia de antes, devido à formalização dos serviços públicos que antes eram realizados por essas pessoas, como entrega de cartas, encomendas, despejar lixos, etc. Em terceiro lugar, a divisão da cidade em bairros pobres e ricos, contribuiu para mais revoltas e conflitos por parte dos plebeus.

Desse modo, a população pobre entra no cenário de preocupação política. Também, a Revolução Industrial, cuja expansão se deu com mais efervescência e rapidez na Inglaterra, estimulou o crescimento considerável da classe proletária, instigando a sua inserção como elemento principal na criação de uma Medicina Social. É a assistência à saúde da população pobre que está ligada a segurança pública e à nova legislação.

Essa legislação é a chamada *Lei dos pobres*, que passa a vigorar como o controle médico do pobre, que é submetido a vários sistemas de assistência médica. Com isso, há uma medicina social voltada para atender à saúde da classe menos favorecida socialmente, protegida por uma legislação que produz a ideia de proteção e intervenção na promoção da saúde. No entanto, essa maneira de ajudar os mais pobres é uma forma de as classes ricas e seus representantes no governo assegurarem também sua própria proteção e saúde. Foucault (2007c, p. 95) argumenta que “um cordão sanitário autoritário é estendido no interior das cidades entre ricos e pobres: os pobres encontrando a possibilidade de se tratarem gratuitamente ou sem grandes despesas e os ricos garantindo não serem vítimas de fenômenos epidêmicos originários da classe pobre”.

Percebe-se, com isso, uma forma de autoproteção da classe burguesa, na medida em que busca sua segurança política, através da assistência controlada da saúde da outra classe. Foucault assinala ainda que os serviços são ampliados através de um aparelho autoritário que visa o controle médico da população. São os sistemas de *health service*, de *health officers*, que começaram na Inglaterra em 1875 como uma extensão da lei dos pobres, porém com os serviços voltados para toda a população.

No foco de atribuições desse sistema estava a obrigação e o controle da vacinação para os diferentes segmentos da população; registro das doenças epidêmicas ou que pudessem provocar epidemias (isso obrigava as pessoas a se declararem portadoras de quaisquer doenças perigosas); catalogação de lugares insalubres com eventual destruição desses focos. Nota-se que o *health service* é uma medida autoritária que abrange toda a população e visa ao controle da limpeza urbana, seja por meio de medidas preventivas ou pela higienização das coisas, dos espaços e dos lugares. É importante destacar que essa medicina social praticada na Inglaterra, principalmente no século XIX, favoreceu a uma medicina privada que beneficiava a quem pudesse pagá-la.

Por todas essas formas de controle, o modelo inglês de medicina social foi o que teve mais influência para a sociedade contemporânea, pois comportava:

a organização de uma medicina com faces e formas de poder diferentes segundo se tratasse da medicina assistencial, administrativa e privada, setores bem delimitados que permitiam durante o final do século XIX e primeira metade do século XX, a existência de um esquadramento médico bastante completo. (FOUCAULT, 2007c, p. 97).

Essa discussão aponta os caminhos pelos quais a biopolítica se inicia no patamar de uma forma de controle sobre a vida da população. Com características peculiares no modo

de ação do poder, mas notadamente modificando o quadro das relações de poder-saber que vigoravam na sociedade. Percebe-se a instalação de um modelo que prioriza o assistencialismo às classes menos favorecidas socialmente, dentre elas, a das pessoas com deficiência, que entrarão na ordem do discurso assistencialista.

Sendo este trabalho uma atualização do pensamento foucaultiano, defendemos que o discurso da inclusão ressignifica essa política assistencialista que teve início no modelo inglês de Medicina Social. Sobre isso, discutiremos com mais intensidade no capítulo 3 deste trabalho. A seguir traçaremos um esboço da biopolítica ligada à questão da guerra. Mas de que guerra se trata? E que relação ela apresenta com o discurso da inclusão?

2.4.2 A biopolítica no rumo do discurso bélico: o racismo biológico como higiene social

A grande questão travada sobre biopolítica que contempla a segunda abordagem foucaultiana sobre o tema é apresentada nas aulas do curso de 1976, publicadas na obra *Em defesa da sociedade*. Naquele momento Foucault a discute de forma mais ampla e articulada, considerando diferentes fatores que ensejam as relações de dominação nas sociedades modernas ocidentais. No entanto, a guerra como elemento da relação de poder e análise política é preponderante na discussão sobre a biopolítica. Essa discussão é decorrente da inversão proposta por Foucault do aforismo de Clausewitz¹⁸ que diz que a guerra é a política continuada por outros meios. No entanto, Foucault apresenta um discurso de caráter histórico-político, no qual fundamenta seu princípio de que a política é a guerra continuada por outros meios. (FOUCAULT, 2005).

Para se compreender melhor essa questão, é preciso situar que o aforismo de Clausewitz apoia-se no discurso filosófico-jurídico ou filosófico-político, sobre o qual se justificava e fortalecia o poder mediante as narrativas oficiais feitas por historiadores. Esse discurso fez legitimar o poder como fundador da ordem, através de um viés jurídico que torna a vinculação ao rei possível por meio de obrigações, juramentos e compromissos com a lei, glorificando as conquistas bélicas e fortalecendo o poder.

Esse discurso sofreu modificações no momento em que a guerra passou por um processo de estatização, pois, segundo Foucault (2005, p. 55) “as práticas e as instituições de guerra de início se concentravam cada vez mais nas mãos de um poder central; pouco a pouco

¹⁸ Karl von Clausewitz foi um estrategista e líder militar da Prússia. É considerado como o pai da arte da guerra moderna. Disponível em <http://www.encyclopedia.com> Acesso em: fevereiro de 2012.

sucedeu, que de fato e de direito, apenas os poderes estatais podiam iniciar as guerras e manipular os instrumentos da guerra”.

Com isso, surge outro discurso apontado por Foucault como histórico-político, que é distinto do anterior e responsável pela organização política da sociedade. O poder se utiliza desse discurso para criar condições de possibilidade de não apenas pressupor a guerra, mas também de se exercer através dela e nela, produzindo diversos tipos de mecanismos e dispositivos de dominação (GADELHA, 2009).

O discurso histórico-político possibilita compreender “a guerra como relação social permanente, como fundamento idelével de todas as relações e de todas as instituições de poder”. (FOUCAULT, 2005, p. 56). Esse discurso se caracteriza por apresentar procedimentos estratégicos nos quais se efetivava a guerra, uma vez que promove a ideia de que até nos momentos de paz, é preciso toda uma análise de táticas e técnicas a serem usadas nos conflitos.

Além de ter sustentação na forma de promulgação de que se utiliza, o discurso filosófico-jurídico se baseia em formulações das verdades universais dos filósofos. Enquanto que o discurso histórico-político, por sua vez, se vale de saberes e práticas jurídicas para legitimar o seu dizer, servindo-se do direito por uma perspectiva não universalista. Nesse discurso, se formula ainda, uma verdade que se manifesta numa relação de combate, em estratégias que visam à vitória buscada, desfazendo-se a ilusão de uma verdade que busca a neutralidade e a paz.

Por ser o primeiro discurso exclusivamente histórico-jurídico do Ocidente, ele aparece como o lugar em que a verdade funciona explicitamente como arma para uma vitória partidária. É sob essa perspectiva que Foucault (2005, p. 59) argumenta: “uma frente de batalha perpassa a sociedade inteira [...] e é essa frente de batalha que coloca cada um de nós num campo ou no outro. Não há sujeito neutro. Somos forçosamente adversário de alguém”.

O cenário de guerra como jogo de poder que se apoia no discurso histórico-político (ou histórico-jurídico), vai resultar na dicotomia estabelecida no interior do corpo social e que aparece sob o rótulo de guerra das raças. Segundo, Foucault (2005, p. 70-71):

[...] a trama ininterrupta da história aparece sob uma forma precisa: a guerra que se desenrola assim sob a ordem e sob a paz, a guerra que solapa a nossa sociedade e a divide de um modo binário é, no fundo, a guerra das raças. Muito cedo, encontramos os elementos fundamentais que constituem a possibilidade da guerra e que lhe garantem a manutenção, o prosseguimento e o desenvolvimento: diferenças étnicas, diferenças das línguas; diferença de força, de vigor, de energia e de violência; diferenças de selvageria e de barbáries; conquista e servidão de uma raça por outra.

Aqui se destaca o interesse desta discussão sobre a biopolítica ligada à questão da guerra. Observa-se que o foco do poder sobre a vida que se instala, neste percurso, é baseado na polaridade existente dentro do corpo social que o divide em duas raças. Isso porque, a guerra que se declara não é entre duas raças externas, vindas de nações diferentes, originárias de outro lugar. É, principalmente, uma luta que se estabelece internamente e ocasiona a mutação no conceito de raça, pois não se trata de algo que está fora, mas o que está inserido no mesmo corpo social. Nesse aspecto, abre-se margem para “o desdobramento de uma única e mesma raça em uma super-raça e uma sub-raça”. (FOUCAULT, 2005, p. 72).

Delineia-se, então, o paradigma da superioridade da raça, alicerçado nos saberes estabelecidos pela Biologia, que começam a existir antes de Darwin, mas que usa argumentos semelhantes ao usado para descrever *A origem das espécies*. Esse discurso da guerra das raças, tomado pelo viés da acepção biológica, ligada à teoria do Evolucionismo e da luta pela vida, vai desembocar no que Foucault chamou de racismo de estado ou racismo biológico-social. É esse racismo, que não se confunde com o racismo religioso praticado durante a Idade Média, que será o palco das relações de poder, delineadas desde o século XVII e estendidas até o século XX.

O racismo de Estado faz parte do prolongamento do discurso da guerra das raças, apontado por Foucault como sendo uma parte desse fenômeno. Ele discute essa questão articulando-a ao poder que se produz nas relações sociais que são perpassadas pela história. A guerra das raças estava se transformando em um movimento de luta de classe, relacionado a revoluções e promessas de libertação. O racismo de Estado vem se sobrepor a esse viés, a partir do início do século XIX, baseado no discurso da luta das raças, a partir da visão biológica e médica desse termo. Sobre isso, Foucault (2005, p. 94-95) esclarece:

É assim que vocês vêem aparecer algo que vai ser justamente o racismo. Retomando, reciclando a forma, o alvo e a própria função do discurso sobre a luta das raças, mas deturpando-os, esse racismo se caracterizará pelo fato de que o tema da guerra histórica – com suas batalhas, suas invasões, suas pilhagens, suas vitórias e suas derrotas – será substituído pelo tema biológico, pós-evolucionista, da luta pela vida. Não mais batalha no sentido guerreiro, mas luta no sentido biológico: diferenciação das espécies, seleção do mais forte, manutenção das raças mais bem adaptadas, etc.

Nesse jogo, o racismo de Estado assume a forma de uma contra revolução, no sentido em que propõe a soberania conservada do Estado e a higienização da sociedade por meio da aniquilação da raça inferior. Isso faz surgir o embate entre duas forças, ou melhor, duas raças, na medida em que uma é promovida como verdadeira e única, que detém o poder

e é titular da norma; a outra está fora e constitui o perigo ao patrimônio biológico. A supremacia da raça vai ser estabelecida por meio de técnicas médico-normalizadoras. (FOUCAULT, 2005).

É por meio desse racismo que surgiram formas de segregação, exclusão e extermínio de determinadas parcelas da sociedade. Apareceram os discursos biológico-racistas sobre a degenerescência que legitimaram todas essas práticas para promover a normalização da sociedade. Apareceram os discursos biológico-racistas sobre a degenerescência que legitimaram todas essas práticas para promover a normalização da sociedade. Por isso, nas palavras de Bauman (2004, p. 158) “toda aposta na pureza produz sujeira, toda aposta na ordem cria monstros”.

Dessa forma, busca-se defender a sociedade por meio da limpeza que se estabelece através da destruição da outra raça, considerada uma sub-raça. E isso é tarefa para o Estado que aparece para proteger a integridade, superioridade e pureza da raça. Fato que contribui para se pensar a biopolítica atravessada pelo discurso do racismo. Sobre isso, acrescenta Gadelha (2009, p. 107):

Decorre uma importante consequência, em termos políticos, a saber, uma mutação na forma de se exercer o poder nas sociedades modernas ocidentais, a qual dá ensejo a que se fale propriamente numa biopolítica, num tipo de gestão governamental que lança mão dessa teoria, desse racismo biológico, para o controle do corpo-espécie da população.

Nesse caso, a atuação do Estado é proteger a raça superior dos perigos que emanam dos outros segmentos sociais que comprometem biologicamente a pureza do estrato social considerado detentor da norma. Fato que evidencia não se tratar de uma luta entre grupos externos, mas de uma estratégia global de conservar e privilegiar um segmento. Isso faz surgir “um racismo que uma sociedade vai exercer sobre ela mesma, sobre seus próprios elementos, [...] um racismo interno, o da purificação permanente, que será uma das dimensões fundamentais da normalização social”. (FOUCAULT, 2005, p. 73).

Interessa, pois, exterminar, aniquilar e segregar a camada social considerada inferior, a raça que atrapalha e prejudica a purificação da outra. Isso mostra uma clivagem no corpo social, pois embora coabitem o mesmo espaço, as duas raças não se misturam em virtude de suas diferenças sociais e culturais. Essa distribuição favorece a ideia de heterogeneidade que deveria ser substituída por uma sociedade “biologicamente monística”. Neste caso, o monismo refere-se à ideia defendida pelo racismo biológico, de uma sociedade

movida pela unidade, sem espaços para as diferenças, pois elas provocam as mazelas que se pretende combater.

A biopolítica, neste caso, surge para beneficiar uma parte da sociedade e não produz estratégias que favoreça toda a população. Serve como argumento que legitima práticas de extermínio da raça inferior. Tudo isso em nome de técnicas médico-normalizadoras, as quais se baseiam no saber biológico, que faz do Estado um soberano responsável pela proteção da raça. Conforme Duarte (2008b, p. 9) “num contexto histórico biopolítico, não há Estado que não se valha de formas amplas e variadas de racismo como justificativa para exercer seu direito de matar em nome da preservação, intensificação e purificação da vida”.

Para ilustrar os casos mais evidentes desse racismo biológico do Estado, emergem, no século XX, a Alemanha nazista e o movimento soviético, promovido pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

No caso da Alemanha nazista, instala-se uma forma de poder estatal que usa o discurso da guerra das raças e, por meio dele faz do Estado o encarregado de proteger biologicamente a raça superior. Instalam-se assim, práticas de extermínio que visam preservar a raça ariana, considerada a raça pura. Esse racismo nazista está baseado na estratégia de retorno à mitologia popular, na qual a proteção do Estado está ligada a elementos de lutas populares antigas que fundamentariam a teoria da guerra das raças.

No exemplo soviético, tem-se uma estratégia discreta, realizada sem chamar a atenção. Ocorre, neste caso, uma transformação baseada na retomada do discurso das lutas sociais para produzir “uma gestão de uma polícia que assegura a higiene silenciosa de uma sociedade ordenada” (FOUCAULT, 2005, p. 97). Com isso, o inimigo que se pretende combater, pois constitui um perigo biológico, é o doente, o transviado, o louco, usando como arma uma polícia médica que os eliminam.

O racismo biológico fez surgir estratégias de poder sobre a vida, mas para isso, é necessário combater todos os perigos que se materializam na sub-raça. Neste caso, há um paradoxo, pois ao estabelecer o racismo, cria-se uma forma de defesa que desqualifica, desprotege a outra camada social. Ele está a serviço do conservadorismo, da higienização, da normalização social e provoca terror e destruição total. Com isso, “o racismo mostra-se indispensável tanto a um poder soberano quanto a um poder normalizador e regulamentador”. (GADELHA, 2009, p. 118).

Com essas considerações, percebe-se que a biopolítica tem a pretensão de lançar mão de um poder sobre a vida. O que se efetiva a partir do século XIX é a “assunção da vida pelo poder: [...] uma tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma espécie de estatização do biológico”. (FOUCAULT, 2005, p. 285-286). Isso faz transmutar o direito de soberania para um *fazer viver* e *deixar morrer*, que não o substitui totalmente, mas o completa e o modifica na medida em que vai fazer da vida o objeto maior do direito político. Porém, ao fazer a análise dessa transformação do lócus do poder, Foucault o faz pelo nível de verificação dos mecanismos, das técnicas, das tecnologias que são utilizadas em prol da elevação da vida.

Então, seria possível indagar: por que o racismo biológico de estado aparece como um dos traços da biopolítica, tendo em vista que através dele se pode até ceifar a vida? A resposta está atrelada à ideia discutida acima. Quando se apropria de um fazer viver, a atuação do poder, centrado na figura do Estado como responsável pela proteção da vida, está legitimado por uma prática de processos biológicos que visam à regulamentação e à normalização. Com isso, apodera-se de um poder sobre a vida que permite, em nome da higienização, promover práticas de segregação e extermínio da vida do outro que se apresenta como o inimigo da raça.

Há, portanto, um paradoxo e um excesso na forma de atuação do biopoder nesse limiar de técnicas excludentes. É o racismo que promove cesuras no interior da população que deveria proteger. Com isso, afirma Foucault (2005, p. 304):

Com efeito, que é o racismo? É primeiro, o meio de introduzir afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer. No contínuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e de outras, ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo do biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros.

O que se propõe com o advento do biopoder é uma desqualificação da morte. Em nome de uma regulamentação, de uma manutenção da ordem, da homogeneização e da higienização da vida, aceitam-se práticas que segregam a sociedade. Mas a morte não é aquele ritual público do período dos suplícios, é o ponto para além do qual o poder já não pode mais se exercer. Ela escapa ao seu domínio, mas quando o faz, é sempre a serviço da intensificação, do prolongamento e do equilíbrio da vida e das forças do corpo espécie da população. (GADELHA, 2009).

É nessa ordem que o racismo aparece como intervenção estratégica, inserido por meio do biopoder nos mecanismos de Estado. O racismo vai provocar, além da cesura de tipo biológico, uma positividade que implica uma relação do tipo guerreira, ou seja, quanto mais se deixar morrer, mais o outro viverá. Para a preservação da vida de uns, é necessário destruir a vida do outro e neste caso, o elemento biológico é decisivo nesse campo de batalha, pois será eliminado aquele que compromete a pureza da raça. Segundo Foucault (2005, p. 305):

[...] quanto mais as espécies inferiores tenderem a desaparecer, quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação à espécie, mais eu – não enquanto indivíduo, mas enquanto espécie – viverei, mais forte serei [...] a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura.

Acontece, portanto, uma relação de enfrentamento que se dá não no nível puramente militar ou político, mas gerada e justificada por questões de ordem biológica. Neste caso, o racismo promove um excesso de biopoder que se infiltra no corpo social e promove práticas que não favorecem a vida de todos, mas apenas a da pureza de um segmento que se toma como modelo de norma e de regulação.

Com isso, o biopoder em seu excesso através do racismo, promove a destruição e a morte de um segmento social que foge à regulamentação requerida para o corpo-espécie. O foco do poder se volta para a purificação e higienização social, acarretando morte e extermínio em seu interior. O racismo vai ser a condição para o fazer viver de uns e o deixar morrer de outros. Ele é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização e, esse “tirar a vida” vai se estender não somente a assassinios diretos, mas a tudo que diz respeito a assassinio indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte, ou pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc. (FOUCAULT, 2005).

Neste contexto, encaixam-se as práticas de exclusão espalhadas na sociedade, as quais reforçam a segregação social e vitimizam determinados grupos, dentre eles o dos indivíduos com deficiência. Sendo assim, é possível indagar: como a biopolítica, fortalecida por mecanismos de biopoder vai fazer entrar na cena pública o discurso que legitima e torna a sociedade mais inclusiva para com a raça que sempre foi considerada inferior e promotora da anormalidade do corpo-espécie?

É preciso continuar buscando as respostas, investigando se as práticas do poder sobre a vida irão caminhar por trilhas diferentes em busca da regulamentação e da

normalização. Para isso, necessário se faz seguir nas pistas da biopolítica, agora ligada à questão da governamentalidade, para nessa empreitada teórica encontrar a caixa de ferramentas utilizadas nesta escavação. O próximo tópico versará sobre essa temática e pode ser decisivo para a construção da genealogia do discurso da inclusão social do deficiente.

2.4.3 Governamentalidade e gestão da população: novas perspectivas do poder sobre a vida

É pertinente reafirmar que as questões sobre a biopolítica não foram elaboradas em uma mesma direção. Elas seguem o rumo das relações de poder que se firmam na tentativa de propor estratégias para gerir a vida. Essas estratégias orientam os rumos da humanidade e sofrem pressões de relações econômicas, sociais e das estruturas políticas, as quais guiam os acontecimentos que promovem os deslocamentos nas relações de poder.

Por isso, saindo do parâmetro do racismo biológico, seguimos no rumo que se pretende constituir o fio do novelo da biopolítica entrelaçada à questão da governamentalidade. Ela está alicerçada nos ditames da forma de governo ancorada na razão de Estado, a qual busca gerenciar racionalmente a vida da população. Lembrando que a biopolítica foi pensada para atender às demandas do corpo social. Por isso, nas palavras de Veiga-Neto e Lopes (2007, p. 955), “a população é tratada como um corpo vivo, um corpo-espécie, sobre o qual o Estado – ele mesmo, na sua acepção moderna, uma invenção também correlata às invenções do biopoder e da população – assume, como sua, a responsabilidade de governar para promover a vida”.

As contribuições foucaultianas para esta terceira vertente de abordagem da biopolítica, foram desenvolvidas nos cursos do *Collège de France*, entre os anos 1977 e 1979, os quais aparecem em obras como *Segurança, território e população* e *Nascimento da biopolítica*. No primeiro, a temática é aplicada à arte de governar, fazendo surgir a noção de governamentalidade. Já no segundo, o tema do liberalismo e neoliberalismo é agregado às questões de governo.

Nessa abordagem, Foucault inicia a discussão retomando aspectos relativos à gênese do saber político que se preocupa em regular a população, de forma a promover, como já dissemos nos tópicos anteriores, a normalização e regulamentação desta. Para isso, o filósofo analisou a relação entre segurança, população e governo. Assim, encerra sua análise da guerra como legitimadora das relações de poder, para se apossar da ideia de governo, compreendido como “[...] tipos de racionalidade que envolvem conjuntos de procedimentos,

mecanismos, táticas, saberes, técnicas e instrumentos destinados à dirigir a conduta dos homens”. (GADELHA, 2009, p. 120).

O tema do governo entra na ordem do discurso foucaultiano nos cursos proferidos em fevereiro de 1978 e tem no texto *A governamentalidade* sua forma maior de expressão. Nele Foucault discute a ligação entre governo e população, resgatando as estratégias históricas usadas para ensinar a arte de governar. Para tanto, retoma a literatura de *O príncipe* e de teóricos do contrato social, além de textos de autores que se opõem à Maquiavel na forma de tratar as questões de governo – conforme discutido no tópico 2.2.1 deste trabalho.

Continuando as elucubrações em torno da arte de governar, Foucault busca o seu desbloqueio por meio da análise de acontecimentos que favoreceram o aparecimento do Estado como tática de governo. Se antes essa arte estava ancorada na forma geral de soberania e, ao mesmo tempo, apoiada no modelo concreto da família, com uma visão ainda restrita de economia (conjunto constituído pela família e pela casa), sem um deslocamento, a arte do governo não podia encontrar sua dimensão própria. (FOUCAULT, 2006b).

É por meio do Mercantilismo que aparece a primeira visão racional da prática de governo como mecanismo de poder. Fatores como a expansão demográfica do século XVII, o aumento da produção agrícola foram decisivos para que a arte de governar estivesse em comunhão com o surgimento de problemas da população e a visão de que a economia não poderia se restringir apenas ao contexto familiar.

Dessa forma, o aparecimento de uma ciência de governo oportunizou que se pensasse numa racionalidade política movida por fatores econômicos e por problemas específicos da população. Tudo isso, como forma de pensar o governo desvinculado do modelo jurídico da soberania. Esses fatores contribuíram para o surgimento de saberes como a Estatística que aparece para contabilizar, organizar e analisar os dados da vida social e a Economia, como uma teoria econômica nos moldes que se estabeleceu na sociedade moderna.

Esses deslocamentos fazem perceber que a população aparece como sendo finalidade maior, tendo em vista que o objetivo do governo será “melhorar a sorte da população, aumentar sua riqueza, sua duração de vida, sua saúde, etc”. (FOUCAULT, 2006b, p. 289). Para isso, usa como instrumentos as campanhas, que agem diretamente e técnicas outras que agem indiretamente sobre a população, mas que controlam e manipulam fenômenos próprios à vida.

No desenrolar dessa discussão, cabe mencionar que Foucault procura mostrar a conexão que se estabelece nas relações de poder e provocam rupturas. Assim, analisa aspectos

dessa transição, mostrando como “da pastoral cristã, característica da sociedade da lei – Estado de justiça, da Idade Média – tinha se chegado à sociedade de regulamento e disciplina – Estado administrativo – e, desta à sociedade de polícia, controlada por dispositivos de segurança, Estado de governo”. (VEIGA-NETO, 2002, p. 23).

Essa última, focada no Estado de governo, vem reafirmar a questão que vai tomar conta da genealogia foucaultiana: o Estado como promotor da gestão governamental e de práticas de promoção da vida. Aparece então, a noção de governamentalidade, que guiará as ações tendo a população como objeto, a economia como saber, pautada em dispositivos de segurança. A biopolítica, agora, tem por campo de aplicação, o funcionamento racional do Estado, o qual não se confunde com o modelo soberano de justiça, pois se ocupa mais da massa da população, do que com o território em si. O poder sobre a vida está ligado, então, aos procedimentos de governamentalidade. Esse conceito merece ser compreendido da forma como foi apresentado por Foucault (2006b), sob três perspectivas:

1. O conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permite exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança.
2. A tendência que em todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência deste tipo de poder, que se pode chamar de governo, sobre todos os outros – soberania, disciplina etc. – e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes.
3. O resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado.

Neste caso, a governamentalidade garante a promoção de estratégias que estimulem ao desenvolvimento da vida. Isso faz com que o Estado seja revestido por uma dimensão técnica, a qual ordenará os modos de gestão sobre as necessidades da população, sempre baseado no saber da economia política, que se constitui “a partir do momento em que não apenas na teoria, mas também na prática econômica, surge esse novo sujeito, novo sujeito-objeto que é a população, sob os aspectos demográficos e papel específico como produtor e consumidor”. (FOUCAULT, 2008b, p. 100). Essa gestão de necessidades reveste-se não apenas dos dispositivos de normalização e regulamentação, mas principalmente pelo controle, pautada em dispositivos de segurança.

Assim, a intervenção política aparece sob a forma de modos e estratégias de governamentalidade, as quais se materializam na sociedade sob diferentes aspectos. Também

evidenciam, segundo Gadelha (2009, p. 136) “o tipo de racionalidade governamental que, em nossa modernidade, particularmente a partir do século XVIII, buscou conhecer e intensificar as forças estatais, através da gestão biopolítica do par população-riqueza”.

Tudo isso leva ao governo dos homens, objetivando dirigir suas condutas por meio de procedimentos diversos ligados ao Estado. Eles vão determinar a ação estatal sobre a vida da população, podendo ser exemplificada, principalmente por meio de campanhas públicas ligadas à saúde e à educação que visam ao controle dos “males” sociais. Essas campanhas são formas do Estado agir sobre a conduta da população, apontando o que é melhor para o seu bem-estar social.

Em relação à saúde, pode haver sua promoção por meio da prevenção às doenças, usando como método a propaganda para convencer e persuadir o indivíduo a agir conforme o esperado. Como diálogo com esta discussão teórica, apresentamos um cartaz com a propaganda do Ministério da Saúde, realizada no ano 2000, que objetivou promover a campanha de vacinação contra a Poliomielite, doença viral, infecto-contagiosa, que ataca os membros inferiores, principalmente das crianças, podendo causar a paralisia ou até a morte.

Figura 8 - Cartaz do Ministério da Saúde – Ano 2000



Fonte: www.goole.com.br

Neste enunciado, observamos que o controle realizado pelo poder estatal, opera mediante duas formas de biopolítica. A primeira ligada aos procedimentos de governamentalidade, pelo fomento da campanha de vacinação que é realizada em âmbito nacional, divulgada nos meios de comunicação, para atingir ao maior número da população. O saber da estatística é sempre evocado nessas operações. Após a campanha são produzidos e

divulgados os números percentuais de crianças e municípios atendidos, além dos números de casos mínimos de doenças, o que prova que o problema está sendo erradicado.

A segunda estabelece um efeito de guerra, a biopolítica articulada ao racismo biológico para promoção da limpeza urbana. A deficiência física é apresentada como o obstáculo a ser superado, pois se a criança não for vacinada pode ter que enfrentar as mesmas dificuldades dos cadeirantes. O choque causado pela propaganda faz perceber como os deficientes são marginalizados, como a sociedade não é organizada para atender às suas necessidades. O enunciado não verbal que coloca a personagem cadeirante em um ângulo menor que a escadaria, faz reforçar o efeito do enunciado verbal: “tudo é mais difícil em uma cadeira de rodas”.

A propaganda foi produzida em 2000, ano em que o discurso da inclusão já estava em circulação, porém, percebe-se a seleção e o controle do que pode ser dito. Para chamar a atenção para a necessidade de vacinar a criança, o sujeito com deficiência é colocado à margem da sociedade, por isso a deficiência deve ser combatida por meio da vacina. É preciso promover a limpeza da raça inferior. Mesmo que não se tenha o propósito de corroborar com práticas discriminatórias, até porque a menção à deficiência acontece de forma sutil, os efeitos de sentido construídos nesse enunciado, levam a produção de um discurso que legitima a verdade da época. Embora, inclusive por meio de propagandas, possam se construir em outras épocas, verdades diferentes da apresentada nessa. Ainda não estavam em funcionamento as leis que promovem a acessibilidade, por isso foi possível dizer dessa forma e não de outra os enunciados para incentivar a vacinação de crianças.

São muitos ditos e silenciamentos que mereciam ser explorados nesse enunciado, porém diversos caminhos ainda precisam ser percorridos. O que interessa mais, neste momento, é ver como as estratégias de governamentalidade podem favorecer a determinadas práticas de poder sobre a vida, embora levem à discriminação de outro segmento social. A campanha de vacinação surge como uma estratégia biopolítica de normalização da população. De acordo com Veiga-Neto e Lopes (2007), as campanhas públicas governamentais no campo das políticas sociais podem ser compreendidas como ações de Governo que atuam promovendo o governo das populações; seu objetivo maior é a promoção da vida, por isso mesmo se colocam no âmbito da biopolítica.

É, pois, diante dessas discussões que fomentam e apresentam a questão da governamentalidade que encerramos este capítulo. Não porque tenha sido esgotado, mas colocando uma reticência no assunto. Como dissemos no início do tópico, a biopolítica

tratada no curso de 1979 aponta ainda para as questões de liberalismo e neo-liberalismo como estratégia de intervenção estatal sobre a vida, porém, por uma questão de delimitação, não vamos explorar essa perspectiva.

O que foi discutido até aqui, desde a emergência do poder soberano, passando pelos dispositivos disciplinares, até a discussão sobre a biopolítica ligada aos diferentes fatores que ensejam o biopoder (limpeza urbana, racismo e governamentalidade), são mais produtivos para os objetivos desta pesquisa. Porém, isso não nos impede de comentarmos outros enfoques sobre a biopolítica, consideradas, por nós, como discussões pós-foucaultianas, centralizadas no pensamento de autores contemporâneos. Dentre eles, destacamos Giorgio Agamben, Peter Pál Perbart, Toni Negri e Michael Hardt.

O primeiro, Giorgio Agamben, compreende a biopolítica como o poder da vida e introduz o conceito de vida nua. Para ele “a politização da vida nua como tal constitui o evento decisivo da modernidade, e assinala uma transformação radical das categorias político-filosóficas do pensamento clássico”. (AGAMBEN, 2004, p.12).

Essa definição é decorrente da distinção que o autor apresenta entre os termos gregos *zoé*, o simples fato de viver – comum a todos os seres vivos (animais, homens ou deuses) – e *bios* (a forma ou maneira de viver própria de um indivíduo ou de um grupo). Agamben acrescenta ainda, a ideia de estado de exceção, pois por fugir à norma, a exceção faz a vida ficar em suspenso. É preciso fazer emergir o estado de exceção para que a *zôe* seja incluída nos dispositivos da política e a vida possa ser efetivamente, vida nua. Assim, o que fora banido acabou separado da vida social, e é esta operação de exclusão inclusiva que integra biopolítica e geopolítica contemporâneas. (AGAMBEN, 2004, p.116).

Peter Pál Pelbart aborda a discussão de que na contemporaneidade o conceito de biopolítica abre espaço para o debate sobre um poder da vida e não apenas um poder sobre a vida. Para ele, a defesa da vida tornou-se lugar comum. A tensão entre os pólos micro/macro remete a uma condição contemporânea paradoxal. Se por um lado, a vida tornou-se o alvo supremo do capital, por outro, a vida mesma tornou-se um capital. (PELBART, 2003).

Já Toni Negri e Michael Hardt, formularam o conceito de *Império*, tendo por base a contribuição do conceito foucaultiano de biopolítica, porém, ligada à novas possibilidades de resistência. De acordo com Duarte (2008b), esses autores se apresentam contra o biopoder que produz e reproduz não apenas mercadorias, mas também subjetividades e consciências, o alastramento daquilo que denominaram como a biopotência plural da Multidão, manifesta em laços de cooperação social, de união afetiva e política, de subversão e escape, de protesto e

criação, de inteligência e desejo. Além disso, as discussões propostas por Negri e Hardt seguem o rumo da sociedade de controle apontada por Deleuze.

Essas contribuições, embora sejam relevantes não serão por nós, utilizadas nas análises, pois pretendemos nos ater ao pensamento foucaultiano como base teórica que dialoga com a perspectiva da Análise do Discurso, conforme discutido no capítulo 1.

O traçado teórico, construído neste capítulo, faz uma retrospectiva histórica de como as relações de poder descentralizaram o foco de atuação da morte para a vida. No modelo soberano o fazer morrer imperava como imputação da vontade do rei que reafirmava seu poder através do direito de ceifar a vida. Atravessando por outras trilhas, o poder disciplinar e a biopolítica passaram a utilizar técnicas diferentes, uma vez que importava o fazer viver, seja pela docilização do corpo individual ou pela implementação do biopoder que tinha por alvo a regulamentação da vida do corpo-espécie. Com isso, a produtividade desta discussão fortalece aos objetivos da pesquisa, que pretende percorrer o trajeto histórico do discurso da inclusão social do sujeito com deficiência.

É interessante notar que o trajeto desenvolvido desde o poder disciplinar, passando pelos diversos procedimentos de biopolítica, mesmo usando estratégias e técnicas diferenciadas, tem por objetivo a normalização do corpo. Por isso, essas discussões aqui apresentadas servirão de alicerce teórico para a emergência do discurso da inclusão, pois na contemporaneidade o corpo deficiente entra na ordem da normalização. A norma a ser seguida vai ser ditada pelo discurso do politicamente correto, o qual se pauta no respeito às diferenças e é uma estratégia de poder disciplinar e de biopoder.

Para marcarmos o início de como acontece no discurso da inclusão a normalização e o controle do sujeito com deficiência, passaremos a análise de um enunciado da revista *Sentidos*. Fomentaremos a discussão em busca dos sentidos em revista, para buscar as manifestações do poder disciplinar e biopoder, conforme discutidas teoricamente neste capítulo, nas trilhas do jogo discursivo que discute a inclusão, na perspectiva de um acontecimento que a sinaliza como estratégia de governamentalidade.

2.5 Estatística da vida: disciplina e biopoder no controle do corpo com deficiência

O discurso como manifestação de relações de poder e saber está relacionado a um campo enunciativo que corrobora a interpretação, evidenciando efeitos de sentidos que são produzidos historicamente. Em se tratando do discurso sobre a inclusão social do sujeito com deficiência, vimos emergir formas de controle que buscam normalizar os comportamentos

para tornar produtivo o corpo diferente. Sendo assim, a diferença poderá ser administrada e governada por manifestações de poder e saber que sustentam a dinâmica social.

O poder de normalização é marcado pela ênfase nos diferentes sistemas de governo que marcam a história moderna e buscam legitimar o corpo social pela regulamentação e controle, seja individual ou coletivo. Neste caso, o discurso é marcado pelas estratégias utilizadas que fizeram com que “o saber e o poder de normalização se constituíssem como técnicas de governo, como forma de administrar, de instituir uma polícia das ações, de modo a conter as diferenças no plano da normalização”. (GALLO, 2009, p. 10).

A interface entre a soberania, disciplina e biopolítica marcam o campo das relações entre poder, saber e subjetivação que auxiliam na fabricação das verdades que transitam socialmente. Compreender essa dinâmica no jogo discursivo oportuniza perceber os deslocamentos e os efeitos de sentidos que são produzidos nos diferentes campos e marcam o discurso como prática.

Assim, para analisar as manifestações das estratégias de poder e saber, vamos explorar os enunciados da revista *Sentidos* que compõem a matéria de capa da edição nº 68, de janeiro/fevereiro 2012. Ela aborda o aumento do número de pessoas com deficiência, apontado pelo IBGE e as ações que as beneficiarão. Buscamos fazer as articulações entre os sentidos produzidos, observando de que modo a governamentalidade e as relações de poder e saber aparecem no discurso, gerindo os modos de subjetivação dos sujeitos com deficiência.

Neste caso, as estatísticas do IBGE funcionam como mecanismos de segurança que atuam juntamente com elementos jurídicos e disciplinares, fazendo funcionar a engrenagem do poder sobre as tecnologias de inclusão. Isso favorece a pensar a positividade que incide sobre as estratégias de governo do outro como manifestação das relações de poder.

Iniciando a análise pelo título, é possível perceber que os sentidos no enunciado remetem a uma rede de memória:



Percebemos que os sentidos são construídos pela articulação do enunciado “Minoria é coisa do passado” ligado a outros que o precedem, ou seja, ao resgatar a

historicidade, foi possível dizer que por muito tempo, as pessoas com deficiência eram consideradas como minoria que fugia à regra e ao padrão de normalidade. Assim, as práticas de exclusão foram aplicadas a esse corpo, caracterizando o tratamento dado durante o poder soberano. Essa referência ao passado cria um efeito de sentido de que, por prevalecer um poder sobre a morte, a pessoa se escondia, negava-se a aparecer, a divulgar sua deficiência.

No enunciado em análise, há um resgate de memória, pois ao apresentar a palavra “passado”, escrita com letra maiúscula e na cor vermelha, constrói uma interdição com o que foi dito em outros lugares. O vermelho constrói um efeito de sentido de que é preciso parar de ver a comunidade com deficiência como minoria, pois, após três décadas de luta, o que esses sujeitos querem é aparecer e garantir seus direitos. A palavra “luta”, no enunciado: “no ano em que se comemora três décadas de luta”, reforça o sentido de batalha, de guerra, por que passaram para conseguir hoje, serem reconhecidos como pessoas de direitos e deveres. Essas três décadas se referem ao período iniciado no ano de 1981 que foi proclamado pela ONU como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD)¹⁹. A partir de então foram marcadas muitas conquistas políticas nessa história.

Em face da visibilidade que se pretende dar por meio do discurso em pauta, a ênfase recai sobre o aumento da população de brasileiros com deficiência. Tal fato marca o deslocamento de sentidos do enunciado “minorias são coisa do passado”, reforçado no início da matéria, quando o sujeito enunciativo afirma que as pessoas com deficiência eram uma pequena parcela da população. Para produzir uma vontade de verdade, apresenta os resultados do censo demográfico realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nele o total de brasileiros com deficiência é de 45,6 milhões, 24% da população. Esse fato é visto como uma positividade, pois o crescimento de 10% em dez anos do número de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, significa que o sujeito não está se escondendo, como aconteceu no passado e aceita sua deficiência. Esse sentido é marcado no discurso, através do enunciado abaixo:

Segundo a secretária dos Direitos das Pessoas com Deficiência de São Paulo, Linamara Battistella, uma possibilidade – positiva – é que estejamos diante de uma mudança comportamental, impulsionada por avanços no campo da inclusão ocorridos na última década. ‘O cidadão percebe que seus direitos começam a ser respeitados, e pode assumir com mais dignidade a sua condição’. (SENTIDOS, 2012).

¹⁹ Mais informações sobre o Ano Internacional das Pessoas Deficientes no capítulo 3 deste trabalho.

Na voz desse sujeito autorizado a falar em nome da instituição que luta pelos direitos dos sujeitos com deficiência, o aumento é resultante da valorização e respeito às diferenças que se estabelece na sociedade inclusiva.

É preciso destacar que, ao reivindicar o saber da estatística, através do censo do IBGE, o discurso marca um poder que se pauta no controle e na seleção do que será dito e feito. Assim, com o apoio do IBGE, que tem por objetivo identificar e analisar o território, contar a população e mostrar como a Economia evolui através do trabalho e da produção das pessoas, o saber e o poder caminham juntos para agir sobre a vida dos sujeitos com deficiência.

Nessa rede discursiva, o enfoque se pauta em analisar as causas que influenciam o aumento desses sujeitos na sociedade. Além do fato da valorização e do respeito às diferenças apontadas pelos especialistas, os acidentes de trânsito e a violência urbana são apontados como fatores que aumentam as estatísticas. Agregado a esses, a psicóloga e coordenadora do projeto UFMS acessível da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, apresenta outro dado que contribui para esse crescimento. Trata-se do envelhecimento, pois segundo dados do IBGE, a estimativa de vida do brasileiro aumentou para 73 anos, 5 meses e 24 dias. Tal dado influencia na vida dos que têm deficiência, pois, segundo a psicóloga,

é possível reconhecer que houve avanços na assistência às pessoas com deficiência. Hoje é possível acompanharmos o envelhecimento de pessoas com síndrome de Down, por exemplo. Isso é um ponto positivo, sendo resultado de projetos de melhoria na qualidade de vida. (*SENTIDOS*, 2012).

Nota-se, nesse discurso, que a ênfase recai sobre a normalização como um modo de subjetivação, pois o sujeito é visto na relação com os outros sujeitos, comparando a qualidade de vida de todos, motivada pelo crescimento na perspectiva de vida. Neste caso, as estratégias disciplinares usadas para controlar e normalizar são responsáveis pela institucionalização da vida, pela homogeneidade que se procura criar na sociedade, através da política de inclusão.

Com isso, o poder disciplinar torna-se eficaz, na medida em que há uma multiplicidade, um fim e um objetivo a ser obtido. Se há o aumento na comunidade com deficiência, é preciso ter uma maneira própria para “conduzir a multiplicidade, organizá-la, fixar seus pontos de implantação, suas coordenadas, suas trajetórias. [...] O indivíduo, para uma disciplina, é muito mais uma maneira de recortar a multiplicidade do que a matéria prima a partir da qual se a constrói”. (FOUCAULT, 2010b, p. 28).

É como um recorte da multiplicidade que o discurso em pauta apresenta o caso de Luiz Carlos Lopes, que está entre as estatísticas de aumento da expectativa de vida. A sequela da poliomielite que teve, quando tinha um ano e seis meses, o deixou tetraplégico, porém, como afirma o sujeito enunciatador do discurso da revista, “a deficiência não o limitou a ter uma vida como as outras”. Este enunciado remete a um efeito de memória que caracteriza a vida da pessoa com deficiência como sendo algo negativo, ruim, limitada e excluída. Ao afastar a vida de Luiz das outras, fica reforçado o disciplinamento pelo qual esse sujeito passou, sendo a instituição escolar e o mercado de trabalho responsáveis por sua docilização e controle, pois estudou, formou-se em jornalismo pela USP e sempre trabalhou como repórter e assessor de imprensa. Ele tem 49 anos é casado há cinco e acredita que a qualidade de vida das pessoas com deficiência se elevou.

É importante destacar que esse disciplinamento reforça o poder sobre a vida como tentativa de produzir corpos produtivos para atuar na sociedade. A ênfase do poder está em agir sobre o governo do outro para corroborar o governo de si, tendo em vista que, ao se sentir inserido e produtivo socialmente, o sujeito passa a acreditar na melhoria da qualidade de vida e no processo de cidadania.

Entretanto, tal governo é efeito de um poder que visa disciplinar através de métodos e estratégias que resultam em intervenções sobre o corpo individual aumentando sua força, promovendo a relação entre docilidade e utilidade. Pela intervenção das instituições, que na atualidade não são mais caracterizadas do mesmo modo que fora outrora, o limiar entre a inclusão e o disciplinamento carrega um efeito de superação. Desse modo, o sujeito acredita que seu corpo tudo pode, tudo consegue, tudo realiza, pois a deficiência não é mais vista como um empecilho que o torna indigno de viver em sociedade.

Dessa forma, as disciplinas agem como estratégias de dominação e fabricação de corpos dóceis. Estamos incluindo aqui a própria revista *Sentidos* como instituição midiática, que promove a espetacularização dos dizeres e vende a ideia de que o sujeito com deficiência não é mais visto como uma minoria, que essa visão é apenas coisa do passado. Assim, a estratégia disciplinar sobre o corpo com deficiência se pauta na ênfase sobre a submissão e a produtividade as quais tornam o corpo inteligível. Dessa forma, esses aspectos misturam-se entre uma “redução materialista da alma e uma teoria geral do adestramento no centro dos quais reina a noção de docilidade que une ao corpo analisável o corpo manipulável”. (FOUCAULT, 2010b, p. 132).

Destarte, o poder disciplinar faz emergir um discurso que está baseado na regra natural, o qual incita uma normalização para os corpos. Neste caso, o processo de educabilidade do sujeito com deficiência é permeado por tecnologias de disciplinamento apoiada nas políticas públicas de inclusão, na família, nos especialistas, no tempo e nos recursos, baseados na prescrição calculada que regra o comportamento.

Assim, esses mecanismos disciplinares habilitam esse sujeito a entrar na ordem do discurso, colocando -o em relação de igualdade de aprendizagem e possibilidade para ser um corpo produtivo e atender as demandas do mercado de trabalho. Nota-se que no discurso da revista, prevalece o desenvolvimento de uma lógica de mercado, a qual estimula a participação e o consumo, pois a melhora na qualidade de vida passa pelas questões mercadológicas de oferta e procura de bens de consumo.

Neste caso, o campo enunciativo, que se forma nas páginas da revista permite apresentar outros enunciados que corroboram o sentido da ideia de corpo produtivo, pois ao ser incluído na escola e no mercado de trabalho por meio de estratégias disciplinares, garante aos “sujeitos diferentes”, algumas conquistas dos ditos normais. Dentre essas, destacamos a compra de carros adaptados como uma estratégia de biopolítica que age no governo do outro, de modo a promover a inclusão desse sujeito que adquire o veículo em detrimento da exclusão dos outros sujeitos que não podem comprar o carro adaptado. É possível então dialogar com os enunciados que antecedem a matéria em análise para mostrar os efeitos do poder:

Figura 10 – Propaganda de veículo

Primarca
Tudo que você GUERIR da loja que você PODE!
www.primarca.com.br

CRUZE. O lançamento da Chevrolet agora com ISENÇÃO de IMPOSTOS!

VAMOS ATÉ VOCE

SEU CHEVROLET PODE SAIR ADAPTADO

TAXAS E PLANOS ESPECIAIS + Isenção de Impostos

Para Condutores
Isenção de IPTU / Redução
Preços com deficiência
• Físicas • Visuais
• Auditivas • Intelectuais

11 2172-0300

Rua Baraldi, 275
São Caetano do Sul

HONDA

FORÇA, CONFORTO E SEGURANÇA. TUDO O QUE VOCÊ PRECISA ESTÁ AQUI!!

CITY
DX AUT. FLEX 2011

FIT
DX AUT. FLEX 2011

A PARTIR DE R\$ 43.838,93

R\$ 42.546,65

3838.3000 Forte

Seu Honda tem a nossa força

Respeite a sinalização de trânsito

Equipe Especializada
• ASSESSORIA PARA A DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA
PARA OBTENÇÃO DA DISSENÇÃO DE IMPOSTOS
• ATENDIMENTO EXCLUSIVO EM DOMICÍLIO
• PARCEIROS ESPECIALIZADOS EM ADAPTAÇÃO VEICULAR

PLANOS E SERVIÇOS PERSONALIZADOS
Chevrolet e Honda - carros adaptados e acessórios

Av. Dr. Gastão Vidigal, 2351 Ceasa

www.hondaforte.com.br

3838.3000 Forte

O telefone que mais vende Honda no Brasil

Seu Honda tem a nossa força

Respeite a sinalização de trânsito

Fonte: Revista *Sentidos*

Esses enunciados de propagandas de carros adaptados surgem agregados às possibilidades de construção dos sentidos na revista. Convergem para os modos de subjetivação a que estão imersos os sujeitos com deficiência. Eles precisam mostrar que são capazes de adquirir, realizar ações, selecionar e se enquadrar nas regras de conduta em sociedade. Há o interdiscurso da igualdade perpassado no discurso da inclusão. Porém, os atravessamentos tanto nas práticas discursivas quanto nas práticas sociais apontam formas de exclusão e discriminação, pois a ambiguidade instalada via redução de impostos e o atendimento em domicílio, colocam o sujeito com deficiência como aquele que precisa ser ajudado, com assistência diferenciada, ativando uma memória que perpassa todo o enunciado.

Essa questão aponta para a dinâmica social que se instala através do entrelaçamento de sentidos novos e sentidos já instaurados socialmente. O sentido construído no slogan da Chevrolet produz um efeito de desigualdade, pois ao afirmar “tudo que você QUER, do jeito que você PODE”, ressalta que o carro e as condições de pagamento não podem ser iguais às dos sujeitos ditos normais. Com isso, promove-se uma categorização dos sujeitos, contribuindo para se pensar, segundo Roos (2009, p. 24), “a complexificação da vida na contemporaneidade, como um tecido múltiplo de diferentes corpos, percepções, entendimentos, vontades e poderes”.

O poder de normalização cria estratégias de segregação e exclusão mesmo quando se propõe a oportunizar a equidade. O discurso não escapa aos efeitos de memória, nem se desvincula dos enunciados produzidos em outros lugares. As palavras não são neutras, o sentido se constrói na historicidade, por isso, não há como deixar de notar que esse enunciado reforça estereótipos. Embora tentando oferecer uma oportunidade de aquisição do carro, cria-se sob a dinâmica das relações de poder, realidades que subjetivam de diferentes formas os sujeitos. O tratamento diferenciado é apoiado no saber judiciário que ampara e produz o governo específico dos que têm deficiência, através da isenção de impostos na compra do carro.

Assim, de acordo com a Lei nº 8.989, de 1995, atualmente prorrogada pela Lei 11.941/2009, art. 77, vigente até 31/12/2014, a pessoa com deficiência pode obter um veículo 0 km com isenções de impostos que alcançam até 25% de descontos sobre o valor do veículo. Tal desconto é medido pelo tipo de deficiência e a capacidade de condução do automóvel, sendo que para deficiente condutor a isenção recai sobre os impostos: IPI, IOF, ICMS,

IPVA²⁰ e rodízio municipal – os deficientes físicos são os que podem alcançar todos esses descontos. Também o deficiente não condutor tem a isenção de IPI e rodízio municipal, podendo chegar a 15% de descontos sobre o valor do automóvel, que está direcionado para o deficiente físico, visual, mental e autismo.

As relações de poder não atingem seus efeitos sem o apoio dos saberes que lhes dão sustentação. Nessa ordem, para se conseguir todas as isenções de impostos, o sujeito com deficiência precisa provar e comprovar sua deficiência. Assim, é submetido a vários exames e passa por uma junta médica que faz o diagnóstico e emite o atestado da deficiência, com o apoio da instituição credenciada. Por isso, deve-se apresentar o laudo da Receita Federal assinado por um médico credenciado ao SUS – Sistema Único de Saúde. Em se tratando de sujeitos com deficiência mental, o psiquiatra e psicólogo são os responsáveis pelo laudo. Para o deficiente físico, o neurocirurgião e o psicólogo emitem o parecer, que também deve ser referendado pela instituição com a assinatura do responsável pela clínica ou hospital no qual se realizou o exame.

Neste caso, o sujeito afirma sua deficiência. Ela se torna uma positividade no direito de isenção de impostos na compra do automóvel. Acreditamos que isso também contribui para o crescimento das estatísticas do IBGE, pois no censo é preciso identificar-se e reconhecer-se como pessoa com deficiência. Logo, se o sujeito em algum momento vai passar pelos exames e comprovar a deficiência para ter um benefício, então ele já se antecipa e se subjetiva nessa categoria. Por isso, nas palavras de Roos (2009, p. 18)

É nas intersecções dos movimentos reinvidicatórios, das legislações, do interesse do Estado, da sociedade civil, ou seja, dos saberes e poderes que circulam e constituem as realidades que vivenciamos, subjetivando-nos de diferentes formas, que as ideias, as práticas, os sentidos são construídos.

Dessa forma, a possibilidade de compra do automóvel é uma estratégia de normalização, porém permeada de efeitos negativos, pois continua segregando os sujeitos com deficiência e construindo práticas sociais que enfatizam a diferença e a incapacidade, por meio da isenção de impostos e de outros mecanismos presentes no intradiscorso.

Passando, então para a análise dos fios intradiscursivos, é possível notar também os deslizos de sentido que se instalam nos enunciados em análise. Ao apontarmos as

²⁰ IPI- Imposto Sobre Produtos Industrializados; IOF – Imposto Sobre Operações Financeiras; ICMS – Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços; IPVA – Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores.

regularidades do discurso, veremos estratégias que estão presentes em qualquer propaganda de carro: a oferta, a promessa de que se trata do melhor, a potência e os benefícios da marca.

Entretanto, no intradiscurso, há singularidades nos dizeres desses enunciados que apontam para se perceber que se destinam a um público específico. Apresenta traços linguísticos que o distingue das demais propagandas de automóveis feitas para os sujeitos considerados normais. Além do que já falamos sobre a isenção de impostos, a ênfase recai sobre os aspectos que evidenciam a deficiência: carro adaptado, “vamos até você” (atendimento em domicílio), símbolos do cadeirante, a promessa de conforto, segurança e força, além do ícone da Honda que o elege como melhor carro para pessoa com deficiência em 2010.

Essas singularidades reforçam que não se trata de um carro igual a outros, assim como os sujeitos com deficiência não são iguais aos considerados normais, nem tampouco são iguais entre si, já que não passaram pelo mesmo disciplinamento. Assim, é possível indagar quais são os sujeitos com deficiência que podem comprar esses carros? É interessante notar que no enunciado da Honda, os preços estão bem destacados, não é a isenção de impostos o que mais chama a atenção. Isso aponta para um efeito de que o sujeito que adquire esse carro tem força e é superior aos demais, tem um lugar de destaque.

Os sujeitos que comprem esses carros são aqueles que foram submetidos ao poder de normalização, que foram disciplinados pelas instituições, sendo-lhes oportunizado ter uma “vida diferente da dos outros”, conforme destacado na matéria da revista *Sentidos*, objeto desta análise. Esses aspectos possibilita compreender que:

somos subjetivados por vários discursos que nos interpelam e que constroem redes de significados a respeito das coisas, das pessoas, das relações. Os sentidos produzidos têm mais força que os conhecimentos. Sem negar que os conhecimentos participam na alteração dos sentidos. (ROOS, 2009, p. 23)

Retornando às estratégias discursivas da matéria da revista *Sentidos*, “Minoria é coisa do passado”, observamos que além dos efeitos do poder disciplinar, notamos aspectos do biopoder presentes no enunciado da revista, que remetem aos dispositivos de biopolítica da inclusão do sujeito com deficiência. Assim, a matéria, em foco, não poderia deixar de mencionar o investimento biopolítico realizado pela presidente Dilma Rousseff, a implantação do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – o **Viver sem Limite**, o qual se destina a gerir a vida da população dos sujeitos com deficiência.

Desse modo, é possível dialogar com o enunciado abaixo, explorando os efeitos de sentidos produzidos no discurso:



Esse enunciado foi discursivizado por ocasião do lançamento do plano **Viver sem Limite** e aparece na revista como uma estratégia de investimento à pessoa com deficiência. Neste plano, anunciado no fim de 2011, as ações serão destinadas às áreas de educação, saúde, inclusão social e acessibilidade até 2014, um investimento de R\$ 7,6 bilhões de reais.

Essa estratégia biopolítica atua como procedimento de governamentalidade sobre a população formada pelos 45,6 milhões de sujeitos com deficiência. Trata-se de uma política pública de inclusão que se baseia na estatística como saber e promove a contenção do risco social, garantindo a segurança por meio de mecanismos de controle. A matéria destaca o seguinte enunciado:

Foram envolvidos diversos ministérios e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. As ações serão focadas no desenvolvimento das pessoas com deficiência e sua inclusão na sociedade por meio do trabalho e assistencialismo. Entre os projetos estão a busca por meio dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras), para localizar e inserir mais de 50 mil pessoas com deficiência no Benefício de Prestação Continuada (BPC), outra ação é a criação de Centros de Referência da Pessoa com Deficiência, que oferecerão cuidados e promoção de autonomia.(*SENTIDOS*, 2012).

Além dessas ações, destaca-se o investimento no programa **Minha Casa, minha Vida**, que disponibilizará moradias adaptadas para cadeirantes, como forma de promover “a dignidade da pessoa que passará a ter uma residência que acomoda suas necessidades”, diz a

diretora de políticas temáticas da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

Outra ação implantada no **Viver sem Limite** é a aplicação de R\$ 1,8 bilhão na área de Educação, para que a população com deficiência tenha acesso a escolas, sejam regulares ou especiais. A revista como um campo enunciativo foca, em outra matéria, na coluna Educação, os investimentos do Plano do Governo Federal e apresenta sob o enunciado intitulado “*Terra à Vista!*”, os benefícios nessa área.

O deslize de sentidos do título produz um efeito de promessa, de algo que se deseja alcançar. Assim, o sujeito enunciator da revista apresenta as ações para a educação e discursiviza uma proposta que ressalta a escola como inclusiva, pois se trata de “uma inclusão real, na qual o aluno possa fazer parte da turma e aprender com os outros para poder ter as mesmas chances profissionais e uma carreira acadêmica e, assim, poder exigir seus direitos e cumprir seus deveres”. (SENTIDOS, 2012).

A matéria destaca, ainda, as propostas de acessibilidade nas escolas, investimentos em recursos pedagógicos multifuncionais, capacitação de professores e a criação de cursos de Letras-libras nos 27 estados. A educação inclusiva aparece como uma estratégia de governamentalidade que oportuniza a chave para a promoção da cidadania e qualidade de vida. Assim, a estratégia discursiva da revista é marcada pela entrada da voz do escritor Edmarcius Novaes, que escreveu o livro: *Surdos – Educação, Direito e Cidadania*. Para ele: “não há como excluir educação para qualquer área, seja na saúde, que a pessoa terá esclarecimento para saber a importância das vacinas, como para o mercado de trabalho”. (SENTIDOS, 2012).

Observa-se então, que a promessa de governo, mediante o **Viver sem Limite**, fomenta uma política de inclusão que se pauta na assistência social como mecanismo de biopoder. Ao promover uma valorização da vida, por meio da garantia dos direitos da pessoa com deficiência, abrange políticas afirmativas baseadas nas estatísticas elevadas, por isso esse saber perpassa todo o discurso, como forma de referendar as ações de inclusão. O biopoder aparece então como “um conjunto de mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder”. (FOUCAULT, 2008b, p. 3).

A ênfase no sujeito com deficiência torna-se estratégia de biopolítica, alicerçada nas estatísticas do IBGE, que também apontou, no censo escolar de 2010, um aumento de 10% na matrícula na rede pública e privada de alunos com deficiência. Desse modo, a

estatística surge como uma técnica de segurança e controle, na qual se baseiam as relações de poder, por isso, a escola é a instituição que irá receber mais verbas do governo, pois representa a possibilidade de conquistas de outros direitos, como o acesso ao mercado de trabalho que garante a inclusão por meio de outros mecanismos de controle.

O que se observa no enunciado da revista é a inclusão por via das políticas públicas como um “novo horizonte [...] que abrange aspectos culturais e programas de reabilitação, capacitação, colocação no mercado de trabalho, a inclusão social e o aumento da autoestima de cada cidadão”. (*SENTIDOS*, 2012).

É interessante notar que a matéria da coluna *Educação* que estamos analisando, é intercalada pelo enunciado da propaganda do carro Honda, que aqui apresentamos e discutimos. O destaque dado e a posição que ela ocupa no interior da revista, não são por acaso, pois a propaganda sinaliza a possibilidade de o sujeito com deficiência, que está incluído na escola e que por sua vez, tenha um lugar futuro no mercado de trabalho, conquiste o veículo como bem de consumo.

Essa ideia reforça o que Foucault em *Nascimento da biopolítica* (2008a) discute como estratégias que oportunizam a ressignificação do *homo economicus* como um empresário de si mesmo e sujeito de desejo, pois ele é um homem de consumo e um produtor de sua satisfação. Assim, para esse autor “deve-se considerar o consumo como uma atividade empresarial pela qual o indivíduo, a partir de certo capital que dispõe, vai produzir uma coisa que vai ser sua própria satisfação”. (2008a, p. 311).

É nessa ordem que se pode pensar no discurso que manifesta o crescimento da população de sujeitos com deficiência, como um produtor de capital humano, na medida em que mostra que esse crescimento está agregado a possibilidades de melhoria na qualidade de vida. Assim, o controle discursivo da revista passa por critérios de seleção que produz um modo de subjetivação desses sujeitos como aquele que tudo pode e tudo consegue, pois está incluído na sociedade e sofre os efeitos do poder de normalização.

Isso produz diferentes práticas e racionalidades, inclusive a racionalidade de mercado, que favorece as políticas públicas de inclusão, as quais ganham destaque à medida que promovem a elevação da vida e do bem estar desses sujeitos. Dessa forma, poder comprar um carro e sair dirigindo livremente constrói um efeito de igualdade e resulta na produção da satisfação pessoal.

Tais considerações evidenciam que promovendo essa normalização dos sujeitos com deficiência, as estratégias de poder, através das visibilidades com as políticas de

inclusão, conseguem promover a segurança pelo controle do risco social. A norma passa a figurar como uma manobra de governamentalidade, em que se controla, esquadrinha, quantifica, transforma em estatísticas os sujeitos para melhor conduzir a sociedade. Dessa forma, podemos trazer para a discussão, outras ferramentas biopolíticas que incidem sobre as questões da inclusão no discurso da revista *Sentidos*.

Ao ressaltar o aumento estatístico da população com deficiência, é possível perceber no enunciado “Minoria é coisa do passado”, como os sentidos são construídos e permite perceber ações do biopoder com foco na visão da biopolítica ligada à Medicina Social. Mesmo considerando o crescimento em 10% da população com deficiência, como algo positivo, o sujeito enunciador focaliza suas possíveis causas. São destacados os acidentes de trânsito, a violência com arma de fogo e os problemas de saneamento básico como os principais. Aqui os dados estatísticos também são usados para comprovar os efeitos de verdade que se quer construir via discurso, como destacado nos enunciados abaixo:

Uma das razões do aumento do número de pessoas com deficiência na sociedade são os acidentes de trânsito. De acordo com o Ministério da Saúde, em 2010, 145 mil pessoas foram internadas no Sistema Único de Saúde (SUS). No primeiro semestre de 2011, foram contabilizadas 72,4 mil internações. [...] o cidadão também tem adquirido deficiência pela violência urbana. [...] Cerca de 41% dos pacientes tetraplégicos ou paraplégicos atendidos pela Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD), com lesão medular, foram vítimas de armas de fogo. (*SENTIDOS*, 2012).

Esses fatores, que favorecem ao aumento da deficiência no Brasil, corroboram a necessidade de propor ações biopolíticas que os combatam e oportunizem o controle das deficiências. Almejam-se, assim, práticas voltadas para promover a limpeza urbana por meio de uma Medicina Social que encontre alternativas de prevenção e redução do crescimento dessa parte da população. O investimento político no corpo saudável favorece as demandas sociais e promove melhorias no nível de saúde.

É sob esse olhar que o Ministério da Saúde e das Cidades assinou o **Pacto Nacional pela Redução dos Acidentes de Trânsito – Pacto pela Vida**, conforme destacado pelo sujeito enunciador da revista. Esse pacto visa “estabilizar e reduzir o número de mortes e lesões em acidentes de transportes terrestres nos próximos dez anos”. (*SENTIDOS*, 2012). Tal estratégia biopolítica é compreendida como uma forma de Medicina Social, que tem suas origens nos modelos praticados na Alemanha, Inglaterra e França (discutidos no capítulo 2 deste trabalho). Dessa forma, interessa ao Estado promover ações que se destinem a realizar a higienização e a limpeza urbana por meio da prevenção dos casos de deficiência.

Outra causa que o discurso em pauta destaca como responsável pelo aumento do número dos sujeitos com deficiência é a falta de saneamento básico, diretamente relacionado com a questão da salubridade, que traz saberes das ciências físico-químicas para promover a higienização ligada às condições sanitárias que possam prejudicar a saúde da população. O enunciado, que representa a voz da psicóloga Alexandra Anache, coordenadora do projeto UFMS acessível, mostra esse caso:

A falta de saneamento básico é um problema de saúde, há locais em que o lixo e o esgoto estão ao lado das casas, o que pode transmitir doenças, verminoses ou bactérias que causam problemas na visão. E não podemos esquecer que é necessário ampliar as políticas públicas para pré-natal, higiene, vacinas, como por exemplo, contra a rubéola, que pode causar a surdez no bebê, além de assistência médica durante o parto para evitar complicações como a falta de oxigenação no cérebro, causando a paralisia cerebral. (SENTIDOS, 2012).

Tal fato evidencia mais uma estratégia biopolítica ligada à Medicina Social. As condições de limpeza urbana e controle da saúde devem ser prioridade no combate à deficiência, pois a sociedade contemporânea dá ênfase ao corpo belo, saudável e apto para o trabalho. Neste caso, as políticas públicas são responsáveis pelo governo da população com vistas à regulação social, como forma de estabelecer padrões de seguridade e erradicação de tudo que comprometa o modelo de corpo normal, inserido na norma disciplinar ou de segurança. Com isso, o corpo com deficiência precisa ser submetido ao controle para que seja vigiado e colocado em posição que não represente risco social, por isso “a deficiência será um tema emergente para as políticas públicas, particularmente as de caráter distributivo e de proteção social”. (DINIZ, 2007, p.12).

Destarte, a Medicina Social não está desvinculada dos processos de inclusão. Como se pode notar o próprio plano **Viver sem Limite**, enquanto ferramenta de biopoder e de normalização, estabelece uma política assistencialista por meio do pagamento de um salário mínimo para pessoas com deficiência através do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC), implantado em 1996 e reconfigurado no plano via BPC na Escola – destinado a crianças e adolescentes de 0 -18 anos com deficiência e BPC trabalho - voltados para pessoas que estavam no mercado de trabalho, mas posteriormente perderam o emprego, conforme Lei 12.470/2011 e Decreto 7.617/2011. Essa estratégia é “uma forma de controle da saúde e do corpo das classes mais pobres para torná-las mais aptas ao trabalho e menos perigosa às classes mais ricas”. (FOUCAULT, 2007c, p. 97).

Tal estratégia tem apoio no interdiscurso que perpassa o **Viver sem Limite**, que se baseia na meta de governo da presidente Dilma Rousseff para acabar com a pobreza extrema. Ela enfatiza que embora a deficiência esteja presente em diferentes grupos sociais, existe uma estreita relação entre pobreza extrema e agravamento das condições de deficiência. A política assistencialista faz parte da meta do plano ligada ao eixo da inclusão social, que culmina também no investimento em casas adaptadas, por meio do programa **Minha Casa, Minha Vida**, que disponibilizará 1,2 milhão de moradias adaptadas para cadeirante, além de kits de acessibilidade conforme a deficiência do morador. (SENTIDOS, 2012).

Esse discurso promove um efeito de que a inclusão acontece de forma plena e abrangente com estímulo à melhoria da qualidade de vida. No entanto, os silenciamentos notados apontam os deslizes de sentido em que o sujeito com deficiência, ora está subjetivado pelo poder de normalização e aparece como aquele que tem os mesmos direitos e capacidade para realizar as mesmas coisas que os sujeitos ditos normais, pois foi disciplinado e enquadrado na norma, ora aparece como a classe inferior que se quer exterminar, pois está ligado ao grupo menos favorecido socialmente.

Isso remete a outra estratégia de biopolítica que aponta para o discurso da guerra das raças, o qual se pauta no desdobramento interno de uma super-raça e uma sub-raça, culminando no que Foucault chamou de racismo biológico de estado. O que se observa é a tentativa de aniquilar com a diferença, seja por meio do poder de normalização, seja por meio da erradicação da deficiência, via políticas públicas voltadas para o combate, às causas do aumento do número de sujeitos com deficiência.

Em meio à promessa de qualidade de vida, os sujeitos com deficiência são inseridos numa norma que estabelece como prioridade, a superação de todos os obstáculos que impeçam o corpo de ser produtivo. Neste caso, o racismo biológico aparece como uma positividade para gerir um poder normalizador e regulamentador, pois o sujeito que não faz parte desse grupo social ativo e produtivo deve ser exterminado. Assim, em nome da vida, as estratégias biopolíticas destacadas no **Viver sem Limite** e nos depoimentos do discurso da revista *Sentidos*, criam táticas bélicas para acabar com a deficiência e normalizar os sujeitos no corpo social, apagando a diferença.

É nessa discussão que se observam os modos de subjetivação que são produzidos nesse discurso para o sujeito com deficiência. No primeiro momento, ele é disciplinado, docilizado, regulamentado e controlado pelas relações de poder – o que pode ser comprovado

pelo crescimento da população que representa uma positividade com mais qualidade de vida e reforçado pelo saber estatístico do censo de 2010.

Em meio à comemoração pelas lutas e vitórias alcançadas, as causas responsáveis pelo aumento do número de pessoas com deficiência são apontadas. A deficiência aparece como um mal que precisa ser erradicado, pois promove o surgimento de uma classe inferior, oferecendo o risco à segurança social. Os deslizos de sentidos são notados no discurso. O aumento da deficiência é comemorado, é festejado, mas ao mesmo tempo é preciso combater o surgimento da raça inferior. Há então um efeito de sentido de ambiguidade.

O corpo com deficiência é valorizado, normalizado, disciplinado e controlado pelas relações de poder e saber, porém, essas mesmas relações, estabelecem formas de eliminar as causas que levam ao aparecimento desse corpo na sociedade. Ele é o corpo feio e anormal que se quer combater. A diferença precisa ser controlada, erradicada em nome de uma regra biológica que classifica os corpos em normais e anormais. Há dessa forma, excessos de biopoder que apontam para a limpeza de uma raça considerada superior, prestigiada por uma regra biológica que determina o que deve ser normalizado.

Escavando o fio intradiscursivo, é possível observar que tal guerra biológica se estabelece inclusive entre os sujeitos com deficiência, pois há os que estão imersos no poder de normalização e inseridos na sociedade, através de dispositivos como a escola e o mercado de trabalho. Esses são os que podem comprar os carros adaptados, as cadeiras de rodas e equipamentos que melhor atendem às suas necessidades, dentre outros fatores que hierarquizam e classificam a população dos que tem deficiência.

Os direitos conquistados nos trinta anos de luta não abrangem a totalidade dessa parcela da população. Nem todos os sujeitos com deficiência estão inseridos no mercado de trabalho ou se estão, não têm salário compatível para comprar os carros adaptados, por exemplo. Assim, o racismo biológico se estende também no interior da mesma raça, pois há uma divisão entre os que estão incluídos e os que não estão. Fato que promove uma hierarquização que marca a luta pelo poder e por um lugar na sociedade.

Com o avanço das políticas públicas de inclusão, que são apontadas aqui como dispositivos de biopolítica, nota-se que no discurso da revista prevalece uma necessidade de regular a deficiência, controlar e disciplinar o corpo para a segurança da população. O sujeito com deficiência se subjetiva como aquele que pode reivindicar e lutar pelos seus direitos e, nessa ordem, são apresentadas algumas das conquistas, dentre elas os artigos da **Convenção**

sobre os Direitos das pessoas com Deficiência, realizada em 2006 pela ONU. Nessa convenção foram ressaltados pontos que garantem a dignidade, a inclusão e a acessibilidade.

Esse fato é reforçado na voz de um sujeito autorizado a falar em nome dos que tem deficiência: Célia Leão, deputada estadual e paraplégica. Segundo ela: “é uma alegria poder rever esses fatos e sorrir, pois foram conquistadas posições profissionais e pessoais”. É ressaltado pelo discurso da revista uma das últimas vitórias dessa população que foi a eleição de pessoas com deficiência para atuarem na política do Brasil. Conquistando o direito de votar e ser votado, o sujeito com deficiência entra no patamar da sociedade dita normal, passando pelo disciplinamento que lhe oportuniza ser governado em nome da valorização da vida.

Por meio da intervenção das relações de poder e saber, as vontades de verdade são produzidas no discurso que envolve os sujeitos com deficiência em estratégias disciplinares e de controle. Isso por meio da promoção das políticas de inclusão que como procedimentos de governo, reconhecem que o corpo pode ser modificado, aperfeiçoado e normalizado.

Tudo que se apontou sobre o poder de normalização investido no discurso da inclusão na revista *Sentidos*, mostra que, segundo Gallo (2009, p. 9), “parece ser necessário que a sociedade defenda-se das diferenças, contenha-as num padrão de normalidade, para que possam ser administradas, governadas, para que não fujam ao controle”.

É interessante notar que as estratégias de poder, que vão desde a soberania jurídica, o disciplinamento e o biopoder como dispositivo de segurança, não se sobrepõem produzindo a superação de um por outro. Eles atuam de forma diferenciada, mas com fins de promover a normalização dos sujeitos. São mecanismos que agem sobre o indivíduo ou sobre a população efetivando a governamentalidade. De acordo com Foucault (2008b, p. 14)

basta ver o conjunto legislativo, as obrigações disciplinares que os mecanismos de segurança modernos incluem, para ver que não há sucessão: lei, depois disciplina, depois segurança. A segurança é uma certa maneira de acrescentar, de fazer funcionar, além dos mecanismos propriamente de segurança, as velhas estruturas da lei e da disciplina.

Foi esse entrecruzamento de relações de poder que permitiu analisar como na revista, por meio do campo enunciativo, os enunciados se inter-relacionam e produzem sentidos. Assim, percebemos por meio do discurso, como os procedimentos disciplinares e biopolíticos oportunizam a inclusão do sujeito com deficiência nos processos de produção, com vistas a articular atividades do corpo individual com a regulação da vida da população com deficiência.

Neste caso, as estratégias disciplinares e os dispositivos de biopolítica atuam, principalmente, por meio de tecnologias como a educação e o mercado de trabalho, promovendo a inclusão como forma de participação ativa na sociedade. Antes, porém de entrarmos na análise desse trajeto temático, é preciso indagar, seguindo o caminho foucaultiano por que esse discurso da inclusão e não outro em seu lugar? Que regras de formação estão na base da sua emergência? Qual o lugar do corpo com deficiência na história? Por que é preciso essa biopolítica da população para incluir o sujeito com deficiência na sociedade?

Essas respostas serão dadas no próximo capítulo que objetiva discutir a história do corpo com deficiência para chegar à emergência do discurso da inclusão. Não como forma de encontrar a origem ou o sentido primeiro, mas com o intuito de construir a genealogia desse corpo a partir das regras de formação do discurso que possibilitam a construção dos objetos. Assim, em cada época, o sujeito com deficiência esteve submetido a práticas que caminham da exclusão para a inclusão, perpassado por relações de poder e saber que constroem o sujeito e a deficiência por meio de diferentes dispositivos, os quais se relacionam com o poder soberano, deslocando-se para o aprisionamento até chegar aos efeitos do biopoder.

Desse modo, iremos especificar de que corpo estamos falando e como acontece sua existência histórica, a partir da formação e transformação da deficiência que trilha da concepção de monstro e anormal para a ideia de um corpo diferente, disciplinado e submetido ao poder de normalização.

CAPÍTULO 3

ASSIM CAMINHA A HUMANIDADE: PEGADAS DO CORPO COM DEFICIÊNCIA NA HISTÓRIA

No fundo, no exame médico-legal, a justiça e a psiquiatria são ambas adulteradas. Elas não têm a ver com seu objeto próprio, não põe em prática sua regularidade própria. Não é a delinquentes ou a inocentes que o exame médico-legal se dirige, não é a doentes opostos a não-doentes. É a algo que está a meu ver, na categoria dos 'anormais'; ou se preferirem, não é no campo da oposição, mas sim no da gradação do normal ao anormal, que se desenrola efetivamente o exame médico-legal. [...] Ele propõe o funcionamento de um poder que não é nem o poder judiciário nem o poder médico, um poder de outro tipo, que eu chamarei, provisoriamente e por enquanto de poder de normalização. Com o exame, tem-se uma prática que diz respeito aos anormais.

(FOUCAULT, 2010d, p. 36)

3.1 Crime e demência: os relatórios de exame psiquiátrico na construção dos anormais

A dinâmica das relações de poder-saber estabelece as verdades de uma época e permite fazer um percurso histórico que legitimam as práticas sociais. É pertinente discutir como a história produz acontecimentos que justificam essas práticas, das quais podemos citar a exclusão da pessoa com deficiência. Ela surge em decorrência de uma regra biológica que vai classificar os indivíduos em normais e anormais. É necessário, então, buscar as possibilidades de emergência dessa dicotomia, partindo da premissa de que ela se constitui como reflexo dos efeitos do poder de normalização que se espalha na sociedade.

A categoria de indivíduo anormal pode ser notada, no cenário jurídico, a partir do Código Penal de 1810, que vai fracionar a visão sobre o delinquente. Isso porque foi estabelecido em seu artigo 64, que deve ser observado o estado de demência do indivíduo e se o infrator for comprovado em estado de demência, não há crime nem delito. Desse modo, entraram em cena as vozes dos psiquiatras, que atuaram como peritos, através da prática médico-legal, a qual se materializava nos relatórios de exame psiquiátrico. Estes eram solicitados pelo poder judiciário, como prova para a condenação ou não do acusado, pois segundo Foucault (2010d, p. 27) “quando o patológico entra em cena, a criminalidade, nos termos da lei, deve desaparecer”.

Através da análise dos discursos desses exames, Foucault inicia o curso do *Collège de France*, proferido no ano 1975, o qual foi condensado na obra *Os anormais*. Nessas aulas, o filósofo mostra como os exames médico-legais eram usados para legitimar a responsabilidade do acusado sobre seu crime. Foucault inicia o curso com a análise de dois desses textos. O primeiro, datado de 1955, sobre o assassinato de uma criança e o outro de 1974, que relata o caso de três homens envolvidos em chantagem num caso sexual.

A natureza desses relatórios é constituída pelo exame detalhado que os psiquiatras fazem dos envolvidos no delito. Eles falam sobre os modos de vida, o lugar em que foram criados, a forma de ser e agir, as características psicológicas e outros detalhes necessários para construir o perfil do criminoso e constatar se apresentam ou não doenças mentais. Esses relatórios constituem a maneira como o saber médico toma lugar de prova para a punição, fato que promove uma ação direta entre o enunciado dotado de verdade e a execução da justiça. São essencialmente discursos que evocam, segundo Foucault (2010d, p. 7), três propriedades:

A primeira é poder determinar, direta ou indiretamente, uma decisão de justiça que diz respeito, no fim das contas, à liberdade ou à detenção de um homem. [...] Portanto, são discursos que têm, no limite, um poder de vida e

de morte. Segunda propriedade: de onde lhes vem esse poder? Da instituição judiciária, talvez, mas eles o detêm também do fato de que funcionam na instituição judiciária como discursos de verdade, discursos de verdade porque discursos com estatuto científico, ou como discursos formulados, e formulados exclusivamente por pessoas qualificadas, no interior de uma instituição científica. Discursos que podem matar, discursos de verdade e discursos [...] que fazem rir. (FOUCAULT, 2010d, p. 7).

Essas três características do discurso, produzido no interior da instância psiquiátrica, são merecedores de atenção, pelos efeitos que provocam e pelas práticas não discursivas que fazem vir à tona. Se eles são discursos que podem matar, legitimadores de verdade e que fazem rir, devendo, por isso, ser analisados dentro da perspectiva das relações de poder-saber que lhes dão sustentação. Esses discursos atestam, no jogo jurídico da condenação, a transição da composição de provas, tendo em vista que são enunciados dotados de veridicidade decisiva para atribuição da sentença final, mesmo sendo considerados grotescos e provocando o riso dos que o escutam. “São enunciados com efeitos de verdade e de poder que lhes são específicos: uma espécie de suprallegalidade de certos enunciados na produção da verdade judiciária”. (FOUCAULT, 2010d, p. 11).

O que marca tais relatórios são os efeitos de poder que eles constituem. Mesmo dotados de características grotescas, que poderiam desqualificá-los, reforça o caráter que eles têm de produzir a verdade. Dessa forma, são guiados por uma tecnologia de poder que instaura, dentro do processo penal, a verificação dos comportamentos que podem resultar na explicação das causas ou motivação para a prática do delito. Com isso, estabelecem as condutas irregulares que resultam da dicotomia entre dois aspectos: psicológico e moral.

Esses relatórios apresentam ainda um discurso que promove sentidos atrelados às características do sujeito, tais como: vícios, desvios de conduta, incapacidade, fraqueza, desejo à transgressão da lei, defeito de desenvolvimento, traços que indicam que o sujeito sente-se inferior, fracassado, feio e imaturo. Incluem ainda outras marcas mais diretamente relacionadas com o estado mental: imaturidade psicológica, personalidade pouco estruturada, juízo sem rigor, má apreciação do real, dentre outras.

Vale ressaltar que tais características não estão presentes em todos os relatórios, elas vão aparecendo de acordo com a análise dos psiquiatras. Em alguns casos, nem são detectados, quando o psiquiatra percebe que o indivíduo estava em perfeito estado mental, podendo, então arcar com a responsabilidade do crime. Mesmo assim, há a descrição de todos os aspectos físicos, psicológicos e ambientais que são usados para emitir o parecer.

Nota-se, enfim, que os relatórios de exame psiquiátrico, constituem uma verdade para a época, no entanto eles estão inseridos num jogo de luta e poder. Isso porque diante deles, não há uma consolidação do ato de punir, pois muitas vezes “essa série infrapenal, parapatológica, em que se leem ao mesmo tempo o ilegalismo do desejo e a deficiência do sujeito, não é de modo algum destinada a responder à questão da responsabilidade”. (FOUCAULT, 2010d, p. 19).

O que se percebe, na multiplicidade de vozes constituídas nos exames, é justamente o fato de não se aplicar a legalidade sobre o delito. Protegido pelo artigo 64, o sujeito fica imerso nesse leque de aspectos parapatológicos que o torna indiscernível diante da lei. Com isso, o exame cria, segundo Foucault (2010d, p. 27), “uma demarcação dicotômica entre doença e responsabilidade, entre causalidade patológica e liberdade do sujeito jurídico, entre terapêutica e punição, entre medicina e penalidade, entre hospital e prisão”. O caso Pierre Rivière²¹ é ilustrativo do uso do exame psiquiátrico para a construção do perfil psicológico; nele são encontrados vários discursos que se misturam e não conseguem formular um diagnóstico preciso.

Dessa forma, insere-se o fato de que a justiça tem diante de si, outro objeto, perpassado por uma tecnologia que emana de um saber que requer reparação, readaptação e correção. Será preciso uma tecnologia específica para enquadrar esse sujeito que está diante dos jurados. Por isso, no início do século XX, movido por novas regras de formação da Psiquiatria, não caberia ao médico-legista indicar a responsabilidade jurídica sobre o delito. O papel dos psiquiatras era verificar se existiam anomalias mentais que poderiam ser relacionadas com a infração em questão. Agregado a isso, pediu-se também que observassem se o indivíduo era perigoso, sensível a uma sanção penal, e se era curável e readaptável.

Percebe-se que o interesse não é apenas encontrar a responsabilidade sobre um delito, mas qualificar como perigoso o indivíduo que o cometeu para então iniciar seu processo de readaptação através de técnicas normalizadoras. Eis então expresso o verdadeiro propósito dos exames psiquiátricos: promover a dicotomia entre o normal e o anormal. Eles fazem emergir o poder de normalização, apoiado em diferentes instituições, dentre elas a judiciária e a médica. É sobre esse poder que iremos nos debruçar, para entender sua emergência e como espalhou efeitos que podem ser sentidos em toda a conjuntura social.

²¹ Sobre esse caso ver: FOUCAULT, Michel. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão: um caso de parricídio do século XIX*. Apresentado por Michel Foucault; tradução de Denize Lezan de Almeida. Edições Graal. 1977.

3.1.1 A construção histórica dos anormais: as três figuras infames

É o poder de normalização que vai ser sentido quando se opera a noção de anormal. Esta é decorrente, da duplicidade que se instaura em torno do indivíduo infrator, quando se tem o saber médico agindo sobre o campo do saber jurídico. Com isso, vai se criar a oposição: castigo ou correção? Prisão ou hospital? Em decorrência do que os exames médico-legais estabelecem para o indivíduo quem nem é totalmente doente, nem totalmente criminoso.

É exatamente um indivíduo perigoso que será diagnosticado pelo exame psiquiátrico. Ele transita entre dois pólos como um perigo a ser combatido ou como o sujeito a ser readaptado. As noções de perigo e perversão estarão no centro das discussões em torno do poder médico-jurídico investido ao perito psiquiatra ou do poder jurídico-médico conferido ao juiz. Segundo Foucault (2010d, p. 35)

O exame médico-legal é um exemplo particularmente notável da irrupção ou, mais verossimilmente, da insidiosa invasão da instituição judiciária e da instituição médica. [...] ele fazia a junção, ele cumpria a função de costura entre o judiciário e o médico.

É nessa manobra entre o médico e o judiciário que o exame cumpre a função de produzir uma via que não se enquadra diretamente em nenhuma dessas instituições, pois ele faz emergir, na ordem do discurso, o poder de normalização. Este usa sua força por meio da junção entre o poder judiciário e o saber médico, agindo assim, como controle do indivíduo anormal, o qual está relacionado ao perigo, à sanção normalizadora e à possibilidade de ser curável ou readaptável.

Com isso, o indivíduo, juridicamente responsável por seus atos, é substituído por outro que corresponde às ambições de uma técnica de normalização, que tem como alvo o indivíduo anormal. Ele foi estudado por Foucault através da genealogia do poder, observando a prática de normalização da sexualidade desde o século XVII até o fim do século XIX. Para isso, o filósofo discute a arqueologia das anomalias que configuram o anormal a partir de três figuras: o monstro humano; o indivíduo a ser corrigido; a criança masturbadora.

Essas figuras são tratadas como comportamentos desviantes, pois não se enquadram na norma estabelecida pelos parâmetros sociais e históricos. Predomina no século XVIII toda uma série de processos de normalização sentida em aspectos políticos, sociais e técnicos. Eles foram praticados nas instituições, podendo ser notados essencialmente na educação (escolas

normais); na Medicina (organização hospitalar); na produção industrial (unidade de plano, de direção do trabalho), como um efeito da regra geral que orienta a conduta individual, envolvendo fatores morais e sociais.

Dessa forma, a norma é uma categoria fecunda para esta discussão. Ela é compreendida no pensamento de Canguilhem e reafirmada por Foucault (2010d, p. 43) como algo que “não se define absolutamente como uma lei natural, mas pelo papel de exigência e de coerção que ela é capaz de exercer em relação aos domínios a que se aplica. Ela é portadora de uma pretensão ao poder”. Os padrões de normalidade são estabelecidos pela regra que embora não seja natural, tem respaldo em aspectos biológicos e sociais. Com isso, segundo Canguilhem (2009, p. 108- 109)

o normal é, ao mesmo tempo, a extensão e a exibição da norma. Ele multiplica a regra, ao mesmo tempo que a indica. Ele requer, portanto, fora de si, a seu lado e junto a si, tudo o que ainda lhe escapa. Uma norma tira seu sentido, sua função e seu valor do fato de existir, fora dela, algo que não corresponde à exigência a que ela obedece.

É em decorrência da existência do normal que vai ser notada a presença do anormal, o que evidencia a existência das três figuras apontadas por Foucault. Elas fogem à regra estabelecida, justamente por transgredir, seja pela aparência ou comportamento, a essência da natureza ou da sociedade. Com isso, há um modelo implantado que não admite controvérsias, baseado na negação da diversidade, a partir do momento em que se busca a regularidade. Por isso, uma norma é aquilo que serve para retificar, pôr de pé, endireitar. Normalizar é, portanto, impor uma exigência a uma existência, cuja variedade e disparidade se apresentam, em relação à exigência, como um indeterminado hostil, mais ainda que estranho. (CANGUILHEM 2009).

Porém a sociedade, em sua extensão biológica, histórica e cultural é mais dinâmica que o desejo de criar uma homogeneidade. Esta não existe, a não ser nos ideais promulgados nas relações de poder-saber que criam formas de excluir os que não se enquadram na norma. Nesse caso, o caminho da anormalidade humana aponta para o estranho, o hostil, o infame, aquele que é da raça inferior e, portanto, precisa ser excluído ou deve passar por uma correção disciplinar.

Antes de chegar às formas de correção, é necessário comentar a construção histórica das personagens infames. As três figuras formam o conjunto das anomalias humanas, os anormais que dominaram o século XVIII e XIX, ligadas ao campo da

sexualidade. Dedicaremos mais destaque ao monstro humano, por ter mais relação com os objetivos desta pesquisa.

Sobre o indivíduo a ser corrigido, destaca-se que ele é uma figura surgida essencialmente no século XVIII. Seu contexto de referência é a família, no núcleo interno e no exercício do poder. Também se espalha por instituições como a escola, a oficina, a rua, a igreja, etc., tendo em vista que surge com muita frequência e por isso, é difícil determiná-lo, pois está próximo da regra. De acordo com Foucault (2010d), fracassam todas as tentativas familiares e corriqueiras de educação que tentam corrigi-lo. O que define o indivíduo a ser corrigido, portanto, é que ele é incorrigível. Por isso, vai servir de suporte a todas as instituições específicas para anormais que se desenvolveram no século XIX. O anormal desse século também é um incorrigível.

Já a criança masturbadora é totalmente nova como foco do saber do final do século XVIII. Ela atua em um campo mais restrito que é o interior do seu quarto, tocando seu corpo numa exploração de um domínio silenciado e que será alvo de um poder de normalização. O masturbador aparece ainda, como um indivíduo quase universal, mesmo perpassado por uma ética do segredo, pois é partilhado por todo o mundo, mas ninguém comunica a ninguém. Ele está vinculado ao arsenal das doenças corporais, nervosas e psíquicas. É o princípio de explicação da alteração mais extrema da natureza e da singularidade patológica. (FOUCAULT, 2010d, p. 74-75).

Em relação à figura do monstro, aparece como resultado da estranheza e do desconforto que provoca, é peculiar, por isso manifesta no outro uma sensação de inquietude, como resultado das diferenças percebidas. É considerado um indivíduo que faz silenciar a lei.

A noção de monstro é essencialmente uma noção jurídica. Jurídica, claro, no sentido lato do termo, pois o que define o monstro é o fato de que ele constitui, em sua existência mesma e em sua forma, não apenas uma violação das leis da sociedade, mas uma violação das leis da natureza. Ele é um registro duplo, infração às leis em sua existência mesma. O campo de aparição do monstro é um domínio que podemos dizer 'jurídico-biológico'. (FOUCAULT, 2010d, p. 47).

É nessa mescla entre o biológico e o jurídico que se enquadra o monstro humano, tendo em vista que ele promove uma irregularidade entre o que é e o que deveria ser. Essa figura foi objeto de estudo da Medicina e da Psiquiatria desde o século XVII, o que faz evocar saberes para explicar determinadas verdades. Nos séculos XVIII e XIX está no centro de interesse dos estudos sobre anomalia e, aparece ainda, no início do século XX, na ideia de que “o anormal é um monstro cotidiano, um monstro banalizado”. (FOUCAULT, 2010d, p. 49).

Promove-se um saber clínico que se baseava em padrões de normalidade, tendo em vista que o monstro está relacionado ao estranhamento e à anormalidade, o que faz provocar um efeito de contradição. Ele é a infração levada ao máximo, o que faz a força e a capacidade de inquietação do monstro é que, ao mesmo tempo que viola a lei, ele a deixa sem voz. (FOUCAULT, 2010d), conforme se pode notar na seguinte notícia:



Observa-se, nesse enunciado, que mesmo sendo uma realidade do século XXI, quando o discurso sobre a inclusão social está em apogeu, ainda há o estranhamento e o espanto. O caso de a “mulher de meio corpo” desafiar a Medicina corrobora o sentido de que ela seria, pelo verdadeiro de outra época, considerada um monstro e, portanto, não poderia gerar filhos saudáveis. Ela fez silenciar a lei natural e jurídica ao contradizer as expectativas médicas. Essa questão reafirma que o padrão de normalidade não pode ser medido por uma regra natural homogênea. É interessante notar o controle discursivo na edição da matéria jornalística, pois não são mencionadas as palavras anormalidade ou monstruosidade, tendo em vista que a verdade da época não permite que pessoas com deficiência sejam assim nomeadas. O que está na ordem do discurso é o silenciamento que favorece a construção do monstro, por meio da interdição com os dizeres no enunciado “mulher de meio corpo”.

Entretanto, é pela norma que se tenta enquadrar o monstro como sendo o que foge à regra, por isso promove uma infração à natureza. Ele é portador de todas as irregularidades

possíveis, das discrepâncias que colocam a espécie humana em conflito e na tentativa de explicar as anomalias presentes na sociedade. Isso reforça porque o monstro é uma transgressão à lei da natureza e da sociedade: ele interfere no modelo estabelecido. Nas palavras de Lange (2008, p. 43):

Essa violação das leis da natureza também nos remete à ideia de deformidade física, de hermafroditas e anões, por exemplo, figuras que eram sem dúvida apontadas como monstruosidades inconcebíveis dentro de uma civilização que objetiva corpos alinhados a um molde padrão. É este monstro, por violar as leis da natureza, sejam elas de qualquer ordem, aquele sujeito que já é a violência em si.

É pertinente destacar que essa representação de monstro está atrelada às concepções de normalidade que predominava desde a Idade Média e se estendeu até o início do século XX, evidentemente que com diferentes nuances em seu entorno. Discorreremos a seguir sobre essas questões, fazendo um resgate histórico da visão sobre o monstro em diferentes épocas.

3.1.2 Caleidoscópio de imagens disformes: um olhar sobre o monstro humano

A historicidade ao redor do monstro humano marca as verdades que são produzidas em diferentes épocas, porém com mutações no olhar que conduzem à produção de sentido em cada período. Nesse contexto, as dizibilidades para a construção do monstro vão sendo ocasionadas pelos deslocamentos sofridos, os quais mudam a forma de ver e dizer esse objeto. A monstruosidade vai se transformando e ganhando contornos específicos, sobre os quais vale a pena discorrer para se compreender como surgem os processos de inclusão de um corpo que durante muito tempo foi deixado à margem da sociedade.

Na Antiguidade, já se buscavam as explicações para a origem do corpo monstruoso. Dentre elas, podemos citar que Aristóteles (1990, *apud* Costa, 2010) defendia a ideia de que a dissemelhança com o progenitor é causa da monstruosidade e se revela como desvio do tipo genérico pretendido. Na concepção desse filósofo, aquele que não tivesse semelhança com seu pai era considerado um monstro. O desvio constituía não algo contrário à natureza, ele fazia parte da generalidade necessária ao funcionamento do mundo, tendo origem em causas naturais e acidentais. Em sua opinião, os monstros são fatos extraordinários sem significado moral.

Outra justificativa apontada para a existência do monstro remonta ao pensamento do filósofo romano da era clássica, Cícero (1927, *apud* Costa, 2010), o qual pregava que a verdadeira lei era seguir a harmonia da natureza em todos os seres. Sendo assim, o surgimento do monstro tinha ligação com causas sobrenaturais, sendo considerado como sinal de uma transgressão moral grave acompanhada de um presságio de um castigo divino.

Acrescenta-se ainda, que os monstros também eram vistos como seres fantásticos, fantasiosos e prodígios ligados a fatores sobrenaturais que enfatizavam as maravilhas do mundo. Estavam ligados ao encantamento e ao medo que provocam nas crianças, através de figuras lendárias que permeavam o imaginário infantil, sempre visando a um ensinamento moral e o duelo entre o bem e o mal. As questões acima destacam como o saber, baseado na perspectiva filosófica, condicionava as formas de ver e dizer a monstruosidade na Antiguidade. Buscava-se sua explicação em causas naturais, tendo em vista a necessidade de harmonia do cosmo.

Em todo caso, o monstro é sempre tratado como um ser que foge à regra e está fora do comum por representar uma alteração ao esperado e ao natural. Nas palavras de Leite Júnior (2007, p.1)

Desde a antiguidade até pelo menos o século XVI, os monstros no Ocidente também eram classificados entre as ‘maravilhas’ ou ‘prodígios’ do mundo e podiam evocar tanto o medo quanto a risada através de suas formas exageradas, assustadoras ou ridículas. O monstro era então a imagem encarnada de um poder sempre além do entendimento dos homens. E como algo que ‘mostra’ ou ‘revela’, o monstro, ou maravilha, se identificava pelo corpo. [...] era na estrutura física que se apresentava a distinção entre ‘homens’ e ‘monstros’, não no caráter destes.

Vale destacar que a etimologia da palavra monstro evoca um sentido de revelação, de algo que se mostra, tendo em vista sua origem latina que pode decorrer de *monstra* (mostrar, apresentar); *monstrum* (aquele que revela, adverte) ou de *monstrare* (ensinar um comportamento). (LEITE JÚNIOR, 2007). Em todo o caso, há espaço para se pensar a monstruosidade como um sinal de deformidade indicativa de agouro, pois o termo em si, apresenta um efeito de revelação de algo, seja maléfico ou benfazejo, de acordo com aquilo que se pretende – mostrar, revelar, advertir ou ensinar. O que se percebe é o corpo do monstro sempre como o espaço do diferente e do ridículo, podendo provocar medo ou simplesmente o riso. Cabe, então, buscar o seu sentido em outro período histórico preenchido pelo fervor da religiosidade.

Na Idade Média predominava a explicação teológica que pregava a harmonia e a beleza do universo. Com isso, os saberes que dão sustentação ao surgimento do monstro,

advém do campo religioso. Há a crença intermediada pela igreja de que o mundo é moldado pela perfeição de Deus. Por isso, o monstro era considerado uma manifestação da desordem, o defeito que abalava a forma divina perfeita. De acordo com Amaral (1994, p. 258)

Santo Agostinho define o monstro como aquele cujo aspecto parece insólito pela forma do corpo, cor, movimento, voz, e, inclusive, pelas funções, partes ou qualidades de sua natureza. Assim, a natureza desviou-se de seu curso habitual (*abusitato cursu*), como se houvesse saído de sua órbita (*exorbitasse*).

Aparece assim, a dualidade existente entre a simetria e a harmonia da beleza da criação divina em contraposição à transgressão anômala provocada pela monstruosidade. Nesse sentido, “o monstro era assimilado ao animal; escapando as suas regras ele encarnava o fracasso da criação”. (COURTINE, 2009b, p. 489). A ordem natural das coisas era mantida pela intervenção de crenças espirituais, através das quais tudo acontecia mediado pela força e vontade de Deus.

Dessa maneira, ao homem era dado aceitar os acontecimentos de forma passiva e nisso incluía compreender que o monstro se enquadrava também na unidade do todo, conforme atesta Santo Agostinho, na *Cidade de Deus* (2002). Ele pregava que, mesmo provocando uma dessemelhança com os demais seres humanos, o monstro é descendente do primeiro homem (Adão). Defendia ainda, que nada no mundo escapa ao conhecimento e à vontade de Deus, que Ele é incapaz de errar e pode ver as similaridades e diversidades que contribuem para a beleza do conjunto.

Com base nesse pensamento, há a promoção da defesa do pensamento medieval de que a Natureza, como obra de Deus, é perfeita. Essa ideia agostiniana provoca uma dualidade entre o monstro visto como um transgressor das leis da natureza e ao mesmo tempo, como fonte da diversidade permitida pelo criador. De acordo com Soares (2011, p. 189):

O monstro é a criatura que mostra. É uma figura de advertência. Seu exagero, tamanho ou estranheza garantem um senso de urgência a sua interpretação. O monstro é um sinal divino que não deve ser ignorado. A vontade divina ou suas indicações são mais claras quando apresentadas em forma monstruosa. (SOARES, 2011, p. 189).

Nesse âmbito, pode-se afirmar que esse dualismo é mantenedor de uma ordem que se conquista quando o homem consegue reconhecer os presságios divinos. Segundo Guilhaumou (2009), se o homem aceita a submissão divina, ele participa da harmonia de uma ordem onde cada coisa é por sua vez distinta e está disposta em seu próprio lugar. Não há

nada fora da ordem, e a ordem é esta porque Deus dirige todas as coisas. Dessa forma, o mundo medieval é permeado pelo poder divino, diante do qual o homem tende a calar-se para o inexplicável e resignar-se pelo fato de que tudo acontece organizado pelo poder divino.

Diante desses aspectos, o monstro aparece ainda como resultado dos questionamentos dentro da Criação, pois exprime um misto de desarmonia natural que exige uma reflexão da relação do homem com Deus. Assim, há uma especulação sobre a origem da vida e do que o homem representa no mundo que não deixa de considerar o ser monstruoso. Nesse sentido, as palavras de Dutra (2010, p. 13) exprimem a inquietude sentida nesse período. Para ela:

Na idade Média, a história humana é indissociável do esquema teológico de compreensão do cosmos. Os monstros funcionam como símbolos de função negativa participantes na construção da identidade do homem. [...] Através deles o pensamento medieval estabelecia um elo entre o homem e Deus, compreendendo os desígnios divinos através da interpretação da sua presença na ordem cósmica: que poderiam significar aviso da punição; integrar a ordem natural das coisas ou funcionar como demonstração (*monstra*) do poder divino.

Podemos destacar então, que por volta da Baixa Idade Média, o personagem do monstro foi associado à imagem do demônio em virtude do poder cristão que predominava na Europa. Era também considerado fruto do afastamento pessoal de Deus e provocador da desarmonia natural da ordem estabelecida, por isso estava sempre relacionado ao anormal, pois retratava o homem fora da fisionomia natural e da semelhança com a espécie.

Essa visão é fortalecida pelo princípio norteador do teocentrismo, o qual apresenta Deus como o centro do universo e da condição de vida na terra. Assim, o saber produzido nesse período é estritamente fundamentado na perspectiva teocêntrica, o que denota o empreendimento das relações de poder-saber ligadas à igreja e ao seu domínio.

Sob esse enfoque, os monstros são seres prodigiosos, enviados como castigo por Deus para provocar arrependimento dos pecados nos cristãos. Costa (2010, p. 67), citando a obra do escritor francês Pierre Boaistuau²², afirma que o autor:

considera mais do que certo que os seres monstruosos provêm, na sua maioria, do julgamento, justiça e castigo de Deus. Os autores do terceiro, quarto e quinto volumes das *Histoires prodigieuses* insistem inequivocamente que todos os monstros devem ser entendidos como

²² O escritor francês Pierre Boaistuau escreveu em 1560 uma obra sobre prodígios, de grande circulação, intitulada *As Histoires prodigieuses les plus memorables qui ayent este observees, depuis la Nativite de Iesus Christ, iusques a notre siecle: Extraites de plusieurs fameux auteurs, Grecz, & Latins, sacrez & profanes*. Esta obra foi continuada ao longo do século XVI por outros autores. No total foram publicadas mais de trinta e cinco edições. (COSTA, 2010)

prodígios enviados por Deus para ditar aos cristãos arrependimento e penitência. Esta interpretação mais extrema do nascimento de seres monstruosos deve ser entendida pelo facto de terem sido escritas durante as guerras religiosas francesas no contexto da Contra-Reforma.

No apogeu desse período, a religiosidade aparece como foco das relações de poder, sendo a igreja a fonte do controle e da ordem social. Ela era a principal instituição medieval e exercia um forte domínio sobre os diferentes setores: político, econômico, cultural, sendo também responsável pela manutenção da ordem social. Em decorrência disso, o corpo monstruoso era um lugar privilegiado para desempenhar o papel moral e instrucional, através do simbolismo que emanava desse ser. O monstro foi usado como arma de ensinamento espiritual e moral aos cristãos e em lutas políticas e religiosas, pois representava o dualismo na simetria pretendida entre a ordem da natureza e a ordem social. Para Costa (2010, p. 71), “os monstros com características híbridas, e que supostamente são o resultado do cruzamento de homens e animais, devem ser vistos como prodígios que anunciam o pecado da bestialidade e o seu iminente castigo”.

A figura do monstro e de outros prodígios esteve no centro das discussões em torno do diabólico e do mal, sendo usada para evocar o temor ao maligno. O demônio será a grande fonte geradora de monstros. Quanto mais essa Baixa Idade Média chega ao fim, maior é a associação entre o mal e o monstro. Assim, tanto figuras míticas quanto pessoas com corpos distintos, consideradas ‘deformadas’ ou ‘aleijadas’ comungam da ideia de ‘monstro’, ‘maravilha’ e, cada vez mais, de ‘periculosidade maligna’. (LEITE JÚNIOR, 2007).

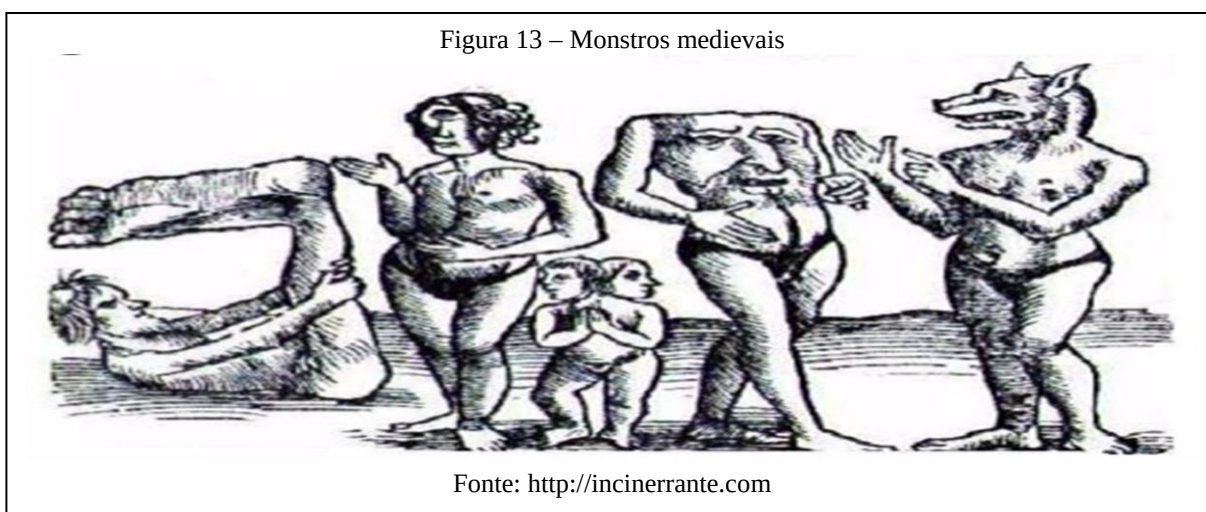
Percebe-se assim, que a característica mais acentuada no monstro durante toda a Idade Média é o corpo em seu aspecto físico. Quanto mais dessemelhança, exagero e formas ridículas comparadas ao corpo humano, mais ressaltado será o caráter da monstruosidade. Isso evoca tanto a repulsa e o medo quanto o encantamento e o riso. Eis, neste caso o surgimento dos *freak shows*²³, durante os quais há a promoção de espetáculos públicos que envolvem todos os tipos de seres prodígios.

Essa ênfase no corpo é decorrente da visão do monstro através da forma compósita, ou seja, um híbrido de humano e animal. Com isso o homem bestial é o que está

²³ Este tipo de espetáculo tem destaque no século XIX na América do Norte, como cultura de espetacularização do estranho e do anormal. Nos *freak shows* são apresentados para apreciação pública todo tipo de coisa estranha e esquisita. O grande sucesso desses eventos se deve às chamadas ‘anomalias’ e ‘deformidades’ humanas. Os mais variados tipos físicos expõem-se à admiração como verdadeiros monstros. (LEITE-JÚNIOR, 2007).

em evidência entre os seres prodígios do período medieval, evidenciando a transgressão às leis da natureza e às leis sociais, sendo uma exceção para a espécie.

Desse modo, Foucault (2010d) afirma que o monstro é originário da mistura de elementos de natureza diversa, podendo ser um misto de dois reinos, o humano e o animal – o homem com cabeça de boi, o homem com pés de aves; a combinação de espécies – o porco com cabeça de carneiro; a mescla de dois indivíduos – o que tem duas cabeças e um corpo, o que tem dois corpos e uma cabeça, o que tem dois sexos; ou ainda o misto de formas, quem não tem braços ou pernas ou quem tem além do esperado. Enfim, são todos monstros, conforme destacado na figura:



De acordo com a figura, percebe-se que há sempre a transgressão ao limite natural, que esbarra no limite da norma estabelecida. Esses personagens estão fora da ordem, por isso, as imagens chamam a atenção pelo visual disforme do seu corpo. Esse desvio serviu para classificar a monstruosidade durante a Idade Média, na qual se observava muito mais a infração jurídica da lei natural. No entanto, não eram apenas os elementos naturais que evocavam a monstruosidade, esta requeria o silenciamento de outras leis – civil, religiosa ou divina. Foucault (2010d, p. 54) defende que “só há monstruosidade onde a desordem da lei natural vem tocar, abalar, inquietar o direito, seja o direito civil, o direito canônico ou o direito religioso”, tendo em vista a necessidade de dar uma explicação para seu surgimento.

É nesse driblar de perspectivas sobre a monstruosidade que a historicidade avança por trilhas que compõem o caleidoscópio de construção do monstro humano. Com isso, cada período histórico atribui diferentes olhares sobre os prodígios. No limiar do século XVI e XVII, o foco se desvia do homem bestial para se centralizar em outro paradigma da

anormalidade: os irmãos siameses, que apresentam a mistura de dois indivíduos e fazem calar a lei no ponto em que se questiona: o um que é dois ou os dois que são um.

Nessa forma monstruosa, os siameses demarcam uma discussão calorosa em torno das esferas religiosas e médicas, entidades promotoras dos saberes que discutem esse personagem. Na primeira, há a explicação de que um corpo com duas cabeças representa a imagem da cristandade dividida em duas comunidades religiosas. Já para o saber médico e jurídico existe um transtorno que nem sempre consegue ser respondido: são uma ou duas pessoas? Elas podem ser batizadas? Se uma cometer um crime, a outra também deverá ser executada? São essas indagações que promovem a ideia acima mencionada de que a monstrosidade não abala apenas a lei natural, mas principalmente a lei jurídica.

Seguindo em direção às pegadas históricas, na época clássica, o hermafrodita foi o monstro prioritário. Em torno dele se elaboraram as preocupações que guiaram o século XVIII com enfoques diferentes dos anteriores. Na época das luzes, a literatura em torno do monstro tentou explicar esse fenômeno.

Um número significativo de memórias publicadas pelas academias científicas teve como tema o hermafroditismo humano. Este é um tema de indiscutível interesse médico, mas também com altas repercussões sociais, uma vez que o estabelecimento do sexo predominante do hermafrodita afectava a sua condição legal e social. (COSTA, 2010, p. 76).

O hermafrodita não deixou de ser vítima das relações de poder que ditam sobre a vida e a morte dos indivíduos. Por isso é pertinente mostrar o percurso dessa figura em diferentes momentos, pois ela é significativa para compreender os deslocamentos que fazem a história avançar. Assim, na Idade Média, momento em que predominava a visão soberana do poder e a morte era o castigo para os crimes praticados, o hermafroditismo, considerado uma monstrosidade, era punido com morte. Foucault (2010d) narra um caso de hermafrodita condenado apenas por ser hermafrodita. Após um exame, os médicos concluíram que aquele indivíduo possuía dois sexos e isso só era possível porque teve relações com Satanás. Torturado, o hermafrodita confessou os fatos de que era acusado e foi queimado vivo²⁴.

Já no século XVII, o indivíduo que fosse diagnosticado como hermafrodita, era lhe dado o direito de escolha sobre qual sexo queria usar, qual era o dominante. Somente se usasse o sexo oposto ao escolhido, infligiria sobre ele as penas pelo delito praticado, pois seria acusado de sodomia. Vários episódios de condenação foram identificados ao longo da

²⁴ Esse caso é elucidativo das discussões em torno do poder soberano e da morte como suplício, discutidos no capítulo 2 deste trabalho.

história, nos quais após ter decidido pelo sexo masculino, o hermafrodita foi acusado de ter relações com outros homens; ou ao contrário, ao optar pelo sexo feminino teve relações com outras mulheres²⁵. O castigo poderia ser a execução com morte ou a interdição completa da relação sexual, isso dependeria do veredicto médico através do exame. Fato que comprova que o exame sempre foi usado como controle do anormal, por isso a justificativa para termos iniciado este capítulo com a ênfase nessa prática discursiva.

Essas questões fazem perceber como o discurso médico, relatado nos exames, caminha para a implantação da organização anatômica da sexualidade. Naquele discurso foi produzido saberes decisivos para a implantação de disciplinas específicas sobre o corpo humano, incluindo aspectos relativos à anatomia. Introduziu-se a nomeação de partes do corpo humano ligado aos órgãos sexuais, principalmente ao feminino que era silenciado. Costa (2010) afirma que em Paris, o grau de profissionalização e a investigação do corpo monstruoso se centrassem na anatomia como área do conhecimento, evidenciando os dizeres do discurso médico no resultado do exame. Nele se observa que “o hermafrodita é um monstro porque é contra a ordem e a regra ordinária da natureza, que separou o gênero humano em dois: macho e fêmeas”. (FOUCAULT, 2010d, p. 60-61).

Ainda sobre o hermafrodita, no fim do século XVIII, outros saberes se sobrepõem às discussões anteriores. Analisando o resultado do exame médico de outra acusação por hermafroditismo, Foucault (2010d) destaca que a ré não foi condenada com a privação total de relação sexual; foram vedadas somente as relações com mulheres. Isso evidencia que essa questão não era mais vista pela maioria dos médicos da época como um misto dos sexos. Para eles não é possível um indivíduo ter os dois sexos ao mesmo tempo, o que ocorre é ter um sexo predominante e ter algumas características secundárias do outro.

Essa discussão é importante para as mudanças ocorridas sobre o ser monstruoso. O saber médico avança em busca de outras descobertas e explicações para os fatos. “Desaparece a monstrosidade como mistura dos sexos, como transgressão de tudo o que separa um sexo do outro”. (FOUCAULT, 2010d, p. 62). Entra em cena, a ressignificação do monstro que emerge com a implantação desses saberes.

Com um giro no caleidoscópio, vimos no século XIX a transição de uma monstrosidade baseada nos aspectos físicos para a monstrosidade moral. O que esse período vai marcar é o deslocamento presenciado em torno do monstro do corpo para a mente.

²⁵ Sobre a condenação de hermafrodita ver Foucault (2010d, p. 57, 58, 59).

Com isso o que precisa ser punido não são as transgressões resultantes de desvios que a natureza aponta nos corpos, mas as perversões de comportamento, as quais:

Dissocia-se o complexo jurídico-natural da monstruosidade hermafrodita. Contra o fundo do que não passa de uma imperfeição, um desvio (poderíamos dizer antecipando, uma anomalia somática), aparece a atribuição de uma monstruosidade que não é mais jurídico-natural, que é jurídico-moral; uma monstruosidade que é a monstruosidade da conduta e não mais da natureza. (FOUCAULT, 2010d, p. 62-63).

Essa mudança motivada por saberes decorrentes do campo médico e do judiciário vai eclodir com a mutação que resultará na concepção do monstro moral. Em torno dessa figura serão construídas muitas discussões, sempre com foco no comportamento e análise de práticas que serão consideradas anormais do ponto de vista moral. Para Leite-Junior (2007), as aberrações orgânicas vão sendo motivadas pelo discurso científico que as compreende como doentes que devem ser tratados, dando lugar aos desvios psíquicos.

Com isso, vão surgir as formas de comportamentos desviantes dos padrões normais estabelecidos socialmente. Em decorrência disso, apareceram as noções de perigo e perversão, as quais foram apresentadas nos exames médico-legais elaborados pelos psiquiatras, conforme discutido no tópico 3.1.1. Essas noções guiarão a forma de tratar o indivíduo e os efeitos de poder-saber que incidirão sobre ele, fazendo surgir outro olhar sobre o corpo, produzindo diferentes efeitos. Assim, em virtude desses deslocamentos promovidos ao redor da figura do monstro humano as formas de crime e castigo se redirecionaram, resultando em diferentes práticas sociais. Conforme observado no exemplo da atleta sul-africana Caster Semenya.

Figura 14 – Notícia do Jornal Zero Hora



24/08/2009 | 12h37

Semenya possui alto nível de testosterona no corpo, segundo jornal.

O teste de feminilidade realizado pela sul-africana Caster Semenya, campeã dos 800 metros no Mundial de Berlim, na Alemanha, apresentou uma quantidade de testosterona em seu corpo três vezes maior do que o normal em uma mulher. A informação foi publicada nesta segunda pelo jornal *Daily Telegraph*.

Fonte: <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/esportes/noticia/>

Durante o Mundial de Berlim, em 2009, a atleta foi submetida a exames que acusaram não ter ela ovários e possuir órgãos sexuais masculinos internos, sendo

diagnosticada como hermafrodita. Isso fazia com que produzisse grandes quantidades de testosterona, evidenciando que a fundista tinha mais vantagens nas corridas do que as suas adversárias. Essa questão provocou muitas discussões na mídia e em torno do Comitê Esportivo. Entretanto, o que no século XVI seria condenado com a morte apenas por ser hermafrodita, no mundo contemporâneo, não foi tirado o direito da atleta de receber a medalha. Mas não sem produzir muitos burburinhos sobre a questão, que fez estremecer a lei em suas diferentes nuances.

Trouxemos esse caso para mostrar como os saberes em torno do monstro vão se transmutando em diferentes períodos. O reflexo do que foi apresentado sobre a questão específica do hermafrodita, pode ser sentido para outras categorias consideradas como monstros, em decorrência das relações de poder-saber que são construídas historicamente.

Desse modo, em 1832, o zoologista francês Geoffroy Saint-Hilaire cria a teratologia, que é a ciência que estuda as deformidades do corpo. Com esse saber, o enfoque vai migrar para se compreender a monstruosidade como doença, causando outras formas de lidar com a questão. Para Leite-Junior (2007), a Medicina acaba colaborando para a manutenção do caráter de alteridade e estranheza da pessoa de corpo anômalo, agora entendida como doença, com isso o medo que antes causava passa a inspirar pena.

Continua a égide da doença e da anomalia como forma de compreender o monstro humano. Ganguilhem (2009, p. 51), citando Geoffroy Saint-Hilaire, afirma que:

as *Monstruosidades*, enfim, são anomalias muito complexas, muito graves, que tornam impossível ou difícil a realização de uma ou de várias funções, ou produzem, nos indivíduos por elas afetados, uma conformação viciosa muito diferente da que sua espécie geralmente apresenta.

Em decorrência dessa visão, várias práticas são motivadas por relações de poder-saber. A grande questão, que vai ainda nortear a classificação para o ser monstro, parte da alteridade em relação à norma sadia e por isso, considerada como o padrão social. Assim, os anormais são ainda a classe dos indivíduos inferiores que precisam ser normalizados. Sobre isso Ganguilhem (2009, p. 111), afirma:

O anormal, enquanto a-normal, é posterior à definição do normal, é a negação lógica deste. No entanto, é a anterioridade histórica do futuro anormal que provoca uma intenção normativa. O normal é o efeito obtido pela execução do projeto normativo, é a norma manifestada no fato. Do ponto de vista do fato há, portanto, uma relação de exclusão entre o normal e o anormal.

É para atender a esse projeto de normalização e de correção do indivíduo anormal que as Ciências Humanas surgem, no início do século XIX, tendo o homem como sujeito do conhecimento e objeto do saber. Mais especificamente, as ciências da *psique* vêm explorar os monstros morais. Com isso, a Psiquiatria, a Psicologia, dentre outras implantam um saber que busca explicar fenômenos comportamentais e estipulam formas de correção, as quais estão diretamente ligadas ao poder disciplinar.

Sobre a Psiquiatria, Machado et al (1978) afirma que seu nascimento deve ser compreendido a partir da Medicina que incorpora a sociedade como novo objeto e se impõe como instância de controle social dos indivíduos e das populações. Este novo campo do saber está diretamente ligado à Medicina Social que se buscou implantar como procedimentos de biopolítica - discutido no capítulo 2.

Dessa forma, o controle do anormal, na figura do monstro humano, passa pelas pressões desses saberes que buscam normalizá-los. A questão da norma, central na construção histórica dos anormais vai surgir como o alicerce motor na transição entre os séculos XIX e XX. A monstrosidade ligada à doença vai provocar novas práticas que implicam a tentativa de tratar o indivíduo e promover a limpeza social, tentando evitar o perigo e o risco que foram construídos em seu entorno. Por isso, Canguilhem (2009) afirma que as anomalias não são apenas simples variedades consideradas desvios estatísticos, elas são deformidades nocivas ou mesmo incompatíveis com a vida. É preciso se referir à forma de vida como um tipo normativo. Neste caso, o século XX presenciara uma mutação em torno do monstro humano, decorrente dos saberes advindos das ciências que buscam normalizar os comportamentos. Nas palavras de Leite Júnior (2007):

as ciências da psique constroem e apresentam tanto às **conferências médicas** quanto ao imaginário ocidental, a criança masturbadora, a mulher histérica, o homem neurótico, a família degenerada e, claro, os perversos sexuais. E entre todas essas novas ‘aberrações’, **a mulher e seu corpo** continuam sendo vistos com estranheza, medo e sendo alvos de uma severa desconfiança. Assim nascem os interiorizados monstros modernos. (grifos do autor)

Além disso, nesse século, os que poderiam ser considerados os “monstros” modernos de outra natureza, seriam os que têm um misto de dois sexos, para usar a concepção foucaultiana. Eles se apresentam nas chamadas transexuais, travestis, dragueem, dentre outros e fazem calar a lei, tanto natural quanto a jurídica no ponto em que se questionam as identidades de gêneros nas questões sobre o que é ser homem e ser mulher. Essas figuras incitam ainda questões sobre patologia, no campo científico e agressões cotidianas, as quais

promovem a intolerância ao diferente motivada ainda por um racismo biológico que não abre espaço para as diferenças.

Neste percurso histórico que resgata o anormal em suas diferentes nuances, a evidência recai na transgressão à norma em sua dimensão natural, social e jurídica que tem um caráter arbitrário e funciona como um parâmetro, uma comparação em referência ao grupo. Com isso, faz evocar a dicotomia entre o normal e o anormal, tendo como decorrência a existência dos monstros humanos que precisam ser normalizados.

É assim que voltamos ao poder de normalização sobre o qual iniciamos essas discussões. Ele está no bojo central das questões sobre o anormal, discutido aqui na figura do monstro humano. Esse corpo sofre, em todos os momentos históricos, a pressão por ser diferente, por se desviar da norma estabelecida. Sobre essa figura recaíram as mais diferentes formas de investidas das relações de poder-saber: a condenação com morte, que legitima práticas de exclusão, ou os efeitos do poder de normalização que buscam enquadrar o indivíduo perigoso, independentemente de a causa do perigo ser de ordem moral ou física.

Saindo então do arcabouço teórico que compõe os saberes que alicerçam a origem do monstro humano, vamos adentrar nas práticas de manifestação das relações de poder que incidem sobre uma parte específica, a dos sujeitos com deficiência. Sempre buscando a genealogia da construção histórica dos processos que envolvem o homem e os efeitos do poder. Vamos em busca das pegadas que podem auxiliar na resposta à indagação: quem é o sujeito com deficiência hoje?

3.2 Do ser monstro ao ser diferente: o corpo com deficiência na trilha da História

Os efeitos do poder de normalização serão sentidos em todos os indivíduos considerados anormais. Porém, pela pertinência aos objetivos desse trabalho, iremos nos dedicar aos processos de exclusão e adentrar nessa via sinuosa de construção do sujeito com deficiência, buscando sua especificidade no lugar dos homens infames. Para isso, devemos recorrer às relações de poder-saber que cobriram esse sujeito e mostrar o percurso em que se desencadeiam os processos de constituição desse corpo, inicialmente no tocante à exclusão, para posteriormente adentrar nas formas de inclusão.

Não se pode esquecer de contextualizar os momentos que constituem a história do corpo com deficiência, resgatando os acontecimentos que perpassam cada cultura em busca do lugar e das práticas sobre esse corpo. Nas palavras de Mori (2009, p. 205)

[...] o modo de olhar é formado no grupo cultural no qual vive quem olha. Perpassado pela cultura, o olhar assume valores próprios do modo de viver para a produção da vida. Não considerar estas questões é correr o risco de uma interpretação presentista e progressista, ou seja, de interpelar o passado de modo descontextualizado, sem considerar os valores da época.

É mister contar a história dos dissabores desse corpo marginal, sob um olhar para os aspectos contextuais dos processos históricos da exclusão em suas mais variadas formas. De acordo com Bartalotti (2006 p. 12), “cada situação descrita como de exclusão precisa ser analisada a partir da compreensão do contexto em que se insere”, para assim, falar de qual tipo de exclusão, sob que condição aconteceu e principalmente, que concepção de sujeito e de deficiência ela faz emergir. Desse modo, dialogamos com os enunciados seguintes:

Enunciado 1

Figura 15 – O Corcunda de Notre-dame



Fonte: <http://www.google.com.br/>

ENUNCIADO 2

- _ Ih, macaco feio! – dizia uma.
- _ Tão malvado quanto feio – falava outra.
- _ É o diabo – juntava uma terceira.
- _ Tenho a infelicidade de morar perto de Notre-Dame; à noite ouço-o vagabundeando pela calha.
- _ Com os gatos.
- _ Ele anda sempre em cima dos nossos telhados.
- _ Joga-nos feitiçaria pelas chaminés (HUGO, 1973, p. 52).

ENUNCIADO 3

As caridosas viúvas olhavam especialmente para um ser “[...] que guinchava e se contorcia no leito de pau, assustado com tantos olhares”.

- _ Só se lhe enxerga um olho _ observou damoiselle Guillemette.
- _ No outro tem uma verruga.
- _ Não é uma verruga _ retorquiu mestre Robert Mistricolle _. É um ovo contendo outro demônio completamente igual a este, que traz com ele outro ovinho, contendo outro diabo, e assim por diante. [...]

_ Sou da opinião _ exclamou Jehane de la Tarme _ que seria melhor, para os campônios de Paris, que este bruxinho fosse deitado numa trouxa, em vez de uma tábua.

_ Uma bela trouxa em chamas! _ acrescentou a velha.

_ Isto seria mais prudente _ disse Mistricolle.

Havia alguns momentos um jovem padre escutava o arrazoadado das *haudriettes* e as sentenças do protonotário. Afastou silenciosamente a multidão, examinou o ‘bruxinho’, e estendeu a mão para ele.

_ Eu adoto esta criança _ disse o padre. (HUGO, 1973, p. 114-116).

Esses enunciados remetem à clássica história de *O corcunda de Notre-dame*, do autor Victor Hugo. Ela tem como ambiente a cidade de Paris, na Idade Média e, como um dos personagens principais, Quasímodo, o tocador de sinos, personagem feio e disforme que habita a catedral parisiense. Essa história traz aspectos que evidenciam a representação sobre a deficiência e a prática de controle do sujeito deficiente durante aquele período.

O enunciado 2 remete ao dia 6 de janeiro, em que é comemorado o Dia de Reis e a festa dos loucos, “festa de pular a fogueira e escolher como papa do povo aquele que fizesse a careta mais horrenda”. (MORI, 2009, p. 202). O espanto se espalhou entre o povo, pois o vencedor não fazia careta, aquele era o seu próprio rosto. Nesse burburinho, outros atributos foram atribuídos ao Quasímodo, além da feiúra, entre eles a maldade, o diabólico e a feitiçaria.

O enunciado 3 destaca o momento em que o personagem, ainda criança, foi abandonado pela mãe, na armação colocada no adro da catedral, que se destinava a colocar crianças enjeitadas. As mulheres ao redor, ao vê-lo, associaram-no, pelas características físicas, ao mal e, por isso, seria um diabo. Seu destino seria morrer queimado numa “bela trouxa em chamas”. Nota-se, na fala da mulher, que isso seria bom para a cidade de Paris, ou seja, seria a promoção da limpeza da sociedade desses corpos indesejáveis – fato que comprova a punição através da morte como castigo e também como forma de já se perceber a higienização das cidades, que terá mais ênfase com a biopolítica ligada à Medicina Social.

Usamos esses enunciados para provocar a reflexão de como se efetiva a relação do corpo com deficiência na história. Com base nessa discussão, nota-se que esse corpo também foi considerado monstruoso e objeto de espetáculo. Nas palavras de Courtine (2009b, p. 498) a experiência do monstro marca:

o fascínio que perpassa toda a sociedade, a comoção social que ele produz, depois o espetáculo de uma catástrofe corporal.[...] Eis o que é o monstro: uma presença repentina, uma exposição imprevista, uma perturbação perceptiva intensa. [...] *Aparição do inumano*, da negação do ser humano no espetáculo do ser humano vivo: ‘o monstro é o ser humano de valor negativo’. (Grifos do autor)

Esse fascínio vai ser sentido nas diferentes esferas de produção da imagem da deficiência como monstruosidade. A representação do monstro, em diferentes épocas, “integra-se a um sistema de sinais proféticos que explica o duplo estatuto das monstruosidades corporais na sociedade tradicional: o monstro é ao mesmo tempo espetáculo (*monstrare*) e sinal divino (*monere*)”. (COURTINE, 2009b, p. 496).

Com isso, não é possível trazer uma compreensão daquilo que se define hoje por deficiência, sem buscar sua ligação com as ramificações das práticas históricas que incidiram sobre esse corpo. Assim, desde a Antiguidade até a contemporaneidade, há diferentes modos de ver e dizer o corpo com deficiência. Eles são reveladores da evolução da sociedade, da transmutação no pensamento que provocam novas dizibilidades, sempre atrelado à relação de poder-saber predominantes em cada momento. São essas práticas que constroem a história do corpo com deficiência, desde os momentos de exclusão, aprisionamento até a promoção da inclusão social. Elas auxiliam na compreensão do sujeito com deficiência na atualidade. Por isso é importante resgatar o tratamento dada a esse corpo em diferentes contextos históricos.

3.2.1 As culturas primitivas: as práticas de exclusão do corpo com deficiência na Antiguidade

A sociedade é marcada por paradigmas que enfatizam o homem na história, provocando tensões que evidenciam as relações sociais. Por isso, é possível mencionar as práticas de exclusão vigente no cenário da era primitiva. Neste período, a eliminação acontecia basicamente por fatores de ordem natural, em virtude das condições de subsistência. “A sobrevivência de uma pessoa com deficiência nos grupos primitivos de humanos era impossível porque o ambiente era muito desfavorável e porque representava um fardo para o grupo”. (GUGEL, 2008, p. 2). Assim, os seres com deformidades eram entregues à própria sorte, o que favorecia à sua morte, pois não eram capazes de garantir seu próprio sustento, nem de se proteger das condições hostis do ambiente.

Entretanto, nas culturas primitivas, pode-se notar um contraste na forma de tratamento desses indivíduos. A tribo Xangga (da Tanzânia/África) não matava as pessoas com deficiência, pois considerava que eram possuídas por maus espíritos que as usavam como forma de promover nas demais a normalidade. Já os esquimós, lançavam todos os deficientes e todos os idosos nas áreas fronteiriças do Canadá, região de alto fluxo de ursos brancos,

considerados sagrados. Assim, eliminariam o ‘problema’ da fome destes animais e da tribo em si, pela não-presença do indivíduo indesejado em seu meio. (PLATT, 1999)

No Egito antigo, a exclusão era provocada por estratos sociais. Os deficientes poderiam se integrar nas mais variadas e hierarquizadas classes sociais. Se estivessem na casta alta, tinham alguns privilégios, enquanto que os das classes baixas passavam por abandonos e privações. Os nanistas, por exemplo, poderiam aspirar a qualquer cargo, porém os que não pertenciam à classe superior eram geralmente músicos ou dançarinos. Os anões também poderiam ser empregados em casa de altos funcionários e isso lhes rendia funerais dignos e outras honrarias. De acordo com Gugel (2008), a múmia de Talchos, da época de Saíta (1.150 a 336 a.C.), em exposição no Museu do Cairo, traz indicações de que se tratava de uma pessoa importante.

Os papiros contendo ensinamentos morais no Antigo Egito expressavam a necessidade de se respeitar as pessoas com nanismo e com outras deficiências. No entanto, segundo Lemos (2009, p.23), “para muitos autores, a sociedade egípcia foi a que teve menor grau de deficiência dentre as civilizações antigas, devido principalmente à dieta vegetariana de seus habitantes”.

Entre os Hebreus, vale destacar que a exclusão pode ser observada na lei de Deus apresentada por Moisés, através da passagem bíblica no livro do Levítico, o qual apresenta os deveres sacerdotais, centrados na santidade e na adoração. O livro enfatiza a santidade como objetivo principal, ou seja, o homem deveria buscar ser santo, à semelhança de Deus. Para isso, recebe diversas instruções de como conquistá-la, aparecendo uma referência direta de exclusão sobre os deficientes. Na lei para os sacerdotes, disse o Senhor à Moisés:

Dize a Aarão: Nenhum de teus futuros descendentes, nas suas gerações, em que houver algum defeito se chegará para oferecer o pão de seu Deus. Nenhum homem com defeito se chegará: seja cego, coxo, de rosto mutilado, ou desproporcionado, tenha pé ou mão quebrados, seja corcunda, anão, vesgo, tenha sarna, impigens ou testículo quebrado. Nenhum descendente do sacerdote Aarão que tenha algum defeito se chegará para oferecer as ofertas queimadas para o Senhor. [...] para que não profane os meus santuários, porque eu sou o Senhor que os santifico. (LEVÍTICO. 21: 16-23).

Percebe-se, nesse enunciado, uma forma de exclusão que coloca a deficiência como um defeito que torna o indivíduo indigno de fazer ofertas ao Senhor. Assim, produz-se um efeito de sentido de impureza para um corpo que não alcançará a santidade, por isso não pode entrar no templo de Deus. Entretanto, essa exclusão não apoia maus-tratos aos deficientes, sendo estes merecedores de respeito, conforme se pode notar em Levítico (19:

14): “Não amaldiçoaras o surdo, nem porás tropeços diante do cego, mas temerás o Senhor teu Deus, porque eu sou o Senhor.” A evidência à exclusão é sentida até na escolha do animal que é dado em sacrifício, como forma de redenção aos pecados. De acordo com a lei de Deus, Moisés indicou a Arão: “toma um bezerro, para oferta pelo pecado, e um carneiro para holocausto, ambos sem defeitos, e traze-os perante o SENHOR”. (Lv. 9:2).

Continuando o percurso, percebe-se que nas civilizações clássicas, havia o predomínio de uma organização social mais estruturada, alicerçada através de legislação. A cidade-estado, preparando-se para as constantes guerras, estabeleceram as primeiras formas de eugenia contra pessoas com deficiência. Neste caso, as práticas eram conscientes e movidas por interesses políticos.

Desse modo, na Grécia antiga Platão e Aristóteles ao tratarem do planejamento das cidades gregas orientaram que as pessoas nascidas com anormalidades deveriam ser eliminadas. Seja através de exposição, abandono ou atiradas do aprisco de uma cadeia de montanhas chamadas Taygetos. Segundo Platão (2000): “cuidarão apenas dos cidadãos bem formados de corpo e alma, deixando morrer os que sejam corporalmente defeituosos”. Acrescenta ainda que: “[...] os (filhos) dos homens inferiores, e qualquer dos outros que seja disforme, escondê-los-ão num lugar interdito e oculto como convém.” Essa orientação favoreceu ao abandono de crianças em florestas, beira de rios, cavernas, dentre outros, deixando-as entregues à própria sorte.

Aristóteles, no livro IV de *A política*, também contribuiu para as práticas de exclusão. Ele orientou no Capítulo 14: “[...] com respeito a conhecer quais os filhos que devem ser abandonados ou educados, precisa existir uma lei que proíba nutrir toda criança disforme.”

A eliminação do indivíduo deficiente era sentida também na cidade de Esparta, com a morte dos bebês nascidos anormais. Isso porque os gregos se dedicavam à arte da guerra e nesse ambiente de constantes invasões bárbaras, só os fortes eram aptos a servir ao exército. O estado, pela lei espartana, tinha o direito de decidir sobre a vida e morte das crianças, numa sociedade marcada pela soberania como forma de governo. O destino era traçado pela forma física e possibilidade de adaptação à guerra. De acordo com Silva (*apud* LEMOS, 2009, p. 27-28):

O pai de qualquer recém-nascido das famílias conhecidas como “*homoioi*” (ou seja, “os iguais”) e que eram a nata de Esparta, não tinha o direito de criá-lo, pois o Estado subordinava a todos. Pelas leis vigentes, ele era obrigado a levar o bebê, ainda bem novo, a uma espécie de comissão oficial

formada por anciãos de reconhecida autoridade. [...] se fosse um bebê normal e forte ele era devolvido ao pai que passava a ter a incumbência de criá-lo. Depois de certa idade – entre 6 e 7 anos – o Estado tomava a si a responsabilidade e continuava sua educação, que era dirigida para a arte de guerrear. [...] No entanto, ‘se lhes parecia feia, disforme e franzina’, como refere Plutarco, esses mesmos anciãos, em nome do Estado e da linhagem [...] ficavam com a criança. [...] levavam a um local chamado ‘Apothetai’, que significa ‘depósitos’. Tratava-se de um abismo situado na cadeia de montanhas Taygetos, perto de Esparta, para lá a criança ser lançada e encontrar sua morte, [...].

Todas essas formas de exclusão percebidas na Grécia antiga são decorrentes do ideal de corpo que defendia aquela sociedade. O corpo belo, forte e saudável era considerado adaptado à vida em sociedade e produtivo para as necessidades bélicas. Com isso, o saber vigente defendia um princípio de normalização, com regras de controle e seleção dos indivíduos que atendam às demandas do poder.

Destarte, na sociedade grega, não predominava apenas a exclusão com a morte. Em Atenas, sob a influência de Aristóteles, havia uma forma de assistencialismo para os deficientes e doentes provenientes de doações que eram usadas no auxílio aos heróis de guerra e de suas famílias. (SCHEUERMANN, 2012). Nota-se que essa proteção era destinada às pessoas que adquiriram a deficiência já no decorrer da vida, sendo na guerra ou não.

Na organização social romana, as práticas de exclusão também eram evidenciadas por meio da necessidade de ter cidadãos fortes e saudáveis. A vitalidade era pré-requisito para a conquista de direitos, inclusive da vida. Porém, eram os pais que detinham o poder sobre a morte dos filhos, garantido na Lei das XII tábuas²⁶. Na tábua quarta – *Do pátrio poder e do casamento* – é permitido ao pai matar o filho que nasceu disforme, mediante o julgamento de cinco vizinhos. Apoiados nessa legislação, os pais afogavam os filhos que tivessem alguma deformidade física, ou os abandonavam em cestos no Rio Tibre. Algumas sobreviviam, sendo criadas por escravos ou pessoas pobres que as usavam para conseguir esmolas; outras eram exploradas como atrações de circo.

Essas práticas apontadas nas civilizações antigas eram decorrentes da necessidade de se garantir a seleção do mais forte para atender as necessidades de uma sociedade em constantes guerras. A pessoa com deficiência era considerada um fardo e não se via formas de utilização produtiva desses corpos desviantes. Salvo alguns que contrariando as leis de extermínio, conseguiram sobreviver e até alcançar altos postos, como é o caso do imperador Caio Júlio César (102 a 44 a.C), que segundo Silva, citado por Lemos (2009), é um dos

²⁶Lei das XII tábuas. Disponível em: <http://www.jurisciencia.com/vademecum/tratados-pactos-acordos/lei-das-doze-tabuas-lei-das-12-tabuas-lei-das-xii-tabuas/210/> acesso em: 15/06/2012

romanos mais importantes que a História registrou. Ele não era o tipo atlético, alto e sem problemas que muitos imaginam ao analisar seus feitos. Além de magro e de estatura bastante medíocre, sempre esteve sujeito a fortes dores de cabeça e, segundo muitos historiadores, sofria do famoso ‘mal divino’, ou seja, de epilepsia. Naquele tempo, a doença era ligada a forças divinas, fato que marcava a relação dessa pessoa com os deuses.

Ainda nas civilizações antigas, de acordo com a mitologia, a deficiência era atribuída ao castigo dos deuses. No Egito, o faraó Phéron foi castigado com a perda da visão durante dez anos, pelo deus Nilo, em virtude de ter jogado um dardo no rio que transbordava. Já na mitologia grega, Wilkinson (2002, *apud*, LEMOS, 2009, p. 26), afirma que “o ferreiro divino Hefáisto nasceu manco e tão feio que sua mãe, Hera, atirou-o no rio Oceano. Salvo pelas ninfas, tornou-se um artesão famoso”. Esse autor cita ainda, a história de Édipo, como exemplo da deficiência adquirida por autoflagelação. Ao descobrir que Jocasta era sua mãe, Édipo furou os próprios olhos e foi viver no exílio, com as filhas, Antígona e Ismênia.

Todas as formas de exclusão aqui apresentadas fazem evidenciar as relações de poder baseadas na soberania e elucidam a era dos suplícios como pena. Esse fato mostra que práticas excludentes estão essencialmente ligadas à negação da vida, reforçando que o suplício existe desde tempos remotos, com diferentes implicações sobre o corpo martirizado, justificado pelo saber sobre o corpo que predominava naquelas civilizações. A visão de corpo são e belo, herdada da filosofia platônica, faz revelar o ideário de corpo sadio e forte, mas com uma duração efêmera sobre a qual o valor é dado enquanto ele é útil e produtivo às constantes lutas e guerras, por isso não havia espaço para o corpo disforme.

A crença na deficiência como castigo e, conseqüentemente as práticas sociais em torno da pessoa com deficiência, serão direcionadas para o patamar da sociedade monoteísta. Sob diferentes acontecimentos, as relações de poder-saber promoverão ações que enfatizam o movimento inerente à história, os quais apontam transformações para as necessidades humanas, trazendo outro olhar para os sujeitos. Sobre essas questões discutiremos a seguir.

3.2.2 Da era cristã ao século das luzes: as mutações no olhar sobre o corpo com deficiência

As transformações sociais resultantes do movimento cambiante da história faz assumir mecanismos de controle diante de sujeitos que não atendam às demandas de seu tempo. Continuando no palco do espetáculo histórico da exclusão do corpo com deficiência, novas concepções serão inseridas no bojo da discussão. São acontecimentos que promovem

dizibilidades e visibilidades para esse corpo ligadas às concepções que surgem no período que marca o monoteísmo cristão.

A crença em um Deus único, considerado onipresente, onisciente e onipotente, com uma conduta perfeita que deve ser seguida por todos, caracteriza as religiões monoteístas. Dentre elas, o cristianismo merece destaque por ter sido considerada a religião oficial do Império Romano e, com isso, teve a possibilidade de difundir sua doutrina pelo mundo. Essa religião vê em Jesus Cristo o messias que traz ensinamentos, com a proposta de ressurreição e libertação de todos os homens do pecado. Assim, ela vai ser palco de grandes transformações nos modos de ver e dizer a sociedade.

Após um período de perseguição aos cristãos, há a ascensão da religião por meio do Edito de Tolerância (ou Edito de Milão) promulgado pelo imperador romano Constantino em 313. Nesse decreto o Cristianismo foi reconhecido como uma religião do Império, sendo dada a liberdade religiosa aos cristãos. Além disso, a igreja passou a receber donativos, legados e o direito de possuir bens; também foi oficializada a jurisdição dos Bispos. Entretanto, a difusão da religião cristã não foi homogênea, sendo palco de resistências e conflitos devido às diferentes culturas e visões que ainda estavam presentes em diversas partes da civilização.

Vários acontecimentos favoreceram à expansão do Cristianismo, dentre eles o concílio de Niceia em 325, também realizado por Constantino, no qual foi estabelecido um credo cristão único e o combate ao paganismo, no ano de 391 pelo Imperador Teodósio I. Assim, o cristianismo cresceu e foi declarado como a Religião Oficial do Império Romano. Houve o fortalecimento da religião, oportunizando no decorrer dos séculos IV e X uma grande conversão ao Cristianismo e liderança pelos Papas do território antes pertencente ao ocidente romano. Esses fatos ocasionaram a conquista de um papel predominante na civilização europeia, os quais favoreceram o desenvolvimento da Igreja como instituição promotora de ensinamentos moral para disciplinar os corpos.

Nesse sentido, a prática de tratamento aplicada ao sujeito com deficiência passa por um redimensionamento em relação aos suplícios anteriores. Com a ascensão do cristianismo, a visão sobre o homem, antes considerado corpo e mente, passa a ser qualificado como corpo e alma. Isso mostra que “a partir da instituição de uma moral cristã, sendo todos os homens possuidores de uma alma, passou a ser intolerável a prática do abandono, socialmente aceita e justificável na sociedade escravista”. (LANCILOTTI, 2003, p. 48).

Os preceitos cristãos estavam alicerçados na herança dos ensinamentos que enfatizam a diversidade da vida. Sobre isso, Santo Agostinho já enunciou na Cidade de Deus. Ele enfatizou que tudo acontece por vontade divina e que os monstros representam a dualidade da criação. Nota-se que a visão de mundo presente nesse período, faz refletir sobre as mudanças no pensar e agir da sociedade, porém sem deixar de questionar as contradições e ambiguidades que cruzam o discurso cristão sobre o corpo.

Por ser uma religião de salvação pessoal, o Cristianismo valorizou o indivíduo. Além disso, buscou construir uma imagem de dupla pertença para um corpo duplamente vivido, ou seja, o indivíduo possuía seu corpo como algo próprio dele, mas também se sentia solidário do grande corpo coletivo. Entretanto, para o clero era mais interessante suprimir o corpo individual para a influência do corpo comunitário e, assim, preparar os fiéis para os fins últimos. (GÉLIS, 2009).

Dessa forma, o corpo ganha destaque pela metáfora da salvação, pois Deus enviou seu filho para que os humanos pudessem salvar seu corpo e sua alma. Com isso, começa-se a pensar na redenção dos pecados e na busca da vida eterna. Segundo Gélis (2009, p. 19):

a fé e a devoção ao corpo de Cristo contribuíram para elevar o corpo a uma alta dignidade. [...] O corpo magnificado do Filho encarnado do encontro do Verbo com a Carne. Corpo glorioso do Cristo da ressurreição. Corpo torturado do Cristo da Paixão, cujo símbolo é em toda parte a cruz, lembra o sacrifício pela redenção da humanidade.

Ao mesmo tempo em que o corpo é cenário de salvação, a ênfase sobre o corpo belo, cultuado na Antiguidade, diminui, cedendo lugar a uma visão sobre o grotesco como coadjuvante da vida. Para Mori (2009, p. 200), “o Cristianismo trouxe outro olhar estético: o homem cristão passou a pensar que nem tudo na criação é humanamente belo, que o feio e o disforme convivem com o gracioso, que o grotesco é o reverso do sublime”.

Essa questão faz evidenciar a forma de tratamento do sujeito com deficiência. Ela passa a ser baseada nos preceitos cristãos que pregava a caridade e o amor entre as pessoas como um dos ensinamentos de Jesus Cristo. Com isso, segundo Gugel (2008), as classes menos favorecidas foram acolhidas. O Cristianismo combateu, dentre outras práticas, a eliminação dos filhos nascidos com deficiência. Com base nesses preceitos, há o acolhimento desse corpo marginal por meio de práticas caritativas e assistencialistas, fazendo surgir as casas de caridades e os primeiros hospitais, os quais dão início ao aprisionamento. Essas práticas estão fortemente ancoradas nos princípios de que é necessário fazer o bem. Além disso, há a crença nas penitências, castigos e privações pelas quais devem passar os

corpos que estão em busca da salvação pessoal e comunitária. Assim, promover as práticas de auxílio e acolhimento às pessoas deficientes, é uma forma de atingir os fins últimos da doutrina cristã, porém não era garantia de participação desses indivíduos na vida social.

Neste caso, a morte não é uma ação aceita. Criam-se os espaços de coleta de crianças enjeitadas, conforme mostrado no enunciado 3 - apresentado no tópico 3.2 deste capítulo - que marca o contato das “caridosas viúvas” com o Quasímodo. Embora aquela passagem já simbolizasse uma nova era da Igreja que está mais próxima das exclusões espartanas outrora praticadas. Trata-se da Idade Média, com o período inquisitorial, um acontecimento que redirecionará o olhar e as práticas sobre esse corpo.

As mutações sobre a imagem do corpo com deficiência sofrem as pressões provocadas por diferentes acontecimentos que estão na base das mudanças sociais. A Igreja precisa encontrar formas de agir frente às demandas que se instauram em diferentes pontos. Ela precisa se esforçar para manter o controle sobre as práticas da população e, no tocante à heresia, atua com sucesso nas formas de coibição dessas ações. Por isso, no período inquisitorial, na Idade Média, a perseguição aos deficientes torna-se acentuada, tendo em vista que eles eram considerados como símbolo do mal.

De acordo com Courtine (2009b), a cristianização das representações no imaginário medieval limitou-se a incorporar as monstruosidades à pastoral cristã da danação e do pecado. “A deformidade corporal tornou-se um dos sinais mais evidentes do pecado e o monstro um terrível cúmplice do diabo ou enviado miraculoso de Deus, funesto presságio de sua cólera”. (op. Cit. p. 489).

O corpo com deformidades, considerado um monstro e, sua associação ao diabólico é resultante da imbricação poder-saber que se instala por volta da Baixa Idade Média. Estando a Igreja uma instituição fortemente alicerçada, começa a inibir qualquer ação que possa ameaçar seu domínio. Assim, a base teocêntrica de explicação sobre o mundo, formula práticas dicotômicas entre o bem e o mal, entre ações que estão ligadas à Deus e outras que são consideradas pecaminosas, por isso, relacionadas ao diabo. Sobre isso, Hugo (2004), argumenta que na Idade Média, além do grotesco permear a literatura, ele invade a arquitetura. As fachadas das catedrais apresentam figuras monstruosas, disformes e assustadoras, como um misto de resquícios da era pagã e de ensinamentos sobre o que poderia acontecer aos desviantes da verdadeira fé.

Esses comportamentos desviantes foram repreendidos em forma de massacre e de condenação com a morte, momento em que a era dos suplícios atingiu seu apogeu. As práticas

de exclusão para o corpo com deficiência foram marcadas como forma de exterminar o mal. A vida de muitos desses indivíduos foi ceifada, em virtude de uma visão que atendia aos princípios de uma doutrina marcada pela visão do homem sobre a religião.

Assim, em nome da limpeza dos pecados da humanidade, inúmeras práticas foram disseminadas. Dentre elas, podemos citar que muitas pessoas com deficiência foram vítimas de processos de exclusão com a morte na fogueira. De acordo com Melnikoff (2011), os ditos idiotas, imbecis e loucos eram eliminados pela igreja. Outra prática de exclusão pode ser notada na materialidade abaixo:



O enunciado apresenta um efeito de sentido de humor, mas resgata a historicidade de uma prática de exclusão da Idade Média. As crianças aos cinco anos eram submetidas a um teste para a observação de seus movimentos de lateralidade. Se houvesse a predominância lateral esquerda, ou seja, se fossem canhotas, eram condenadas à fogueira da inquisição, pois o termo canhoto significa “cão preto” e destinavam essas crianças a serem consideradas “filhas do diabo”.

O Santo Ofício da inquisição, tribunal eclesiástico que associava a imagem das bruxas às doenças mentais, cumpriu o papel de exclusão social de todos os que pudessem ser considerados hereges ou que indicasse alguma ligação com o demônio. Foram inúmeras figuras infames: loucos, deficientes, adivinhos, mulheres consideradas feiticeiras ou bruxas,

dentre outros, condenados à morte, sendo a fogueira o ritual mais utilizado, pois representava na visão da igreja, uma forma de purificação através do fogo.

Tais práticas de exclusão mostram as ambiguidades do poder eclesiástico. Em um primeiro momento enfatiza os ensinamentos de Cristo por meio da caridade e do amor ao próximo, estimulando o assistencialismo para com os menos favorecidos. No outro, a ênfase no pecado e no diabólico, marca a deficiência como castigo de Deus ou como possessão de espíritos maus. Essa visão não foi exclusiva da Igreja Católica, a Reforma Protestante, que se iniciou com Lutero, também defendia a mesma concepção. Segundo Gugel (2008, p. 13):

No Século XV o Príncipe de Anhalt, na Alemanha saxônica, desafiou publicamente o reformador religioso Martinho Lutero, não cumprindo sua ordem de afogar crianças com deficiência mental. Lutero afirmava que estas pessoas não possuíam natureza humana e eram usadas por maus espíritos, bruxas, fadas e duendes.

Essas práticas de exclusão provocam uma ruptura com o que é promulgado no Novo Testamento. A concepção da deficiência ligada à possessão de espíritos maus pode ser percebida em alguns trechos dos evangelhos, porém a forma de tratamento é diferente das ações marcadas na inquisição. O que Jesus Cristo defendia era o perdão aos pecados e o milagre da cura de pessoas com deficiência, conforme se pode notar nos trechos abaixo:

Jesus deixou de novo a região de Tiro [...]. Trouxeram-lhe, então, um homem que era surdo e mal podia falar, e pediram que impusesse as mãos sobre ele. Levando-o à parte, longe da multidão, Jesus pôs os dedos nos seus ouvidos, cuspiu, e com a saliva tocou-lhe a língua [...]. Imediatamente os ouvidos do homem se abriram, sua língua soltou-se e ele começou a falar corretamente. (MARCOS, 7: 31-35).

Com base nesse enunciado do discurso bíblico, nota-se que há um deslocamento de sentidos na visão sobre a deficiência, que a retira do foco do pecado e castigo de Deus para ser palco dos milagres realizados por Jesus. No período da inquisição as práticas ortodoxas que eliminavam o sujeito com deficiência eram reflexos das formas de controle do poder eclesiástico no combate a todo tipo de ameaça que pudesse interferir em seu domínio social. As tentativas de explicação e construção de saberes que não passassem pelo crivo da Igreja eram imediatamente consideradas como práticas pagãs e relacionadas ao mal. Como exemplo podemos citar a perseguição a Galileu Galilei, que tendo criado a teoria heliocêntrica, na qual declarava que o sol era o centro do universo, foi perseguido e condenado como herege pelo

Tribunal da Inquisição. Ele foi preso e, com o passar do tempo ficou cego, mas não desistiu de defender suas ideias e descobertas, que mais tarde foram reconhecidas como científicas.

Entretanto, a Igreja não poderia ignorar para sempre os avanços e as mutações no cerne da sociedade que apontam outras práticas sobre o corpo com deficiência. A produção dos saberes, motivada por diferentes acontecimentos, vai oportunizar a redenção do tratamento dada pela Igreja a esse corpo. Por isso, movido pelas verdades de outra época, foi possível, criar, no interior da Igreja Católica, um acontecimento discursivo: a Campanha da Fraternidade do ano de 2006, realizada para promover o respeito às diferenças. Isso reforça que o verdadeiro de cada época vai ser medido pelas relações de poder-saber que promove as estratégias de biopoder na sociedade. Assim, essa campanha foi dedicada à discussão da inclusão social das pessoas com deficiência:

Figura 17 - Cartaz da Campanha da Fraternidade 2006



Fonte: <http://www.padrefelix.com.br>

A Campanha da Fraternidade teve como tema Fraternidade e Pessoas com Deficiência e o lema “Levanta-te e vem para o Meio”! (MC 3,3).

Há uma construção de sentido ligado ao interdiscurso do Novo Testamento, através do Evangelho de Marcos, o qual narra uma passagem em que Jesus cura um homem com a mão atrofiada, que estava na sinagoga. Com esse gesto, fica evidenciado pelo Messias que ninguém pode ser abandonado ou desprezado por ser deficiente.

No enunciado da imagem, pode-se perceber o efeito de sentido de inclusão, de busca da diversidade, representada no abraço entre os dois jovens: um com deficiência e o outro sem deficiência, ambos fazendo um gesto de chamamento através das mãos. Os braços aparecem como o traço indiciário da construção do sentido, criando um efeito de inclusão, de diferenças que se entrelaçam. A vontade de verdade que perpassa a Igreja durante o momento da Campanha, retoma os dogmas do Cristianismo, sobre o qual afirma Santos, (2006), ao utilizar as palavras do Papa João Paulo II:

[...] a reflexão sobre a deficiência está enraizada nas persuasões fundamentais da antropologia cristã: ‘A pessoa com deficiência, também quando está ferida na mente ou nas suas capacidades sensitivas e intelectivas, é um sujeito plenamente humano, com os direitos sagrados e

inalienáveis próprios de cada criatura humana, com efeito, o ser humano, independentemente das condições em que se desenrola a sua vida e das capacidades que pode expressar, possui uma dignidade única e um valor singular desde o princípio da sua existência até o momento da morte natural'. (Mensagem do Papa João Paulo II, no Congresso Internacional sobre Dignidade e Direitos da Pessoa com Deficiência Mental, em Roma em 2004).

Para se chegar à produção de discurso como o apresentado no cartaz da Campanha da Fraternidade, foi preciso mudanças na representação sobre o corpo. As transições, pelas quais passaram a história da humanidade, faz revelar a produção do saber comparada ao motor que dá movimento às rupturas e aos deslocamentos na forma de ver e dizer as práticas sociais. Com isso, a Igreja em seu apogeu medieval, conseguiu inibir algumas ações com a implantação da inquisição, porém as resistências sempre se fazem presentes em todos os movimentos sociais. Assim, as representações sobre o corpo passaram por mutações no decorrer dos séculos, provocando confronto com a cultura eclesiástica, que nem sempre consegue superá-los. Sobre isso, argumenta Gélis (2009, p.123):

Às vésperas da Revolução, o homem não vê mais seu corpo com o mesmo olhar que no tempo da Reforma. É que foram modificadas a consciência da vida e a cosmovisão. Para a Igreja, é indispensável encontrar processos de adaptação a essas mudanças. Depois de Trento, ela intervém em diversas frentes e se esforça para controlar as práticas das populações. [...] Mas dificilmente consegue sobrepor-se ao movimento científico.

É no marco das manifestações científicas e culturais que culminam as mudanças na forma de ver o corpo com deficiência. No auge do renascimento a relação com o saber passa a ser baseada em uma visão antropocêntrica, na qual o homem é considerado o centro do universo. Em face desse pensamento, decorrem inúmeras transformações que marcaram o final da Idade Média e o início da Idade Moderna. Há a transição do feudalismo para o modo de produção capitalista, oportunizando uma nova cosmovisão que resulta em modificações na cultura, na economia, na política, na religião e, principalmente, nas artes, na filosofia e nas ciências. Desse modo, novas ideias foram implantadas apoiadas no discurso humanista que serviu de alicerce para o surgimento de outras práticas para o tratamento do corpo com deficiência. Conforme destacado por Gugel (2008, p. 12):

Ambroise Paré (1510-1590), médico francês do Renascimento, atendia no campo de batalha e se dedicou a encontrar a cura para os ferimentos de guerra que causavam amputações. Aperfeiçoou os métodos cirúrgicos para ligar as artérias, substituindo as cauterizações com ferro em brasa e com azeite fervente. Foi grande a sua contribuição na criação de próteses.

No período renascentista, a ruptura com a era medieval cede lugar a se pensar o aspecto material e humano. O conhecimento passa a ser visto a partir da experiência, das sensações, da reflexão, levando as ciências a buscarem o conhecimento sobre o corpo, visando interferir e transformar. Várias contribuições são notadas para o tratamento do corpo com deficiência. Segundo Gugel (2008, p. 12), “em 1620 na Espanha, Juan Pablo Bonet escreveu sobre as causas das deficiências auditivas e dos problemas da comunicação, condenando os métodos brutais e gritos para ensinar alunos surdos”. O autor publicou o primeiro livro sobre educação dos surdos, apresentando o alfabeto na língua de sinais.

Figura 18 - Língua de sinais, por Pablo Bonet em seu livro *Reduction de las letras y arte para enseñar a hablar los mudos*.



Fonte: <http://www.ampid.org.br>

Esse enunciado modifica as vontades de verdade, pois constrói um saber a partir do uso do signo como forma de comunicação. Há uma possibilidade de estímulo para o desenvolvimento da linguagem, principalmente, uma ferramenta de promoção da educação que começa a despontar como dispositivo de instrução e de disciplinamento do sujeito com deficiência auditiva. Vale ressaltar que entre os séculos XVI e o XVIII, embora tenham acontecido alguns deslocamentos em relação à visão sobre a deficiência, ainda se pode perceber um período de muitas formas de exclusão, destacando-se, principalmente, o grande índice de mendicância que se instalou na sociedade. Foram grupos de pedintes formados por deficientes, pobres, mendigos que se organizavam e depois dividiam os lucros.

Entretanto, em virtude das ideias do Humanismo, aparece o serviço de saúde que começa a ser de responsabilidade da comunidade. Com isso, os primeiros hospitais gerais foram criados no século XVII “como uma combinação de asilo, para a exclusão, e de hospital para a cura e estudos”. (Schewinsky, 2004, p. 8). Esse fato faz surgir uma visão para a deficiência atrelada à doença, sendo considerada inerente ao indivíduo. Com isso, o foco na religiosidade perde espaço e o corpo ganha dimensões científicas.

No século XVIII, a deficiência passa a ser ligada à Medicina e inicia-se sua relação com a Ciência, com foco na necessidade de tratamento para os indivíduos. Essa ideia

foi discutida ao falarmos do monstro humano e de como os saberes passaram por transformações quando foram instaladas as Ciências Humanas. Voltaremos a essa questão no tópico seguinte, que vai tratar das práticas sobre o corpo com deficiência, relacionadas ao aprisionamento e segregação em instituições especializadas.

Portanto, para completar essa etapa, interessa lembrar que o iluminismo reinante durante o período das luzes, possibilitou compreender a pessoa com deficiência de uma forma diferente. Basta lembrar, que a era dos suplícios como pena, começa a minar nesse período – conforme discutido no capítulo 2. Não sendo mais permitida a morte-espetáculo como fim para os crimes e castigos. A sociedade começa a se organizar sob outras formas de relações de poder-saber, influenciada por acontecimentos que requerem práticas sociais mais complacentes. Isso, porém, não significa que as formas de governo passem a atender aos interesses de todos, mas que necessita de outros discursos e estratégias para atender ao interesse sobre a vida.

Migra-se, então para uma tecnologia de poder que tem por alvo o corpo individual, numa tentativa de docilização e adestramento da qual o corpo com deficiência não deixou de sofrer os efeitos. Entretanto, não é este ainda o objetivo da discussão. Vamos continuar discorrendo sobre as práticas sociais aplicadas ao sujeito com deficiência, enfocando, a seguir, como no século XIX, acontecia o aprisionamento em instituições, para alcançar o propósito de construir a genealogia da história do corpo com deficiência e entrar na era do discurso da inclusão.

3.2.3 Os espaços heterotópicos: segregação e aprisionamento em busca do poder de normalização

Diante da produção discursiva que oportunizou a divisão dos corpos em categorias binárias, colocando em um lado, os normais e em outro os anormais, foi possível o estabelecimento de práticas de normalização sobre a segunda categoria. Os caminhos traçados para alcançar esse fim foram marcados pela criação de lugares específicos caracterizados pelos espaços diferentes que podem ser inseridos no conjunto das heterotopias.

Para Foucault (2006e), a palavra heterotopia designa espaços outros que são diferentes, espécies de lugares que estão fora de todos os lugares, embora sejam localizáveis, que têm múltiplas camadas de significação ou de relações a outros lugares e cuja complexidade não pode ser vista imediatamente, mesmo não existindo nenhuma cultura que

não se constitua de heterotopias. Elas surgem como uma oposição à utopia da cidade perfeita, homogênea.

Desse acervo heterotópico constitutivo da sociedade, interessa-nos os espaços das heterotopias dos desvios, “aquela na qual se localizam os indivíduos cujo comportamento desvia em relação à média ou a norma exigida. São as casas de repouso, as clínicas psiquiátricas, as prisões”. (FOUCAULT, 2006e, p. 416).

A criação desses espaços marca a fase de segregação e institucionalização do corpo com deficiência. A prática de exclusão não é mais pela morte ou abandono à própria sorte. É o aprisionamento do corpo que vai resultar em diferentes práticas de adestramento, disciplinamento e início da educabilidade desses corpos, ilustrado, principalmente pela internação do louco no asilo e no hospital geral, com todos os outros corpos miseráveis.

Os espaços heterotópicos têm destaque com o deslocamento que se operou entre a exclusão do leproso e a quarentena do pestífero. No primeiro caso, o leproso, na Idade Média, era afastado dos muros da cidade, pois a exclusão pela lepra representava uma prática social de distanciamento, de isolamento para não haver o contato de um indivíduo leproso com o não-leproso. Era uma forma de expulsão para não contaminar a comunidade, o que resultou na criação de leprosários nas periferias das cidades, além da proibição dos leprosos que não estavam internos de permanecer na comunidade. Essas práticas provocaram um sentimento de rejeição que implicava na desqualificação jurídica e política dos indivíduos excluídos e expulsos, os quais eram declarados como mortos.

Entretanto, esses mecanismos de exclusão, de exílio e de recusa não se mantiveram para sempre. A lepra se retira. O que se mantém, ainda numa época em que, há anos, os leprosários estavam vazios, são os valores e as imagens da personagem do leproso. É o sentido dessa exclusão e a importância para o grupo social dessa figura insistente e temida que permanece. (FOUCAULT, 2010a). Assim, ao sair de cena, a lepra é substituída inicialmente pelas doenças venéreas, uma vez que os doentes ocuparam os antigos hospitais de leprosos, porém não são esses que irão ocupar o lugar histórico dos excluídos.

O espaço dos infames foi preenchido pelo objeto que se constituiu ligado ao internamento: a loucura. Se antes os loucos tinham uma vida errante, no século XVII conhecerão o aprisionamento como lugar de exclusão. Assim, se pode dizer que a loucura tem seus discursos, está atrelada a dizibilidades que a envolve e a diferencia da razão no interior das práticas sociais. Ela foi pensada sob diferentes aspectos em toda sua dimensão histórica, entrando no rol das inquietações humanas, sendo tratada com singularidade em um percurso

fragmentado por questões filosóficas, científicas, morais ou médicas, até chegar a experiência clássica e moderna que a define como doença mental.

No entanto, não nos interessa tratar esse percurso, mas mostrar a era clássica aprisionando a loucura, a qual deixa de ser o fim último do homem. Ela não irá mais de um aquém para um além, em sua estranha passagem. Ela está amarrada, solidamente, no meio das coisas e das pessoas. Retida e segura. Não existe mais a barca, porém o hospital. (FOUCAULT, 2010a, p. 42).

Vê-se que o hospital passa a figurar como o espaço heterotópico, no qual a loucura pode ser controlada, retirada de cena da paisagem social, silenciada nos muros. Desse modo, várias casas de internamento são criadas, além do Hospital Geral e dos asilos. Essas instituições não se preocupam com questões médicas, apenas de isolamento, ressaltando que “o gesto que aprisiona não é mais simples: também tem significações políticas, sociais, religiosas, econômicas e morais”. (FOUCAULT, 2010a, p. 53).

Nesse aspecto, o internamento é um lugar de assistência e castigo, pois a loucura está ao lado dos pobres, miseráveis e vagabundos que também eram trancados e considerados casos de polícia, conforme o sentido dado ao termo na era clássica. Assim, interessa perceber que há um efeito de polícia que se aplica como forma de condenação pela ociosidade, combate a mendicância e outras formas de desordem. Desse modo, é implantado um conjunto de práticas que tornam o trabalho obrigatório e possível. A lógica do internamento passa por essas questões, até chegar à preocupação com a medicina e a cura.

Percebe-se que o disciplinamento começa a chegar às instituições. Não há mais a exclusão da lepra, mas o aprisionamento que oportuniza a divisão entre o trabalho e a ociosidade. Segrega-se o corpo improdutivo nos espaços heterotópicos destinados à limpeza social. Desse modo, o objetivo do Hospital Geral não é acolher os que não podem trabalhar, mas corrigir as falhas morais por meio de um aparelho jurídico e material da repressão, aplicando o labor como ferramenta de controle para todos os ociosos.

No entanto, a loucura segue com seu discurso próprio, fato que favorece a criação do asilo e ao aprisionamento exclusivo do louco, tendo em vista que ele se apresentou como incapaz para atividades laborais. Com isso, o século XVIII estabelece a segregação pelo trabalho, sendo possível rejeitar para outro espaço, os sujeitos que não eram úteis à sociedade. Segundo Paula (2008), a instituição asilar vai cuidar daqueles a que ninguém quer ou não pode cuidar, nem mesmo a própria pessoa. Compreende a instituição da incapacidade social,

pois só consegue manter uma relação de exclusão e de segregação, com preocupação higienista, para controle e proteção da sociedade.

É nesse processo, que os espaços heterotópicos constituem uma forma de higiene social, limpando a cidade dos corpos indesejáveis e mantendo um efeito de afastamento e purificação dos espaços citadinos. Por extensão ao fenômeno da preocupação higienista, as práticas sociais não conseguem executar por completo os seus propósitos. Desse modo, mesmo propondo uma segregação que faz a loucura substituir a lepra, aparece outro medo para afligir a sociedade e este é tratado de forma diferente das anteriores.

Desloca-se então, de um modelo de exclusão, seja da lepra ou da loucura, seja pelo banimento ou aprisionamento, para o modelo de inclusão do pestífero. Este surge como uma nova tecnologia de defesa social por meio de um mapeamento das cidades para identificação da peste e declaração do estado de quarentena. Diante disso, havia o fechamento da cidade e um policiamento detalhado do espaço urbano que era esquadrinhado em distritos, que por sua vez agrupavam quarteirões e ruas.

Em cada uma dessas esferas havia focos de poder centrados nas figuras do responsável pelo distrito, do inspetor do quarteirão e do vigia das ruas, os quais fomentavam a organização do território e o controle das cidades, em um exercício contínuo do poder. Nesse caso, havia a triagem entre indivíduos doentes e os que não estavam, a fim de localizar a doença por meio de anotações e registros, caracterizando a heterotopia por meio da cidade esquadrinhada.

De acordo com Foucault (2010a), não se trata de exclusão, mas sim de quarentena, que ao invés de expulsar, busca estabelecer, fixar, atribuir um lugar, definir presenças controladas, com vistas à inclusão, não mais rejeição. Dessa forma, nota-se a emergência de um poder que visa à aproximação com o sujeito para observar detalhadamente os rituais de vida e promoção da saúde. Ao promover a quarentena, o que está em jogo é a especulação por um controle da doença, por meio de um saber que legitima a maximização das forças do indivíduo e da população, sempre visando determinar uma regra que atenda à norma de saúde vigente para a sociedade.

Com base nesses modelos, observa-se que a descrição desses mecanismos tem relação direta com as formas pelas quais o poder se exerce sobre as categorias dos infames da história, como estratégias de exclusão, de desqualificação, de rejeição, de exílio, etc. Da exclusão do leproso praticada durante a Idade Média ao esquadrinhamento, decorrente do controle e policiamento da cidade, há uma forma de inclusão ligada ao domínio da

normalização, decorrente da fiscalização apurada e da disciplina que se implantava para combater a peste. Isso marca uma tecnologia positiva do poder que começa a demarcar os caminhos que serão trilhados na inclusão dos sujeitos com deficiência. Sobre isso, Foucault (2010d, p. 41), afirma:

A substituição do modelo de exclusão da lepra pelo modelo de policiamento da peste dá lugar a invenção das tecnologias positivas de poder. Passou-se de uma tecnologia do poder que expulsa, que exclui, que bane, que marginaliza, que reprime, a um poder que é enfim, um poder positivo, um poder que observa, um poder que se multiplica a partir de seus próprios efeitos.

É com base nessa positividade que se pode vincular o poder à produção do saber e retomar suas formas de atuação e distribuição nos espaços heterotópicos. Assim, em meados do século XIX a Psiquiatria aparece como saber que legitima a loucura, mas não a retira dos muros do internamento. Ela está alicerçada nas práticas comandadas por Pinel²⁷, que se opõe aos métodos agressivos, como uso de correntes e ataques físicos, separando-a do desatino imposto pela era clássica.

Dessa forma, o hospital passa a ser visto como lugar para se receber cuidados e cura, marcando a introdução da função médica no tratamento da loucura, com propósitos político, social e moral. Pinel estabelece uma visão com base no controle disciplinar que não aceita força física, mas ordem e vigilância para atender ao ensinamento moral. Há dessa forma, a criação de hospícios – espaço heterotópico favorável ao disciplinamento, pois deveria ser isolado, silencioso e possibilitar ao tratamento específico da loucura, dividindo-a por gênero e diferentes tipos de alienação mental.

Frente a esses deslocamentos, o século XIX assistirá a emergência de saberes que buscam o tratamento e o estudo da cura das doenças nervosas. A Medicina passa a compor o patamar da relação com a loucura na busca pela cura, fazendo surgir a dicotomia entre doenças físicas e doenças psicológicas. Dessa forma, a loucura busca construir sua verdade e sua linguagem por meio da própria interrogação do sujeito moral, o qual faz surgir o saber da Psicologia como possibilidade de inseri-la no campo da patologia.

É ainda com base nesses saberes em torno da medicina que a doença mental ganha destaque como problemática do poder, estando relacionada a outros espaços heterotópicos de controle dos sujeitos considerados anormais. Merecem destaques, as diferentes instituições criadas para atender ao sujeito com deficiência, os quais até então eram trancados em asilos

²⁷ Philippe Pinel (1745-1826), médico francês que assumiu a direção do Hospital Geral de Bicêtre, destinado à internação de doentes mentais.

sem receber nenhum tipo de educação, pois eram considerados incapazes. As primeiras instituições especializadas foram: o Instituto Nacional para Surdos-Mudos de Paris (1760); o Instituto dos Jovens Cegos (1784), também na França; o Instituto para Atender a Pessoas com Deficiência física (1832), na Alemanha e Instituto para Atendimento de Pessoas com Deficiência Mental (1848), nos Estados Unidos. Tais institutos tinham o propósito de normalizar esses sujeitos, dando início à fase de institucionalização da deficiência. A partir desses, muitos institutos e escolas foram criados em diferentes países para promover a educabilidade do sujeito com deficiência.

A Revolução Francesa contribui para o deslocamento na forma de tratar a deficiência, passando a ser vista como uma questão médica e educacional. Com os efeitos da Revolução Industrial foi possibilitada a invenção de vários recursos que auxiliaram na integração do sujeito com deficiência. Dentre eles podemos citar: cadeira de rodas, bengalas, bastões, muletas, coletes, próteses, macas, veículos adaptados, camas, móveis, criação do Código Braille por Louis Braille. (SCHEUERMANN, 2012). Além disso, o século XIX assiste ao surgimento da teratologia que é o ramo da ciência médica que visa explicar o corpo anômalo, monstruoso, fato que por sua vez oportuniza compreender a deficiência como doença. Diante disso, o poder de normalização vai ser aplicado nesse corpo medicalizável. As instituições fechadas dão início às formas de disciplinamento e docilização do corpo. A concepção de deficiência como doença cede lugar para se pensar, com o apoio do saber da Medicina, a deficiência percebida como um estado ou condição do sujeito.

A reabilitação do sujeito com deficiência foi iniciada nos espaços heterotópicos dos institutos e das escolas, permitindo sua introdução nas atividades de trabalho e integração social. Assim, há outro percurso constitutivo da genealogia da história do corpo que o fez sair da base do abandono das sociedades primitivas, passando pelo enfoque religioso-caritativo, pela visão humanista até chegar ao discurso médico-científico, legitimando sua normalização através dos efeitos do poder disciplinar. Entretanto, outras relações de poder-saber estarão na base dessa genealogia, fortemente ancoradas nas práticas sociais do século XX. Sobre elas discutiremos a seguir, para compreender a emergência do discurso da inclusão social.

3.3 Práticas do século XX: as múltiplas faces da inclusão

Discutir a historicidade sobre as diferentes formas de discursivizar a deficiência parece construir um modelo linear, no qual uma visão cede lugar para outra. Entretanto, não defendemos a ideia de que existe uniformidade no tratamento dado ao sujeito com deficiência

e às concepções que predominaram nas diferentes épocas. O que justifica tal percurso é a garantia de estarmos apresentando a história construindo a história desses sujeitos, a partir dos diferentes saberes e das relações de poder que estão na base do movimento da inclusão, pois, como afirma Rago (2004 p. 14), “entender as formas do controle corporal na contemporaneidade exige sua genealogia histórica”.

Dessa forma, podemos destacar que os deslocamentos apresentados não convivem isoladamente, mas que os diferentes paradigmas podem estar presentes em um mesmo período em constante estado de tensão, de luta, de interferência de um sobre o outro, sempre entrelaçadas pelas relações de poder-saber.

É nesse contexto que, na fase do aprisionamento, o potencial do sujeito com deficiência é explorado através das tentativas de educabilidade e de tendências humanistas. Além disso, a Revolução Industrial e o modo de produção capitalista buscavam investir no potencial produtivo das pessoas. Assim, esses sujeitos passaram a constituir mão-de-obra, uma vez que houve investimentos e valorização para o trabalho.

As práticas do século XX despertam o interesse público e privado pela questão da deficiência, atrelado a diversos acontecimentos políticos. Surgem as classes especiais nas escolas regulares, como forma de garantir a educação para os sujeitos com deficiência, mas ao mesmo tempo cria-se um efeito de segregação, pois a diferença com os ditos normais era decisiva para selecionar os que iriam para tais classes. Isso mostra que as práticas não são estanques, mas povoadas por saberes que as legitimam e as fazem coexistir em diferentes contextos, tomando a norma como medida para todas as coisas.

Interessa-nos, neste momento, concluir a genealogia da história do corpo com deficiência, discutindo como o século XX acolhe o movimento da inclusão social do sujeito com deficiência. Assim, o modelo médico da deficiência, que se inicia no período anterior, fortalece a ideia de incapacidade, dependência e necessidade de cuidados para os deficientes. Há o deslocamento para novas práticas a partir do modelo social da deficiência, que defende a mudança na sociedade para atender a necessidade de todas as pessoas, fato importante para se chegar ao processo da inclusão social.

Esses movimentos não estão livres das pressões dos acontecimentos que provocam as mudanças de paradigmas. A questão da reabilitação foi fortemente amparada pelas duas grandes guerras mundiais, favorecendo a ampliação do atendimento às necessidades da pessoa com deficiência e novas práticas sociais. Sobre isso discorreremos no próximo tópico.

3.3.1 As guerras mundiais: da eugenia e limpeza da raça ao movimento de integração

Partindo da ideia de que “a deficiência é uma condição histórica, em todos os tempos algumas deficiências foram identificadas e esses homens foram discriminados em seu grupo social” (LANCILOTTI, 2003, p. 50), podemos dizer que na sociedade, a categoria do anormal vai ser definida pelas características divergentes presentes em alguns indivíduos, em detrimento da média encontrada na maioria considerada normal, que constitui uma regularidade. É com base nessa média e nessa busca pela regularidade que o século XX assiste ao extermínio de uma raça considerada inferior, apoiado nos ideais do regime nazista que busca a pureza e a supremacia da raça ariana.

Sob as ordens de Adolf Hitler as práticas de genocídio foram aplicadas aos doentes incuráveis, deficientes mentais e físicos, idosos e judeus na Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial, considerados pelos nazistas como indignos de viver, pois não possuíam sangue ariano, portanto não pertenciam à raça superior.

Essas práticas são resquício de um poder que decide sobre a vida e a morte. Os médicos e psiquiatras eram investidos de autoridade para selecionar os que seriam exterminados, sempre em nome da limpeza da raça e higiene social. O que se almejava era uma homogeneidade, eliminando tudo que fugisse a norma de uma raça única e pura. De acordo com Cytrynowicz (1995), citado por Lemos (2009, p. 45-46):

Para o Nazismo, a Medicina deveria se ocupar da higiene racial, da pureza étnica, e não dos indivíduos. Esta idéia deriva da visão de que a história era movida por uma permanente luta entre raças, luta na qual os arianos seriam vencedores. Aos nazistas se viam, portanto, como agentes biológicos que intervinham em um processo histórico-natural para abreviar um fim que se imporia pela lógica da história, que daria a vitória aos arianos.

Neste conflito, há uma biopolítica voltada para a defesa do racismo biológico, no qual só vive aquele que está imerso na pureza da raça que detém a norma dominante. Com isso, o racismo biológico atende a uma necessidade de normalização da sociedade pelos efeitos do biopoder, que justifica tais práticas, alicerçadas em processos biológicos e agregadas às dinâmicas de governo e ao controle social. Esse exercício do poder marca que a exclusão acontece por meio de uma prática de eugenia que se pautava na eliminação do anormal composto pela espécie inferior, os degenerados e os deficientes, como forma de proliferar a espécie considerada sadia, pura, superior.

Entretanto, com o fim da Segunda Guerra Mundial, há uma maior reflexão sobre os direitos das minorias e à promoção da cidadania. Por isso, as guerras mundiais são pontos de deslocamento no tratamento e na visão sobre a deficiência, tendo em vista que tanto a primeira quanto a segunda deixaram inúmeros soldados mutilados. Esse fato favoreceu ao processo de reabilitação científica, reforçado pela necessidade de mão-de-obra e de promoção de atividades de trabalho aos soldados no período pós-guerra.

Já após a Primeira Guerra Mundial, foi criada a Comissão Central da Grã-Bretanha para Cuidar do Deficiente, visando à reabilitação e à recuperação de mutilados, que precisavam de assistência e tratamento para exercer atividades laborais. Também com a escassez de trabalhadores nas indústrias, por conta da Segunda Guerra, foram convocadas mulheres e pessoas com deficiência para suprir tal carência, dando a oportunidade de emprego e de mostrar suas capacidades, favorecendo a compreensão de que a reabilitação era fator decisivo para que essas pessoas se integrassem na sociedade e pudessem se tornar produtivas.

Dessa forma, a reabilitação, de acordo com Lanna Júnior (2010), aparece com a finalidade de proporcionar ao paciente o retorno à vida em sociedade. Os grandes centros de reabilitação europeus e norte-americanos desenvolveram técnicas e inspiraram o surgimento de organizações similares em todo o mundo²⁸. O Brasil também iniciou o processo de reabilitação, devido ao crescente número da deficiência física causada, não pelas consequências da guerra, mas pelo surto de Poliomielite.

Os centros de reabilitação estavam focados na readaptação da pessoa com deficiência e era baseado no modelo médico, que surgiu quando a deficiência passou a ser alicerçada no saber da Medicina. Para esse modelo, segundo Diniz (2007, p.15), “a deficiência é consequência natural da lesão em um corpo, e a pessoa deficiente deve ser objeto de cuidados médicos.” O problema era atribuído somente ao indivíduo. Assim, todas as dificuldades ocasionadas pela deficiência poderiam ser superadas com o apoio de médicos, fisioterapeutas, psicólogos, assistentes sociais e outros membros das equipes de saúde.

Para isso, o modelo médico estabelece padrões de tratamento e reabilitação, nos quais os profissionais são os detentores do saber. Desse modo, na Europa e Estados Unidos, foram criadas equipes multidisciplinares que se dedicaram ao processo de reabilitação, compreendido como a possibilidade de desenvolvimento físico, mental e social da pessoa com

²⁸ No Brasil, a sociedade civil se organizou e fundou instituições para atender às pessoas com deficiência tais como: as Sociedades Pestalozzi e as Associações e Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, voltadas para a assistência das pessoas com deficiência intelectual; os centros de reabilitação, como a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR) e a Associação de Assistência à Criança Defeituosa – (AACD), dirigidos, primeiramente, às vítimas da epidemia de poliomielite. (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 15).

deficiência para agir em sociedade. Fato que favoreceu, na década de 1960, o surgimento de instituições especializadas, continuando ainda a fase da segregação, mas com um caráter diferente dos hospitais gerais e asilos, pois visavam à recuperação e inserção na sociedade da pessoa com deficiência, por meio da reabilitação e educação especial, agrupadas por tipo de deficiência.

Inserir-se nesse caso, uma visão organicista, focada no modelo médico que defende ser a deficiência “um problema existente exclusivamente na pessoa, bastando prover algum tipo de serviço para solucioná-lo”. (SASSAKI, 2002, p. 29). Há, dessa forma, o reconhecimento do avanço causado por essa visão ao estabelecer o potencial da pessoa com deficiência e sua integração social advinda de um poder de normalização conquistado pela reabilitação, fato que caracteriza a fase da integração social, na qual o deficiente pode realizar determinadas atividades dos ditos normais.

Entretanto, tal modelo nega a responsabilidade da sociedade na questão da deficiência. Dessa forma, nas palavras de Lanna Júnior (2010, p. 29):

a deficiência é vista como a causa primordial da desigualdade e das desvantagens vivenciadas pelas pessoas. O modelo médico ignora o papel das estruturas sociais na opressão e exclusão das pessoas com deficiência, bem como desconhece as articulações entre deficiência e fatores sociais, políticos e econômicos.

É com base na interface entre os fatores sociais, que surge no final da década de 1960, um movimento organizado e dirigido por pessoas com deficiência, dando origem a primeira organização política do grupo²⁹, denominada Liga dos Lesados Físicos Contra a Segregação (Upias). Esse pode ser considerado com um movimento de resistência ao poder, que considera a deficiência um mecanismo de opressão social, da mesma forma que a marginalização sofrida por outros grupos minoritários.

Dele decorre o modelo social da deficiência, com a defesa de que é a sociedade que precisa se adequar para atender as necessidades de seus membros, pois o problema não é pessoal, mas sim de caráter social. Como afirma Diniz (2007), um dos propósitos da Upias era assumir a deficiência como uma questão sociológica, retirando-a do controle discursivo dos saberes biomédicos, trazendo um discurso que fortalece a ideia de que a deficiência deveria ser tratada, principalmente, por meio de ações políticas e de intervenção do Estado.

²⁹ No Brasil, o movimento de resistência surge a partir do final da década de 1970. “Pela primeira vez, as pessoas com deficiência protagonizaram suas lutas e buscaram ser agentes da própria história. O lema ‘Nada sobre Nós sem Nós’, expressão difundida internacionalmente, sintetiza com fidelidade a história do movimento”. (LANNA JÚNIOR, 2010 p. 13).

Os principais defensores do modelo social reconheciam que era a sociedade que deveria se adaptar para atender às necessidades de todas as pessoas, tanto em seus aspectos físicos quanto nos ideológicos. Há então a evidência do saber da Sociologia na busca por um novo olhar para a deficiência. Isso levou à compreensão de que não era o corpo com lesão que impedia o desenvolvimento da pessoa, mas a inadaptação social. Dessa forma, esse modelo não nega os benefícios dos avanços biomédicos, mas era preciso ir além e buscar soluções para a opressão e a segregação na política, tendo em vista que:

cabe à sociedade eliminar todas as barreiras físicas, programáticas e atitudinais para que as pessoas com necessidades especiais possam ter acesso aos serviços, lugares, informações e bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional. (SASSAKI, 2002, p. 47).

Assim, houve uma mobilização no sentido de garantir políticas públicas para a deficiência, visando atingir o âmbito dos direitos, da equiparação de oportunidades, justiça social, oportunizando o bem-estar e qualidade de vida. Dessa forma, não era apenas no corpo que estava a possibilidade de participação plena, mas na adaptação social por meio das políticas afirmativas que garantem mudanças de paradigmas com base nos saberes e nas relações de poder. A sociedade precisava romper com as barreiras atitudinais, ambientais e institucionais, sofrendo transformações significativas para atender às pessoas com deficiência.

É nesse espaço que as propostas de inclusão serão desenvolvidas no final do século XX, garantindo amparo legal e baseada na equidade social, alicerçadas no saber jurídico, o qual tem influência do modelo médico, mas também no modelo social da deficiência. Desse modo, discutiremos sobre a emergência do discurso jurídico que ampara a inclusão em suas diferentes nuances.

3.3.2 Ano Internacional das Pessoas Deficientes: o acontecimento discursivo no foco da inclusão

Os deslocamentos desencadeados desde as Guerras Mundiais, com a proposta de reabilitação, chegando ao modelo social da deficiência estão alicerçados no saber que determina os direitos das minorias. Há a irrupção do discurso jurídico que legitima o gesto do poder público em governar a deficiência, devido às pressões dos acontecimentos históricos que provocaram as rupturas nos diferentes segmentos. As estratégias do biopoder irão incidir

sobre esses sujeitos com deficiência, visando criar formas de intervenção na vida dessa população via processos de normalização.

Dessa forma, a Organização das Nações Unidas (ONU) vai produzir e fazer circular os discursos que efetivam, na forma de lei, a inclusão social da pessoa com deficiência da maneira como se apresenta na atualidade. O discurso jurídico estabelece, por meio da linguagem, as atitudes que desencadeiam práticas sociais. Tal discurso garante a evolução de programas, serviços e políticas públicas, como governamentalidade para a deficiência, promovendo deslocamentos que vão da fase da integração à fase da inclusão.

Podemos considerar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada em 1948, no período pós-guerra, como o passo inicial desses discursos jurídicos. Ela foi idealizada para promover direitos iguais, com base na liberdade, justiça e paz no mundo. Essa Declaração defende princípios de defesa das minorias, incluindo a normalização da pessoa com deficiência, estabelecendo sua integração na sociedade. Isso favorece o princípio de capacitar, habilitar ou reabilitar a pessoa com deficiência, levando-a a participar normalmente da sociedade.

No final da década de 1960, o mundo fervilhava de acontecimentos, que tinham por finalidade, reivindicar os direitos de grupos marginalizados, representados por mulheres, negros, homossexuais e deficientes. Tais acontecimentos marcam profundas transformações no cenário social mundial, com uma bandeira de luta pelos direitos dessas minorias.

Assim, além do grupo das pessoas com deficiência, representados pelas organizações de pais, educadores e especialistas em reabilitação e as próprias pessoas com deficiência, outras organizações, ligadas à ONU, engajaram-se na luta. Dentre elas, o Fundo de Emergência das Nações Unidas para as Crianças (UNICEF), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização Mundial de Saúde (OMS), a Organização das Nações Unidas para Refugiados e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), com o intuito de promulgar medidas em favor da pessoa com deficiência em todo o mundo.

Entre as medidas mais significativas está a promulgação de dois documentos emblemáticos para as ações de integração – a *Declaração dos Direitos das Pessoas com Retardo Mental*, em 1971 e a *Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes*, em 1975, os quais referendam os princípios contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Entretanto, na opinião de Sassaki (2002), esse último documento estava fortemente ligado ao modelo médico, pois destaca que as pessoas deficientes têm direito a tratamentos

médicos, psicológicos e funcional, à reabilitação física, social, à educação e outros serviços que lhes possibilitarão desenvolver suas capacidades e habilidades ao máximo, acelerando o processo de sua integração ou reintegração social. Nota-se que o sentido presente nesse discurso é de que o sujeito com deficiência precisa ser ajudado, pois seu corpo não está apto a desenvolver capacidades e habilidades sem a ajuda de profissionais da área de saúde. Trata-se de um avanço no campo das políticas públicas, mas exclui a parcela da sociedade, conforme reivindicava os teóricos do modelo social. Dessa forma, o que esse discurso legitima, como práticas de integração, não satisfaz totalmente o olhar para a deficiência, pois não propõe mudança de atitude, de espaço físico ou de práticas sociais.

Diante disso, até o final da década de 1970, os trabalhos em prol de um novo olhar para a deficiência ganharam destaque, servindo de base para a produção de um acontecimento discursivo que daria suporte as lutas do modelo social. Assim, por força das reivindicações da sociedade civil, através das pessoas com deficiência, que pela primeira vez eram ouvidas, a Organização das Nações Unidas proclamou oficialmente, em 16 de dezembro de 1976, através da Resolução 31/123 o ano de 1981 como o **Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIDP)**, conclamando o mundo a se voltar para as questões da deficiência.

O lema escolhido foi “participação plena e igualdade”, que sugere um efeito de sentido de oportunidades iguais para o ser humano, respeitando suas diferenças. Os objetivos principais foram: promover esforços nacionais e internacionais para proporcionar aos deficientes, assistência adequada, treinamento, cuidadosa orientação, oportunidades para o trabalho e assegurar a sua plena participação na sociedade, visando à participação prática e efetiva na vida diária, melhorando as condições de acesso aos edifícios públicos e aos sistemas de transportes. (BRASIL, 1981).

O Ano Internacional das Pessoas Deficientes passou a ser um acontecimento discursivo, que teve base na Carta para a Década de Oitenta, elaborada pela ONU. Ela funcionou como o saber jurídico que alicerça as ações a serem implantadas em cada país para combater a causas da deficiência. Teve como objetivo propor um programa de prevenção para as “anomalias”, garantindo serviço de prevenção que contemplem as famílias. Nessa carta fica evidente o efeito de sentido de doença, de anormalidade para a deficiência através da palavra “anomalia”, ligando-a ao modelo médico da deficiência. Entretanto, o restante do conteúdo indica a necessidade de participação plena e equidade social, fomentando a transformação na sociedade para atender às necessidades da pessoa com deficiência.

A deficiência entra no rol das estratégias biopolíticas, ligada aos efeitos do biopoder que propõe a valorização da vida. A regulamentação da população com deficiência passa pelos saberes que legitimam as relações de poder e estimulam políticas públicas. O ano de 1981 constituiu-se em excelente oportunidade para analisar e ativar as bases de medidas que merecem e requerem os portadores de deficiências, uma vez que a conscientização de seus problemas, por parte de órgãos públicos, privados e de toda a sociedade, evidencia a urgência em atendê-los de modo digno e sistematizado. (BRASIL, 1981).

A criação de um ano dedicado a ações para atender aos direitos das pessoas com deficiência pode ser considerado um divisor de águas. Naquele ano, foi organizado um plano de trabalho em escala mundial, com ações desenvolvidas nos cinco continentes. Também foram criadas instituições e federações que produziram planos de atuação com propostas inclusivistas, culminando na criação da DPI (Disabled People's International) a Organização Mundial das Pessoas Deficientes. O acontecimento do AIPD foi discursivizado nas mídias da época, em várias materialidades, alguma delas destacamos por meio de recortes:

Figura 19 – Materialidades sobre o Ano Internacional das Pessoas Deficientes



Fonte: www.memorialdainclusao.sp.gov.br

Nesse primeiro recorte, destacamos que os sentidos construídos nesses enunciados ganharam um efeito de verdade, de força e de evidencia sobre o acontecimento. Segundo Navarro-Barbosa (2004) entender o discurso como acontecimento discursivo é aceitar que é

ele que funda a interpretação, constrói uma verdade, dá rosto às coisas. Por isso, o discurso é objeto de disputa, em vista do poder que, por seu intermédio, se exerce.

Essas diferentes materialidades compõem um campo enunciativo que legitimam as práticas para o ano 1981 e favorece a mudança no paradigma da deficiência. Os enunciados corroboram o lema do AIPD na busca pela igualdade e participação plena, destacam a luta dos sujeitos e suas reivindicações, além do deslocamento de sentidos sobre a deficiência, que fez aparecer esses e não outros enunciados em seu lugar.

A busca por direitos iguais é a regularidade que se observa em todos os enunciados. Observando o intradiscurso, percebe-se a ênfase nas palavras: participação, oportunidade, igualdade, valor, coragem e luta, sentidos construídos com base no interdiscurso e no resgate da memória discursiva, que possibilitam a ruptura com os sentidos historicamente construídos para o sujeito com deficiência.

Partindo para o segundo recorte de enunciados, destacamos a materialidade Folhetim – Estado de São Paulo, de 20 de janeiro de 1981:

Figura 20 – Folhetim Nº 210, de 25 de janeiro de 1981



Fonte: Fonte: www.memorialdainclusao.sp.gov.br

Esse enunciado constrói o sentido em forma de negativa: *Deficientes físicos – nem inúteis, nem coitados*, para mostrar a ressignificação da deficiência a partir das lutas políticas, relacionadas ao acontecimento do AIPD. É uma voz que ressoa na posição sujeito para contradizer tudo que foi dito sobre o deficiente físico ser um corpo inútil, digno de piedade. Desse modo, compreende-se com Pêcheux (2006), que o discurso é estrutura e acontecimento, no qual há o ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória. Os enunciados ajudam a

formar os sentidos que se materializam no presente, mas com ecos de memória que perpassam o fio discursivo.

Assim, a materialidade é permeada por uma reatualização da memória que retoma sentido de outros discursos, corroborado pelas várias charges que estão na página ao lado e constroem um efeito de sentido de humor para a deficiência, bem como enfatiza de forma cômica várias situações nas quais o deficiente físico encontra como maior obstáculo a falta de acessibilidade social, reforçando que o problema não está no indivíduo, mas nos entraves que a sociedade coloca diante da falta de condições no tratamento com o deficiente. Há uma articulação com o interdiscurso religioso, no primeiro quadro, que mostra o cadeirante carregando a cruz, mas na verdade sua via-crúcis está na escadaria que encontra em sua frente, produzindo um efeito de sentido de dificuldade não por ser deficiente, mas por não haver projetos de acessibilidade.

Do campo enunciativo que se formou por conta do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, apresentamos o terceiro recorte, por meio do enunciado abaixo:

Figura 21 – Folhetim Shopping News – City News



Fonte: www.memorialdainclusao.sp.gov.br

O enunciado enfatiza a governamentalidade, através do governo do outro por meio da “cobrança” realizada pelos sujeitos com deficiência por políticas públicas eficazes: *Em vez de pedir, eles agora vão cobrar os políticos*. O intradiscurso apresenta traços de ruptura com enunciados anteriores ao enfatizar o verbo cobrar, o qual indica exigência para que seja cumprida determinada ação. Por isso, o sentido construído está atrelado ao contraste que se observa entre os verbos pedir e cobrar. O primeiro remete à construção da subjetivação do sujeito com deficiência como o pedinte, passivo e acomodado que espera a ajuda do

governo. No segundo, cobrar remete ao sentido de luta, de mobilização em defesa dos direitos garantidos em lei, há um sujeito que luta e questiona o que é devido pelas políticas públicas.

Esse enunciado foi possível pelo movimento de luta e reivindicações do grupo de pessoas com deficiência, como resultado dos debates e mobilizações em torno do AIPD. Esses sentidos referendam as reivindicações do movimento social da deficiência, destacados no tópico anterior e que fortalecem a emergência do discurso da inclusão. Além disso, reforçam a participação da população na luta por estratégias biopolíticas eficazes no atendimento das necessidades das pessoas com deficiência, por meio do intercâmbio com partidos políticos, na esperança de que sejam formuladas leis específicas.

A rede enunciativa, que se formou por conta da proclamação do ano de 1981, compõe parte do arquivo dos discursos que foram produzidos e circulados em virtude de tal acontecimento, mostrando que “os objetos não pré-existem ao saber, eles existem como acontecimentos, como aquilo que uma época pôde dizer devido a certos arranjos entre o discurso e as condições não-discursivas”. (SILVA, 2004, p. 161). É assim, que o olhar sobre a deficiência se direciona para outras práticas, em direção ao caminho da inclusão social.

Desse modo, é preciso ressaltar que as ações para a deficiência foram pensadas para longo prazo, tendo em vista que a mudança de atitude social não acontece repentinamente. Por isso, foi declarado pela ONU, o período de 1983 a 1992 como a **Década das Pessoas Portadoras de Deficiência**, com a aprovação de um **Programa de Ação Mundial**, por meio da Resolução 37/52, de 3 de dezembro de 1982, como ação extensiva que visava contemplar a implementação das propostas do ano anterior.

Nesse documento circula o discurso sobre autonomia, independência e igualdade de oportunidades para a pessoa com deficiência. Esses enunciados garantem as movências de sentido da integração para a inclusão social, respaldado no que propunha o modelo social da deficiência. O enunciado seguinte legitima as bases para o direito de todos, conforme parágrafo 12 do referido documento:

Igualdade de oportunidades significa o processo através do qual os sistemas gerais da sociedade – tais como ambiente físico e cultural, a habilitação e os transportes, os serviços social e de saúde, as oportunidades educacionais e de trabalho, a vida cultural e social, incluindo as instalações esportivas e recreativas – são acessíveis para todos. (RESOLUÇÃO 37/52, 1982).

Neste caso, o tema da deficiência começa a se deslocar. É o momento de conclamar o mundo para perceber que a deficiência não é apenas uma lesão no corpo, mas uma questão iminentemente social. Sendo assim, a sociedade precisa se adaptar para ser

atender a todos, por meio da acessibilidade, igualdade de direitos em todos os setores. Os Estados Membros da ONU devem garantir, por meio das políticas públicas a governamentalidade da população com deficiência, promovendo também o saber jurídico como garantia das mudanças sociais.

Por isso, as leis dos países ligados à ONU, contemplam essas questões. A Constituição Brasileira de 1988 apresenta artigos que dispõem sobre a educação, habilitação, reabilitação e inclusão na sociedade da pessoa com deficiência. Depois disso, outros documentos oficiais foram produzidos nas instâncias Federal, Estadual e Municipal. Com ações que contemplam as práticas sociais nos aspectos de acessibilidade quanto de atitudes e visão de mundo. Todos esses documentos oficiais e institucionais compõem o arquivo dos discursos jurídicos que legitimam as práticas de inclusão, tendo por base declarações, resoluções, dentre outros.

Dessa forma, as políticas públicas não são ação única do Estado no governo dos outros. Elas sofrem pressões dos interesses externos e da sociedade civil. Entretanto, é o saber jurídico, produzido e circulado pelos acontecimentos supracitados que torna possível tais práticas, conforme dito no parágrafo 162 do Programa de Ação Mundial da ONU:

Para tornar realidade o lema do Ano Internacional da Pessoa Deficiente: "Participação plena e igualdade", urge a necessidade de que o sistema das Nações Unidas elimine totalmente as barreiras em todas as suas instalações, assegure às pessoas portadoras de deficiências sensoriais pleno alcance à comunicação e adote um plano de ação afirmativo que englobe políticas e práticas administrativas voltadas para o fomento do emprego de pessoas portadoras de deficiência em todo o sistema das Nações Unidas. (RESOLUÇÃO 37/52, 1982).

Os discursos jurídicos emanam um efeito de sentido de ordem, de autoridade, de exercício do poder soberano, no qual há um sujeito que determina e os outros devem obedecer. A ONU aparece como a voz da lei, do poder e do saber que determina o que deve ser feito por cada país, em nome do bem-comum dos grupos minoritários.

Assim, estabelecem-se as políticas afirmativas que surgem para garantir os direitos dessas minorias que foram negados pela história, tendo em vista os processos de exclusão e segregação. Tais políticas visam combater formas de discriminação, elevando a participação das minorias no acesso à saúde, à educação, ao emprego, aos bens materiais, sociais e culturais, além de serviço e atendimento diferenciados.

Essas políticas afirmativas serão legitimadas também em outros discursos jurídicos que foram elaborados para dar continuidade ao movimento de reivindicações e

regulamentações das práticas sociais sobre a deficiência. É amplo o arquivo dos enunciados jurídicos, pois este é o saber que legitima por força de lei o que é dito e o que deve ser feito.

Desse arquivo, além dos que foram mencionados diretamente, podemos citar os documentos abaixo, como emblemáticos: Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência, 1993; a Declaração de Salamanca, em 1994; Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (Convenção da Guatemala), 1999; Classificação Internacional de Funcionalidade, Deficiência e Saúde, 2001 e a Convenção Internacional para Proteção e Promoção dos Direitos e Dignidade das Pessoas com Deficiência, 2003.

Movido pela influência dos acontecimentos comentados, há o deslocamento de sentidos sobre a deficiência. Ela sai do movimento da integração social, no qual a inserção da pessoa com deficiência na sociedade dependia da reabilitação e entra no processo da inclusão social, que se pauta nos princípios da igualdade e participação plena. Dessa forma, “a inclusão social é o processo pelo qual a sociedade se adapta para incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade”. (SASSAKI, 2002, p. 41).

O corpo com deficiência não é apenas amparado no saber da Medicina, que o vê como um corpo doente. As propostas de inclusão compreendem esse corpo como apresentando uma lesão, mas que não o impede de ter uma vida socialmente ativa, por isso a autonomia e independência são os pontos fortes desse discurso. É a sociedade que deve fornecer as bases para o desenvolvimento do sujeito com deficiência, tendo em vista que o problema não está apenas em seu corpo, mas nas estruturas sociais que não são adequadas. Assim, fica destacado no parágrafo 21 do Programa de Ação Mundial da ONU, que:

Para se alcançar os objetivos de "igualdade" e "participação plena", não bastam medidas de reabilitação voltadas para o indivíduo portador de deficiência. A experiência tem demonstrado que, em grande medida, é o meio que determina o efeito de uma deficiência ou de uma incapacidade sobre a vida cotidiana da pessoa. A pessoa vê-se relegada à invalidez quando lhe são negadas as oportunidades de que dispõe, em geral, a comunidade, e que são necessárias aos aspectos fundamentais da vida. (RESOLUÇÃO 37/52, 1982).

A inclusão social desponta como o processo no qual a sociedade precisa se adaptar, como também, as pessoas com deficiência são preparadas para assumir seus papéis sociais. Assim, há uma ação conjunta da sociedade e da pessoa na luta pela inclusão, que tem

respaldo nas conquistas da segunda metade do século XX, as quais têm por base, a aceitação das diferenças individuais, com a valorização de cada pessoa.

Dessa maneira, com o avanço do movimento de inclusão, a sociedade passou a incorporar a ideia de defesa do ideal de oportunidades em todos os setores, incluindo a educação e o trabalho. Assim, aparecem os termos registrados pela UNESCO, na Declaração de Salamanca em 1994, tais como: educação inclusiva, classes inclusivas, escolas inclusivas, políticas educacionais inclusivas, inclusão na educação, inclusão no emprego e sociedade inclusiva, promovendo o deslocamento de sentidos com o adjetivo especial, outrora utilizado.

Assim, as práticas discursivas vão se disciplinarizando para trazer esse efeito de igualdade e valorização. Por isso, a linguagem também vai entrar na ordem do discurso da inclusão e passar pelos procedimentos de normalização e controle. Não se pode mais utilizar qualquer palavra para nomear a deficiência. Sobre isso dedicaremos o próximo tópico.

3.3.3 As palavras e as práticas: os efeitos de sentido sobre a deficiência

O resultado da inclusão social do sujeito com deficiência não foi sentido apenas nas práticas sociais, que com a força do saber jurídico está adaptando a sociedade para atender a todos. As práticas discursivas, principalmente no que se refere à terminologia utilizada para designar a pessoa com deficiência também foram se modificando.

Se pensarmos com Foucault (2007a), que são os discursos que constroem os objetos, é possível mostrar como cada termo usado para se referir à deficiência está carregado de sentidos históricos, que por sua vez, constroem diferentemente o objeto a que se refere. Vamos iniciar esta discussão a partir das materialidades abaixo:

Figura 22 - Jornal da Tarde



Fonte: www.memorialdainclusao.sp.gov.br

Figura 23 - Propaganda Unimed



Fonte: Revista Sentidos

O jogo de sentido que se observa nos enunciados promove o deslocamento sobre o ser deficiente. A figura 22 remete ao enunciado produzido para o II Congresso Brasileiro de

Reabilitação, em 1980, o qual já estava ligado as ações do Ano Internacional das Pessoas Deficientes. Desse modo, o que se buscava era discutir a realidade de trabalho desses sujeitos, tentando reduzir a discriminação. Por isso, o deslocamento de sentidos quando se retira a letra “D” da palavra deficiente e faz aparecer o signo eficiente.

O sentido entre deficiência e eficiência não está preso na linearidade do significante linguístico, ele é produzido historicamente. O deficiente era visto como o oposto do eficiente, assim, não se abriam vagas para ele no mercado de trabalho, sendo preciso então rasgar o preconceito, a partir da visão de que o deficiente também pode se tornar eficiente, não apenas na palavra, mas no potencial humano para o trabalho. A deficiência, neste caso, não está no corpo físico, mas como um efeito moral em virtude da impossibilidade para ser um corpo produtivo e ativo economicamente.

Já na segunda imagem, o enunciado retorna, sob outras condições de produção. Nele, a letra “D” pode mudar uma palavra, mas não uma vida, de acordo com o *slogan* da propaganda. Quem pode mudar a vida é o patrocinador oficial dos atletas paradesportivos, no caso, a UNIMED, empresa de planos de saúde. A deficiência é marcada no corpo físico e pode ser superada com o apoio do patrocinador. Sendo assim, há o retorno de sentido do deficiente que pode ser eficiente no que se propõe a fazer, mas há também a eficiência da empresa em cumprir sua responsabilidade social, conforme destacado no canto inferior direito do enunciado da propaganda.

Além disso, a produção de sentidos é condicionada pela materialidade em que circula esse enunciado. Ele aparece bem destacado na página a direita da revista *Sentidos*, logo após uma reportagem na sessão Saúde, que enfatiza “Estímulos para viver melhor” e destaca a prática da Educação Física e seus efeitos efetivos no corpo e no aspecto emocional de pessoas com deficiência. Não é por acaso o destaque dado à propaganda da Unimed, como empresa patrocinadora oficial do paradesporto brasileiro. Ela vem ressaltar o que está sendo dito na reportagem, criando um efeito de verdade de que a saúde e o esporte estão interligados na promoção do bem estar do sujeito com deficiência e que ele também pode ser eficiente, assim como a empresa que o patrocina.

Dessa forma, a linguagem aparece, nesses enunciados como responsável pela produção de sentidos, mas não apenas em seu significante, a relação com a historicidade é garantia de que o sentido sempre pode ser outro. Se a deficiência, antes era considerada como imperfeição, defeito, insuficiência, ela é ressignificada pela relação com a eficiência, vista como força, ação, virtude de fazer algo bem feito.

A rede de sentidos entre (D) eficiência destaca que a língua está diretamente relacionada com as práticas. Neste caso, ser deficiente é ser ineficiente ou ser eficiente é ser eficiente vai depender das condições de produção, da historicidade, da relação entre os enunciados, de sua atualização na construção do objeto. De acordo com Foucault (2007a):

As relações discursivas estão, de alguma maneira, no limite do discurso: oferecem-lhe objetos de que ele pode falar, determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para falar de tais ou quais objetos, para poder abordá-los, nomeá-los, analisa-los, classifica-los, explica-los, etc. Essas relações não caracterizam a língua que o discurso utiliza, não as circunstâncias em que eles se desenvolve, mas o próprio discurso enquanto prática que forma os objetos de que fala.

É por isso, que no tocante à deficiência, as palavras constroem diferentes efeitos de sentidos e estimulam diversas práticas. Em cada época ou lugar, o signo usado para nomear os sujeitos com deficiência, ajudou a construir esse objeto e as práticas sociais a que foram submetidos tais sujeitos. Assim, várias expressões foram usadas, dentre elas Sassaki (2003) contemplou em seu estudo as mais utilizadas, no Brasil, em diferentes épocas, como forma de responder a indagação: qual é o termo correto para se referir aos que tem deficiência? Vamos sintetizar os termos destacados pelo autor e sua repercussão para as práticas sociais.

Na Antiguidade até final do século XIX eram chamados *os inválidos* que significava indivíduos sem valor. Esse sentido estava diretamente ligado às práticas de exclusão e legitimava serem considerados anormais ou monstruosos. Já no século XX até 1960, o que predominou foi chamar as pessoas que tinham deficiência de *os incapacitados*, com o significado de indivíduos sem capacidade, ou, no caso dos deficientes físicos os defeituosos, relacionando-os a indivíduos com deformidades.

No fim da década de 1950, foram nomeados de *os deficientes*, com um sentido que englobava a deficiência física, mental, auditiva, visual ou múltipla. Eles eram capazes de executar as funções básicas de vida (andar, sentar-se, correr, escrever, tomar banho etc.) de uma forma diferente daquela como as pessoas sem deficiência faziam. E isto começou a ser aceito pela sociedade, em decorrência do movimento de reabilitação. Nesse mesmo período, também era usada a expressão *os excepcionais*, para a deficiência mental.

Por força do acontecimento do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, a década de 1980 utilizou pela primeira vez a palavra pessoa, adotando a expressão *pessoa deficiente*. Assim, foi dado um caráter mais igualitário e menos discriminatório, pois esse termo faz reconhecer que se trata de uma pessoa que tem os mesmos direitos e dignidade dos

demais membros da sociedade. Há dessa forma, um caráter mais político e menos diagnóstico nessa expressão.

Entre os anos de 1988 e 1993, foi usada – *pessoa portadora de deficiência*, que logo foi reduzido para *portadores de deficiência*. Esse termo, embora tenha vigorado por muito tempo, sendo usado em documentos oficiais, não foi o mais adequado, por criar um efeito de que é a pessoa que carrega ou porta a deficiência. O termo foi substituído pela expressão *peessoas com necessidades especiais*, como uma maneira de não usar a palavra deficiência. Depois foi modificado para *portadores de necessidades especiais*, que de início se referia apenas a deficiência, posteriormente passou a abranger outros grupos sociais. Como redução do termo, *peessoas com necessidades especiais*, os deficientes foram chamados de *peessoas especiais*, fazendo surgir uma variante de termos como: criança especial, aluno especial, dentre outras.

O adjetivo especial não contempla o caráter político da deficiência, pois constrói um efeito de sentido de diferença e discriminação, já que as pessoas com deficiência não reivindicavam direitos especiais, mas sim, equiparação de direitos. Além disso, ser especial não é uma característica apenas dos deficientes. Sendo o mesmo pensamento válido para a expressão que circulou em 2002 *portadores de direitos especiais*.

Diante das várias possibilidades de descrever a deficiência e o termo correto para ser utilizado, de 1994 em diante, a expressão mais consolidada e que atende ao caráter político é *pessoa com deficiência*. Ela é usada em vários países, tendo sido escolhida durante os vários encontros e congressos espalhados pelo mundo com a participação ativa de pessoas com deficiência, que defenderam não serem portadores de deficiência.

A expressão pessoas com deficiência está amparada, segundo Sassaki (2003) em valores como: o do empoderamento, que é o uso do poder pessoal para fazer escolhas e tomar decisões; o da responsabilidade de contribuir com seus talentos para mudar a sociedade rumo à inclusão de todas as pessoas, com ou sem deficiência. Esse autor esclarece que o termo faz parte do texto da Convenção Internacional para Proteção e Promoção dos Direitos e Dignidade das Pessoas com Deficiência, aprovada pela Assembléia Geral da ONU em 2003 e promulgada através de lei nacional por todos os Países-Membros.

A escolha do termo pessoa com deficiência está embasada nos princípios: Não esconder a deficiência; mostrar com dignidade a realidade da deficiência; combater neologismos que tentam diluir as diferenças; valorizar as diferenças e necessidades decorrentes da deficiência; defender a igualdade entre as pessoas com deficiência e as demais

pessoas em termos de direitos e dignidade; identificar nas diferenças todos os direitos que lhes são pertinentes e a partir daí encontrar medidas específicas para o Estado e a sociedade diminuírem ou eliminarem as restrições de participação causadas pelos ambientes humano e físico. (SASSAKI, 2003).

Além desses termos que são mais utilizados no âmbito oficial, a linguagem mais comum para nomear a pessoa com deficiência tinha um efeito discriminatório, das quais podemos destacar: aleijado, ceguinho, surdo, mudo, retardado. Elas provocavam ofensas, violência e eram utilizadas com sentido pejorativo na maioria das vezes. Entretanto, pelo avanço do discurso do politicamente correto, esses termos não são mais aceitos. Desse modo, segundo Diniz (2007, p. 10), “um dos poucos consensos no campo foi o abandono das velhas categorias e a emergência das categorias ‘pessoa deficiente’, ‘pessoa com deficiência’ e ‘deficiente’”.

Dentre essas, pessoa com deficiência é a mais utilizada. Ela está em conformidade com as ideias do modelo social da deficiência e os acontecimentos que favoreceram a inclusão social. O efeito de sentido construído com o uso da expressão pessoa com deficiência, não se limita apenas a mais uma das muitas formas de nomear através da linguagem, ela produz uma prática que está associada às possibilidades de defesa dos direitos do grupo, a se compreender que se trata de uma pessoa como as outras, oportunizando a se pensar a diferença como traço constitutivo do sujeito, que favorece a inclusão, não mais a segregação ou exclusão.

Desse modo, os deslocamentos nas palavras não são formas de apagar a história de exclusão, mas evocam outras relações de poder-saber e buscam construir efeitos que marcam o sujeito em sua singularidade. Há um discurso que favorece o enunciado “pessoa com deficiência”, entretanto outras palavras ainda são usadas, pois não há como condensar esse uso, porém o termo politicamente aceito estimula novas práticas, promove outro olhar para a deficiência, sem negar que é ainda marcado pela normalização.

Dessa forma, se existe a pessoa com deficiência é porque existe a pessoa sem deficiência. Fato que faz retornar a concepção de deficiência em relação com a norma que rege a sociedade. Assim, podemos concluir que não é apenas a expressão linguística que vai provocar os deslocamentos na visão sobre a deficiência, mas o seu uso concreto ligado às práticas que as precedem e que as sucedem, pois essas expressões não existem como frases isoladas, mas como enunciados presos em uma rede. Seu sentido está condicionado às regras de existência para que ressoe no jogo discursivo que produz diferentes práticas.

É assim que podemos voltar aos enunciados que inicia essa discussão através do jogo linguístico (D) eficiência – que faz compreender a deficiência em termos de corpo moral, improdutivo economicamente, mas que pode ser produtivo para o mercado de trabalho, se o preconceito for *rasgado*; e como corpo físico adestrado para ser eficiente no esporte, graças a uma instituição que o patrocina.

Esse jogo de sentido remete à concepção de deficiência que permeou a história da humanidade e que foi recontada neste percurso teórico. É oportuno lembrar que as palavras carregam feixes de sentidos que só aparecem no interior de discursos produzidos em determinadas condições sócio históricas. Dessa forma, ser deficiente ou ser eficiente, são modos de subjetivação que remete a um já dito, a redes de memória que ressoam em diferentes lugares, fazendo irromper a concepção de deficiência proeminente em cada época.

De acordo com a pressão das relações de poder-saber, esse objeto foi se constituindo por meio de diferentes paradigmas. A migração da exclusão para a inclusão, fez com que a deficiência sofresse deslocamentos de sentidos, porém essas diferentes concepções não dão conta desse objeto em sua totalidade. Seja sob a influência do saber da medicina, para o qual a deficiência está no corpo e na lesão, seja pela ótica do modelo social em que a visão política prevalece e a sociedade é que precisa passar por mudanças, percebe-se que não há unanimidade de concepção, utilização do melhor termo ou de práticas.

Com isso, é possível constatar que nenhuma concepção dá conta da deficiência em sua totalidade. Ser normal ou anormal é muito mais uma produção simbólica e discursiva, na qual o corpo é marcado social e culturalmente, do que uma construção rígida e homogênea. Se antes o corpo com deficiência era considerado anormal e monstruoso, fazendo calar a lei e rompendo com a regra, seja natural ou jurídica, na atualidade a deficiência é um produto da marcação da diferença que passa a ser socialmente aceita, tendo em vista os vários movimentos de resistência que pressionaram pela mudança de paradigma.

O que hoje poderia ser considerado anormal e monstruoso seria muito mais o resultado de uma fabricação do corpo, realizada, por exemplo, através de cirurgias plásticas que não deram certo ou de práticas excessivas de atividades físicas que moldam um corpo fora dos padrões, como no caso dos halterofilistas. Entretanto, esses entram na ordem do discurso da diferença. Por isso, é possível dizer que as categorizações não dão conta completude das relações do sujeito na sociedade, ou seja, o que determina a “deficiência” de um corpo? Qual corpo, hoje, não é, em certa medida, deficiente, anormal?

O que se observa são as práticas discursivas agindo por meio de diferentes acontecimentos, construindo o objeto deficiência e os modos de subjetivação do sujeito ao longo da história. Assim, esse objeto entra em uma tensão, pois sua presença está ligada a redes de saber-poder em um movimento de obediência a uma vontade de verdade, que a relaciona como oposição ao normal. No entanto, a norma aceita socialmente sempre pode ser outra, não havendo homogeneidade. Ser deficiente vai depender da norma ou regra vigente em determinado momento que é sempre uma convenção social, por isso, o deslocamento de sentido de o anormal para o diferente, numa tentativa de demarcar o lugar do outro, da heterogeneidade que constitui os sujeitos na sociedade.

Assim, com a irrupção do discurso da inclusão, acontece o processo de normalização discursiva. A produção de linguagem faz aparecer os sentidos para a deficiência através de cada enunciado utilizado. Novas práticas são delineadas e o sujeito com deficiência é construído por outro ângulo, pertencente a uma ordem que o enquadra por meio do olhar da eficiência, da produtividade nos mais diferentes campos sociais. Para não ser deficiente, é preciso que o corpo seja produtivo, ativo e eficiente.

Dessa forma, a inclusão vai favorecer a concepção de deficiência relacionada à produtividade e à diferença. Entretanto, não é a diferença que subtrai, pois ela marca a diversidade humana. Todos precisam ser respeitados e terem seus direitos garantidos. Porém é ainda a questão da norma, da normalização que perpassa todo o discurso, já que é preciso a disciplinarização e os efeitos do biopoder para contemplar a participação plena e igualdade. Assim, a “norma não tem por função excluir, rejeitar. Ao contrário, ela está sempre ligada a uma técnica positiva de intervenção e de transformação, a uma espécie de poder normativo”. (FOUCAULT, 2010d, p. 62).

Esperamos, assim, ter alcançado o objetivo de construir a genealogia do corpo com deficiência e mostrado a emergência do discurso da inclusão social. Historiar as práticas que designaram o objeto deficiência em diferentes épocas, possibilitou apresentar uma série de séries ou quadros sobre esse objeto, sem o propósito de buscar a origem, mas apontando os deslocamentos e as descontinuidades nas práticas discursivas que constroem novas objetivações sobre a deficiência, por meio dos saberes que sedimentam os discursos.

A deficiência conquistou significações diversas, fazendo entrever sua história a partir das fases que passam pela exclusão, modelo caritativo, segregação, aprisionamento, integração até chegar à inclusão. Cada fase é marcada por uma conexão puramente discursiva,

na qual, o modelo da inclusão assume uma dimensão maior, tendo em vista o caráter de positividade que o cerca.

Com a emergência do discurso da inclusão social, o objeto deficiência é transformado, deslocado, ressignificado no interior das práticas sociais, promovendo descontinuidades nos modos de subjetivação do sujeito. Ele entra no século XXI, como efeito do discurso da inclusão, o qual não pode ser visto como uma tábua de salvação, mas alicerçado nos acontecimentos que são produzidos no interior da história, discursivizado e repetido por diferentes vozes que ecoam nas redes de memória, perpassados pelos efeitos do poder disciplinar e do biopoder. Seguindo o pensamento de Foucault (2006d), há em nossa sociedade e naquilo que somos hoje, uma dimensão histórica profunda e, no interior desse espaço histórico, os acontecimentos discursivos que se produziram há séculos ou há anos. Não somos nada além daquilo que foi dito, há séculos, meses, semanas. Isso nos instiga a questionar quem é o sujeito com deficiência hoje? Como ele é discursivizado a partir de uma rede de acontecimentos?

Não queremos dizer que as práticas de exclusão e segregação tenham sido substituídas pelas ações inclusivistas, caso isso acontecesse a história seria por demais linear e homogênea. O que se percebe é o discurso da inclusão penetrando nas malhas da sociedade por via de diferentes materialidades. Ele provoca novos olhares sobre o corpo com deficiência.

Por isso, o nosso foco seguinte será as práticas discursivas do século XXI, através da análise dos enunciados da revista *Sentidos*, como forma de entender quem é o sujeito com deficiência na atualidade, como seu corpo é visto e discursivizado numa sociedade do espetáculo, da normalização e do controle. Buscamos assim, analisar os efeitos de sentidos pelo trajeto temático do trabalho e da educação, como dispositivos de disciplinamento e biopoder que promovem os modos de subjetivação do sujeito com deficiência.

CAPÍTULO 4

OS SENTIDOS NA REVISTA *SENTIDOS*: TÉCNICAS DISCIPLINARES, BIPODER E MODOS DE SUBJETIVAÇÃO NO PALCO DA INCLUSÃO

A análise dos mecanismos de poder, essa análise tem, no meu entender, o papel de mostrar quais são os efeitos de saber que são produzidos em nossa sociedade pelas lutas, os choques, os combates que nela se desenrolam, e pelas táticas de poder que são os elementos dessa luta.

(FOUCAULT, 2008b p. 5)

Diante das discussões fomentadas, podemos afirmar que as regras de condições de possibilidade do discurso da inclusão emergiram a partir de acontecimentos que o singularizam. Assim, o corpo com deficiência, considerado um enunciado discursivo vai ser *discursivizado* na materialidade midiática da revista *Sentidos*. Como um nó em uma rede, na qual os sentidos autorizam deslocamentos e modificações sobre o sujeito e a deficiência, ligado a saberes e poderes, será possível dizer como esse sujeito é constituído no interior desse discurso midiático que aflora no século XXI.

Desse modo, recorrendo aos postulados da Análise do Discurso e utilizando as ferramentas de análises apontadas nos capítulos anteriores, continuaremos na investigação dessa materialidade, na qual o discurso se faz presente. Sempre refletindo e problematizando sobre as práticas desse discurso do cotidiano por vias das propostas de Michel Pêcheux em articulação com as contribuições de Michel Foucault. Isso favorecerá a análise do discurso da inclusão a partir da dispersão dos acontecimentos, no batimento entre descrição e interpretação.

Buscaremos os vestígios das regularidades e singularidades dos enunciados que estão na rede discursiva da revista. Ela permite entrever as vontades de verdade que estão permeadas em seus enunciados, pela retomada do saber e das relações de poder. Com isso, constitui um princípio de pedagogia, um efeito de doutrinação que constitui o sujeito com deficiência na atualidade, provocando uma necessidade de relação entre a materialidade midiática, que age como veículo de suporte para o discurso e o corpo como enunciado discursivizado em suas páginas. Segundo (FOUCAULT, 2007e, p. 179):

Em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso.

Pelo batimento discursivo emergem as práticas de inclusão do sujeito com deficiência. Dessas práticas, vamos aguçar o olhar sobre a produção discursiva da revista *Sentidos*, enfocando o trajeto temático trabalho e educação, compreendendo-os como estratégias de disciplinamento e de processos do biopoder sobre o corpo com deficiência. Recorremos a uma série enunciativa, a partir da análise de duas matérias sobre cada trajeto, mas dialogando com o arquivo das dizibilidades que constitui a revista *Sentidos*, trazendo para a discussão as capas e outros enunciados relevantes no momento da análise.

Além disso, fecharemos este capítulo com uma discussão sobre o efeito manual que permeia a revista, sempre retomando o trajeto temático, usando o enunciado “Guia de relacionamento com a deficiência” para enfatizar com mais detalhe os processos de subjetivação. Assim, poderemos elucidar as práticas de identificação do sujeito com deficiência que se deslocam do controle dos exames psiquiátricos para a escrita de si.

Para entrar na análise do discurso da revista *Sentidos*, necessário se faz inserir as condições de possibilidade de cada estratégia disciplinar – trabalho e educação - usada para a inclusão do corpo com deficiência na sociedade. Com isso, marcamos o acontecimento que favorece tais estratégias de poder entrarem em ação para inserir o sujeito no mercado de trabalho e na escola regular, por via da lei de cotas e da educação inclusiva.

Discutiremos cada ferramenta dessa biopolítica da população como porta de entrada para as análises dos enunciados da revista. Assim, continuaremos nas pistas de ação do poder que promovem os modos de subjetivação desses sujeitos, os quais envolvem dispositivos disciplinares e de segurança, sempre atrelados à relação entre os enunciados para a construção dos sentidos no discurso. Iniciaremos este percurso pela inclusão no mercado de trabalho, para em seguida enveredar pela educação inclusiva e finalizar com o efeito manual da revista.

4.1. A Lei de Cotas: estratégia de governamentalidade sobre o corpo

A produção discursiva precisa de mecanismos que assegurem sua legitimidade. Assim, o discurso da inclusão social do sujeito com deficiência está respaldado no saber jurídico, o qual é uma regularidade no discurso da inclusão e funciona como um alicerce que sustenta as práticas sociais. As estratégias de governamentalidade só têm amparo pela forma de lei, peculiar no que se refere ao exercício do poder público, através da ação do Estado.

O discurso jurídico está na base da legitimação das práticas de inclusão por meio de uma correlação de forças. Ele está tanto a serviço do Estado em relação à população com deficiência, quanto usado pelo sujeito com deficiência no momento de reivindicar determinados direitos que não foram cumpridos. Por meio desse discurso, as práticas de inclusão tomam seu lugar na sociedade, promovendo um efeito de autoridade, de verdade e de realização do que deve ser feito. Através das leis, decretos e outras ferramentas, o documento vira monumento para fazer caminhar a história em suas discontinuidades, pressionados pela

participação ativa dos sujeitos com deficiência que lutaram pelos seus direitos, conforme discutido no capítulo anterior.

O discurso jurídico age como saber que legitima as práticas de inclusão na sociedade contemporânea, criando a governamentalidade do corpo com deficiência por meio das políticas afirmativas, que surgem como possibilidade de reparar as desigualdades sociais historicamente legadas aos grupos minoritários. Segundo Gomes (2001, p. 39), citado por Siqueira e Siqueira (2010, p. 3), tais políticas são definidas como:

um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego.

Essas políticas afirmativas se efetivam por meio de vários benefícios que fomentam a garantia de direitos. As principais ocorrem por meio do estabelecimento de cotas. Dessa forma, assegura a pessoa com deficiência o direito de trabalhar e estudar, podendo assim, promover sua participação plena na sociedade. Essas não são as únicas formas de políticas afirmativas, mas estamos listando-as como principais porque elas direcionam muitas práticas sociais por meio das cotas. A Estatística é usada como o saber que orienta os espaços de acessibilidade determinando a quantidade de vagas específicas para pessoas com deficiência em postos de trabalho, bem como a distribuição em determinados espaços públicos e privados, ligados a serviços, lazer e cultura.

O acontecimento que favorece a inclusão no mercado de trabalho é a Convenção 159, da Organização Internacional do Trabalho – OIT, em 1983, na cidade de Genebra. Nessa convenção foram estabelecidas as condições para a reabilitação profissional e emprego de pessoas com deficiência, sendo definido no artigo 1 que:

para efeito desta Convenção, entende-se por pessoa deficiente todo indivíduo cujas possibilidades de obter e conservar um emprego adequado e de progredir no mesmo fiquem substancialmente reduzidas devido a uma deficiência de caráter físico ou mental devidamente reconhecida. (CONVENÇÃO 159, 1983, p. 1).

Em decorrência, os países membros desenvolveram sua política de inclusão nos mais diversos setores da sociedade, na forma de leis gerais e leis específicas que compõem o arquivo do discurso jurídico. No caso do Brasil, podemos citar a Constituição Brasileira de 1988 como a precursora para assegurar o direito de acesso das pessoas com deficiência ao mercado de trabalho formal. No Art. 7 está explícito que: “são direitos dos trabalhadores

urbanos e rurais [...] XXXI – proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência.” (BRASIL, 1988).

Nesse mesmo discurso, o artigo 37 que rege a contratação de trabalhadores pela administração pública direta, indireta ou fundacional, dos Poderes da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, estabelece que o disposto no inciso VIII – “a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão”. (BRASIL, 1988).

O estabelecimento desse inciso fomentou a discussão em torno das políticas sobre a deficiência. Alguns teóricos consideraram como medida protecionista e integracionista que reforçava o caráter discriminatório sobre as pessoas com deficiência. Entretanto, como desdobramento do que foi consolidado na Constituição, novas legislações foram promulgadas nas esferas federais, estaduais e municipais sobre o acesso ao mercado de trabalho, regendo as esferas pública e privada.

A lei federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, aborda o regime jurídico dos servidores públicos, garantindo em seu artigo 5º, § 2, a oferta de vagas para pessoas com deficiência:

às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para o provimento de cargo, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso. (BRASIL, 1990).

Para o setor privado, é criada a lei federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos e benefícios da Previdência e a contratação de pessoas com deficiência, afirmando no art. 93 que:

a empresa com 100 ou mais funcionários está obrigada a preencher de dois a cinco por cento dos seus cargos com beneficiários reabilitados, ou pessoas portadoras de deficiência, na seguinte proporção:

- até 200 funcionários..... 2%
- de 201 a 500 funcionários..... 3%
- de 501 a 1000 funcionários..... 4%
- de 1001 em diante funcionários... 5%. (BRASIL, 1991).

Dessa forma, é assegurada a entrada no mercado de trabalho de pessoas com deficiência, sendo o estabelecimento do percentual de vagas, através da lei de cotas, uma estratégia biopolítica. Interessa governar a vida da população com deficiência, que aparece como “sujeito de necessidades, de aspirações, mas também como objeto nas mãos do governo”. (FOUCAULT, 2008b, 140).

A governamentalidade vai ser central nesse aspecto do estabelecimento das vagas tanto em concursos públicos quanto nas empresas privadas, pois parte de um anseio da população, mas sem o conhecimento daquilo que se quer que ela faça. Conciliar esses interesses constitui, segundo Foucault (2008b), o alvo e o instrumento fundamental do governo da população.

Assim, governar a deficiência será oferecer sua inserção no mercado de trabalho. A ferramenta de poder pela lei de cotas assume o aspecto predominante na sociedade inclusiva, que defende a igualdade de oportunidades, mesmo que diante das controvérsias do que não são a favor de tais cotas. Nesse debate, não se questiona a necessidade de encaminhar a pessoa com deficiência para o mercado de trabalho, tendo em vista que a questão da cidadania passa pelo direito de todos ao pleno exercício de um trabalho.

Nesse contexto, vários programas são criados para dar conta da colocação de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, que pode acontecer sob duas vertentes: a autocolocação direta, na qual o próprio interessado vai à busca do emprego ou por meio das instituições especializadas, de associações de pessoas deficientes e centros de vida independente. (SASSAKI, 2002). A inclusão no mercado de trabalho é agregada à construção da cidadania. Nela o potencial e a habilidade são destacados em detrimento da deficiência, valorizando os direitos humanos do grupo.

Mesmo não sendo a única forma de colocação no mercado de trabalho, a lei de cotas, como mecanismo de governamentalidade, promove a gestão do corpo com deficiência. Articulando as técnicas disciplinares, por meio da educação inclusiva, com os efeitos do biopoder que eleva as estatísticas da vida, promove-se a fabricação do corpo produtivo para o trabalho, sob a égide da elevação da cidadania em um dos mais valorizados aspectos sociais. Neste caso, o trabalho é revestido de um efeito de realização pessoal e de integração efetiva da pessoa com deficiência na sociedade.

Assim, é o corpo produtivo que passa a ser alvo da governamentalidade. A inclusão pelo trabalho, neste caso, é o mecanismo que possibilita tornar o corpo válido para a produção do mercado. Nesse movimento, o sujeito é feito do poder e dos discursos, passa pelo processo de normalização e é subjetivado nas práticas discursivas da inclusão pelo trabalho, tornando-se então, produtivo economicamente. Com isso, o corpo vai ser medido em normal e anormal dependendo do seu potencial para o trabalho. A inserção no mercado de trabalho propicia formas de domesticar os anormais, pois os castigos não são o melhor meio

para fabricar corpos dóceis, é preciso hábitos e habilidades que começam na infância, no lar, na escola e até nas fábricas. (LOBO, 2008).

Desse modo, apaga-se a deficiência como algo negativo, embora a lei de cotas produza um efeito de discriminação, pois se há um número de vagas reservado, pressupõe desigualdade na forma de acesso ao emprego, ressaltando que esse sujeito não está apto a concorrer com os ditos normais. Ela é também perpassada por um efeito de positividade, quando tenta compensar por vias das cotas, a história de exclusão a que foi remetido o sujeito com deficiência. É pertinente mostrar como as práticas discursivas constroem a subjetivação do sujeito com deficiência por via da inclusão no mercado de trabalho.

4.1.1. Corpo e consumo: a visibilidade do sujeito com deficiência na inclusão pelo trabalho

Na continuidade do nosso olhar investigativo pelas páginas da revista *Sentidos*, analisaremos os enunciados que abordam a questão da inclusão no mercado de trabalho, a partir das séries enunciativas da revista, dando ênfase as matérias de capas de diferentes edições. Nesta empreitada, vamos buscar as regularidades e as singularidades que estão presentes na construção dos efeitos de sentidos, que promovem a unidade do discurso por vias de enunciados dispersos e heterogêneos, mas que se cruzam no batimento da construção dos modos de subjetivação do sujeito, agregada a técnicas disciplinares e estratégias de governamentalidade.

Iniciamos pela análise da edição Nº 63 de março de 2011. Essa edição, conforme destaque do editorial, é comemorativa dos vinte anos de lutas e vitórias das pessoas com deficiência após a promulgação da Lei de Cotas em 1991. O editorial, intitulado “Lutas e vitórias”, dá visibilidade para a matéria de capa, a qual conta a história de três sujeitos incluídos no mercado de trabalho que são bem sucedidos, ressaltando suas conquistas. Segundo o editorial “eles representam aquilo que todos devem ter: trabalho, autonomia e independência”. (SENTIDOS, 2011). Isso já evidencia os sentidos que estarão presentes na matéria. A edição coincide também com os dez anos de circulação da revista que tem como proposta editorial produzir reportagens para a melhoria da qualidade de vida e levar a sociedade a perceber a realidade das pessoas com deficiência. É possível notar a relação de sentidos no enunciado editorial. Ao destacar os vinte anos de conquistas, após a Lei de Cotas, se evidenciam também as conquistas da própria revista, que alcança o sucesso pelo efeito de autoajuda que a perpassa.

Assim, os sentidos na mídia são sempre agenciados por um controle e seleção, seja dos enunciados verbais ou imagéticos, seja da seleção das matérias veiculadas para causar impacto e atender aos interesses do proposto na linha editorial da revista. É por isso que essa edição priorizou eventos da inclusão do sujeito com deficiência no mercado de trabalho, evidenciando casos de sucessos, a partir da discursivização da matéria destacada abaixo, mas não sem promover o silenciamento de outros dizeres, conforme veremos neste percurso analítico que se inicia com a discussão dos enunciados seguintes:



Este enunciado é a página de abertura da matéria de capa, intitulada “Conquistando espaço”. Nele os sentidos construídos estão atrelados às redes de memória que perpassam todo o discurso, remetendo aos sentidos cristalizados sobre o mercado de trabalho no que se refere ao meio executivo. A interface entre o enunciado imagético e o verbal sinaliza as conquistas desses sujeitos com deficiência em seus respectivos campos de atuação profissional. Vale destacar que essa foto é a mesma da capa da revista. Ela apresenta três sujeitos de boa aparência, usando terno e gravata, de acordo com o padrão dos grandes executivos. É a imagem que “funciona como um operador de memória social”, conforme defendido por Pêcheux (2007). Assim, a foto sinaliza para uma leitura possível do enunciado.

O resgate de memória evoca os sentidos cristalizados sobre o que é ser bem sucedido profissionalmente, seja por meio dos traços indiciários presentes no corpo dos sujeitos, seja pelas conquistas de bens materiais e recursos tecnológicos de última geração. É

importante destacar que no enunciado verbal “conquistando espaço”, a ênfase é dada sobre a primeira palavra, que aparece em letras vermelhas, grandes e largas, o que possibilita o efeito de sentido de aumento das conquistas, enquanto que “espaço” aparece com destaque menor, pois representa o espaço social, não o ambiente físico, tendo em vista que o sujeito com deficiência sempre poderá ir mais além. O sucesso também marcado no sorriso presente em cada rosto, marcando-o como regularidade em todo o discurso da inclusão na revista.

A memória discursiva atua na imagem da capa como um efeito de regularidade, ativando o interdiscurso sobre o campo profissional dos executivos visto como sujeitos bem sucedidos, entretanto essa memória faz aparecer um acontecimento discursivo novo, que vem mover os sentidos cristalizados sobre o ser deficiente. Assim, a memória se desloca fazendo surgir uma nova série, que é justamente a do sujeito com deficiência que conquista espaço no mercado de trabalho pela força produtiva do seu corpo. Nota-se que esse deslocamento em relação ao deficiente aparece também no enunciado verbal que abre a matéria: “Pessoas com deficiência provam que é possível arranjar emprego com determinação, usufruindo dos avanços tecnológicos” (*SENTIDOS*, 2011).

O sentido produzido pelo verbo “provar” é indicativo de que antes essas pessoas não poderiam ocupar tais cargos. Assim, em cada uma das histórias discursivizadas pela revista, o sujeito com deficiência deu o efeito de prova de sua capacidade, a partir da ativação de uma memória do presente, favorecendo ao aparecimento de uma “nova série que não estava constituída enquanto tal e que é assim o produto do acontecimento, que desloca e desregula os implícitos associados ao sistema anterior”. (PÊCHEUX, 2007, p. 52).

O acontecimento discursivo que referenda essa discursividade é a implementação da Lei de Cotas que surge como uma estratégia biopolítica na governamentalidade do corpo com deficiência. Desse modo, o poder de normalização incide sobre o sujeito através da inclusão pelo trabalho, que para se efetivar, necessita de algumas técnicas do poder disciplinar, sendo a mais importante delas a docilização do corpo pelos mecanismos da escola que prepara e capacita a força de trabalho.

Outra técnica disciplinar é a vigilância constante, não apenas sobre o sujeito, mas também sobre a empresa que será multada, caso não tenha em seu quadro, funcionários com deficiência dentro do percentual estabelecido por lei. Isso fica claro no enunciado da revista: “somente uma década mais tarde, quando o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) começou realmente a verificar e aplicar multas, o mundo corporativo abriu suas portas para todos”. (*SENTIDOS*, 2011). Nesse “abrir as portas”, acontece a docilização do corpo com

deficiência que precisa atender às exigências para sua colocação no trabalho. Por isso, outros mecanismos são necessários, como os avanços tecnológicos e o apoio de instituições não governamentais, que têm a função de preparar os sujeitos para o trabalho e também de fiscalizar as empresas, agindo como elo entre o empregador e o empregado.

Desse modo, o elemento de vigilância não é mais o panóptico, pois o mecanismo de fiscalização passa a ser disseminado entre vários segmentos de poder, tanto o do Ministério Público, quanto das instituições não governamentais. O foco da vigilância sai do olhar de um sobre todos para um olhar no qual a vigilância é de todos para um, favorecendo a aplicação dos mecanismos da sociedade de controle, por meio da fiscalização constante sobre as empresas para saber se estão cumprindo a Lei de Cotas. Assim, a vigilância age como uma forma positiva e desejada de poder, na qual a aplicação da multa é um dispositivo de controle e de disciplina.

A vigilância constante age em articulação com outra técnica que é a sanção normalizadora, através dela tanto a empresa quanto o sujeito sofre os efeitos do poder disciplinar. Para a primeira são aplicados castigos por meio de multa, caso não cumpra a lei ou recebe a recompensa por atender ao padrão de normalização referente à responsabilidade social. Esta é compreendida como a tendência pela qual algumas empresas por iniciativa própria se adaptam a relações e modelos contemporâneos, contribuindo para uma sociedade mais justa. Em contrapartida, tais empresas elevam sua imagem de instituição promotora de causas sociais, e, conseqüentemente passam a ter um *status* que lhe dará outras recompensas.

Por isso, nesse cenário de responsabilidade social aparece o formato da empresa inclusiva – aquela que acredita no valor da diversidade humana, contempla as diferenças individuais, efetua mudanças fundamentais nas práticas administrativas, implementa adaptações no ambiente físico, treina os recursos humanos na questão da inclusão. (SASSAKI, 2002, p. 65). Ela se adapta à exigência mundial de criar trabalho para pessoas com deficiência, conforme preconizado em 1991 quando a ONU promulgou a construção de uma sociedade para todos. Assim, tal empresa tem como sanção o recebimento do selo de responsabilidade social, visto como uma positividade no cumprimento da inclusão.

Já para o sujeito com deficiência a sanção normalizadora acontece por meio da recompensa em conseguir uma função de destaque no trabalho, que lhe possibilita ter acesso a bens de consumo, conforme destacado no enunciado da revista através do caso do engenheiro mecânico Marcelo Costa. Ele aparece na foto, sorridente em seu carro adaptado. Recusou a oferta de aposentadoria por invalidez e continua na empresa, no mesmo cargo que ocupava

antes do acidente que o deixou paraplégico. A recusa da aposentadoria por invalidez é um efeito de prova do deslocamento da memória de que o sujeito com deficiência é um inválido que precisa ser ajudado pelo governo. O que este discurso sinaliza é que ele vai comprovar sua capacidade e mostrar suas conquistas.

Por isso, o efeito de visibilidade dado pela inserção do carro reforça que esse objeto não foi colocado por acaso na imagem, conforme se pode notar:



A evidência dada ao veículo é uma estratégia discursiva do sujeito enunciator da revista em mostrá-lo como uma das conquistas do sujeito com deficiência que está no mercado de trabalho. O enunciado verbal enfatiza: “Conquistas: Carro adaptado, cão-guia e carteira de trabalho assinada. As principais vitórias das pessoas com deficiência”. Nesse enunciado a cor amarela usada na palavra “conquista” constrói um efeito de atenção, de chamamento para esse sujeito com deficiência que está sendo subjetivado no discurso. Ele é visto sob o foco de visibilidade relacionado às conquistas dos últimos vinte anos.

Dentre as três, o carro adaptado e o cão guia são ressaltados como estratégias discursivas na capa. Há um apagamento da carteira de trabalho, pois esses sujeitos representados não são vistos apenas por terem carteira de trabalho assinada, mas pelos outros elementos destacados. A evidência da imagem recai sobre profissionais qualificados, com status de executivos pela aparência, o que demonstra serem bem sucedidos nas suas respectivas funções.

É importante destacar que se não fosse pela presença da cadeira de rodas e do cão guia na imagem, seria possível afirmar que não se tratava de sujeitos com deficiência, tendo em vista que o poder de normalização já construiu um novo sujeito com deficiência, higienizado pela disciplinarização do seu corpo. Desse modo, “o poder político dá um certo espaço ao indivíduo: um espaço onde se comportar, onde adaptar uma postura particular, onde sentar de uma certa maneira, ou trabalhar continuamente”. (FOUCAULT, 2006c, p. 259).

Assim, a deficiência aparece sob um duplo efeito - exaltação e apagamento, como se pode notar nas pistas que a sinalizam. Ao lado do veículo foi colocada a cadeira de rodas, de forma estratégica para caracterizar o sujeito. Ela representa a deficiência do corpo, exalta sua diferença, mas também é vista como mais uma conquista possibilitada pela tecnologia, que atualmente fez aparecer no mercado cadeiras de rodas com diferentes recursos. Algumas delas de preço muito elevado, por isso de pouco acesso à maioria das pessoas com deficiência. Essas cadeiras também têm suas propagandas espalhadas pelas páginas da revista.

Entretanto, a cadeira está vazia, o que sinaliza o apagamento da deficiência vista como invalidez e incapacidade. Ela não é mais a única possibilidade de locomoção, o carro substitui a cadeira e dá mais visibilidade ao sujeito em sua normalização. Observa-se a produção do efeito de que o sujeito com deficiência está além da limitação física imposta por sua condição de cadeirante. Essa nova posição não é qualquer outra, é aquela que marca a posição de sujeito homem, executivo, de posses e ambições semelhantes às de qualquer outro, sem a mesma limitação e do mesmo ramo profissional.

Já o cão guia marca a deficiência visual, mas ao mesmo tempo, a possibilidade de independência e liberdade, fazendo com que o sujeito não dependa de outras pessoas. Além disso, há outro efeito de sentido, no qual o cão aqui pode estar representando; não apenas o guia de um sujeito com deficiência visual, mas uma pessoa independente com o seu animal de estimação, numa relação não de deficiente x cão guia, mas de um dono e seu *pet*, cena comumente contemplada nas ruas.

Concomitantemente, a deficiência do terceiro sujeito discursivizado na imagem é marcada pela mão que aponta para o crachá. Ela estabelece um efeito de pertencimento ao quadro de funcionários da empresa, entretanto, indica que a comunicação desse sujeito é realizada por meio da Língua de Sinais, a Libras. Isso constrói, paradoxalmente, um efeito de afirmação da sua própria deficiência em contraposição aos outros sujeitos, pois pela aparência, apenas, não seria possível identificá-la. Neste caso, a reafirmação dos dizeres salienta que é preciso marcar, na imagem de capa, a deficiência de cada um dos sujeitos,

estabelecendo uma segregação entre pessoas com e sem deficiência. Neste caso, o gesto que lembra a língua de sinais foi preponderante.

Essa imagem de capa enfatiza os modos de subjetivação do sujeito com deficiência inserido nesse mercado de trabalho, promovendo a sua subjetivação por meio de um novo regime de verdade. A cadeira, o cão e o apontar do dedo exaltam a deficiência, mas também ressaltam que o sujeito está além dela em toda a sua possibilidade de normalização que o faz estar incluído no mercado de trabalho.

Ao se evidenciar por que um enunciado e não outro em seu lugar, e porque é sempre possível se fazer uma leitura, mas não qualquer uma, deve-se considerar que a cadeira dá lugar, não a qualquer outro objeto para facilidade de locomoção do sujeito, mas, e sobretudo, ao carro novo, moderno e sofisticado. O cão relativiza a posição do homem independente e vaidoso em detrimento daquele sujeito incapaz. O apontar de dedos dá ênfase não ao mero gesto, mas ao objeto de sua mira: o crachá que corrobora a posição de trabalhador formal. Isso sinaliza para as ferramentas de poder que se operam na mídia, conforme destacado por Foucault (2006c, p. 253), “o discurso desempenha um papel no interior de um sistema estratégico em que o poder está implicado. [...] O poder é alguma coisa que opera através do discurso”.

Essas estratégias mostram que a mídia utiliza um discurso de sedução, sensacionalismo e espetacularização, por meio de um saber publicitário, no qual o *marketing* é a linguagem específica para produzir determinados sentidos. É por isso que colocar a evidência no veículo corrobora os sentidos produzidos no interior do enunciado verbal da matéria em análise, tendo em vista que ao discursivizar o exemplo de perseverança do engenheiro mecânico, a revista conduz o sentido para a exaltação do bom êxito da inclusão no mercado de trabalho. Vale destacar que é um “engenheiro mecânico” quem está dentro de um “carro adaptado” e não os sujeitos ao seu redor. Ele trabalha na Volkswagen, uma empresa de veículos multinacional, considerada uma das líderes do mercado automobilístico, tudo isso corrobora o efeito de sentido de sucesso.

Na continuidade da análise da matéria, o sujeito enunciador da revista utiliza-se do caso do engenheiro para entrar em outra conquista do sujeito com deficiência. No enunciado: “Marcelo também conquistou mais liberdade quando comprou um carro particular, beneficiando-se do direito de isenção de impostos (IPI, IOF, ICMS e IPVA)” (*SENTIDOS*, 2011), há uma mescla de saberes que ajudam na construção do sentido.

O carro propicia liberdade, simboliza o desejo e o poder de esta incluído no mercado de trabalho, mas não em qualquer função, pois o veículo é considerado como *status* social. Nos enunciados imagético e verbal, o carro é enfatizado como uma grande conquista, possibilitada pela biopolítica que estabeleceu a isenção de impostos, fazendo com que as montadoras se voltassem para esse público, conforme destacado pela revista:

A exoneração fiscal começou a ser implantada por vários decretos desde 1995 até 2007. O preço dos automóveis baixou, o que fez com que grandes montadoras como Toyota, Fiat e Honda, desenvolvesse programas para a aquisição de seus produtos por este público. (SENTIDOS, 2011).

São justamente essas “grandes montadoras” que têm destaque nas páginas da revista com a propaganda de seus produtos persuadindo o público leitor. Em todas as edições são muitas ofertas de carros adaptados, utilizando o discurso da isenção de impostos, programa de inclusão, sempre com o sentido de conforto, segurança e atendimento das necessidades, a exemplo do que foi interpretado no capítulo 2 - tópico 2.5 deste trabalho.

É interessante mencionar que as montadoras ao oferecerem esses carros adaptados, colocam no mercado os modelos mais caros. Por isso, na matéria em análise é ressaltado que em 2010, foram vendidos cerca de 40 mil carros no Brasil, porém há um projeto de lei, na Câmara dos Deputados, que obriga as fábricas a fazerem a adaptação de veículos aos modelos mais populares. Essa é também uma estratégia biopolítica, alicerçada no saber jurídico.

O efeito de visibilidade das conquistas do sujeito com deficiência passa pela ênfase nos bens de consumo oferecidos pela sociedade capitalista. Dessa forma, a inclusão no mercado de trabalho garante a possibilidade de tornar esse sujeito ativo economicamente, podendo dar lucro em diferentes segmentos. O sujeito é produtivo porque sofreu o disciplinamento do corpo, permitindo controlar a deficiência para normalizá-lo, deixando-o apto a realizar várias atividades.

Dessa forma, a subjetivação é construída com foco no consumo como elemento que dá prazer e garante a felicidade. Por isso, Coracini (2006, p. 135) defende que há o estímulo para o hedonismo, pois: “essa economia racional, mas consumista, constitui, aliás, um dos princípios do fenômeno da globalização e da ideologia neoliberal que prega o esforço pessoal como garantia de sucesso e o sucesso diga-se de passagem, é medido pelo dinheiro”.

No caso do sujeito com deficiência, o esforço pessoal além da possibilidade de consumo a bens e serviços, estimula o consumo das relações pessoais por meio de um efeito

de inclusão, pertencimento e aceitação na sociedade, como se pode notar nos casos seguintes, discursivizados ainda na matéria que estamos analisando.

Figura 26 – Conquistando espaço – Enunciado 2

Segundo Rubens de Oliveira, diretor do departamento de vendas da Toyota, as montadoras estimam que em 2010 foram vendidos cerca de 40 mil carros no Brasil, considerando todas as marcas. No entanto, a Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei que obriga as fabricantes a estenderem a adaptação de veículos a todos os seus modelos, inclusive, os populares. O argumento dos parlamentares é que as montadoras só disponibilizaram as opções mais caras para o público com deficiência. "Nós disponibilizamos todos os modelos, no entanto, alguns não têm isenção, outros proporcionam uma parcela e há ainda opções que permitem isenção total. Assim, a empresa trabalha um produto especial com total isenção, visando um maior benefício para seus clientes", defende Rubens. A proposta agora será analisada pelas comissões de Seguridade Social e de Constituição e Justiça.

De acordo com relatório da comissão divulgado em novembro de 2010, cerca de 10% da população do País têm algum tipo de deficiência que necessitaria de um veículo adaptado. Mas destes 10%, apenas 20% poderiam adquirir o veículo.

Lucas dedicou-se à paixão pelo jornalismo e, com perseverança e a ajuda da tecnologia, conquistou uma vaga em um dos maiores jornais do País

Em busca de novos horizontes
O carioca Lucas Maia, 25 anos, nasceu cego, por causa de uma doença genética. No entanto, a deficiência não o impediu que ele se apaixonasse pelo jornalismo. Aos 18 anos recebeu uma companheira inseparável, a cadela-guia Ammie, 7 anos, trazida dos Estados Unidos. As dificuldades para estudar eram grandes no Brasil e ele recebia ajuda da irmã para ler os textos. Fazendo intercâmbio em uma faculdade americana em 2008, Lucas percebeu que a diferença no preparo das instituições de ensino entre países era gigante. "Lá eles estão muito mais avançados e adaptados. Toda universidade tem um departamento especial só para ajudar quem tem alguma deficiência", conta.

Após o término do curso em 2009, ele passou em uma seleção do programa de trainees do jornal O Estado de São Paulo. Com ajuda de um computador com um software que lê textos, o rapaz conquistou seu espaço. Hoje ele é contratado e acompanha ações dos políticos brasileiros relatando sua percepção para o público.

Para o trabalho, o jornalista continua contando com a ajuda de programas de computador cada vez melhores, que

FEITA PARA VOCÊ AMAR SUA LIBERDADE

linea gro
em alumínio

linea
em alumínio

astra
em aço

NOVIDADE

- ✓ Práticas
- ✓ Modernas
- ✓ Confortáveis
- ✓ Lindas e Leves

Chegou a nova linha de produtos da Vanzetti

consultem nossas revendas www.vanzetti.com.br

Fonte: Revista Sentidos edição 63/2011

O segundo caso apresentado na matéria ressalta os novos horizontes conquistados por Lucas Maia, jornalista, que tem deficiência visual, entretanto, “a deficiência não o impediu que ele se apaixonasse pelo jornalismo. Aos 18 anos recebeu uma companheira inseparável, a cadela-guia Ammie, 7 anos trazida dos Estados Unidos”. (SENTIDOS, 2011). O disciplinamento pelo qual o sujeito passou fez com que ele se inserisse no mercado de trabalho em uma função que pode ser considerada de difícil acesso, pela competitividade que caracteriza o segmento. A educação foi decisiva para ele, pois estudava com a ajuda da irmã para ler os textos, depois foi fazer intercâmbio nos Estados Unidos.

É possível afirmar que esse sujeito pertence à classe mais favorecida economicamente, pois não é todo deficiente visual que pode comprar um cão-guia e estudar nos Estados Unidos. Isso foi significativo para sua inclusão no mercado de trabalho, conforme destacado no enunciado:

Após o término do curso em 2009, ele passou em uma seleção do programa de *trainees* do jornal O Estado de São Paulo. Com a ajuda de um computador com um software que lê textos, o rapaz conquistou seu espaço. Hoje ele é contratado e acompanha ações dos políticos brasileiros relatando sua percepção para o público. (SENTIDOS, 2011).

Fica evidente que os recursos tecnológicos são decisivos para a inclusão social. O jornalista usa programas de computadores que o auxiliam no trabalho, tanto no computador quanto no celular, que tem um *software* para ler textos. Na vida pessoal, ele conta com a ajuda da cadela para adquirir sua independência, possibilitando o uso de transportes públicos.

Nesse discurso da inclusão, foi utilizada a seleção do que precisa ser dito, por isso a ênfase nos recursos tecnológicos avançados, como exemplo das conquistas dos sujeitos com deficiência. A estratégia discursiva se pauta em mostrar como a tecnologia está sendo usada para beneficiar a vida desses sujeitos, contemplando a inclusão de poucos que têm acesso a essas ferramentas tecnológicas, incluindo a possibilidade de comprar um cão-guia.

Além da menção aos *softwares*, o sujeito enunciador da revista enfatiza, a partir do caso de Lucas, que usa um aparelho do tamanho de um celular para localizar os ônibus, a experiência da cidade de Jaú (SP) como a primeira a usar um sistema eletrônico que identifica os ônibus. O deficiente visual identifica a linha de transporte por uma mensagem de voz que chega ao seu aparelho, também o motorista é informado sobre aquele usuário. Esse é, portanto, um mecanismo de biopolítica que age por meio de um projeto piloto dentro do escopo da acessibilidade preconizada pelo movimento de inclusão, no qual a sociedade precisa se adequar para atender às pessoas com deficiência.

Outro mecanismo de controle discursivo está na propaganda de cadeiras de roda que intercala a matéria entre o caso de Lucas e os demais que o precede e o sucede. A mídia usa estratégias que possibilitam a construção do sentido, por isso a propaganda, colocada na página no lado direito, evoca um efeito de liberdade, conforto e modernidade, sendo esta última indicativa dos avanços tecnológicos utilizados na fabricação do produto para promover todos os benefícios citados no enunciado.

O enunciado da propaganda está colocado justamente no caso que reforça a tecnologia como conquista desses sujeitos. Além disso, mobiliza o sentido de que incluído no mercado de trabalho, eles podem adquirir, com o salário, esse produto. É mais uma vez a sedução para o consumo que se observa nas páginas da revista. Assim, a mídia propicia a transformação e a consolidação de modos de subjetivação, pois é detentora de um poder eficaz de controle e seleção do que é dito.

Esse controle se comprova pelo apagamento que foi dado a um sujeito com deficiência na imagem da matéria e também pelo editorial da revista que não menciona o seu caso como uma conquista. Conforme mostramos no início desta análise, o editorial ressalta o caso dos três sujeitos apenas, apagando o caso da jovem com Síndrome de Down. Trata-se de

Lídia Martins, cuja história está discursivizada como o terceiro caso de inclusão no mercado de trabalho. Como se pode observar no enunciado seguinte:

Figura 27 – Conquistando espaço – Enunciado 3

possibilitam a leitura de páginas da internet e e-mail. Seu celular também tem um programa que lê textos e o ajuda durante entrevistas. Nas ruas, Antônio, serve de guia fiel, principalmente quando ele utiliza o transporte público. Além, em sua rotina, ele conta com mais um avanço tecnológico. Em outubro do ano passado, a cidade de São Paulo (SP) foi a primeira a implantar um sistema eletrônico que identifica os ônibus. O deficiente visual usa um aparelho do tamanho de um celular que indica a linha do transporte que se aproxima. O usuário recebe as informações por uma mensagem de voz e o motorista do ônibus também é avisado da presença dele no ponto. O projeto passou por uma fase de testes em três linhas da cidade, onde foi comprovada sua eficiência.

Na linha de frente
Procurar as vagas criadas pela Lei de Cotas para pessoas com deficiência tem sido parte do trabalho de muitas instituições não-governamentais. Elas procuram inserir estas candidatas no mercado de trabalho por meio de treinamentos, capacitações, parcerias e acompanhamento no próprio ambiente profissional. No entanto, às vezes, as organizações antigas começam a procurar novas fórmulas para lidar com os desafios de ação.
A Fundação Síndrome de Down, criada há duas décadas em Campinas, alterou seu método de atuação em 2006 e se reformulou por completo. As mudanças vieram com uma nova filosofia importada da Espanha. Na época, a oficina da instituição que simulava um ambiente de trabalho foi fechada. "Percebemos que, um estágio não remunerado em uma pequena empresa era mais eficaz no aproveitamento do que a 'simulação', diz Luciana de Melo, psicóloga e coordenadora de inserção no mercado de trabalho da associação. Após a mudan-

Lidia aprendeu que com o trabalho é possível conquistar mais que um salário: a independência e o convívio social não têm preço!

ça, os números mostraram que a modificação foi eficaz: desde 2000 a fundação inseriu 56 pessoas no mercado de trabalho, mas destas, 30 arranjaram emprego depois de 2006. "O segredo do sucesso é que elas puderam experimentar o mundo profissional de verdade e aprender o que é responsabilidade", comenta.
Uma das beneficiadas com a expansão de contratações do segmento é Lidia Martins da Costa, de 31 anos. A paulista, que tem síndrome de Down, começou a participar de atividades da fundação desde os 13 anos e arranjou seu primeiro estágio em 2007. Hoje, ela ocupa uma vaga desde setembro de 2009 na Age, uma produtora de equipamentos para telecomunicação da cidade de Paulínia. Lidia é embalsameira de produtos e controla o almoxarifado da empresa. "Estou muito feliz com minha independência. É importante trabalhar para ganhar dinheiro. Com ele posso comprar roupas, passear e presentear amigos", conta.

Cumprindo a lei
Eduardo Nascimento, 29 anos, é surdo. Passando pela Foca Brastech em abril de 2009, descobriu que a empresa de softwares Totes tinha vagas para o programa de capacitação de pessoas com deficiência. Através do Centro de Atendimento do Trabalhador (CAT) conseguiu uma oportunidade. "Interessou-me pela vaga porque eu adoro trabalhar com computadores. Então, resolvi sair da empresa anterior, onde trabalhava há cinco anos como auxiliar de almoxarifado", conta. O treinamento durou mais de um ano e em 2010 ele foi efetivado e trabalha na área de infraestrutura da empresa, convertendo e fazendo pedidos de peças para os computadores. Eduardo se diz contente com o ofício, mas sabe que precisa se especializar para seguir crescendo. "O emprego ajudou no desenvolvimento da minha vida, mas agora quero fazer faculdade de Sistema de Informação", comenta. Nascimento ainda é professor de LIBRAS (Língua de sinais) aos sábados, no Instituto Maua Que Tucum, em São Paulo. "Também ensino para os funcionários da Totes que têm interesse em aprender. Isso ajuda, pois eles passam a compreender melhor a minha situação", afirma. Um dos seus objetivos, quando tiver bastante conhecimento, é criar softwares que sejam capazes de traduzir vozes e textos para a língua de sinais automaticamente. E3

20 anos após a Lei de Cotas
Para o presidente da Associação Brasileira de Pessoas com Deficiência, Enilson Moraes Pontana, ainda existe desceio na aplicação da Lei de Cotas. Segundo ele, as empresas ainda têm a sensação de impunidade e acham que podem adiar, e até negar com MTE, maiores prazos para contratar funcionários com deficiência. "São tomadas atitudes quando o órgão aplica multas. Para não dizer que esta postura é regra, considero que 80% das empresas agem desta forma e só decidem contratar com a multa batendo na sua porta", afirma Pontana. Ele também considera que o trabalho de organizações não-governamentais tem sido fundamental para vencer barreiras. "Se dependesse apenas das ações do governo, não haveria tanta gente qualificada e empregada. E de conhecimento que as instituições escolares do governo e da iniciativa privada, não têm acessibilidade e seus profissionais ainda não estão preparados para lidar com pessoas com deficiência em sala de aula", conclui.

Eduardo trabalha hoje em uma empresa de informática e seu sonho é, no futuro, criar um software para ajudar pessoas para ajudar

Fonte: Revista Sentidos edição 63/2011

No enunciado: “Na linha de frente”, que conta a história de Lídia, o que é ressaltado não são as qualidades do trabalho realizado por ela, mas o serviço oferecido pelas instituições não-governamentais na luta para que se cumpra a Lei de Cotas. Conforme discutimos no tópico 4.1, essas instituições são responsáveis pela colocação de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Segundo a revista, elas oferecem “treinamentos, capacitação, parcerias e acompanhamento no próprio ambiente profissional”. (SENTIDOS, 2011).

Desse modo, a instituição em evidência é a Fundação Síndrome de Down, que alterou seu método de atuação para um modelo importado da Espanha. Antes a instituição capacitava os sujeitos por meio de oficinas que simulavam o mercado de trabalho, depois mudaram a metodologia para estágio não remunerado em pequenas empresas. Isso fez crescer o número de pessoas com Síndrome de Down que conseguiu empregos. Na fala da psicóloga e coordenadora da inserção no mercado de trabalho, “o segredo do sucesso é que elas puderam experimentar o mundo profissional de verdade e aprender o que é responsabilidade”.

O exemplo de Lidia Martins, de 31 anos é ilustrativo das conquistas da fundação. Ela começou a participar das atividades oferecidas desde os 13 anos e arranjou seu primeiro emprego em 2007. A ênfase não é dada a esse sujeito, mas à instituição que a disciplina e normaliza por meio de diversas técnicas, ativando uma memória discursiva de segregação que lembra a fase da institucionalização da deficiência. Isso mostra que as instituições não

perderam seu espaço nos tempos de inclusão, porém são ressignificadas para atender aos postulados da sociedade inclusiva.

Lembrando que o objetivo da matéria é mostrar as conquistas dos sujeitos com deficiência após a Lei de Cotas, o sujeito enunciator mostra que Lidia foi incluída no mercado de trabalho: “hoje ela ocupa uma vaga desde setembro de 2009 na Asga, uma produtora de equipamentos para telecomunicação da cidade de Paulínia. Lidia é embaladora de produtos e controla o almoxarifado da empresa”. (*SENTIDOS*, 2011). Nesse caso, a conquista é muito mais o resultado das ações disciplinadoras da Fundação do que o sucesso profissional do sujeito. Quem está “na linha de frente” é a instituição, não Lidia. Afinal, na ótica da produção industrial, o novo trabalhador não era mais um corpo natural, nascido para o trabalho, era preciso educá-lo, preservá-lo ou recuperá-lo, por meio de técnicas, em estabelecimentos que pudessem transformar os anormais. (LOBO, 2008).

Assim, o disciplinamento tornou o corpo produtivo. Para Lidia, o trabalho representa a possibilidade de independência e convívio social. Ela afirma: “estou muito feliz com minha independência. É importante trabalhar para ganhar dinheiro. Com ele posso comprar roupas, passear e presentear amigos”. O efeito de felicidade perpassa seu discurso, ademais, o consumo é apontado como parte da independência, o que mostra mais uma vez que o sujeito incluído no mercado de trabalho não passa despercebido na sociedade capitalista. Ele aparece como corpo produtor e produto de consumo, embora os bens de consumo sejam diferentes em cada caso apresentado na revista.

Nessa visão utilitarista que transforma os corpos inúteis em úteis, há a segregação dos que podem ocupar determinados postos de trabalho. É por isso que Lidia não foi discursivizada como pertencente ao mundo do trabalho executivo. A imagem usada na matéria a coloca como simples trabalhadora, que exerce uma função de pouco *status* social, até o vestuário mostra isso, ela está no universo do seu trabalho, o interior do almoxarifado da empresa, lugar que pode ser considerado de reclusão – é um ambiente fechado com prateleiras e caixas ao redor, o sujeito aparece na imagem como se estivesse num corredor grande sem acesso ao público e numa espécie de enquadramento de contornos limítrofes bem definidos – no qual o funcionário não tem muita visibilidade na empresa.

Por isso, o possível efeito de apagamento dado a ela na imagem da capa da revista. Esse sujeito, por ter Síndrome de Down, está ligado a uma memória que o concebe a partir de limitações intelectuais, enquanto que a deficiência dos outros três está atrelada ao corpo físico.

Para concluir essa série enunciativa, é importante destacar o último caso de sujeito com deficiência inserido no mercado de trabalho destacado pela revista. Trata-se de Eduardo Nascimento, 29 anos, surdo. Ele conseguiu uma vaga na empresa de *Softwares Totvs*, trabalha na área de infraestrutura da empresa, consertando e fazendo pedidos de peças para os computadores. Sua deficiência não o impediu de mudar do setor de almoxarifado da empresa anterior para o novo trabalho. Segundo ele: “interessei-me pela vaga porque adoro trabalhar com computadores. O emprego ajudou no desenvolvimento da minha vida, mas agora quero fazer faculdade de Sistema de Informação”. (SENTIDOS, 2011).

O discurso desse sujeito aponta para a eficácia do poder de normalização. Seu corpo passa pela docilização da escola para entrar no mercado de trabalho. Dessa maneira, ele não quer somente trabalhar, quer alcançar funções mais valorizadas socialmente, por isso pretende cursar uma universidade. Com isso, ele poderá também realizar seu sonho, no futuro, quando tiver curso superior, criar um *software* para ajudar pessoas com deficiência. Esse sonho já é em parte realizado, pois é professor de Libras (Língua Brasileira de Sinais) aos sábados, no *Instituto mãos que tocam* e ensina também aos colegas de trabalho que querem aprender.

A inclusão sujeito com deficiência auditiva no mercado de trabalho foi possível pela estratégia de governamentalidade que se opera sobre essa população, com a implementação da Lei de Cotas. São os mecanismos de poder agindo por meio da biopolítica, como resultado dos vinte anos da instauração da lei, porém essa inclusão não seria possível sem a sanção que disciplina as empresas e os sujeitos.

Nesse contexto, essas ações do biopoder se pautam em uma positividade, na qual tudo é visto como forma de beneficiar a sociedade e promover mais cidadania e respeito às diferenças. Os saberes da medicina, o pedagógico e o jurídico agem em comunhão na defesa dos direitos das minorias. Foi devido aos deslocamentos desses saberes, que não são mais aceitas as limitações de aprendizagem que eram imputadas ao surdo-mudo. Os discursos sobre consanguinidade que circularam no início do século XX, apontados por Lobo (2008), sintetizam a visão sobre essa deficiência: o surdo-mudo não é somente uma criança a instituir, é um ser moralmente incompleto; sua inteligência não é mais desenvolvida que a de uma criança de três anos. Comparado ao cego de nascimento, que pode facilmente adquirir o conhecimento dos outros homens, e é de natureza mais dócil, o surdo-mudo é de pouca capacidade, indócil, muitas vezes rebelde e violento.

Esse discurso é atravessado pelo saber médico e pedagógico e estabelece a diferença no interior da deficiência, ressaltando quem tem mais capacidade intelectual. Ela é um traço constitutivo de inteligência, capacidade e eficiência para realizar determinadas atividades. Isso pode ser usado para comprovar por que a jovem com Síndrome de Down foi silenciada na capa da revista e no editorial. Podemos inferir que ela não está apta a desenvolver as mesmas funções que os outros sujeitos. É como se houvesse uma hierarquia de deficiência que permite ao desenvolvimento intelectual. Com isso, o discurso da revista promove uma exclusão e segregação do sujeito com Síndrome de Down em detrimento de outras deficiências.

Em suma, no primeiro caso, da deficiência física, o sujeito tem boa aparência, estudou até um grau mais elevado, por isso exerce o cargo de engenheiro mecânico; o segundo tem deficiência visual, teve uma educação formal, cursou a universidade de Jornalismo, fez intercâmbio nos EUA, sua capacidade intelectual foi comprovada. O terceiro sujeito é surdo-mudo, porém pelos deslocamentos dos saberes, não é mais visto como incapaz e arredo. Ao contrário, trabalha com computadores, o que exige muito conhecimento e habilidade, por isso, ele quer ampliar seus estudos cursando uma universidade. Já o sujeito com Síndrome de Down foi marginalizado em detrimento de sua deficiência, não recebeu a mesma visibilidade que os outros. Assim, o controle discursivo selecionou os casos que realmente representam a conquista do espaço no mercado de trabalho para dar visibilidade, na imagem de capa, dos casos que realmente indicam sucesso e conquistas. Os três sujeitos foram higienizados e disciplinados para esse fim.

Nota-se que a rede enunciativa estabelecida na matéria tem como elo comum, como regularidade, o fato de todos terem um tipo de deficiência que precisa de inclusão. Entretanto, em cada enunciado, a questão da deficiência é trabalhada em regimes de verdade diferenciados. Isso mostra que a interdição também produz sentidos e reforça a memória de que o sujeito com deficiência tem limitações e incapacidades devido ao seu grau de deficiência.

A inclusão pelo mercado de trabalho, no discurso em análise, deixa marcas que só reforçam estereótipos já legitimados socialmente. Dentre eles o fato de que a competitividade presente no segmento corporativo, só aceita os sujeitos mais qualificados profissionalmente e que darão maior retorno para suas empresas. Assim, podemos concluir que a matéria, em foco, faz circular um discurso que produz uma vontade de verdade, na qual os sentidos para a

deficiência são construídos de forma diferenciada, podendo circular nas microlutas cotidianas em diferentes contextos, neste caso, na resistência do sujeito com Síndrome de Down.

Para o sujeito com Down, o regime de enunciação remete ao trabalho ligado ao convívio social. O mais importante é que possa ser visto, ter amigos e sair de casa para promover sua independência. Enquanto os outros sujeitos, cujas deficiências estão atreladas aos aspectos do corpo físico, o trabalho para eles está ligado à produção e ao consumo, exercem função de gerenciamento, administração, e são discursivizado como executivos com postos de trabalhos de prestígio social. Assim, o discurso constrói um regime de positividade, no qual não é qualquer um que pode ocupar aquelas funções, a deficiência não os impediu de realiza-las com sucesso.

Desse modo, a vontade de verdade sobre a deficiência está agregada às leis do mercado que dita qual corpo é produtivo e útil às suas necessidades. Há nesse discurso, uma minimização do efeito da deficiência. Se ela estiver ligada a uma questão física, as conquistas serão maiores, pois o aspecto intelectual foi preservado, nele não há deficiência. Com isso, pode-se afirmar que o corpo do sujeito com Síndrome de Down continua sendo um corpo descartável para o trabalho executivo. Para ele, a inserção no mercado de trabalho é muito mais a possibilidade de convívio social, conseguido pela interferência das instituições não-governamentais que disciplinam seu corpo e disciplinam também as empresas para cumprirem a lei, do que a possibilidade de atingir grandes cargos. Portanto, suas conquistas são limitadas e seu poder de consumo também.

Entretanto, mesmo produzindo redes enunciativas ligadas às conquistas dos sujeitos com deficiência no mercado de trabalho, o discurso mostra que tais práticas sociais só foram possíveis pela implementação da lei. Por isso, consideramos que a inclusão acontece pela interferência dos mecanismos de poder que agem sobre o corpo, seja o individual por meio das disciplinas, seja o da população pelas estratégias de governamentalidade.

Porém, esses mecanismos de poder agem sempre voltados para a lógica de mercado, pois o sujeito com deficiência, inserido no mundo do trabalho, passa a ser um consumidor ativo, conforme vimos ao longo da análise. Com isso, a inclusão pelo trabalho vai atender a uma necessidade de pertencimento e aceitação do sujeito na sociedade.

Desse modo, a mídia é também uma instituição saber que detém o poder de produzir discurso dotado de efeitos de sentido que constrói os modos de subjetivação do sujeito com deficiência, influenciando-o a ser um sujeito de desejos, seja o desejo de

consumir, seja o de se sentir produtivo. Amaral, (1994) citada por Lancilotti (2003, p. 12) menciona que:

Na sociedade capitalista o trabalho é visto, essencialmente, como possibilidade de inserção no circuito de produção-consumo. [...] este talvez seja o ponto principal, o resgate do papel do trabalho; seu potencial de elemento significativo, seja na auto-realização, seja na configuração da auto-estima, seja na independência econômica, na autonomia, no prazer presente no processo e no produto, na sensação de aceitação e 'pertencimento' [...] enfim, o resgate da visão do trabalho como fonte de satisfação na vida das pessoas com deficiência.

É esse efeito de felicidade que constitui a regularidade no discurso da inclusão pelo mercado de trabalho. Entretanto, esse discurso também apresenta singularidades, cujos efeitos de sentidos são construídos a partir de outras dizibilidades, operando deslocamentos no interior do próprio discurso da inclusão, pois os modos de subjetivação não são iguais para todos os sujeitos com deficiência, conforme veremos a seguir.

4.1.2. Corpo e felicidade: a outra face da inclusão no mercado de trabalho

Sendo a revista *Sentidos* uma produção midiática destinada a discutir a inclusão da pessoa com deficiência, não poderia deixar de contemplar diferentes aspectos relativos à questão. Dessa forma, mesmo tendo apagado o sujeito com Síndrome de Down da edição 63, encontramos na edição 55, de 2009, na matéria de capa, um efeito de visibilidade para a inclusão desse sujeito. Vamos, então, mergulhar em busca dos efeitos de sentidos produzidos nesse discurso, para fazer vir à tona as regularidades e as singularidades da prática discursiva sobre essa deficiência. Como se pode notar no enunciado de capa da revista:

Figura 28 – Capa da edição 55/2009



Fonte: Revista *Sentidos*

O enunciado verbal “Sim, eu trabalho!” marca uma manobra do poder que investe sobre o sujeito com deficiência, fazendo colocar em evidência uma técnica de normalização tão presente no século XXI. Há uma mescla de vozes que falam em nome desse sujeito, possibilitando a governamentalidade sobre seu corpo. Buscando no intradiscurso, elementos do interdiscurso que aparecem ressignificados, é possível dizer que esse enunciado responde a uma voz que ressoa pela história através da memória discursiva que remete a sentidos sobre a deficiência em diferentes épocas, conforme ressaltado no capítulo 3. Existe, portanto, uma voz de resposta ao interdiscurso religioso e social do século XIX e início do século XX que colocou a assistência ao deficiente como uma prioridade, tendo em vista que naqueles discursos predominava a ideia de que não podiam prover seu sustento pela sua força de trabalho.

Com os deslocamentos de sentidos do ser deficiente para o ser diferente, é que o enunciado “Sim, eu trabalho!” pode marcar sua emergência no discurso da inclusão. Assim, responde a pergunta foucaultiana por que esse e não outro em seu lugar? Sua emergência se deu, pelas condições históricas e das regras de formação que oportunizaram afirmar que o sujeito com Síndrome de Down pode trabalhar e realizar determinadas funções, silenciando uma memória de dependência e incapacidade intelectual.

Nesse enunciado, a cor amarela e o tamanho das letras chamam a atenção do leitor para esses deslocamentos e pede a atenção para se compreender o sujeito com Síndrome de Down assumindo uma função no mercado de trabalho. Também a fotografia que compõe a imagem de capa sinaliza para a construção do sentido. A deficiência está marcada nos traços físicos do rosto, entretanto a ênfase está no sorriso como indício de que a jovem está feliz por ter uma ocupação.

É dela também a voz que diz: “Sim eu trabalho!” O intradiscurso construído em primeira pessoa - *eu* - remete a um efeito de verdade de que é o próprio sujeito que dá seu grito de independência por estar trabalhando, como também responde a tantas outras vozes que diziam: “Não, você não pode trabalhar”. Elas ressoam das práticas históricas de exclusão e segregação, nas quais a incapacidade e a anormalidade eram as características principais do sujeito com deficiência. O efeito de felicidade perpassa o fio discursivo, presente também no enunciado verbal: “Pessoas com Síndrome de Down felizes por executarem uma função”.

Destarte, vêm questões que retomam um contra discurso no interior do discurso da revista. Qual é o sentido de trabalho que é posto para esse sujeito? Como o enunciado está imerso em uma rede, ligado a outros enunciados para construir o sentido? Como resposta

podemos afirmar que produz o sentido na capa da revista tem relação com a matéria presente no interior da revista e com o que é dito em outras edições, fazendo entrever as diferentes relações sobre a deficiência nesse discurso. Por isso, é pertinente discutir os enunciados que compõem a matéria, como forma de mostrar os sentidos sobre o trabalho e a deficiência que ajudam na construção dos modos de subjetivação do sujeito com Síndrome de Down.

A matéria é iniciada pela retomada da voz do sujeito discursivo que ressalta o enunciado “Eu trabalho”, em letras vermelhas que alertam para o chamamento da realidade vivida por sujeitos com Síndrome de Down. Essa cor faz parte das cores primárias, é intensa e forte, por isso provoca sensações. Ela é muito usada como recurso gráfico da revista, sempre buscando causar impactos para o que está sendo dito. Logo abaixo há outro enunciado: “para pessoas com Síndrome de Down, trabalhar vai além de ter um salário, é ter dignidade”. (SENTIDOS, 2009).

O efeito de sentido provocado pelo enunciado mostra a estratégia discursiva utilizada, pois o trabalho é sinônimo de dignidade, ou seja, é digno aquele que trabalha, que está dentro dos padrões de normalidade defendidos pela sociedade. Isso faz ecoar o sentido por meio da retomada ao interdiscurso de que “o trabalho dignifica o homem”, difundido através de várias práticas discursivas. Entretanto, é interessante retomar o que afirma Foucault (2006c, p. 259), “se o homem trabalha, se o corpo humano é uma força produtiva, é porque o homem é obrigado a trabalhar. E ele é obrigado porque é investido por forças políticas, porque ele é capturado nos mecanismos de poder”. É isso que percebemos no discurso da revista: o trabalho é a estratégia de investimento do poder sobre o sujeito com deficiência.

Dessa maneira, o labor é que separa os sujeitos em produtivos e improdutivos, guiados por ferramentas de poder e saber que legitimam as práticas discursivas. Assim, os casos ilustrativos do trabalho para sujeitos com deficiência vai enfocar o que há de comum entre os sujeitos discursivos: o orgulho de trabalhar e de ter carteira de trabalho assinada, sendo uma atitude de inclusão social.

O fio condutor do discurso será o efeito de sentido construído através das palavras “dignidade”, “orgulho”, “felicidade”, “aceitação” e “superação”, pois enfatizam a inserção no mundo do trabalho conseguida com o apoio da luta pela inclusão através da Lei de Cotas e da ajuda de instituições especializadas. Dessa forma, o modo de subjetivação vai ser controlado por esses dizeres, reforçado nos depoimentos que ajudam a produzir as vontades de verdade no discurso.

Por isso, o sujeito enunciador da revista destaca três casos emblemáticos. O primeiro é o da jovem Sílvia Perretti, que também aparece na capa. Ela trabalha em um restaurante e isso oportuniza mexer o corpo, conforme destacado: “tenho a carteira de trabalho e isso significa que eu me mexo”. (*SENTIDOS*, 2009). O trabalho para esse sujeito é uma forma de imersão na vida em sociedade, pois possibilita ter uma ocupação, pela qual se sente útil. O corpo não é estático, inválido, parado, ele é força de trabalho, desempenha uma ocupação que possibilita estar integrado no mundo. Além disso, existe a possibilidade de conhecer pessoas e ser aceito no grupo, conforme destacado no enunciado abaixo:

Quando começou a trabalhar, Sílvia ampliou o convívio social. ‘Eu me senti leve, fiquei feliz porque conheci várias pessoas’. As atividades que ela mais gosta de fazer é colocar os guardanapos na mesa. Pela sua simpatia passou a ser conhecida por todos da empresa e fez novos amigos. Sílvia diz que seus planos futuros é conhecer mais pessoas e continuar trabalhando. (*SENTIDOS*, 2009).

É interessante notar que ela tem conhecimento sobre a falta de convivência a que foi submetido o sujeito com deficiência, por isso o trabalho tem esse papel de promover o convívio social. A necessidade de ter amigo é o que a impulsiona para realizar sua função. O trabalho é a válvula de escape para se mostrar e ser aceita pelos outros, pois a carteira de trabalho é o que a normaliza, produzindo assim, um efeito de igualdade.

O destaque dado para a função desenvolvida por esse sujeito faz ressaltar os limites de sua deficiência, ela organiza as mesas e repõe guardanapos e azeites. Essa é uma estratégia de controle discursivo, que resulta em segregação entre os sujeitos com deficiência, pois na medida em que ressalta a capacidade do sujeito com Down, apresentando algumas atividades que podem ser realizadas, reduz a possibilidade de outras funções a serem desempenhadas. Essa é uma regularidade neste discurso, pois nos outros casos também ocorre a descrição das atividades realizadas, como se pode notar no caso do outro sujeito.

Mônica dos Santos é uma jovem de 24 anos, com uma história de lutas e superações. Ela perdeu a mãe aos nove anos, porém conseguiu enfrentar as dificuldades e conquistar um trabalho, conforme destacado no enunciado da revista:

Seu rosto não demonstra que possui Down e suas atitudes no dia-a-dia, escondem ainda mais a síndrome. Em julho, ela conquistou seu primeiro emprego na Drogaria Raia, como atendente. No local ela recepciona os clientes e aponta onde estão os produtos de perfumaria e alguns medicamentos. Mônica frequenta a escola de Empregabilidade da ADID. Ela não sabe ler nem escrever, mas tem uma memória fotográfica e com isso, sabe exatamente onde ficam as mercadorias. (*SENTIDOS*, 2009).

Notamos que o efeito de sentido produzido pelo verbo esconder ressalta a necessidade de camuflar a deficiência, pois esse sujeito precisa mostrar que é capaz de trabalhar. É no rosto que estão os traços indiciários da Síndrome de Down, os quais indicam a identidade do sujeito. Segundo Courtine; Vigarello (2006, p. 341-342), o rosto possibilita “reconhecer de imediato uma identidade, distinguir os indícios que autenticam uma pessoa, indicar sem erro ‘quem é quem’, uma vez apagado os nomes e os primeiros aspectos”.

É a deficiência que precisa ser controlada, apagada, silenciada para promover um poder de normalização, por isso, é preciso encobrir as limitações do seu corpo, por meio de atitudes que destacam a força de trabalho, as quais se restringem a uma ação de apontar certos produtos. Neste caso, a instituição é um mecanismo de poder que atua como ponte entre o empregado e o empregador, garantindo o disciplinamento do corpo com deficiência e sua docilização para o trabalho. Nesta matéria a instituição que acompanha os sujeitos é discursivizada no enunciado da revista *Sentidos*:

para inserir no mercado de trabalho pessoas com síndrome de Down, existe uma preparação, tanto da família, quanto da própria pessoa, e da empresa que irá recebê-la. E foi com esse objetivo que a Associação para o Desenvolvimento Integral do Down (ADID) foi criada há 20 anos.

Essa instituição é responsável por orientar as empresas, sensibilizar os funcionários e preparar o corpo com deficiência para entrar no mercado de trabalho, com assistência contínua. Age promovendo a governamentalidade do sujeito, minimizando, assim, a função do Estado no governo do outro. Dessa forma, organiza táticas para disciplinar o corpo e promover sua normalização, constituindo-se em um micropoder que atua usando diversas estratégias.

Por meio da intervenção dessa associação, o sujeito com deficiência fica então submerso em uma situação de adestramento, que produz uma falsa ideia de independência e capacidade de operar determinadas situações do cotidiano. Há um efeito de disciplinamento do corpo para atingir certos objetivos, por isso, as cores são tão importantes para auxiliar na realização de cada tarefa. Como destacado no enunciado: “de maneira didática algumas atribuições de atividades são feitas para Sílvia, como cada número do relógio do restaurante tem uma cor, ela associa as cores à função que deve fazer naquele momento e isso desenvolveu sua percepção”. (*SENTIDOS*, 2009).

O poder disciplinar é o mecanismo de construção do sujeito que atende a uma sociedade marcada pela necessidade de normalização. Ele atua como força que se coaduna na fabricação da liberdade e independência do corpo com deficiência que consegue realizar

determinadas ações. Com isso, promove a ilusão de realizar por si atividades que antes não era possível pela carga de dependência sofrida historicamente.

Em face da disciplina, o corpo se dociliza para cumprir um ritual que não pode ser mudado, como se ressalta no seguinte enunciado: “Mônica mora em Campo Limpo, zona sul de São Paulo, vai e volta sozinha do trabalho. ‘Eu preciso ir até o terminal Capelinha para pegar o cegonha (ônibus articulado)’. Ela foi instruída pelas irmãs a andar pelos caminhos fixos que faz diariamente”. (*SENTIDOS*, 2009).

Dessa maneira, criam-se outras ferramentas de poder disciplinar que agem para controlar o corpo, seja pela orientação das cores, do trajeto, ou dos produtos nas prateleiras, que induzem no sujeito um estímulo-resposta a algo desejado. Por isso,

a disciplina é uma forma de organização do espaço e de disposição dos homens no espaço visando otimizar seu desempenho, bem como é uma forma de organização, divisão e controle do tempo em que as atividades humanas são desenvolvidas, com o objetivo de produzir rapidez e precisão de movimentos. (DUARTE, 2008, p. 6).

Dessa forma, o poder disciplinar é produtivo na construção desse sujeito que pensa ser independente, como no caso de Mônica, e competente, como o é Paulo Policastri. Este é o último sujeito discursivizado nessa matéria. Como é alfabetizado, sua função na empresa é mais complexa. Ele consulta uma planilha, na qual constam suas tarefas diárias: fazer cópias de documentos, malotes para o correio, controlar o almoxarifado e acompanhar se a meta de vendas está sendo alcançada para apresentar os resultados na reunião com o presidente.

Além disso, é o responsável para iniciar o momento de motivação da empresa, devido a sua alegria em fazer parte da equipe. “Quem inicia esse evento é ele, que além de ser auxiliar administrativo, é agente motivador da empresa, e até ganhou um troféu por isso. Para começar o evento, todos devem responder aos seus chamados do grito de guerra do departamento”. (*SENTIDOS*, 2009).

Isso possibilita construir um efeito de sentido de espetacularização da deficiência, por meio da motivação, uma área do saber da Psicologia, que busca estimular para a realização de algo, ser realizada por um sujeito com deficiência. Ele passa a motivar os colegas com sua própria história de vida, pois vence o desafio diário de ser exemplo de superação, ao mostrar que a deficiência não o impede de ser um corpo ativo. É o agente motivador, não da aceitação da deficiência, mas do estímulo à produtividade na empresa.

Vale ressaltar que esse sujeito é usado como exemplo para que os outros funcionários fiquem motivados para o trabalho, pois ele é efeito de um processo histórico de exclusão e agora está mostrando que tem capacidade. Como ele mesmo ressalta: “Eu tenho muita experiência e adoro trabalhar”. A atual empresa é o seu terceiro emprego, por isso sente-se experiente, pois há três anos “trabalha no departamento de Oncologia da Novartis, empresa farmacêutica, que desde 2006, deu força ao projeto ‘Diversidade e Inclusão’”. (SENTIDOS, 2009).

A possibilidade de trabalho para esse sujeito foi possível pela estratégia biopolítica da Lei de Cotas. Isso mostra como as empresas são disciplinadas para contratarem os sujeitos com deficiência. O efeito de sentido do enunciado “deu força ao projeto” ressalta que é uma luta para a sociedade aceitar a diversidade e promover a inclusão. Porém existe a estratégia da sanção normalizadora para favorecer as empresas a entrar na ordem do discurso da inclusão. Dessa maneira, a efetivação do projeto só se realiza por meio da tática biopolítica que pune com multa as empresas que não cumprirem a lei. Também a sanção normalizadora é percebida por meio da recompensa sociopolítica a adesão a um projeto de inclusão, por isso, o *status* de empresa inclusiva rende muitos benefícios, pois promover práticas de inclusão é uma vontade de verdade dessa época, dá visibilidade e promoção social.

Em se tratando do sujeito com deficiência a sanção normalizadora está presente nos prêmios que conquistou: ganhou um troféu pela sua atuação, conseguiu amigos e foi aceito no grupo. Isso fortalece o efeito de felicidade que perpassa seu discurso e o dos outros sujeitos discursivos. Assim, diante dessa estratégia do poder disciplinar, aparece outro dispositivo, o cuidado de si, como responsável pela subjetivação desses sujeitos.

Eles precisaram superar a deficiência para terem um trabalho que os deixam felizes, dignos e capazes, como ressaltado nesta discussão. Isso favorece o entrelaçamento do governo do outro e do governo de si como resquício de formas de coerção e docilização que permite ao corpo com deficiência cumprir seu papel no seio da inclusão.

De acordo com Milanez (2009), estabelece-se uma regra que está associada a certo cuidado de si, tomado pelo sujeito como uma coerção das disciplinas constituintes de sua identidade por meio da prova e do exame sobre corpos que precisam ser e continuar sendo úteis nas sociedades, cumprindo o seu papel dócil e eficazmente, no seio de regras coletivas.

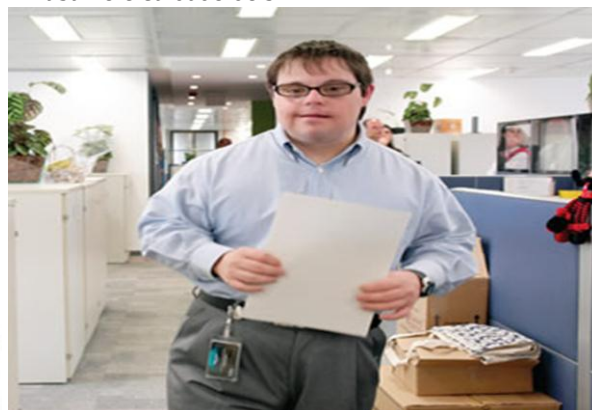
Por isso, podemos afirmar que a felicidade do sujeito com deficiência pode ser compreendida como uma forma de cuidado de si, tendo em vista que ele precisa ocupar-se consigo e com os outros para realizar determinada atividade laboral. Segundo Foucault

(2010g), de forma abrangente, o cuidado de si revela uma atitude geral, um certo modo de encarar as coisas, de estar no mundo, de praticar ações, de ter relações com o outro. É uma atitude para consigo, para com os outros e para com o mundo, sendo preciso converter o olhar do exterior, dos outros para ‘si mesmo’.

Assim, esses sujeitos se veem como ativos e produtivos, pois estão imersos no mundo do trabalho. Lá recebem a amizade dos outros como elemento de aceitação do grupo, além disso, buscam no outro a certeza de estarem realizando um bom trabalho ao receber os “parabéns”, os “troféus” e serem procurados pelos clientes. Essas questões são evidenciadas no discurso dos sujeitos, são eles que fazem um exame de consciência e apontam tais questões, como se pode notar no discurso de Mônica: “Trabalhar e receber meu salário me deixa contente, meus amigos daqui são tranquilos e me dão parabéns”. (*SENTIDOS*, 2009).

O efeito de recompensa é sentido na voz dos sujeitos com deficiência que escrevem sobre si, com base na experiência que o trabalho lhes possibilita. As pistas do cuidado de si podem ser notadas nos enunciado destacado abaixo de cada uma das imagens:

Figura 29 – Trabalho e cuidado de si



“Trabalhar e receber meu salário me deixa contente”... “Minha carteira de trabalho significa que sou cidadão”



“Tenho a carteira de trabalho e isso significa que eu me mexo”

Fonte: Revista *Sentidos* Edição 55/2009

O cuidado de si fortalece ações que são “exercidas de si para consigo, pelas quais nos assumimos, nos modificamos, nos purificamos, nos transformamos e nos transfiguramos, por meio de uma série de práticas, que são na sua maioria, exercícios”. (FOUCAULT, 2010,

p. 12). Dentre essas práticas, o autor cita as do exame de consciência, apontadas aqui no discurso dos sujeitos com Síndrome de Down, que mostram aspectos da subjetividade, constituindo-os como felizes por terem um emprego, por conquistarem amigos e por superarem suas limitações e entrar no patamar da normalização pretendida socialmente. Cada sujeito enuncia o seu exame de consciência pela significação e importância que o trabalho tem em sua vida.

Nestes enunciados, a inclusão é marcada pela carteira de trabalho, é ela que sinaliza a função exercida por cada um e como esse sujeito é subjetivado a partir da ideia de ser cidadão, de se mexer e de estar contente. Dessa forma a subjetivação é o resultado do trabalho que é aqui visto como um elemento de integração e aceitação desse sujeito por sujeitos ditos normais. Esse discurso fortalece o sentido do que é o trabalho para o sujeito com Down: é a possibilidade de aceitação, amizade e felicidade proporcionadas por estar incluído no mercado de trabalho. Assim, a deficiência está marcada no corpo, porém a governamentalidade é mais forte e promove sua inclusão pelas ferramentas do poder.

Com isso, o discurso da revista *Sentidos*, nessa matéria, fortalece a ideia de que o trabalho é compreendido como forma de aceitação social da deficiência, como um mecanismo de promover a diferença. Por isso, o cuidado de si é uma forma de o sujeito buscar a sua verdade através do exame de consciência que transforma sua subjetividade mesclada aos elementos de superação, independência e aceitação, os quais resultam na felicidade prometida e alcançada. O sonho desses sujeitos é sempre conseguir mais amigos e mostrar que pode ser igual na diferença, fortalecendo assim, a visão epicurista de amizade³⁰, segundo a qual ela sempre deriva da utilidade.

Neste caso, a amizade será útil para o sujeito com deficiência no momento em que ele precisa ser aceito para desviar o foco da limitação que o segrega. Além disso, ter amigos vai ser útil para promover o cuidado de si e perceber-se como um igual, fortalecendo assim, sua autonomia, autoestima e promovendo a sensação de felicidade. Por isso, Foucault (2010g, p. 174-175) afirma que “a amizade se inscreve no regime de trocas sociais e dos serviços que vinculam os homens”. O autor acrescenta ainda que:

a consciência da amizade, saber que estamos rodeados de amigos e que esses amigos terão para conosco a atitude de reciprocidade correspondente à amizade que lhes dedicamos, é isso que constitui para nós uma das garantias de felicidade. A amizade nada se busca senão a si mesmo ou a própria

³⁰ Foucault (2010g) ao falar do cuidado de si, retoma a concepção de amizade do filósofo Epicuro. Ver A Hermenêutica do sujeito. Aula de 3 de fevereiro de 1982.

felicidade. A amizade nada mais é que uma das formas que se dá ao cuidado de si. (FOUCAULT, 2010g, p. 175-176).

É nesse feixe discursivo que a concepção de trabalho é enfocada nesse enunciado da revista *Sentidos*, pois ele favorece o convívio social. Ao ser incluído no mercado de trabalho, o sujeito com Síndrome de Down encontra a possibilidade de ampliar o cuidado de si por meio da amizade que lhe é oferecida, com isso sua subjetividade é permeada pelo efeito de felicidade.

Por isso, o fio condutor do discurso é a ênfase na necessidade de fazer amigos, conforme ressaltado nos enunciados abaixo e em outros já ressaltados nesta discussão:

Clóvis Policastri, pai de Paulo, diz que quando o filho começou a trabalhar, a comunicação dele passou a ser mais expressiva, tanto que ele convida amigos para ir à sua casa. ‘Antes eu era o senhor Clóvis e agora sou o pai do Paulo, em razão da quantidade de pessoas que ele conhece’. (*SENTIDOS*, 2009).

Pela sua simpatia passou a ser conhecida por todos da empresa e fez novos amigos. Sílvia diz que seus planos futuros é conhecer mais pessoas e continuar trabalhando. (*SENTIDOS*, 2009).

O cuidado de si passa a ser avaliado, nesses enunciados, através da aceitação dos amigos, a verdade é alcançada pela sensação de felicidade do sujeito incluído por meio do trabalho. É a amizade, a ampliação do círculo de amigos que justifica a necessidade de estar inserido no mercado de trabalho. Nesse foco, o controle discursivo da revista aponta aspectos que trata a deficiência diferentemente de um enunciado a outro. Isso ressalta a forma como se discursiviza sujeitos com Síndrome de Down, considerada uma deficiência intelectual, em contraposição à discursivização de sujeitos com outras deficiências.

Esta questão ficou muito evidente ao fazermos a análise da matéria de capa da edição 63. Os sentidos apontados aqui para o sujeito com Down são semelhantes aos que encontramos naquela edição para esse mesmo sujeito. Entretanto, ao se focar as deficiências física, auditiva ou visual os sentidos são construídos com foco nas conquistas inerentes ao consumo e a capacidade intelectual elevada.

E não se pode justificar isso pelo fato de que aquela edição era festiva por comemorar os vinte anos de luta após a Lei de Cotas. A produção desses sentidos é uma regularidade na revista ao discursivizar tais deficiências, é sempre o foco no efeito de sentido

que remete ao sucesso, às conquistas e à realização profissional, como se pode verificar na análise da capa de outra edição:



Este enunciado de capa enfoca o mercado de trabalho na perspectiva do empreendedorismo. Para tanto, apresenta o caso do sujeito com deficiência física que abriu seu próprio negócio e teve muito sucesso. É pertinente notar que o fio discursivo é sempre em torno do sucesso alcançado, fato evidente desde o enunciado imagético, que apresenta um sujeito bem sucedido profissionalmente, podendo ser comprovado pelas marcas e índices ligados ao corpo físico: as roupas, as joias, unhas pintadas, cabelo bem tratado, porte elegante, enfim, são pistas que sinalizam tratar-se de um sujeito que ocupa um lugar de destaque no mercado de trabalho, sendo, portanto, um corpo produtivo.

Além disso, a postura e o sorriso desse sujeito corroboram o sentido de que ele exerce uma função de liderança frente à empresa. A cadeira de rodas evidencia sua deficiência, mas não aparece como um obstáculo, ao contrário, reforça seu porte para comandar a empresa. Ela está sentada elegantemente como se estivesse em uma cadeira de escritório.

A matéria de capa corrobora os sentidos do sucesso. Ao apresentar o enunciado verbal: “Cargo: proprietário – pessoas com deficiência têm gerado renda e sua inclusão por meio do empreendedorismo”, o sujeito enunciador da revista sinaliza como os empreendedores podem ter muito sucesso com suas empresas. Entretanto, o sucesso está diretamente relacionado a ter lucro, ou seja, gerar renda e estimular o consumo. Desse modo, fica evidenciado no discurso que “o critério capaz de assegurar o acesso e a permanência no trabalho é o de trazer vantagem competitiva, agregar valor ao capital. Assim, competente é aquele com capacidade para ser rentável”. (LANCILIOTTI, 2003, p. 86).

O sentido do trabalho, nesse discurso, é retomado como uma possibilidade de consumo, produção, sucesso e bem estar social. A deficiência é retratada como se não fizesse parte do corpo do sujeito, pois há partes desse corpo que se mantem preservada, como se pode notar no enunciado que apresenta a voz de outro sujeito empresário, nesta mesma matéria.

A pessoa com deficiência não deve ficar com medo do que vai enfrentar. Vi no mundo dos calçados, em particular os femininos, a oportunidade de criar uma boa geração de renda e mergulhei nesse negócio, sem esperar por caridade ou cooperação de ninguém. Somos capazes, tanto quanto quem não tem deficiência. Se tenho um intelectual em ótimo estado, posso também ser um ótimo empreendedor. (*SENTIDOS*, 2012).

Essa voz que enuncia faz ecoar os sentidos para a deficiência a partir da dicotomia entre o físico e o intelecto, negando ao sujeito com deficiência intelectual as mesmas oportunidades de sucesso profissional. Dessa forma, há segregação no discurso que remete a casos de exclusão e evidencia a desigualdade no tocante à deficiência, como se uns fossem mais capazes do que outros. O lugar do ser deficiente ou ser eficiente vai ser ocupado por posições distintas nesse jogo discursivo. Isso reflete, segundo Lobo (2008), que enquanto a diferença estiver referida à eficiência, à norma que instaurou no desvio a falta, será difícil escapar à negatividade. Mesmo que se substitua o termo ‘deficiência’ ou se suprima o prefixo que indica negação ‘deEficiência’, podendo assim suprimir algumas categorias desse universo, alguém sempre será candidato a ocupar o lugar vazio.

Este lugar vazio, no discurso da revista *Sentidos* é ocupado pelo sujeito com Síndrome de Down, pois ao promover o apagamento do sujeito na capa da edição 63, corrobora para uma memória do esquecimento, na qual o discurso é perpassado pelo controle e seleção do que deve ser dito, e, com isso promove o apagamento do sujeito com Down não ligado a fatores de ordem formal da língua, mas pelas significações que ecoam através da memória discursiva, reativada pelo processo histórico a que foi submetido devido a sua síndrome. Fato que faz retomar o que foi dito no exterior do enunciável com repetições, retomadas ou esquecimentos, ressaltando que “as formulações-origem derivam assim em um trajeto na espessura estratificada dos discursos, trajeto em cujo curso elas se transformam, truncam-se, escondem-se para reaparecer mais a frente, misturando inextricavelmente memória e esquecimento”. (COURTINE, 1999, P. 19).

Dessa maneira há uma articulação com o interdiscurso do saber médico que legitimou a Síndrome de Down como doença, através da qual o sujeito sofria inúmeras restrições sociais. Neste caso, há uma retomada a visão do modelo médico da deficiência –

discutido no capítulo 3 - para o qual a deficiência está no indivíduo, é uma questão orgânica, como uma doença que o deixa incapacitado.

Notamos, no discurso da revista *Sentidos*, uma retomada do interdiscurso da medicina como continuidade e ruptura, conforme apontado por Courtine (1999). A continuidade está em segregar o sujeito com Down das demais deficiências pelos sentidos que ecoam no discurso e permite vê-lo a partir de limitações; a ruptura aponta deslocamentos que enfatizam a capacidade desse sujeito para o trabalho, mesmo que em funções consideradas de menor esforço cognitivo.

Dessa forma, como afirma a psicopedagoga responsável pela área de empregabilidade da ADID, “estamos mudando a história das pessoas com síndrome de Down, mas ainda está no começo e há muito que fazer”. Essa voz que enuncia ressalta a posição sujeito que subjaz a um domínio de memória sobre o que já foi dito sobre a deficiência intelectual, reforçando os sentidos que foram apontados nesta discussão. Entretanto, aponta para um efeito de memória vazia que precisa ser preenchida pela superação alcançada pelos sujeitos com Down ao serem inseridos no mercado de trabalho.

Desse modo, a deficiência e o trabalho são discursivizados nas matérias da revista *Sentidos* relacionados à memória coletiva de certos enunciados, dos quais se produzem efeitos diversos para os eventos históricos sobre a deficiência, que consagram a ênfase no que estamos considerando corpo feliz e corpo produtivo em nossas elucubrações. Diante da retomada dos enunciados discutidos aqui, podemos concluir que o efeito de felicidade é uma regularidade, mas também é responsável pela singularidade de um enunciado a outro:

Figura 31 – Capas de diferentes edições



Edição 55/2009

Edição 63/2011

Edição 71/2012

Fonte: Revista Sentidos

O feixe de sentidos que conduz a nossa discussão é perpassado pelo efeito de felicidade que se constrói no discurso para o sujeito com deficiência, como um traço de sua subjetivação, agregado à ideia de corpo feliz e produtivo. Entretanto, pelas análises empreendidas, notamos que o efeito de felicidade não é o mesmo para todos os sujeitos discursivizados nas capas e nas matérias veiculadas no interior da revista.

Para o sujeito com Síndrome de Down, o seu corpo é feliz pelo efeito de normalização que o seduz a adentrar no mercado de trabalho e estimular seu convívio social. Com isso há um efeito de felicidade relacionado ao fato de ter amigos, fazendo esse sujeito perceber o trabalho como a possibilidade de aumentar sua cidadania pelo pertencimento e aceitação do grupo que o estimula a superar sua deficiência e poder conviver em sociedade, estimulado pelo prazer da amizade.

A carteira de trabalho assinada é o dispositivo de poder que dociliza esse sujeito e estabelece a sua inclusão por vias da governamentalidade. Desse modo há o governo de si, através da prática do exame de consciência que promove sua subjetivação e o governo do outro, na figura das instituições que o disciplina, assegurando sua entrada no mercado de trabalho, com o apoio da biopolítica estatal que estabeleceu a Lei de Cotas.

Já para os sujeitos com deficiência física, auditiva ou visual, o efeito de felicidade é perpassado por outra ordem do discurso, que nos leva a afirmar que o corpo é produtivo por estar inserido no mercado de trabalho mediante tecnologias de poder ligada ao consumo e ao sucesso profissional alcançado. O corpo está feliz por comandar uma empresa, por ser um engenheiro, jornalista ou técnico em informática bem sucedido em seu meio laboral. Por isso, o intradiscurso é permeado pelas palavras “sucesso”, “conquista” e “realização”, as quais induzem à construção da subjetivação por vias do corpo que consome bens materiais e culturais.

É o consumo que está na ordem desse discurso da inclusão, com a expansão para esse grupo antes considerado marginalizado. De acordo com Coracini (2006, p. 135) “o capitalismo moderno expande o consumo de massas para as classes menos favorecidas, permitindo que o individualismo se liberte das normas tradicionais, que se construa uma sociedade cada vez mais voltada para o presente e para as novidades”.

São sujeitos que sofreram os efeitos do poder disciplinar e com isso, têm nível elevado de escolaridade, além da higiene do corpo, representado no fato de serem de cor branca e boa aparência, descritos como executivos de sucesso de grandes empresas. Com isso, o poder de normalização está agregado a fatores de ordem econômica da sociedade capitalista,

para a qual o corpo eficiente é aquele que é produto e produtor de consumo. A inclusão pelo trabalho, como vimos, favoreceu a indústria de bens e serviço para uma parcela desses sujeitos com deficiência, estimulada por meio de estratégias biopolíticas de incentivo à isenção de impostos para a aquisição de veículos e outros produtos.

Afirmamos que se historicamente a diferença se dava entre os considerados normais e anormais; pelo discurso em pauta, há diferença na deficiência, promovendo discursividades imensuráveis, as quais caminham pelas veredas da mídia contemporânea, fomentando subjetividades diferenciadas entre os sujeitos com deficiência. Nota-se que esse processo de produção da subjetividade, nessa prática discursiva, está atrelado aos dispositivos de biopoder que se apresentam na contemporaneidade como fundamentais ao capitalismo, pois buscam ajustar os fenômenos da população aos processos produtivos e econômicos.

É assim que as análises dos enunciados da revista *Sentidos* sobre a inclusão no mercado de trabalho conduz a uma pedagogia do olhar a partir da visibilidade dada ao sujeito na mídia. Tal visibilidade dissimula os efeitos do biopoder e as estratégias do poder disciplinar que investem sobre o corpo coletivo e individual respectivamente com a promessa de ser um poder sobre a vida, voltado para a construção de um corpo que trabalha, que consome e que é gerido pelos micropoderes, dentro dos interesses da sociedade capitalista.

Desse modo, a positividade desse poder enfatiza os aspectos da inclusão como favorável à mudança de paradigma sobre a deficiência, de forma a promover os modos de subjetivação do sujeito pelo viés da normalização, pois seu corpo é feliz e produtivo dentro da sociedade de controle e de consumo que caracteriza o século XXI e, por conseguinte, permite discursivizar o sujeito com deficiência na ordem do discurso da revista como força de trabalho que supera e controla suas limitações.

Esse controle é conquistado pela docilização de seu corpo, conseguida por meio das estratégias de normalização presentes nas diversas instituições sociais. Dentre elas, a escola continua sendo a mais expressiva na manutenção do poder disciplinar, principalmente por estar fortalecida através de mecanismos de biopolítica que em nome da valorização da vida, faz emergir o biopoder a partir da lei da educação inclusiva, para a qual todos os sujeitos devem ser colocados no mesmo espaço escolar. Além disso, a escola é a responsável pela educação para o trabalho, por isso merece ser analisada como ferramenta de inclusão.

É sobre isso que discutiremos a seguir para continuar buscando os efeitos de sentidos no discurso da inclusão social do sujeito com deficiência. Iniciaremos pelos deslocamentos na história que favoreceram a tal política de inclusão na educação.

4.2 Corpo e deficiência: nas trilhas da educação inclusiva

A educação inclusiva é considerada por nós como possibilidade primeira de estímulo à independência e autonomia do sujeito com deficiência para garantir sua cidadania e ascensão social. A escola surge como o espaço privilegiado para a manifestação do poder sobre esse corpo que tanto passou por processos de exclusão. Ela representa o acesso à Educação e ao saber sistematizado, entretanto, se hoje a ordem do discurso é colocar todos os alunos com e sem deficiência no mesmo espaço escolar, foi preciso diferentes acontecimentos para legitimar esse discurso.

As primeiras tentativas para educar o corpo com deficiência surgem, de acordo com Mendes (1995, *apud* MIRANDA, 2004), com o movimento filosófico, ocorrido após a Revolução Francesa. Ele trouxe a ideia de defesa das possibilidades ilimitadas do indivíduo e a crença de que a educação poderia fazer uma diferença significativa no desenvolvimento e na vida das pessoas. Com isso, o conceito de educabilidade do potencial do ser humano teve uma influência direta na educação das pessoas que apresentavam deficiência mental.

Na primeira metade do século XIX, de acordo com Lobo (2008), predominava a teoria de Esquirol para quem o idiota não era mais que um monstro que vegeta, pois não era capaz de produzir linguagem, em decorrência disso, era impossível de ser educado. No entanto, surgem perspectivas contrárias à dominante, que abrem espaço para se pensar a educabilidade, a partir da contribuição de Belhommem, Voisin e Séguin. Este último criou um método que visava ao ensino físico, moral e intelectual dos idiotas, a partir do estímulo do cérebro por meio de atividades físicas e sensoriais. Por isso, “não foi a criança louca, mas a idiota que deu origem à psiquiatrização da infância pela constituição de um saber médico-pedagógico e sua extensão nas práticas de escolarização”. (LOBO, 2008, p. 364).

Dessa forma, observa-se o entrecruzar de diferentes poderes na construção do saber sobre a deficiência: o saber médico mistura-se ao pedagógico em busca da recuperação do sujeito. Sendo produtiva a eficácia do campo científico nas propostas educacionais. É oportuno lembrar as palavras de Neves (*apud* LOBO 2008, p. 367):

Estabelecendo-se uma escola elementar completa no hospício dos alienados, dividindo-se os doentes em diferentes para dar a cada um a instrução apropriada à sua capacidade de um lado; e à natureza de sua moléstia do outro e fazendo por meio dessa instrução com que os alienados adquiram amor ao trabalho físico, se conseguirá fazer todos estes doentes ao mesmo tempo mais felizes e mais úteis a si mesmos.

É possível notar que a educação aparece, nesse fragmento, como uma tentativa de docilizar o corpo com deficiência, através da ideia de corpo feliz e produtivo. Com isso, verifica-se que a institucionalização da psiquiatria favorece ao saber que estimula e proporciona uma nova relação de poder atrelada à possibilidade de fornecer instrução para a pessoa com deficiência.

No Brasil, essa tentativa foi assistida com a criação na cidade do Rio de Janeiro de duas instituições: o “Instituto dos Meninos Cegos”, em 1854, e o “Instituto dos Surdos-Mudos”, em 1857. Essas instituições serviram como possibilidade de proporcionar a educação desses sujeitos, mas contemplando uma pequena parcela. Somente nos anos 1950 do século XX, a Educação Especial desponta, com a criação de classes especiais, atendendo a variadas deficiências. Houve a ampliação dessas classes nas escolas públicas e a criação de escolas especiais comunitárias privadas sem fins lucrativos, oportunizando a Educação Especial o atendimento da demanda da população com deficiência.

Desse modo, a escola passa a ser vista como instituição disciplinar capaz de convencer, através de um projeto médico-pedagógico, que é capaz de transformar o corpo, antes era considerado anormal em normal. Com isso, nas palavras de Thoma (2005, p. 11):

A Educação Especial, nesse sentido, pode ser vista, antes de qualquer coisa, como um conjunto de técnicas e de dispositivos de recuperação do corpo que não ouve, não vê, não pensa ou não interage segundo a norma estabelecida. Como um campo marcadamente normalizador, a educação especial não só absorve os sujeitos com ‘deficiências’ ou com ‘necessidades especiais’ em suas práticas institucionais de educação e reabilitação, senão que toma conta do universo da vida desses sujeitos: dita normas de comportamento e práticas que devem ser assumidas pela família e pela sociedade em geral.

Desse modo, a Educação Especial passou a legitimar práticas de integração específica, favorecendo o disciplinamento e a normalização do corpo com deficiência, por meio de mecanismos ligados à biopolítica. Assim, o governo federal estabelece uma estratégia de aumento do atendimento aos sujeitos com deficiência por meio da criação de campanhas voltadas para o incentivo à Educação Especial. Tais campanhas são ações de governamentalidade para proporcionar o governo do outro através da educação. Entretanto, foi após o movimento preconizado na década de 1980 que vários acontecimentos pressionaram para uma maior ênfase na instituição escolar, resultando, após a promulgação na Constituição Federal de 1988, do direito de todos à educação.

Além disso, amplia-se o espaço para a criação de outro discurso jurídico que legitima a prática de educação da pessoa com deficiência: a Lei de Diretrizes e bases da

Educação Nacional – LDB 9394/96, conforme se pode notar nos artigos dedicados à Educação Especial:

Art. 58 Entende-se por educação especial, para efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. (BRASIL, 1996, p. 43).

Art. 59 Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: IV – educação especial para o trabalho, visando sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo [...] (BRASIL, 1996)

Assim, o atendimento educacional da pessoa com deficiência passa a ser uma prioridade que deve ser realizado pela rede regular de ensino, com o objetivo de promover o desenvolvimento e a integração dos sujeitos. Também, a educação é vista como possibilidade de preparação para o trabalho. Esse processo é garantido através da implantação de técnicas disciplinares que atravessam a escola, objetivando a normalização do corpo com deficiência e legitimando uma gestão do poder sobre a vida. Dessa maneira, as leis federais, estaduais e municipais tornam-se ferramentas de biopolítica para garantir o acesso e a permanência do sujeito com deficiência na escola, influenciadas pelo movimento em torno da inclusão social.

Há, portanto, uma ressignificação da Educação Especial, cujo foco sai das classes segregadas, para o modelo de educação inclusiva que passa a legitimar os discursos pedagógicos, apoiados no saber jurídico da LDB 9394/96, que impõe a obrigatoriedade da escola em incluir os alunos com deficiência na mesma sala de aula. O termo Educação Inclusiva foi registrado a partir da Declaração de Salamanca, em junho de 1994. Mrech (1998) citado por Lancillotti (2003, p. 87), afirma que “por educação inclusiva se entende o processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais ou dos distúrbios de aprendizagem na rede comum de ensino em todos os níveis da pré-escola ao quarto grau”.

Essa estratégia educacional é parte das políticas públicas de efetivação do biopoder que pretende um efeito de normalização sobre os corpos. Normalizar implica trazer o outro para a regra normativa imposta pela sociedade. A educação inclusiva é um dispositivo aplicado para tal finalidade e colocado a serviço das políticas afirmativas de inclusão.

Não nos convém aqui falar de todo o processo de educabilidade do sujeito com deficiência, mas evocar a trajetória que favoreceu o aparecimento dos discursos que legitimam a inclusão por meio de práticas pedagógicas, consideradas por nós como estratégias

de normalização e docilização do corpo. Passemos então a analisar os sentidos no discurso da revista *Sentidos* sobre a Educação Inclusiva como estratégia de poder disciplinar e biopoder.

4.2.1 Corpo e superação: estratégias disciplinares e biopolítica no discurso da Educação Inclusiva

A educação inclusiva aparece como dispositivo de poder e saber que favorece a inclusão do sujeito com deficiência, como suporte para promoção da cidadania e o mercado de trabalho. Por isso, vamos nos debruçar sobre a materialidade da revista *Sentidos*, para escavar os sentidos construídos nesse discurso, ligado a estratégias disciplinares. Nesta análise selecionamos a coluna *Educação*, que apresenta, em todas as edições, matéria relacionada à educação inclusiva. Utilizamos para esse primeiro recorte a edição Nº 62, publicada em janeiro de 2011.

A matéria em análise aborda as ações desenvolvidas pela professora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Parque Boa Esperança II, localizada em São Paulo, para a inclusão de uma aluna de 7 anos que tem paralisia cerebral. Essas iniciativas, na opinião do sujeito enunciador do discurso da revista, têm dado certo.

O título dado *Fazer ou não fazer? Eis a questão* remete a um efeito de memória que retoma o interdiscurso da literatura (ser ou não ser? Eis a questão) numa mescla de vozes que ressoam de outros lugares para fazer sentido no que está sendo dito no intradiscurso. Por isso, segundo Pêcheux (1997c, p. 162) não há discurso único, “tudo que se diz, já foi dito antes, algo fala, sempre, antes, em outro lugar, independentemente”. Essa retomada evoca enunciações outras que a reformulam, opondo-se ou reafirmando dizeres, em uma mescla de memória e esquecimento.

Com isso, percebemos nesse intradiscurso que o efeito de sentido é criado pela relação com os dizeres anteriores para gerar um efeito de dúvida, de incerteza quanto à atitude do professor em relação ao aluno com deficiência. Ao evidenciar o fazer ou não fazer está em jogo aspectos didático entre professor, aluno e recursos pedagógicos, como reforça o subtítulo da matéria: “Professora revela iniciativas que ajudaram na inclusão de aluna com deficiência na sala de aula”. (*SENTIDOS*, 2011). Nessa ordem discursiva, percebe-se a referência às estratégias metodológicas que podem ser usadas pela professora, o que vem a corroborar as técnicas disciplinares utilizadas em seu método de ensino.

O sentido produzido pelo verbo “revelar” permite um efeito de que o processo de ensino não é dos mais simples, pois há algo a ser revelado, a ser descoberto, como se houvesse uma fórmula secreta. Essa fórmula pode ser considerada como as técnicas disciplinares utilizadas para adestrar o corpo com deficiência ao convívio social, tendo em vista que como afirma Veiga-Neto (2008, p. 27) “as disciplinas agem discretamente: encobrem, sob o manto dos saberes que elas mesmas organizam, o poder a que tais saberes dão sustentação e colocam em funcionamento”.

Nesse caso, o enunciado “fazer ou não fazer” constrói um efeito de dúvida sobre a inclusão, pois o sujeito professor não sabe como agir para incluir a aluna. Refere-se também às atividades cotidianas que a aluna com deficiência precisa realizar. Desse modo, a professora não sabe se realiza ou não por ela, envolvendo uma mistura de saberes que remetem ao campo da medicina e da educação. Essa dúvida surge devido aos sentidos históricos que se criaram em torno do sujeito com deficiência, como aquele que é inválido, incapaz de realizar as mais simples atividades do cotidiano. Para provocar o deslize de sentidos, a professora toma sua decisão e afirma: “Eu não faço o que ela tem capacidade para fazer sozinha. [...] Não se pode criar uma redoma em qualquer criança. Essa atitude em vez de ajudar, acaba limitando seu desenvolvimento”. (*SENTIDOS*, 2011).

Percebe-se, então, que uma estratégia disciplinar usada é estimular a independência desse sujeito, como se prova no trecho: “até mesmo quando a aluna queria ir ao banheiro, sempre foi estimulada a fazer sua própria higienização. O único auxílio era o apóio de outra criança para chegar até o sanitário. Nem nas aulas de educação física ela foi deixada de lado”. (*SENTIDOS*, 2011).

O uso dessa estratégia promove um efeito de ruptura com a memória cristalizada sobre o ser deficiente estabilizada socialmente, pois ao incentivar a independência, o professor está docilizando o sujeito para outras práticas sociais, preparando-o inclusive para o mercado de trabalho. Além disso, o efeito de sentido provocado pela palavra “nem” sugere uma limitação enfrentada na escola para a inclusão dos alunos portadores de deficiência nas aulas de Educação Física, tendo em vista a necessidade de expressão corporal que é exigida durante as aulas. Entretanto, para a promoção da inclusão a escola não pode gerar nenhuma segregação, por isso deve estimular a participação em todas as aulas.

Nesse discurso, outra técnica é utilizada pela professora, conforme destacado no enunciado: “no primeiro dia, como faço com qualquer criança, pedi para que ela fizesse um

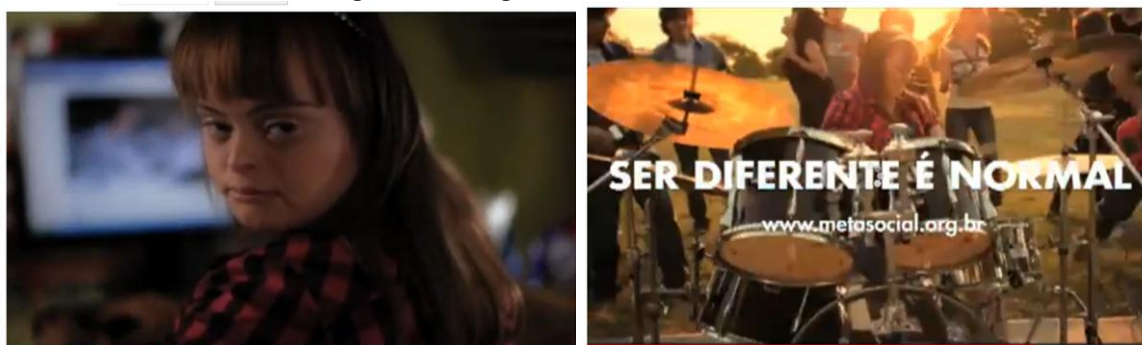
desenho sobre a família. Através dessa atividade, já pude conhecer o meio em que ela vive e quais eram as suas necessidades”. (SENTIDOS, 2001).

Observamos que o discurso da professora produz um efeito de sentido que sugere igualdade entre os alunos, reforçado nos dizeres: “como faço com qualquer criança”, sugerindo um efeito de combate a discriminação, mas também uma forma de marcação da diferença, pois se faz com todas as crianças não precisaria destacar como uma metodologia de inclusão.

Nesse enunciado, o poder de normalização sobressai produzindo um efeito de igualdade, no qual todos os alunos são colocados na mesma sala de aula, oportunizando um nivelamento que favorece a constituição do sujeito com deficiência pela coletividade em que está inserido e, sobretudo, pela correlação de força entre o que tem deficiência e o que não tem. Ele se constitui como sujeito através da relação de poder que se estabelece na sala de aula, que tanto pode ser de afirmação quanto de resistência pela necessidade de igualdade, no qual o sujeito professor olha diferentemente para o aluno com deficiência e busca sua inclusão no fazer pedagógico.

Dessa maneira, a educação pressupõe um princípio pedagógico com um efeito de universalização, esse efeito é o que garante a vontade de verdade da revista, uma vez que legitima práticas pedagógicas de inclusão apoiada na biopolítica que determina que a educação é para todos e que todos devem ser tratados igualmente. Isso provoca um apagamento da deficiência em detrimento do princípio da igualdade, no qual se pode observar um entrecruzamento de sentidos com outras materialidades que falam sobre inclusão, as quais constroem o sentido de que ser diferente é normal, criando um efeito de normalização para o sujeito. Sentido considerado como uma regularidade no discurso da inclusão, conforme se pode notar no enunciado abaixo:

Figura 31 – Imagens do vídeo Menina diferente



Fonte: www.youtube.com.br

Este enunciado³¹ dialoga com o da revista *Sentidos* por produzir um efeito de normalização para o sujeito com deficiência. Ele reatualiza a memória cristalizada sobre o ser deficiente ao apresentar um *close* no rosto da jovem, como se tentasse mostrar sua diferença pelos aspectos físicos, remetendo esse sujeito ao lugar da monstruosidade que lhe foi historicamente legado, tendo em vista que por ter Síndrome de Down poderiam ser atribuídas as características físicas da monstruosidade (atraso do desenvolvimento embrionário e caráter inato do ‘defeito de fabricação’, com os consequentes estigmas ou malformações corporais), ou os traços morais monstruosos (ausência de intelecto), o que favorecia ao discurso médico-legal a justificativa para a incapacidade na aprendizagem escolar e as tarefas nobres, de cunho intelectual. (LOBO, 2008).

Entretanto, essa ideia de deficiente, anormal ou monstro desvanece sob o impacto causado pela cena seguinte, quando a menina afirma que é diferente porque toca bateria, habilidade que não é comum para meninas. Ela é aplaudida e abraçada por outros jovens favorecendo assim, ao efeito de aceitação e inclusão social. Nessa prática discursiva, observam-se técnicas de inserção do sujeito com deficiência na sociedade quando o apresenta com capacidade de desenvolver habilidades ligadas as artes (música) e a tecnologia (internet), sendo considerado um sujeito diferente, não mais deficiente. É possível afirmar que a aceitação e inclusão não aconteceriam se ela fosse considerada diferente pela deficiência e não por tocar bateria, por isso a deficiência continua sendo silenciada.

O efeito de sentido provocado pelo enunciado *ser diferente*, engloba o fato de a jovem tocar bateria, mas principalmente evoca sentidos que são da ordem das dizibilidades construídas historicamente para o corpo com deficiência, produzindo um tear de enunciados que são resgatados pela memória discursiva ao invocar o que é considerado corpo normal e anormal. A ideia do diferente abre espaço para se aceitar a deficiência e a tratar com igualdade, porém, também apaga a necessidade de individualização, tendo em vista que todos são iguais, ou seja, o diferente não é diferente, ele é normal, homogeneizado por dispositivos de poder.

Dessa maneira, o enunciado constrói o sentido com base no enunciado “ser diferente é normal” para provocar a ruptura com os sentidos cristalizados. Mostra, assim, que o sujeito com deficiência pode desenvolver habilidades e realizar várias tarefas como os

³¹ É o vídeo do *youtube* que apresenta o novo filme do Instituto Meta Social, *Menina diferente*. Faz parte da sexta campanha da ONG Meta Social, que busca orientar os pais de filhos com Síndrome de Down.

outros sujeitos e isso começa na escola com o disciplinamento do seu corpo, como notamos na análise do enunciado da revista, no momento em que a professora estimula a independência do sujeito e busca tratá-la como as demais crianças por meio da solicitação do desenho para conhecer sua realidade.

Continuando a análise da matéria, a estratégia da professora aponta para um saber ligado ao discurso pedagógico, pois as orientações metodológicas para o ensino, elaboradas pelas instituições governamentais e materializadas em documentos como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) indicam a necessidade de um ensino contextualizado, que parta da vivência do aluno e do conhecimento de suas dificuldades, com vista à superação dessas dificuldades.

Foi o que a professora fez não somente com a atividade do desenho, mas também buscou estratégias para superar as dificuldades da aluna no que se refere à locomoção, pois devido à deficiência ela não conseguia caminhar sozinha, fato resolvido com a ajuda de um andador. Também a aluna não conseguia manusear os materiais escolares nem manter o equilíbrio do tronco. Essas dificuldades não foram motivos para anular o processo de aprendizagem, pois segundo a professora: “como ela deixava cair o lápis e o giz de cera, enrolamos esses materiais com borracha de EVA. Consequentemente, os objetos ficaram mais fáceis para manusear. Ao mesmo tempo, ela gostou porque deixou o material mais gostoso na hora de usar”. (*SENTIDOS*, 2011).

Em relação à dificuldade de equilibrar o tronco e garantir a postura da aluna, “a professora usou uma blusa para fixar a garota na cadeira e, com isso, ela passou a se sentar melhor. Atualmente Adrielle não usa mais esse recurso, pois ganhou uma cadeira especial”. (*SENTIDOS*, 2011).

É interessante notar que uma prática como essa lembra, embora com objetivos diferentes, as técnicas utilizadas em manicômios através do uso de camisa de força que geravam exclusão e aprisionamento. Na escola inclusiva ela é sinônimo de prática exitosa para estimular a aprendizagem, pois ao se determinar que todos os alunos sejam inseridos na mesma sala de aula, o poder estatal não garante os recursos necessários para efetivar tal política, por isso a professora faz uso de “recursos extras”, como o uso da blusa.

Essas técnicas utilizadas pela professora reforçam que, no tocante à inclusão de alunos com deficiência, a escola precisa passar por processos de adaptação e preparação tanto do meio físico, quanto dos recursos humanos, pois o professor deve garantir não apenas o

ensino das letras, mas toda uma metodologia que favoreça a inclusão do aluno com deficiência.

Quando as estratégias são efetivadas, a professora sente-se gratificada por oportunizar a aprendizagem da aluna através do seu processo de alfabetização, que resulta na docilização do seu corpo, como podemos notar no discurso da professora: “é uma conquista a cada dia. O progresso é uma recompensa tanto para mim quanto para ela”. (SENTIDOS, 2011).

Aparece aqui a sanção normalizadora como uma técnica do poder disciplinar em forma de recompensa pelo mérito alcançado. Para a professora por realizar o trabalho pedagógico com êxito, usando as estratégias que favorecem a permanência da aluna em sala de aula. Há dessa forma, a construção do efeito de sentido que coloca a professora na posição de heroína, aquela que pode salvar, ajudar, socorrer os mais fracos, promovendo a superação no fazer pedagógico e oportunizando a superação também do sujeito com deficiência. Assim, constrói sua subjetividade atrelada a esses dizeres, comprovado pela rede discursiva que se instala no enunciado na retomada da voz da professora para enunciar sua prática pedagógica no disciplinamento da aluna.

Esse efeito de ajuda, de salvamento, pela presença do super-herói tem margens povoadas em outro enunciado dessa mesma edição, na capa da revista:



Esse enunciado de capa possibilita evocar a memória discursiva que coloca o sujeito com deficiência como aquele que precisa ser ajudado, pois tem limitações e não consegue realizar determinadas atividades cotidianas. Desse modo, a imagem corrobora o sentido de que os pais e os profissionais que cuidam desses sujeitos são verdadeiros super-

heróis. Conforme o enunciado verbal: “pais e profissionais que superaram os limites em prol das pessoas com deficiência”. (*SENTIDOS*, 2011).

A imagem desloca o interdiscurso dos super-heróis do mundo da ficção, no qual são dotados de superpoderes para promover a defesa do bem e combater o crime. Há a retomada de personagens conhecidos por ajudar a salvar os que estão em perigo, como o Superman, Batman, She-ra e Os incríveis, destacados pelos símbolos na parte central da blusa que cada um veste. Os super-heróis são ressignificados e colocados no plano da realidade na figura dos pais e profissionais que se dedicam e enfrentam diversos obstáculos para ajudar no tratamento e cuidados dos que tem deficiência, não na tentativa de salvar o mundo, mas na ótica da realização de um trabalho que exige muito esforço e responsabilidade para “salvar” o filho ou aluno com deficiência, promovendo sua inclusão.

O feito heroico dos pais aparece sempre ligado aos problemas da infância e da descoberta de que os filhos têm deficiência, momento no qual tem que demonstrar força e coragem para ajudar no tratamento, conforme destacado no enunciado: “A Incrível Ivone de 66 anos é mãe de Emílio. ‘Eu levava meu filho nos braços para o tratamento’”. (*SENTIDOS*, 2011). É importante notar que o intradiscurso apresenta por meio da palavra “Incrível”, a referência direta ao super-herói. É uma estratégia de controle discursivo, usada para criar o efeito de sentido de ajuda. Além disso, casos como o de Ivone, assemelham a figura dos pais com a de super-herói, principalmente ao refletir o amor sem limites para promover o bem-estar dos filhos e tentar auxiliá-los a superar sua limitação.

Como todo super-herói, os pais e profissionais apresentados na matéria sentem-se felizes em promover a qualidade de vida, via disciplinamento do sujeito que precisa se desenvolver para posteriormente ter sua independência. Para isso, a escola desenvolve o papel de instituição disciplinar que auxilia na docilização do corpo, desse modo, o professor ocupa uma posição crucial, como se pode notar no enunciado: “As crianças com deficiência precisam de ajuda para adquirir autonomia. É um prazer muito grande saber que eu fui colaboradora de um ser humano e que melhorei sua qualidade de vida”. (*SENTIDOS*, 2011).

O discurso da professora constrói um efeito de sentido de felicidade e missão cumprida. A sanção disciplinar é a garantia de que está fazendo um trabalho eficaz para promover o desenvolvimento do aluno com deficiência e torná-lo apto a conviver em sociedade, ou seja, submetê-lo aos efeitos do poder de normalização, portanto, é sempre gratificante, conforme ressaltado no enunciado:

Para Thais, trabalhar com alunos com deficiência é algo que se tornou prazeroso e compensador, e ela pretende seguir a carreira na educação inclusiva. ‘Tudo para as pessoas com deficiência é mais difícil e requer atenção e prática. Cada conquista que elas apresentam é gratificante’, finaliza. (*SENTIDOS*, 2011).

Dessa maneira, o efeito de superação é garantido não apenas para o sujeito com deficiência, mas também para os pais e professores. Como no discurso da ficção, esses sujeitos-heróis sentem-se motivados a ajudar os fracos e desprotegidos, tendo a garantia de estar dando o seu melhor para cumprir sua missão.

Tal missão se efetiva quando o aluno com deficiência, pelo disciplinamento que passou consegue adquirir independência e ter uma vida perpassada pelo efeito de normalização que regula a sociedade. Por isso, as práticas discursivas giram em torno da ideia de que ser diferente é normal. O que controla, o que legitima a vida é sempre a norma, como sendo a regra socialmente aceita, que acaba por dicotomizar o normal e o anormal, fazendo trazer o segundo para a normalização por meio do sentido de diferente. De acordo com Canguilhem (2009, p. 81) “o anormal não é aquilo que não é normal, e sim aquilo que é um normal diferente”.

Desse modo, cria-se uma estratégia de normalizar tudo que está fora do padrão normal, pois este é o status de vida socialmente valorizada, em detrimento de uma vida de menor prestígio. A educação inclusiva é a técnica normalizadora por excelência, tendo em vista ser na escola que o corpo com deficiência vai ser moldado, docilizado, lapidado para o modelo normal, sempre com o apoio das ferramentas de biopolítica sobre a população, momento em que o poder disciplinar se coaduna com a governamentalidade para legitimar o processo de inclusão.

Portanto, na voz da professora que protagoniza a matéria que iniciamos esta análise, intitulada “Fazer ou não fazer: eis a questão”, ela afirma que o progresso é uma recompensa também para a aluna com deficiência, pois o uso das técnicas disciplinares possibilitou seu desenvolvimento e participação nas atividades escolares.

É oportuno observar que a educação inclusiva remete também a ideia de corpo feliz e produtivo, tendo em vista que a gestão do corpo com deficiência, por meio de uma pedagogia higiênica possibilita corrigi-lo, adestrá-lo ao convívio social, oportunizando, assim, ao sujeito com deficiência conquistar um lugar entre os ditos “normais”. Com isso, ele alcançará o patamar maior por meio da inclusão no mercado de trabalho.

No discurso em análise, o sujeito enunciator da revista evoca também como estratégia discursiva, a voz de um sujeito autorizado a enunciar em nome do saber pedagógico. É nessa ordem discursiva, que se afirma que a questão da educação inclusiva deve romper os muros da escola e penetrar em outros espaços sociais. Para isso, a pedagoga, Renata Veloso, afirma que o assunto é visto com outro olhar em relação a alguns anos atrás, no entanto, é preciso realizar melhorias.

A voz do sujeito autorizado produz um efeito de verdade, pois o saber pedagógico entra em cena, regulamentando relações de poder e de saber para legitimar as ações de inclusão. A pedagoga afirma: “a teoria é muito clara ao falar que todos os alunos com deficiência devem ser tratados como qualquer outro, mas, às vezes, a prática foge disso. Pais, professores, alunos e o próprio sistema devem jogar no mesmo time”. (SENTIDOS, 2011).

O efeito de sentido gerado por esse discurso mostra que a pedagoga se apoia em outro saber, o jurídico, que regulamenta sobre os direitos das pessoas com deficiência através de leis e decretos, promulgados na Constituição Federal de 1988, que traz em vários artigos garantia de integração social para os portadores de deficiência. Também, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) lei 9.394/96 garante a educação e o atendimento especializado, na rede regular de ensino, com apoios necessários, conforme apresentamos no tópico que inicia essa análise. Essas e outras leis compõem o que a pedagoga sintetizou como *a teoria*, que segundo ela, está provocando uma disparidade com a prática.

Observa-se que somente a fala da pedagoga remete a algumas questões que promovem um efeito de sentido de dificuldade no que se refere à inclusão dos alunos com deficiência. A revista como uma instituição midiática, que passa pela ordem do controle discursivo, seleciona o que vai ser dito, nessa formação discursiva e opera com estratégias de sucesso no tocante à educação inclusiva. Fato corroborado pelos enunciados discursivos verbais e pelas imagens apresentadas.

Nessas imagens sempre aparecem alunos sorridentes na sala de aula, em formato de fila, estratégia disciplinar muito usada no ambiente escolar. Na página seguinte, há uma foto em destaque da professora, com a legenda de uma das técnicas utilizadas por ela. No final, é exibida uma foto dos alunos sentados na sala de aula, com grande destaque para uma menina muito sorridente, que representa a aluna com deficiência. Os demais alunos não foram evidenciados, pois sofreram um efeito de apagamento, tendo, inclusive, suas fotos embaçadas. Isso mostra a estratégia discursiva da revista em promover um efeito de superação e felicidade para o sujeito com deficiência e legitima a revista como promotora de subjetividades e

controladora dos discursos, sendo comprovado também pela ausência da voz do aluno com deficiência.

A voz que tem espaço é a de especialistas, professor ou outro profissional da educação, tornando-se uma regularidade no discurso da educação inclusiva na revista *Sentidos*. Esse fato pode ser comprovado na análise de outro enunciado, a coluna *Educação* da edição 69/2012, que apresenta estratégias biopolíticas na formação do professor e tem como título: “Uma formação muito especial”. A matéria ressalta a voz de especialistas sobre a atual situação da formação docente dos professores de educação especial. O título já provoca um efeito de dificuldade, a partir do deslize de sentido da palavra especial, comumente usada para se referir a pessoas com deficiência, em muitas de suas terminologias: pessoa com necessidade especial ou portador de necessidade especial.

Isso faz evocar o interdiscurso que circulou outrora sobre cuidados especiais para sujeitos com deficiência, inclusive na educação especial. Por isso, nas palavras de Nascimento (2010, p. 97)

não se pode isolar o funcionamento intradiscursivo como se ele fosse autoconstitutivo. É necessário relacioná-lo a dizeres outros que circulam nos discursos, voam por práticas sociais diversas e repousam em materialidades que mesclam intra e interdiscurso, em um permanente processo dialógico.

O discurso sempre dialoga com o que foi dito antes, dessa maneira, a dificuldade em trabalhar com a educação inclusiva, entra na ordem das dizibilidades, alcançando a questão da formação do professor. O que se evidencia nessa matéria é a disparidade entre a teoria e a prática dos cursos de formação.

Para atender às demandas de preparação no trato do aluno com deficiência, uma estratégia biopolítica utilizada é a oferta da disciplina Línguas Brasileira de Sinais nos cursos de Licenciatura, mas nem todas as universidades cumprem essa medida. A inserção da disciplina faria provocar o debate sobre o tema da inclusão, oportunizando uma melhor preparação do futuro professor. A fala da especialista, uma fonoaudióloga mestre em Educação, afirma que: “é frequente a questão não ser trabalhada na formação e o estudante tomar contato com alunos com deficiência apenas nos estágios. Assim, a formação é deficiente e muito ainda precisa ser feito”. (*SENTIDOS*, 2012).

É interessante notar como o sentido de deficiente aparece no discurso como algo precário, limitado, o que pode provocar um deslize de sentido de que o aluno é deficiente, a formação é deficiente, ou seja, o efeito de igualdade não aparece nesse enunciado. Essa necessidade de preparação profissional aparece como uma estratégia de biopolítica, que

ênfatisa a gestão governamental no tocante à educação inclusiva, como algo obrigatório para preparar o professor, tendo em vista que irá atuar profissionalmente na formação de capital humano.

Sobre isso Foucault (2008b, p. 315) argumenta: “o que se deve chamar de investimento educacional, em todo caso os elementos que entram na constituição de um capital humano são muito mais amplos, muito mais numerosos do que o simples aprendizado escolar ou que o simples aprendizado profissional”.

Outra especialista, uma doutora em Psicologia Educacional, ênfatisa que a formação específica dos professores, atualmente é positiva e adequada à nova política de inclusão. Ela afirma que:

Após a implantação da nova Política Nacional de Educação Especial, em 2008, a formação desses profissionais sofreu alterações. [...] os profissionais começaram a ter, obrigatoriamente, formação em Pedagogia e especialização em atendimento educacional. Com isso ele tem condições de dar apoio aos alunos, de modo que possam ter mais autonomia. (*SENTIDOS*, 2012).

A mesma especialista afirma ainda, que os professores devem conhecer os equipamentos específicos como a língua para surdos, recursos óticos, trabalhos especiais para mobilidade e tecnologia, que são os recursos multifuncionais que devem ser utilizados pelos professores de Educação Especial.

Notamos nos discursos das duas especialistas as contradições presentes no tocante à formação docente. As estratégias de biopoder partem da teoria para a prática, reforçando que o discurso pode favorecer a produção das verdades da época, mas que a transformação social precisa ainda passar por muitos debates para que a inclusão da pessoa com deficiência realmente ocorra. Os sentidos evidenciam a dificuldade em se trabalhar com alunos com deficiência e a necessidade de preparação específica. Por isso, vale a pena trazer a fala de outra especialista, que evidencia a obrigação de colocar em prática o que está estabelecido na lei. Para ela:

Em defesa de uma perspectiva de educação inclusiva, não é difícil encontrarmos falas [...] do tipo: o importante é que o aluno com deficiência tenha uma integração social. Implícita a essa afirmativa, há a concepção de que a convivência com outros alunos é elemento fundamental para o aluno com deficiência. Entretanto, [...] a socialização pretendida também requer o conhecimento de habilidades acadêmicas. (*SENTIDOS*, 2012).

Esse discurso mostra como há a preocupação com a formação do professor para que inclusão social atenda a formação e ao convívio em sociedade. O discurso faz evocar um

efeito de sentido de que incluir não é apenas estar junto, isto é, colocar todos os alunos no mesmo espaço escolar, mas passa por questões de natureza específicas e que muito ainda precisa ser feito, tanto no tocante às estratégias metodológicas, quanto de ações concretas de efetivo exercício de um poder para a vida.

A educação inclusiva ainda precisa passar por muitas transformações para efetivar o processo da inclusão. Se historicamente, o deficiente sempre ficou à margem da sociedade, é necessário um esforço de práticas de governamentalidade para promover a inclusão. Como ressalta Bartalotti (2010, p. 17):

a exclusão não se resolve, portanto, pela simples ‘inclusão’ do sujeito em determinado espaço social, ou em determinado direito. Não se inclui por decreto, qualquer que seja a situação; os decretos supõem o direito civil, mas a inclusão efetiva passa por caminhos mais complexos, pela superação de obstáculos muitas vezes historicamente arraigados na sociedade.

Nesse sentido, observa-se que a revista como uma instituição midiática seleciona o que deve ser dito. A primeira matéria analisada aponta para um efeito de superação e felicidade e centraliza-se nas estratégias que deram certo, mesmo que conseguidas sob o esforço heroico da professora. Na segunda, a mescla de vozes das especialistas sinaliza a contradição sobre a formação docente.

Entretanto, podemos observar que o discurso da revista promove a reflexão sobre a grande discussão da educação inclusiva. Seja perpassado pelo efeito de sentido de superação e felicidade, conquistado através das estratégias disciplinares usadas para adestrar o corpo, seja por meio das técnicas de biopoder, nas ações governamentais que são propostas para a inclusão do aluno com deficiência e o trabalho da formação continuada do professor. O discurso aponta para questões que estão no cotidiano das escolas e precisam ainda compor o debate em torno da educação inclusiva.

Explanamos com as análises do nosso trajeto temático mercado de trabalho e educação, como o discurso da revista *Sentidos* favorece a construção dos modos de subjetivação do sujeito com deficiência, agregados a estratégias disciplinares e mecanismos de governamentalidade. Entretanto, o discurso da revista possibilita, ainda, discutir os modos de subjetivação mediados por outro efeito de sentido, que corrobora o sentimento de pertencimento, superação e felicidade já apontados nas análises.

É o efeito manual que perpassa suas páginas e mescla a receita da inclusão em diferentes enunciados, como discutiremos a seguir.

4.3 O efeito manual: a receita para a felicidade do corpo com deficiência

É preciso reverberar como a revista, pertencente ao campo dos discursos midiáticos, materializa enunciados que possibilitam a produção e circulação de um discurso pedagógico que estimula formas de gerenciamento do sujeito, a partir de técnicas de saber, poder e subjetivação.

Essa astúcia discursiva é conseguida pelo efeito de manual que permeia cada edição da revista, que como veículo midiático explora as visibilidades e dizibilidades por meio do controle do que vai ser dito. Com isso, seleciona casos que modelam a receita que quer vender para o público. Assim, o manual é uma ferramenta de instrução e normas a serem seguidas, que no caso da revista começa pela capa e continua em cada página, espelhando a conduta do sujeito com deficiência pelo caráter injuntivo que ordena as ações de inclusão.

O manual, enquanto gênero discursivo tem a função de instruir sobre o uso de um produto, estabelecendo, através das informações contidas no passo a passo do que deve ser feito. Esse efeito é encontrado em vários enunciados da revista *Sentidos* de forma direta ou indireta, pois, nas matérias analisadas aparece como a fórmula exitosa para a inclusão do sujeito com deficiência. Nessas matérias, o efeito manual é mais discreto, entretanto está presente através das histórias de superação, conquistas e sucessos que fazem o corpo ser feliz e produtivo, seja por questões de ordem econômica, seja pelo pertencimento e aceitação social.

As práticas discursivas da revista alicerçam os modos de ser e de estar na sociedade inclusiva, com a estratégia da felicidade como receita para se aceitar e lidar com a deficiência. Fato corroborado pelas capas em que apresentam sempre sujeitos sorrindo e felizes, constituindo o que chamamos de pedagogia do sorriso. Esse traço caracteriza o índice mais forte da inclusão desse corpo que é objetivado e subjetivado de um enunciado a outro, sempre vitimado pelo efeito do biopoder que assume a vida como um investimento político.

Assim, a revista utiliza um discurso midiático que seduz e conquista pelo efeito de autoajuda que emana de suas páginas, servindo de alicerce tanto para o sujeito com deficiência quanto para a sociedade que precisa se modificar para atender aos que tem deficiência. Há a produção de uma vontade de verdade que dita uma ordem a ser seguida, como se lendo suas páginas todos os sujeitos pudessem encontrar a felicidade e superar seus

problemas. A capa da edição 59/2010³², ressalta a recorrência ao sentido que promove a subjetivação sempre ligada à ideia de corpo feliz e produtivo.

Figura 34 – Capa da Edição 59/2010



Fonte: Revista Sentidos

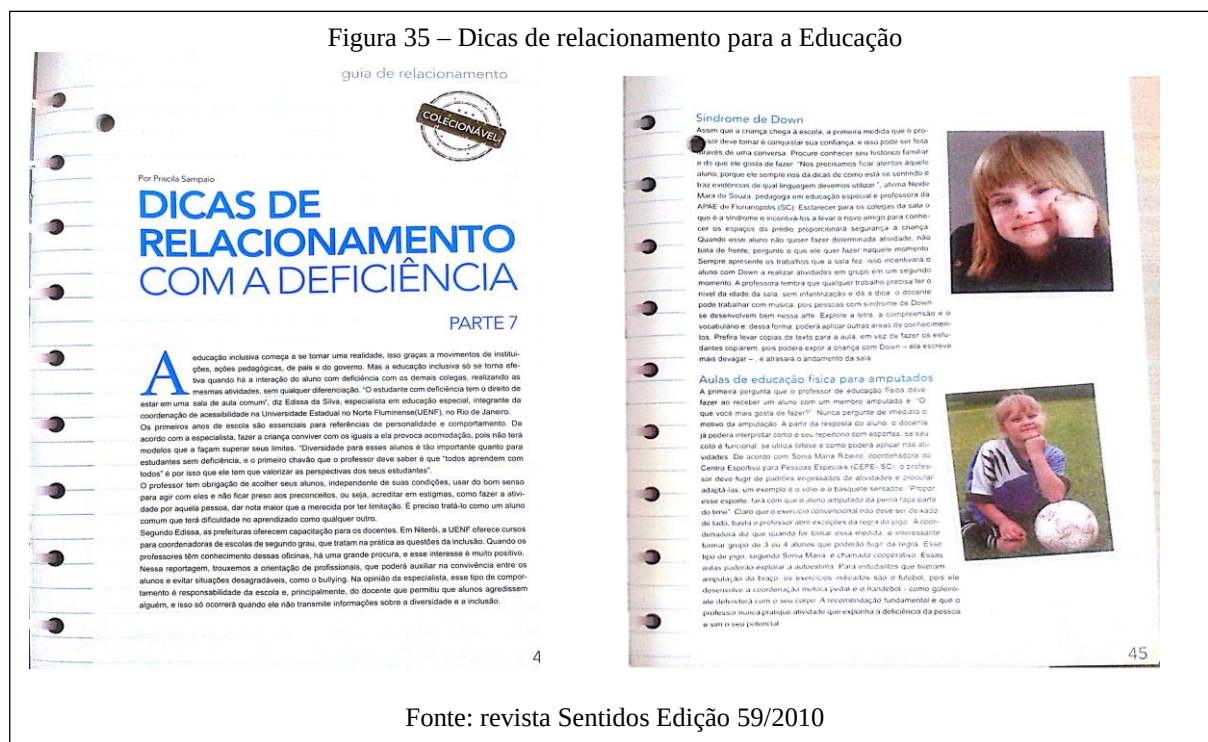
O enunciado da imagem de capa apresenta um sujeito que teve o braço amputado, mas que fez da sua vida um show de alegria e autoestima. Conforme destacado no editorial ela “soube preencher os espaços, causados pela dor, por marcas de superação e otimismo”. Com o trabalho de secretária e a dança do ventre, sente-se mais valorizada e atraente. São casos como esses, além de todos os outros apresentados neste trabalho, que dão o efeito de manual para a revista, pois evidenciando as histórias exitosas promove um controle do olhar para a deficiência como algo que não impede as atividades cotidianas dos sujeitos. Assim, fornece as instruções para se viver de forma plena, seja pela estratégia disciplinadora do trabalho, da educação ou da arte. Trabalhar e dançar, neste caso, possibilita a superação da deficiência e instrui para a normalização pretendida pelo sujeito.

Como em todos os casos discursivizados, o sujeito enunciator da revista, apresenta-se como promotor do saber sobre a deficiência, dando a receita de como controlá-la, superá-la e conviver melhor com ela em todas as situações, promovendo assim, a docilização do corpo. Nesse manual midiático, encontram-se informações essenciais que estimulam o aprendizado do sujeito para saber viver e saber conviver no mundo da inclusão.

³² Embora essa materialidade tenha sido analisada no capítulo 1, apresentamos novamente para corroborar o efeito de sentido de felicidade, dando ênfase aos dizeres do editorial que enfocam a superação. Assim fica evidenciada a revista como manual.

Por isso, há na revista um enunciado intitulado *Guia de relacionamento*, que representa mais explicitamente esse efeito manual. Ele foi produzido em várias edições, dividido em partes. Em cada uma há dicas diferentes, publicadas de forma direta, ensinando as formas de relacionamento em vários segmentos. Essas dicas são enunciados que assinalam a receita da felicidade, tanto para o sujeito quanto para as empresas que os contratam e escolas que promovem a inclusão. Eles circulam produzindo uma vontade de verdade e objetivando o ser deficiente, por meio da orientação a profissionais, englobando o que deve ser mudado, adaptado e realizado dentro e fora das instituições para atender ao que é determinado pelas estratégias de biopolítica. Dentre esses, discutimos inicialmente o que aborda as dicas para a educação inclusiva:

Figura 35 – Dicas de relacionamento para a Educação



Fonte: revista Sentidos Edição 59/2010

Nesse manual, destaca-se o efeito de instrução que está presente em todo o enunciado. Inclusive no destaque dado ao selo com o carimbo escrito *coleccionável*, sugerindo algo valioso que precisa ser guardado para ser consultado sempre que preciso. As dicas devem ser seguidas rigorosamente pelas escolas para alcançar com sucesso a inclusão do aluno com deficiência. Objetivando promover o efeito de verdade e de legitimação dos dizeres, o sujeito enunciador da revista apresenta a voz de vários especialistas, que são os sujeitos autorizados a ensinar, a instruir a ditar as regras que serão seguidas pelo professor. Essa mesma estratégia foi utilizada na matéria por nós analisada, no tópico sobre a educação inclusiva. Um dos especialistas orienta que “o estudante com deficiência tem o direito de estar em uma sala de

aula comum. [...] Diversidade é tão importante para esse aluno quanto para estudantes sem deficiência, e o primeiro chavão que o professor deve saber é que ‘todos aprendem com todos’” (*SENTIDOS*, 2010).

Esse sujeito autorizado a orientar como as escolas devem promover a inclusão, orienta para o discurso da diversidade que predomina na atualidade, visando a evitar a segregação do corpo com deficiência, por isso usa o interdiscurso de que *todos aprendem com todos*. Desse modo, há uma dica para a normalização desse corpo por meio da igualdade de aprendizagem. Porém, essa igualdade só é garantida se o professor aprender como se relacionar com a deficiência. Essas dicas são fornecidas nas páginas seguintes com a caracterização de algumas delas como - autismo, síndrome de down e deficiência física - mostrando o que fazer para lidar em cada situação e como estimular a aprendizagem dos alunos.

A instrução dada para a educação é sempre a partir da fala de especialistas que são sujeitos autorizados a falar em nome do sujeito com deficiência, pois eles detêm o saber que é necessário para fornecer a receita de sucesso da inclusão. Podemos fazer a comparação com um chef de cozinha que tem a receita certa para cada prato do cardápio de um restaurante.

Assim, esse manual funciona como a forma de governo do outro que utiliza as estratégias disciplinares para efetivar a eficácia do poder de normalização, conforme vimos também na análise da matéria sobre educação apresentada no tópico 4.2, nela a professora tinha dúvida de como lidar com a aluna com deficiência. Desse modo, é esse efeito manual da revista que dá suporte para o fazer pedagógico, por isso, o uso de enunciados no imperativo, reforça o sentido de instrução e ordem a ser cumprida, tais como: “fazer atividades, dar nota, valorizar as perspectivas, evitar situações desagradáveis, interagir com os colegas”, dentre outras, com força injuntiva para o professor se relacionar com a deficiência.

Promover o efeito de igualdade entre os alunos é a regularidade no discurso da educação inclusiva, seja na matéria analisada, seja no manual “Guia de relacionamento”, como se pode notar no enunciado que orienta como lidar com a Síndrome de Down:

procure conhecer seu histórico familiar e do que ele gosta de fazer. [...] Esclarecer para os colegas da sala o que é a síndrome e incentivá-los a levar o novo amigo a conhecer o prédio. [...] apresente os trabalhos que a sala fez, isso incentivará o aluno com Down a realizar atividades em grupo.

Assim, por meio da voz detentora do saber, que é outra característica do manual, o sujeito enunciadador aparece como aquele que tem conhecimento sobre o que enuncia, as

indicações sobre o fazer pedagógico são dadas de forma incontestável. Elas devem ser cumpridas para o sucesso da educação e a felicidade dos sujeitos envolvidos, fato comprovado nas fotos que apresentam os alunos com deficiência. O sorriso continua sendo o índice da superação promovida pela inclusão. Assim, a revista como um manual produz um discurso baseado no efeito de autoajuda, compreendido, de acordo com Brunelli (2011, p.133), “muito mais como um conjunto de orientações, de direcionamentos do que como um convite à reflexão”.

Predomina nesse guia-manual o efeito de autoridade, a voz da experiência falando para os leigos, sem dar espaço para contestações, basta seguir e garantir a inclusão. Esse mesmo efeito é notado no “Guia de relacionamento” direcionado a empresas que têm funcionários com deficiência, publicado nas edições 62 e 63 de 2011, utilizando a mesma estratégia discursiva do anterior, com a voz de especialistas, o uso de verbos no imperativo e a imagem de sujeitos com deficiência, o que garante a regularidade nesses enunciados. Na edição 62, as dicas são de mudanças no interior da empresa, percebidas no enunciado:

Figura 36 – Dicas de relacionamento no trabalho



Fonte: Revista Sentidos Edição 62/2011

No enunciado “Dicas de relacionamento com a deficiência – parte 10” a singularidade está no fato de promover a receita da inclusão por meio da preparação das empresas e dos funcionários sem deficiência, ou seja, a empresa precisa se adequar promovendo mudanças. Para isso, o especialista afirma que “tem de ter o que chamamos de acessibilidade atitudinal, conhecer as características de cada deficiência e promover a acessibilidade dentro do padrão da empresa”. (SENTIDOS, 2011). Para cumprir esta dica, descreve algumas deficiências, mostrando o que deve ser feito em cada caso.

Em se tratando da deficiência física, o guia determina que providencie rampas, elevadores e plataformas, mesas com altura diferenciada de acordo com a NBR 9050/04 (Normas Técnicas para o Desenho Universal e Acessibilidade), em caso de deficiência motora providenciar teclado e mouse que são manuseados com os pés. A orientação é tão rígida que indica até o instrumento jurídico que precisa ser consultado para atender as necessidades dos sujeitos com deficiência na preparação do ambiente acessível. Desse modo, há a promoção de um efeito de que o sujeito com deficiência irá se sentir incluído e participe nas ações da empresa, feliz por estar no mercado de trabalho, como se pode notar na foto destacada da cadeirante em sua mesa de trabalho, apresentada na figura 36.

Além disso, as dicas são dadas de forma a estimular a convivência. Para se relacionar com a deficiência auditiva, o manual instrui a empresa a promover cursos de Libras para ensinar a língua a todos da equipe de trabalho, por isso afirma: “abuse de palestras, cursos, treinamentos e dinâmicas de grupo. [...] desse modo, os colaboradores entendem a realidade dessas pessoas, suas potencialidades e os cuidados que devem ter, como respeito e empatia”. (*SENTIDOS*, 2011).

Essa dica é corroborada pela imagem, na figura 36, na qual há colegas de trabalho em situação de interação e auxílio. O colaborador sem deficiência, como é referido no enunciado da revista, está orientando a colaboradora com deficiência auditiva. O uso da palavra colaborador para se referir aos funcionários cria um efeito de integração e de participação desses com a empresa. A construção do sentido na imagem é de aceitação e pertencimento ao grupo, pois o sujeito está seguindo as dicas que foram ensinadas no manual, as quais culminam na síntese de tudo que foi instruído por meio do enunciado “Dicas rápidas de relacionamento”.

Essas dicas promovem um efeito de higiene nas relações humanas, na qual é preciso cautela para não estimular o preconceito, como se pode destacar no enunciado: “cuidado com os tipos e formas de brincadeiras; cumprimente, converse e despeça-se dela normalmente e com naturalidade, como faria com qualquer pessoa”. (*SENTIDOS*, 2011). Essa síntese das dicas é compreendida como o resultado da ação do poder disciplinar sobre o sujeito sem deficiência que precisa ser instruído para se relacionar com a deficiência. Desse modo, o poder incide sobre todos os sujeitos, promovendo o controle sobre a vida por meio de diferentes mecanismos. Entretanto, tais enunciados promovem um efeito de exclusão, pois ao evidenciar os cuidados que devem ter nas formas de tratamento, já instiga a reforçar a diferença do sujeito com deficiência.

No Guia de relacionamento são dadas instruções de como agir, de como se comportar, por meio do discurso que atravessa o corpo no mercado de trabalho, com um efeito de controle sobre os sujeitos e as empresas. Gregolin (2007b) afirma que essa aparente objetivação de controle, baseada no poder disciplinar, é um tipo de subjetivação que cria a falsa sensação de que as pessoas são livres, únicas e controladoras de seu futuro.

Nesses enunciados há a construção do sentido de que o sujeito com deficiência não é igual aos outros, pois é preciso toda uma preparação para recebê-lo, de forma que o manual deve ser seguido rigorosamente para se cumprir o que é estabelecido pelo discurso do politicamente correto. A desigualdade fica evidenciada como estratégia de poder que incide sobre o corpo que se quer normalizar pela inclusão no mercado de trabalho. Por isso, outra singularidade no enunciado “Dicas de relacionamento com a deficiência” pode ser comprovada no guia da edição 63, o qual busca legitimar suas orientações pela retomada do discurso da Lei de Cotas. Essa estratégia discursiva é explicada devido a esse enunciado está na mesma edição que comemora os vinte anos de luta após a lei, ou seja, a mesma da matéria que analisamos “Conquistando Espaço”.

Para o efeito de verdade do manual “Dicas de relacionamento – parte 11 – edição 63”, o saber da Estatística foi utilizado por meio do controle do número de pessoas com deficiência que foi contabilizado pelo Ministério do Trabalho até agosto de 2010. Foram geradas 2.811 vagas, totalizando um aumento de 300% em relação ao ano anterior. Dessas vagas “1.272 são ocupadas por pessoas com deficiência física, 712 pessoas com deficiência intelectual, 575 cegos, 222 por surdos e 13 por profissionais com deficiência múltipla”. (SENTIDOS, 2011). Desse modo, o poder é reflexo do saber calculado por meio de números, os quais reforçam o mecanismo de biopolítica que incide sobre a contratação do sujeito, explicado no aumento percentual.

A Lei de Cotas é considerada como a responsável por esse aumento, mas o manual orienta que “não basta apenas contratar, é preciso que o empregador torne o ambiente de trabalho acessível e funcional à pessoa com deficiência. [...] Para facilitar o relacionamento e a rotina no escritório, elencamos atitudes que ajudarão você a promover a inclusão e a diversidade”. (SENTIDOS, 2011).

Em seguida apresenta as demais deficiências que não foram contempladas no enunciado da parte 10 do guia, publicado na edição 62. É interessante notar que há informação clara sobre o objetivo do guia. Analisando o intradiscurso notamos enunciados do tipo – “facilitar o relacionamento, ajudar você” – que remetem ao objetivo de um manual, mas

ao mesmo tempo evoca a exclusão ao produzir o sentido de “facilitar”, pois se facilita algo que pressupõe dificuldade.

Dessa maneira, inferimos que o discurso da revista mostra que não é fácil o relacionamento com a deficiência, as pistas no discurso favorece a se construir esse sentido, pois o manual é uma ferramenta de instrução, escrito por alguém com certa experiência em situações antagônicas. Dessa maneira, o efeito produzido é que esse manual orienta as atitudes ao oferecer dicas que podem fazer a diferença no que se refere à sobrevivência na empresa ou na escola. E para os sujeitos com deficiência, como a revista por meio do efeito manual dá as dicas para sua sobrevivência na sociedade, visando a garantir sua felicidade?

4.3.1 Corpo e subjetivação: a ressignificação do relatório de exame médico-legal

Diante das estratégias discursivas da revista, podemos encontrar outra faceta dos processos de subjetivação e da relação com a deficiência. Há um enunciado que enfatiza como o sujeito estabelece uma relação consigo, por meio de técnicas que possibilitam constituir-se como sujeito com deficiência e promover sua conduta. É possível analisar essa questão através do enunciado da edição 71 de 2012, que enfatiza a receita para os sujeitos com deficiência conviverem na sociedade:

Figura 37 – Receitas contra o preconceito

RECEITAS para driblar o PRECONCEITO

Pessoas com as mais variadas deficiências dão dicas de como superar esse obstáculo tão comum na sociedade

Por Luiz Otávio da Luz

O preconceito é tão antigo quanto o ser humano. Quando ocorre contra a pessoa com deficiência, esse ato de valor vem, muitas vezes, carregado de um tipo de medo. O indivíduo precisa no outro um espelho e não pode, assim, reconhecer, naquele, as limitações e incapacidades que julga como inevitáveis à pessoa com deficiência. O preconceito acaba sendo um mirror para os dois lados: quem pratica e quem sofre – mas há quem consiga driblar suas implicações.

Um exemplo: Maria Helena, com mobilidade comprometida, que ocasionalmente enfrenta nos meios públicos e inferiores. Contudo, não se abate com isso e, ao mesmo tempo, com o preconceito que, eventualmente, pode sofrer.

“No meu caso, o grande diferencial que ainda não incidiu foi a aceitação familiar. Quando criança tive problemas, porém não fui o impedido e não fui, é um período onde se dá muito valor à imagem, à estética. Com o tempo, isso foi se perdendo e posso me considerar uma pessoa privilegiada”, conta Maria.

Paralela de Maria é a história de Paulo, um jovem com deficiência física e líder da Associação de Deficientes Físicos do Paraná. “O que eu digo é que posso dar e a importância da autonomia. Uma vez carregado, isso, porém, não me impede mais como uma pessoa com limitações físicas. A partir daí, comecei a me envolver em projetos, em atividades, em trabalhos, em tudo. Já vou, alguém faz me olhar e não me vê. Quando pergunto, dizem que eu não sei, para estabelecer uma relação”.

Ele ressalta que a pessoa com deficiência precisa estar disposta. Não pode se fechar. “Vive-se superando preconceitos seja mais difícil em pessoas que adquiriram a deficiência durante a vida, mas sempre entram no mundo das pessoas com deficiência e mental diferentes. Mesmo nesse caso, é necessário descobrir o valor pessoal que cada um tem”. Maria é cética. “A pessoa com deficiência não pode se orgulhar a ponto de achar que ela é a única que tem problemas no planeta”.

SEMPRE PRESENTE

Preconceito é uma palavra presente e psicológica da Fundação Dorina Nowill para Cegos e surdos.

ben sabe exatamente o que significa preconceito. “Falar desse assunto relacionado à deficiência é muito polêmico. Fomos deficiente visual (hoje sou surdo) desde meus quatro anos de idade e o preconceito foi um tema que sempre esteve presente em minha vida. Na escola sofri muito com meus colegas de sala, que me chamavam de ‘varguinha’, ‘varguinha’, ‘varguinha’”.

Ele revela que vive hoje, apesar disso, a vida plenamente. “Sei muito bem que não sou igual a todo mundo. Com o tempo, fui entendendo que ser diferente não é uma coisa ruim, que eu posso, sim, algumas necessidades diferenciadas das outras pessoas, mas isso não me torna um ser humano pior”.

Em sua trajetória, a psicologia resultou que sofreu mais preconceito quando criança. “Foi assim e começo a perceber o preconceito em qualquer lugar onde eu estava. Como quando jogava bola com meus amigos. Porém, depois de muita experiência, comecei a não me preocupar mais com o preconceito, porque não consigo controlar o que os outros fazem. Depois de muita experiência, comecei a não me preocupar mais com o preconceito, porque não consigo controlar o que os outros fazem. Depois de muita experiência, comecei a não me preocupar mais com o preconceito, porque não consigo controlar o que os outros fazem”.

NUMA BOA

De acordo com o texto, a pessoa com deficiência deve ter uma boa postura e não se deixar levar pelo preconceito. A pessoa com deficiência deve ter uma boa postura e não se deixar levar pelo preconceito. A pessoa com deficiência deve ter uma boa postura e não se deixar levar pelo preconceito.

Esse juízo de valor vem carregado de um sentimento de negação, ou seja, a deficiência é vista como limitação ou incapacidade

Rio de Janeiro, Ana Regina Campello, dá dicas práticas de como lidar com o preconceito no dia a dia.

“Devemos ter uma postura de diplomacia, quando os outros nos olham com desconfiança, devemos sorrir e dizer: ‘Oi, tudo bem?’”.

Ana Regina tem outras sugestões: “Se perceber que os outros estão olhando para você, não se deixe levar pelo preconceito. Não se deixe levar pelo preconceito. Não se deixe levar pelo preconceito”.

No caso da pessoa surda, assumir uma postura oposta, principalmente em relação à cultura dos surdos, é a melhor opção. Isso porque a cultura dos surdos é diferente da cultura dos ouvintes. A pessoa com deficiência deve ter uma boa postura e não se deixar levar pelo preconceito.

Vinte dicas para driblar o preconceito

- Contar com a aceitação familiar
- Criar um mecanismo de autoaceitação
- Não ter medo e se entregar nas relações
- Ser autêntico com você e com os outros
- Não se fechar e não ser egoísta
- Aceitar que ser diferente não tira a beleza da pessoa
- Transmitir a ideia de que ter uma deficiência não é uma pena
- Ser persistente
- Fazer um objetivo profissional
- Procurar conscientizar a sociedade sobre o preconceito
- Aceitar quem é diferente
- Fazer parte de uma comunidade
- Mostrar-se forte e feliz, mesmo que depois chore no seu quarto
- Aceitar-se. Gostar de você mesmo é a melhor coisa que tem
- Ficar calado, não falar, pois a pessoa pode pensar que não sou capaz. Então, acho melhor falar calado
- Ser sempre justo com os amigos. Dessa forma, ficamos mais fortes quando estamos juntos, um do lado do outro
- Manter humor, não levar a sério
- Conversar com a pessoa e dizer: ‘Sua brincadeira é legal, mas não estou com vontade de brincar. Então, a pessoa fica com cara de bobo’
- Caso as pessoas não tenham medo de usar os gestos, ficamos mais fortes quando estamos juntos, um do lado do outro
- Caso o ouvinte adote sempre um discurso de respeito, respondendo com resistência, dizendo que os ouvintes também não podem fazer o que os surdos podem

Fonte: Revista Sentidos Edição 71/2012

O que marca a singularidade do enunciado “receitas para driblar o preconceito” é o fato de abandonar a voz dos especialistas, para dar espaço a voz do sujeito com deficiência. O foco recai também sobre o efeito instrutivo, que busca dar orientações em determinada situação. Assim, tanto a receita quanto as dicas de relacionamento com a deficiência são manuais permeados de uma linguagem de regulação e controle de comportamentos, por meio de séries injuntivas que demonstram ordem, pedido, sugestão a ser seguido por outro sujeito. A força de comando sempre parte de um para orientar vários.

Dessa maneira, “o guia de relacionamento”, precisava de um especialista que conduzisse empresas e escolas para a inclusão. Enquanto que essas receitas incidem diretamente sobre o sujeito com deficiência, portanto, sua voz será mais compreendida por seus pares e por ele mesmo. Isso fica evidenciado no enunciado: “pessoas com as mais variadas deficiências dão dicas de como superar esse obstáculo tão comum na sociedade”. (SENTIDOS, 2012).

O obstáculo é o preconceito que existe na sociedade carregado de um efeito de negação, no qual a deficiência é vista como limitação ou incapacidade. Por isso a necessidade de uma receita para driblá-lo, ou seja, ultrapassar essa barreira e vencer a luta da convivência social, garantindo a busca pela aceitação e conquista da felicidade.

Dessa maneira, a estratégia discursiva é construída a partir dos depoimentos dos sujeitos, que são apresentados como “modalidades de uma relação consigo, que envolve a realização de uma prática contínua de procedimentos de escrita de si e para si, isto é um procedimento de subjetivação”. (REVEL, 2005, p. 83). Conforme se nota nos enunciados extraídos da revista:

outra dica que posso dar é a importância da autoaceitação. Uma vez conseguido isso, passei a não me perceber mais como uma pessoa com limitações físicas. A partir daí comecei a me entregar nas relações. Sou verdadeiro no convívio com todos.

É importante que todos nós que possuímos uma deficiência, possamos conscientizar a sociedade sobre nossas potencialidades e limitações. Mas antes disto, é preciso acreditar em nós mesmos, para que possamos ser os protagonistas das nossas vidas.

Devemos reagir com diplomacia, quando os ouvintes zombarem dos nossos gestos, escrevendo um bilhete com o seguinte recado: ‘nós somos surdos e temos orgulho de nossa língua. Você quer aprender a se comunicar com a gente?’

Esses enunciados são a maneira pela qual o sujeito se marca no discurso. É um guia de conduta que serve como uma escrita de si, sendo oferecido como uma estratégia de verdade pela promulgação da afirmação desse sujeito que deve ser repetida, lida, lembrada, meditada para favorecer sua autoaceitação, convivência social e superação do preconceito. Essa escrita de si deve ser usada como uma conversa consigo mesmo e com os outros que estimula a se subjetivar a partir da necessidade identificar-se como sujeito, como um corpo com deficiência. Por isso, a escrita de si, como afirma Foucault, (2006f):

é preciso que ela não esteja colocada em um armário de lembranças, mas profundamente implantada na alma. O papel da escrita é constituir com tudo que a leitura constituiu, um corpo. Escrever é, portanto, se mostrar, se expor, fazer aparecer seu próprio rosto perto do outro. É uma maneira de se oferecer ao seu olhar através do que é dito sobre si mesmo.

Por isso, a produção e circulação das dicas para driblar o preconceito, escritas pelo próprio sujeito com deficiência, em um discurso midiático que atinge um número grande de leitores, favorece a identificação com o que é dito. Assim, segue a receita, pois ela não é dada por um estranho, mas por um sujeito que se constitui como deficiente, que busca atingir a si mesmo e ao seu grupo.

As dicas criam o efeito de sentido de informação útil, relevante, dada a si e aos demais sujeitos, fazendo circular uma vontade de verdade, legitimada pelos corpos que sofrem ou sofreram algum tipo de discriminação, mas que aprenderam a superar a deficiência e se aceitar para exigir da sociedade a aceitação e o respeito. Dessa maneira serão protagonistas de suas vidas, pois a escrita de si “é um relé importante nessa subjetivação do discurso”. (FOUCAULT, 2006f, p. 148)

Assim, os depoimentos ajudam a produzir a subjetivação ligada ao cuidado de si, tanto no governo de si, quanto na disseminação de práticas que promovem o governo do outro, pois na medida em que cada um dá o depoimento do que faz para driblar o preconceito está também governando os demais sujeitos, conduzindo o ser e agir na sociedade. Sobre isso afirma Foucault (2010g), é no cuidado de si, na relação de si para consigo que, necessariamente, cuidará dos outros.

Nesse jogo discursivo sobressai o corpo com deficiência como efeito do poder que estimula o cuidar de si, por meio do reconhecimento e aceitação da deficiência, mas não a enxergando como barreira ou impossibilidade, mas como um corpo diferente que é útil na sociedade. Essa produção do corpo utilidade-docilidade é uma estratégia das disciplinas que

constitui sua subjetivação por meio da prova de que pode ser incluído na escola ou no trabalho.

Poderíamos falar muito ainda sobre as possibilidades de cuidado de si que são produzidas neste enunciado, porém gostaríamos de deslocar nossa discussão para outro mecanismo que emana nessa rede de sentidos, que não está desvinculada do cuidado de si, mas auxilia na teia discursiva iniciada no capítulo 3 deste trabalho.

Consideramos os depoimentos, compreendidos como escrita de si, nas dicas desses sujeitos como uma possibilidade de prática de si que estimula a produção da verdade. De acordo com Foucault (2010g) a verdade é o que ilumina o sujeito. No acesso à verdade, há uma coisa que completa o próprio sujeito e promove uma transformação do próprio sujeito no seu ser de sujeito.

É essa transformação que vimos realizada por meio dos enunciados dessa receita. Nela o sujeito busca a verdade por meio da legitimação do seu corpo com deficiência, reconhecendo-se como tal e se subjetivando a partir da assunção de sua deficiência. Através do cuidado de si há a construção do sujeito por meio da sua escrita, do que ele diz sobre si e sobre driblar o preconceito.

Desse modo, o papel da escrita é constituir o corpo, ligando a produção de subjetivação por meio do que enuncia no discurso. Ao usar a primeira pessoa gramatical como marcação do eu, age por meio dessa escrita sobre aquele que lê a revista e vê, nesse enunciado-receita, a verdade para aprender a viver em sociedade, vencendo o preconceito e se constituindo como sujeito com deficiência.

Entretanto, essa verdade que o constitui promove o deslocamento da subjetivação da prática do exame psiquiátrico para o exame do próprio sujeito com deficiência. Retomando a discussão do tópico 3.1 deste trabalho. No século XIX havia o controle por meio de uma ação médico-legal que tinha como objetivo promover a segregação entre o normal e o anormal, fazendo surgir o poder de normalização.

Esse discurso era produzido no interior de instâncias dotadas de um efeito de verdade pelas relações de poder-saber que fazia circular, através do relatório de exame psiquiátrico a identificação da loucura. Era também uma forma da psiquiatria promover a higiene pública, uma vez que “o corpo social deixa de ser uma simples metáfora jurídico-política para surgir como uma realidade biológica e um campo de intervenção médica. O médico deve ser então o técnico do corpo social e a medicina, uma higiene pública”. (FOUCAULT, 2006d, p. 9).

No discurso da revista *Sentidos*, esses relatórios são substituídos pelas técnicas de subjetivação apresentadas nos enunciados da revista, com mais destaque nessas receitas para driblar o preconceito que usa a escrita de si, do próprio sujeito com deficiência para se subjetivar. Assim, Foucault (2010g, p. 171) afirma que “não podemos ter acesso à verdade se não mudamos o nosso modo de ser”. No caso do sujeito com deficiência, o modo de ser é apresentado em cada depoimento que legitima a conduta, com base na “autoaceitação, persistência, acreditar na própria capacidade, ter orgulho da sua diferença”. Isso leva a uma busca da verdade que é internalizada pelo sujeito no convívio com a deficiência que o faz se reconhecer como deficiente, não sendo preciso um exame médico para diagnosticá-lo ou associá-lo a padrões sociais normativos.

Vale salientar que no discurso da revista o efeito manual e as receitas para a felicidade são estratégia de disciplinamento do corpo com deficiência, dando instrução de como se comportar e como conviver na sociedade. Isso faz com que possamos afirmar que os exames psiquiátricos são substituídos pelos enunciados da revista, os quais estão permeados de um efeito de sentido de superação, aceitação e felicidade.

Esse efeito de sentido é reforçado na síntese das dicas destacadas pelo enunciado: “vinte dicas para driblar o preconceito” e no incentivo a busca por espaços de convivência, no padrão de grupos de autoajuda para alcoólicos, drogados e outros que precisam de apoio para superar seus problemas.

Dessa forma, o discurso da revista caminha por trilhas que nos permite assegurar que a ética do eu não está desvinculada dos limites que foram impostos para o corpo com deficiência. Milanez (2009) intensifica isso ao afirmar que o corpo tem seus limites históricos e que sua aparência pode revelar mecanismos que pertencem a um terreno biossocial. Portanto, a mídia instaura uma forma de controle pedagógico sobre o homem e a população, por meio de sinais construídos sobre um biopoder.

Assim, podemos afirmar que as dicas oferecidas pelos sujeitos com deficiência, constituem um conjunto de prova, ou seja, a vida de cada um é um instrumento de prova que comporta o ser e o viver a deficiência nos padrões sociais. Por isso, o deslocamento do relatório de exame psiquiátrico para o exame da escrita de si, em forma de depoimentos, promove a verdade ligada a formas de vida, aos padrões de comportamentos, ditados no manual de sobrevivência. O corpo foi disciplinado através de relações de poder-saber, o que favorece a autoridade do sujeito em enunciar sua deficiência e aceitar sua condição de vida.

É a governamentalidade que como um campo de estratégias de poder, não se restringe somente às questões políticas, mas ao próprio governo de si, que estimula a relação de si para consigo e para o outro. Isso leva a uma ética do sujeito com deficiência que se constrói na atualidade via discurso da inclusão, sempre visto pelo olhar do poder de normalização que o inflama a participar ativamente da sociedade, numa mescla de dispositivos que vão da disciplina, ao governo do outro e ao cuidado de si. Sem esquecer as redes de memória e o interdiscurso que agem na produção do sentido e na fabricação das vontades de verdade.

Dessa forma, ao responder a indagação: quem é o sujeito com deficiência hoje? Notamos que sua subjetivação está ligada às práticas discursivas sobre a inclusão, na revista *Sentidos*, as quais possibilitam ao sujeito fazer a experiência de si, por meio dos sentidos que circulam em cada enunciado e constrói um jogo de verdade que o disciplina, governa, seduz e induz a se subjetivar como um sujeito que está além de suas limitações. Por isso, deve promover o cuidado de si como “uma regra coextensiva à vida. É o ser inteiro do sujeito que ao longo de toda a sua existência, deve cuidar de si e de si enquanto tal”. (FOUCAULT, 2010g, p.221). É nesse limiar que, nesse discurso se constrói o efeito de superação, aceitação, pertencimento e felicidade de um corpo que sai da marginalização para a inclusão na sociedade.

Além disso, os depoimentos podem ser analisados sob o viés do poder disciplinar que precisa de estratégias para se fortalecer. Nesse caso, é uma prática de exame, mas não do mestre para o aluno ou do médico sobre o paciente, mas do sujeito com deficiência para si. É uma forma de provar que ele foi docilizado, por isso, sua voz é a prova de sua objetivação por meio dos saberes e de sua subjetivação para aceitar-se como deficiente, provocando deslocamentos sobre a técnica do exame como ferramenta de produção da verdade.

Desse modo, se o relatório de exames psiquiátricos tinha como objetivo estabelecer a culpa do sujeito para crimes, atestando se se tratava ou não de uma pessoa com doença mental, no discurso da revista, a prática do exame está pautada na confissão do sujeito com deficiência. Ele se identifica como uma pessoa com deficiência, nos diferentes enunciados analisados, dos quais apontamos a resposta dada ao censo do IBGE em 2010, que contabilizou 45,6 mil deficientes no Brasil, a escrita de si, por meio dos depoimentos espalhados nas matérias sobre a inclusão no mercado de trabalho ou no manual de receitas para combater o preconceito.

Assim, a linguagem do exame sai do saber médico para o saber midiático da revista pela voz que transmite os efeitos do poder próprio da instituição que controla os dizeres. Há o relato da experiência de vida de sujeito com deficiência constando sua superação e felicidade por estar incluído no mercado de trabalho e por saber conviver em sociedade driblando o preconceito.

São nesses aspectos da produção social que a subjetividade se ergue e se fortalece, por meio de um discurso que está materializado no dispositivo midiático da revista, promovendo o espetáculo da inclusão. Conforme destaca Gregolin (2007b, p. 21)

A subjetividade está em circulação, é essencialmente social, assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares. Colocando em circulação enunciados que regulamentam as formas de ser e agir, os meios de comunicação realizam um *agenciamento coletivo de enunciação*, entrecruzando determinações coletivas sociais, econômicas, tecnológicas etc. (grifos da autora).

É por meio desse agenciamento que a revista *Sentidos* cria estratégias discursivas diferenciadas para os enunciados. Dessa maneira as matérias sobre educação não apresentam a escrita de si, ou os depoimentos do sujeito, ela é embasada pelo uso da voz de sujeitos especialistas em educação para legitimar o que está sendo dito e feito na educação inclusiva, tendo em vista a necessidade de objetivação da deficiência por meio dos saberes que sustentam as práticas educacionais.

Além disso, o saber da medicina também é evocado quando necessário para a identificação do sujeito com deficiência. Porém, o uso do relatório de exame psiquiátrico é adotado para atender aos interesses desse sujeito, tendo em vista que é usado sempre que precisa comprovar sua deficiência, não para si, mas para o Estado. Ao usar a isenção de impostos e outros mecanismos de biopolítica que o beneficiam na aquisição de bens de consumo ou em outros segmentos, necessário se faz o mecanismo de prova pela voz do sujeito médico autorizado a falar em nome do saber da medicina, que legitima também o saber jurídico. Assim, o sujeito quer e precisa ser reconhecido como deficiente para ganhar os benefícios da isenção de impostos para compra de automóvel, por exemplo.

Há dessa forma, na produção discursiva sobre o sujeito com deficiência que promove deslocamentos para a necessidade de aparecer na sociedade, uma memória da visibilidade como construção da subjetivação, na qual a deficiência passa a ser aceita e, sobretudo, adaptada para a vida em sociedade.

Com isso, o efeito de aceitação e exaltação da diferença no discurso da inclusão, na revista *Sentidos*, faz com que assuma sua deficiência sem se esconder, usando como mecanismos o censo, a escrita de si nos diferentes enunciados e, inclusive, o exame médico quando convém, promovendo uma estratégia do dizer, do sentir e do ser que é discursivizado sob o olhar da mídia. Esse aparecer e subjetivar-se como deficiente mostra os efeitos do discurso da inclusão que legitima os dizeres sobre quem é o sujeito com deficiência na atualidade.

Ele é efeito das técnicas disciplinares, dos dispositivos de biopoder e da governamentalidade sobre o corpo que é feliz e produtivo, pois está normalizado pelos mecanismos de controle que possibilitam evocar os efeitos da positividade do discurso da inclusão social na revista *Sentidos*. Desse modo, não é somente deficiente, mas sim eficiente, uma vez que basta seguir a receita, com todos os ingredientes na medida certa, para que a fórmula da inclusão, aceitação e superação seja conseguida com sucesso e felicidade.

O que se materializa no discurso da revista *Sentidos* é um efeito da inclusão social, no qual o sujeito com deficiência é visto sob o viés da produtividade, que promove o deslocamento da memória de um corpo descartável, inútil e inválido para a construção de um corpo feliz, produtivo e eficiente nas esferas do trabalho e da educação. É um corpo governável, efeito do poder sobre a vida que busca apagar a negatividade da história pela estratégia biopolítica da inclusão social.

A PEDAGOGIA DO SORRISO: PARA EFEITO DE CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Sorri, vai mentindo a tua dor e ao notar que tu sorris todo mundo irá
supor que és feliz.*

Charles Chaplin

O discurso possibilita perceber inúmeros efeitos de sentido que circulam socialmente e se propagam em diferentes materialidades, movidos pelas condições de produção. Uma investigação dos processos discursivos inclui perceber o discurso como prática, alicerçado em acontecimentos que se misturam e se transformam em efeitos de memória, produzindo uma irrupção de enunciados ligados às relações de poder e saber.

Nesse trajeto percorrido até aqui, muito foi dito para atingir o objetivo de analisar o discurso da inclusão social do sujeito com deficiência, materializado nas páginas da revista *Sentidos*. O que ficou desse percurso foi a certeza de ter enveredado pelas trilhas discursivas, usando as ferramentas da Análise do Discurso, na perspectiva arqueogenealógica foucaultiana, visando escavar o fio do novelo da inclusão. Para isso, retomamos a produtividade das relações de poder que permearam as diferentes formas de governo, mostrando suas implicações sobre o corpo, desde o espetáculo do suplício, até os efeitos do biopoder, na esfera individual e coletiva.

Adentramos no corpo alvo do nosso trabalho. Investigamos o corpo com deficiência nas trilhas da história, construindo sua genealogia, retomando as formas de exclusão, aprisionamento, integração, até chegar aos acontecimentos que possibilitaram a emergência do discurso da inclusão. Assim completamos o percurso genealógico por meio da análise da materialidade linguístico-imagética da revista que construiu o sujeito com deficiência no século XXI, pelas séries enunciativas exploradas nos diferentes enunciados.

Notamos que a felicidade é o traço característico dos modos de subjetivação, ressaltada pelo sorriso que produz sentidos para a inclusão do sujeito com deficiência. As imagens de capas e as demais apresentadas no interior da revista ressaltam uma pedagogia do sorriso que coloca a inclusão como fórmula de sucesso e felicidade: o sujeito com deficiência é o efeito desse sorriso, como se tudo fosse perfeito. Nesse feixe de sentidos, o trajeto temático – mercado de trabalho e educação – fez com que se buscassem os modos de subjetivação, ligados aos efeitos do poder disciplinar e do biopoder. Dessa maneira, na análise dos enunciados que remetem ao mercado de trabalho, o efeito de felicidade perpassa todos os enunciados, porém diferentemente de um para outro.

Os sentidos construídos apontam, no primeiro recorte, a matéria que apresenta os casos de sucessos de três sujeitos com deficiência, pautada no feixe de sentidos: produtividade e competitividade do mundo corporativo, que resultam em sucesso, conquistas e postos de trabalho elevados, com base no consumo, que torna o sujeito feliz e produtivo. Desse modo, a felicidade é reflexo do “mundo hedonista-consumista, voltado para o prazer e para o consumo

– onde todo sofrimento e todo sacrifício devem ser banidos ou minimizados – centrados no ego e no consumo que, por sua vez, remete ao dinheiro”. (CORACINI, 2006, p. 135). A inclusão no mercado de trabalho favorece a essa visão, pois indica a possibilidade de consumo, tendo em vista a disciplinarização dos corpos, higienizados para o trabalho corporativo.

No segundo recorte, a matéria “Sim eu trabalho!” destaca como o sujeito com Síndrome de Down consegue ser inserido no mercado de trabalho. O fio discursivo enfatiza o efeito de sentido de pertencimento a classe trabalhadora, pela carteira de trabalho assinada, e a possibilidade de convívio social que o leva a conquistar amigos, promovendo um sentimento de felicidade e superação de suas limitações.

Desse modo, há uma segregação no interior da deficiência que enfoca o lugar do mercado de trabalho preenchido, principalmente por sujeitos com deficiência física, conforme ressaltado através do saber da estatística, que contabiliza o percentual de inclusão. A deficiência mental, embora ocupe o segundo lugar do ranking das pesquisas, ainda precisa abrir mais espaços, para mostrar a capacidade desses sujeitos.

No tocante à educação, o discurso da revista ressalta as práticas de disciplinamento na busca pela inclusão. O poder de normalização é retomado pela pressão do gesto governamental que coloca todos os alunos no mesmo espaço escolar. Com isso, a superação é o foco principal, além do efeito de felicidade que atravessa o discurso, seja por meio das estratégias disciplinares utilizadas pela professora, que a torna protetora e heroína, seja pelo resultado dessas estratégias no sujeito com deficiência.

O fio discursivo nos enunciados sobre a educação inclusiva é a ênfase na voz de sujeitos autorizados a falar em nome de um saber, como o da Psicologia e o da Educação, que objetiva e subjetiva o aluno com deficiência. Nos enunciados sobre a educação a voz do sujeito com deficiência é silenciada. Ele ainda não foi disciplinado uma vez que a proposta da educação inclusiva assegura a escola o lugar primeiro do disciplinamento dos sujeitos.

Assim, há o efeito de necessidade de ajuda. Ele é sempre o sujeito que precisa ser ajudado e a escola a instituição que promove as relações de poder-saber, usadas no controle e docilização do corpo com deficiência. É interessante ressaltar que das edições da revista *Sentidos*, que mobilizamos para constituição do *corpus*, as matérias sobre educação inclusiva não são destacadas como matéria de capa. Isso mostra que a educação não é vista como uma tecnologia de prestígio no meio social, como se incluir na escola representasse algo comum, sem destaque, sem evidência.

O que mais se observa nos enunciados da revista é uma visibilidade da inclusão do sujeito com deficiência, como uma ferramenta didática, um manual de via única, que passa pelo controle discursivo, provocando os esquecimentos, por isso, silencia as resistências e os casos de sujeitos que não sofreram os efeitos do poder de normalização, via inclusão. A revista está no plano do saber, que é ligado ao poder, desse modo quem está na ordem do discurso são as estratégias do poder disciplinar e os mecanismos de governamentalidade por meio da Lei de Cotas, da Estatística, do mercado de trabalho e da Educação Inclusiva como um modelo perfeito de inclusão.

A revista como dispositivo midiático, promove um espetáculo da inclusão social do sujeito com deficiência, através de um discurso que remete a casos reais, para provocar um efeito de realidade, porém não cobre a totalidade dos corpos com deficiência, não enfoca os casos de sujeitos que estão fora do mercado de trabalho e da educação. É como se a inclusão fosse uma receita de sucesso por meio da venda de um discurso, veiculado por uma mídia impressa que controla os dizeres para favorecer a certos sentidos e não outros.

Por isso, a pedagogia do sorriso é o resultado do efeito de felicidade e da receita de sucesso da inclusão. A mídia colabora para montar um espetáculo de imagens, no qual os sujeitos com deficiência encenam no palco da inclusão, a visibilidade de um discurso que silencia muitos outros ditos. Assim, mostra que o poder não é um mecanismo negativo de repressão, ele produz positivities, por isso o discurso da inclusão é dotado de efeitos de superação, felicidade e escrita de si, como sucesso para a subjetivação.

O sujeito com deficiência que é incluído na sociedade, seja pelo trabalho ou pela educação sente-se um sujeito produtivo, um corpo que não vive cercado pela inércia da deficiência, pois sofreu os efeitos do poder de normalização, podendo ser independente, capaz de viver com suas próprias forças, superar limites e fazer as mesmas coisas dos corpos ditos normais.

Entretanto, o discurso da revista *Sentidos* faz silenciar as práticas de exclusão que são ainda observadas no século XXI. Para Courtine e Vigarello (2006, p. 341), “A sociedade democrática apaga os indícios físicos tradicionais, embaralha os velhos códigos da sociedade de ordem, banaliza a postura, mascara as hierarquias”. Isso acontece no discurso da revista: mascara as limitações, dificuldades, adversidades enfrentadas pelos sujeitos com deficiência através da pedagogia do sorriso, que enfatiza a felicidade como traço constitutivo da subjetivação.

Dessa maneira, podemos constatar que a história avança por trilhas sinuosas, nas quais a exclusão caminha sempre na contramão da inclusão. Em diferentes períodos, foi possível notar movimentos de resistência, no qual os sujeitos com deficiência conseguiram ser inseridos na sociedade. Enquanto que na sociedade contemporânea muito se vê, ainda, de práticas de exclusão e segregação e, principalmente, muitas dificuldades no tocante às questões de acessibilidade e de implementação das ações de inclusão. Os enunciados seguintes enfatizam isso.

Figura 38 – Quadrinho cadeirante



Fonte: www.google.com.br

Figura 39 – Dificuldades de vaga na universidade

Vaga na universidade é apenas a primeira dificuldade para quem tem deficiência

Dados do Censo da Educação Superior de 2010 apontam que em um universo de 6,3 milhões de estudantes matriculados em cursos de graduação, apenas 16.328 universitários são identificados como pessoas com deficiência. Desse número, 10.470 estão na rede privada. O dado mostra a realidade sobre a dificuldade de ingresso e permanência dos estudantes com deficiência no ensino superior no Brasil.

[...] O filho foi prejudicado por condições inadequadas nas provas da universidade. Em uma das vezes, o rapaz, que nasceu cego, fez o vestibular da instituição e foram identificados erros de grafia em enunciados e de transcrição para o braile.

Fonte: <http://noticias.terra.com.br/educacao>

A figura 38 apresenta uma situação de busca por emprego nos anúncios de classificados do jornal tão comum na sociedade. O enunciado constrói um efeito de sentido de humor para mostrar a dificuldade enfrentada pelos sujeitos com deficiência, tanto em encontrar vagas nos postos de trabalho, quanto na acessibilidade. A escada, no quadrinho, ressalta o sentido de obstáculo, de barreira, que deixa o sujeito sem possibilidade de locomoção, não apenas pelas questões físicas, mas também por elementos de outra ordem que são necessários para se conseguir uma contratação em empresas.

Já o enunciado: “vaga na universidade é apenas a primeira dificuldade para quem tem deficiência”, destaca, por meio do saber da estatística o pouco acesso de sujeitos com deficiência nos cursos superiores. É baixo o número de alunos com deficiência que ingressa na universidade, isso reflete como a educação inclusiva não está preparando o sujeito de forma adequada. O vestibular ou provas similares para entrada no curso superior apresenta também entraves que são sentidos pelos sujeitos, como ressaltado no enunciado: “em uma das vezes, o rapaz, que nasceu cego, fez o vestibular da instituição e foram identificados erros de

grafia em enunciados e de transcrição para o braile”. Essas dificuldades sinalizam o porquê de a maioria dos alunos com deficiência estarem matriculados em universidades privadas, a forma de acesso nessas instituições pode ser mais simplificada e menos concorrida do que nas universidades públicas.

Diante do exposto, nesses contradiscursos, podemos considerar que não basta existir a Lei de Cotas, que garante a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho e na educação, para que o sujeito consiga ter acesso e permanência com sucesso nesses segmentos sociais. Por isso, Lancillotti (2003) afirma: o movimento pela inclusão parece destinado atenuar tensões sociais através de programas assistencialistas e ações compensatórias por parte do Estado. Assim, de uma ou outra forma serve à manutenção da sociedade capitalista.

Trouxemos esses enunciados para mostrar que a revista enquanto produção discursiva dialoga com o que não foi dito e com o que foi silenciado, pois os enunciados têm margens povoadas com dizeres alhures. E esses seriam o trajeto temático das resistências, que são silenciadas, apagadas e trabalhadas pelo efeito de que todos têm a possibilidade de inclusão e sucesso. Assim, futuras pesquisas poderão surgir com o objetivo de mostrar o discurso da inclusão pelo viés das resistências, ou seja, destacando os casos de sujeitos com deficiência que não estão incluídos na sociedade. Dessa maneira, terá relação com esta pesquisa, como forma de mostrar as múltiplas faces da inclusão, cobrindo os sentidos que a revista *Sentidos* fez silenciar.

O que promove os efeitos de sentidos é a construção discursiva dos enunciados, que passa pelo controle e seleção para atingir a determinadas formas de ver e dizer os objetos discursivizados. Além disso, essas imprecisões de práticas discursivas para com o corpo com deficiência marcam os deslocamentos que se instauram na História. Não há homogeneidade, nem uniformidade de tratamento. Da exclusão à inclusão, as práticas coexistem como forma de mostrar a segregação social inerente e própria da sociedade. Porém não estamos defendendo que isso seja o ideal, mas que as relações de poder-saber não dão conta dos movimentos de resistência.

Em todas as épocas, as transformações sobre o corpo sofreram pressões das relações de poder, mas principalmente foram sentidas nos movimentos de resistência. É por isso, que em plena era da inclusão no século XXI, com tantos discursos em forma de lei, que fazem um paralelo entre os saberes, jurídico, médico e religioso, numa mescla de

interdiscursos que circulam em diferentes esferas, é possível perceber que a inclusão não se efetiva em sua totalidade.

Entretanto, a prática discursiva que analisamos camufla essa realidade em uma visão metonímica, em forma de dizeres que constrói o sentido pela necessidade de espetacularizar a inclusão, ligada ao sucesso que garante a fórmula da felicidade. A pedagogia do sorriso imperou na construção do sentido. Isso foi constatado em todas as análises, mas principalmente no efeito manual que perpassa as páginas da revista. A instrução foi dada, seja por meio da voz de especialistas, seja pela voz dos próprios sujeitos com deficiência, que promovem a escrita de si como receita para viver melhor e mais feliz.

Nesse lócus discursivo, as relações de poder gritam a discursividade. Legitimam, seja através do poder disciplinar, ou ligadas às várias estratégias de biopolítica, como o poder sobre a vida age no discurso da inclusão, promovendo os modos de subjetivação. Assim, nas palavras de Prado Filho (2006), o biopoder e as técnicas de governo são formas positivas e produtivas de exercício de poder que investem os corpos e condutas individuais, além dos corpos e condutas coletivas. A vida é o grande alvo destas duas tecnologias de poder.

Dessa maneira, a revista *Sentidos*, como produção midiática, enuncia uma forma de inclusão, oculta outras possibilidades, mas aparece para dizer e defender uma posição de algo que está na sociedade. Um discurso que sofre as pressões dos acontecimentos da história e da memória, na constituição do presente.

Os efeitos de sentidos produzidos nesse discurso mostram sentidos possíveis, cumprindo um papel de revelar quem é o sujeito com deficiência que está singularizado nas páginas da revista, mesmo que para isso silencie outros dizeres. Porém, essa é a função da mídia, construir a história do presente ligada a acontecimentos que promovem a sociedade do espetáculo, do visível e do controle, como um pano de fundo para as evidências cotidianas.

Por isso, é pertinente acrescentar que a mídia, em especial a revista *Sentidos*, espetaculariza o corpo com deficiência, pela ordem do discurso da diferença, que o fez sair da historicidade de anormal. Entretanto, outros corpos são construídos nas diferentes esferas midiáticas, que poderiam ser considerados anormais, pois a norma socialmente aceita não cobre a totalidade dos sujeitos, dando espaço para outros corpos “anormais”. O corpo se fabrica e se transforma pelas possibilidades de linguagens, gestos, costumes, recursos tecnológicos e naturais.

Porém são aceitos pela valorização da diferença, protegidos pelo discurso do politicamente correto que entra na cena pública social. Por isso “ser diferente é normal”

fomenta outra discussão que ajuda a criar subjetividades desviantes, na qual a diferença sempre vai existir, ressaltando que “ser normal é diferente”. Isto é, não há norma, pois ela sempre poderá ser outra. A normalização é um ideal que não tem espaço na heterogeneidade de corpos que circulam na sociedade.

Fechamos, aqui, esta discussão, que não se encerram nestas páginas, elas ficam entreabertas para novos olhares e outros sentidos possíveis... Muito foi dito e muito ainda se precisa dizer, pois o discurso da inclusão social do sujeito com deficiência abre um amplo leque de possibilidades analíticas em diferentes materialidades.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. 1ª reimpressão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

AGOSTINHO, Santo. **A Cidade de Deus**. 7ª ed. Trad. Oscar Paes Lemes. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

AMARAL, Lígia Assumpção. **Corpo desviante/olhar perplexo**. Psicologia USP, São Paulo 5 (1/2) jan. dez. 1994, p. 245-268. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br> Acesso em janeiro de 2012.

ARISTÓTELES. **A Política**. Rio de Janeiro: Edições de Ouro. 1965.

BARTALOTTI, Celina Camargo. **Inclusão social das pessoas com deficiência: utopia ou possibilidade?** São Paulo: Paulus, 2006.

BAUMAN, Zigmund. **Amor líquido**. Sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004

BÍBLIA SAGRADA. Versão Pastoral Cristã. Trad. Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Editora Paulus, 1990.

BRASIL. **LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.toledo.pr.gov.br/escola/normabelotto/doc> Acesso em: 10 Nov. 2011.

BRASIL. **Relatório de Atividades: Ano Internacional das Pessoas Deficientes**. Comissão Nacional. Brasília DF, 1981. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download> Acesso em: 10 jan. 2012.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao Acesso em: 10 Nov. 2012.

BRASIL. **Lei Nº 8.112**, de 11 de dezembro de 1990, Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis Acesso em: 10 Nov. 2012.

BRASIL. **Lei Nº 8.213**, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos e benefícios da Previdência social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis Acesso em: 10 Nov. 2012.

BRETON, David Le. **A sociologia do corpo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BRUNELLI, Ana Flora. **Aforização no discurso de autoajuda**. Revista do GEL, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 125-137, 2011. Disponível em: <http://www.gel.org.br> Acesso em: maio de 2012

CANDIOTTO, Cesar. **A governamentalidade política no pensamento de Foucault**. Revista Filosofia Unisinos 11(1):33-43, jan/abr 2010. Disponível em <http://www.revistafilosofia.unisinos.br> Acesso em 15 maio 2011

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

CORACINI, Maria José. Identidades múltiplas e sociedade do espetáculo: impacto das novas tecnologias. In: CORACINI, M. J.; GRIGOLETTO, M. (org) Práticas identitárias: língua e discurso. São Carlos: Claraluz, 2006.

COSTA, Palmira fontes da. Sobre monstros e prodígios. In: **Arte médica e imagem do corpo: de Hipócrates ao final do século XVIII**. (org) Biblioteca Nacional de Portugal Coord. Adelino Cardoso, António Braz de Oliveiras, Manuel Silvério. Lisboa, BNP, 2010.

COURTINE, Jean Jacques. O chapéu de Clémentis : observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (Org.). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

COURTINE, J.; VIGARELLO, G. Identificar traços, indícios, suspeitas. In: CORBIN, A.; COURTINE, J.; VIGARELLO, G. (Orgs.). **A História do corpo: as mutações do olhar**. Petrópolis: Vozes, 2006. v. 3, p. 341-361.

COURTINE, Jean-Jacques. O espelho da alma. In: CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G. (Orgs.). **A História do corpo: Da renascença às Luzes**. Petrópolis: Vozes, 2009a. v. 1, p. 401-410.

COURTINE, Jean-Jacques. O corpo inumano. In: CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G. (Orgs.). **A História do corpo: Da renascença às Luzes**. Petrópolis: Vozes, 2009b. v. 1, p. 487-503.

COURTINE, Jean-Jacques. Discursos sólidos, discursos líquidos: a mutação das discursividades contemporâneas. In: SARGENTINI, V e GREGOLIN, M. R. (org) **Análise do Discurso: heranças, métodos e objetos**. São Carlos: Clara Luz, 2008.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

DREYFUS, Hubert.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

DUARTE, André de Macedo. Biopolítica e resistência: o legado de Michel Foucault. In: RAGO, Margareth e VEIGA-NETO, ALFREDO (org). **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008a.

DUARTE, André de Macedo. **De Michel Foucault a Giorgio Agamben: a trajetória do conceito de biopolítica**. 2008b. p. 1 – 22 Disponível em: http://works.bepress.com/andre_duarte/17 Acesso em: 20 março 2011.

DUTRA, Isadora. Monstros, gigantes e índios no novo mundo. Eletras, vol. 20, n.20, jul. 2010 Disponível em: www.utp.br/eletras Acesso em: 15 jan. 2012.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. O quadro atual da análise do discurso no Brasil: um breve preâmbulo. In: INDURSKY, F., FERREIRA, M. C. L. **Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Claraluz, 2005.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Análise do Discurso no Brasil: notas à sua história. In: FERNANDES, C. A., SANTOS, J. B. C. **Percorso da análise do discurso no Brasil**. São Carlos: Claraluz, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau editora, 2003.

- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FOUCAULT, Michel. Poder e saber. In: **Ditos e Escritos IV**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a.
- FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In: **Ditos e Escritos IV**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b.
- FOUCAULT, Michel. Diálogos sobre o poder. In: **Ditos e Escritos IV**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006c.
- FOUCAULT, Michel. A evolução da Noção de “Indivíduo Perigoso”. In: **Ditos e Escritos V**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006d.
- FOUCAULT, Michel. Outros espaços. In: **Ditos e Escritos III**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006e.
- FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: **Ditos e Escritos V**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006f.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007a.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 9 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007b
- FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. In: **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007c.
- FOUCAULT, Michel. Nietzsche: a genealogia e a história. In: **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007d.
- FOUCAULT, Michel. Soberania e disciplina. In: **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007e.
- FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins fontes, 2008a.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins fontes, 2008b.
- FOUCAULT, Michel. **História da loucura**: na Idade Clássica. São Paulo: Perspectiva, 2010a.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010b.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade do saber. Vol. 1. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010c.
- FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2010d.
- FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert. e RABINOW, Paul. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010e. p. 273-283.

FOUCAULT, M. Sobre a genealogia da ética: uma revisão do trabalho. In: RABINOW, P.; RABINOW, H. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010f. p. 296-314.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2010g.

GADELHA, Silvio. **Biopolítica, governamentalidade e educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

GALLO, Sílvio. Uma apresentação: diferença e educação; governo e resistência. In: LOPES, Maura Corcini e HATTGE, Morgana Domênica. (orgs). **Inclusão escolar: conjunto de práticas que governam**. Belo Horizonte: autêntica, 2009.

GÉLIS, J. O corpo, a igreja, e o sagrado. In: CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G. (Org.). **A História do corpo: Da renascença às Luzes**. Petrópolis: Vozes, 2009 v. 1

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do Discurso: os sentidos e suas movências. In: GREGOLIN, M. R. V.; CRUVINEL, M. F.; KHALIL, M. G. (Org.). **Análise do Discurso: entornos do sentido**. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2001.

GREGOLIN, Maria do Rosário. O acontecimento discursivo na mídia: metáfora de uma breve história do tempo. In: GREGOLIN, M. R. **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na construção da Análise do Discurso: diálogos e duelos**. São Carlos: Claraluz, 2004.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Formação discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido: mídia e produção de identidades. In: BARONAS, R. L. **Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007a.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Análise do Discurso e mídia: a reprodução das identidades**. Revista Comunicação, Mídia e Consumo, São Paulo, Vol. 4, No11 2007b.

GREGOLIN, Maria do Rosário. J.-J Courtine e as metamorfoses da Análise do Discurso: novos objetos, novos olhares. In: SARGENTINI, V e GREGOLIN, M. R. (org) **Análise do Discurso: heranças, métodos e objetos**. São Carlos: Claraluz, 2008.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do Discurso e Semiologia: enfrentando discursividades contemporâneas. In: SARGENTINI, V; PIOVEZANI, C; CURCINO, L. (Orgs.) **Discurso, Semiologia e História**. São Carlos: Claraluz, 2011.

GUGEL, Maria Aparecida. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade**. 2008. Disponível em: <http://www.ampid.org.br/Artigos.php> Acesso em: 20 ago. 2011.

GUILHAUMOU, Jacques. **Genealogias políticas dos tempos modernos: o monstro e o todo social**. 7 ed. Abril de 2009. Disponível em: <http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/07> Acesso em: 15 jan. 2012.

HUGO, Victor-Marie. **Do grotesco e do sublime**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

HUGO, Victor-Marie. **O corcunda de Notre-Dame**. São Paulo: Três, 1973.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. - Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. 443p. : il. 28X24 cm.

LANCILOTTI, Samira Saad Pulchério. **Deficiência e trabalho**: redimensionando o singular no contexto universal. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

LANGE. Fernanda. **Monster**. Associação Educacional Luterana Bom Jesus/IELUSC. Monografia. Joinville. SC, 2008. Disponível em: www.bocc.ubi.pt/pag/lange-fernanda-monstro.pdf Acesso em: fevereiro de 2012.

LEITE JÚNIOR, Jorge. **O que é um monstro?**. Revista Eletrônica de Jornalismo Científico. Outubro de 2007. Disponível em: <http://www.comciencia.br> Acesso em: 15 fev. 2012.

LEMONS. Douglas. **Deficiência e exclusão social**: Uma contribuição à inclusão sócio-jurídica dos portadores de necessidades especiais. Universidade do Vale do Itajaí, Centro de Ciências Jurídicas, Políticas e Sociais. Monografia. Itajaí (SC), 2009. Disponível em: <http://siaibib01.univali.br/pdf/Douglas%20Lemos.pdf> Acesso em: 20 junho 2011.

LOBO, Lilian Ferreira. **Os infames da história**: pobres, escravos e deficientes no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

MACHADO et al. **Danação da norma**: a medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do Discurso**: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Campinas: Pontes, 2003.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.

MELNIKOFF, Elaine Almeida Aires. **Construção histórico-cultural da deficiência e os aspectos atuais de inclusão**. Publicado em 24 de fevereiro de 2011. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/a-construcao-historico-cultural-da-deficiencia-e-os-aspectos-atuais-de-inclusao> Acesso em: 20 março 2012.

MILANEZ, Nilton. A disciplinaridade dos corpos: o sentido em revista. In SARGENTINI, V; NAVARRO-BARBOSA (Org), P. M. **Foucault e os domínios da linguagem**: Discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz, 2004.

MILANEZ Nilton. **As aventuras do corpo**: dos modos de subjetivação às memórias de si em revista impressa. (Tese de Doutorado) Pós-graduação em Lingüística e Língua Portuguesa, da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2006.

MILANEZ Nilton. Corpo, depilação masculina e memória: acerca do sujeito e seus sentimentos de identidade. In TASSO, I. (Org) **Estudos do texto e do discurso**: interfaces entre língua (gens), Identidades e memória. São Carlos: Claraluz, 2008.

MILANEZ, Nilton. Corpo cheiroso, corpo gostoso: unidades corporais do sujeito no discurso. Acta Scientiarum. Language and Culture Maringá, v. 31, n. 2, p. 215-222, 2009. Disponível em: periodicos.uem.br Acesso em: 30 nov. 2012.

MILANEZ, Nilton. Materialidades da paixão: sentidos para uma semiologia do corpo. In: SARGENTINI, V; PIOVEZANI, C; CURCINO, L. (Orgs.) **Discurso, Semiologia e História**. São Carlos: Claraluz, 2011.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. **História, deficiência e educação especial**. Campinas, 2004. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista> Acesso em: 15 jun. 2011.

MORI, Nerli Nonato Ribeiro. **O corcunda de Notre-Dame**: grotesco, sublime e deficiência na Idade Média. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.34, p.199-210, jun. 2009 - ISSN: 1676-2584 Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br> Acesso em: 10 março 2012.

NASCIMENTO, Maria Eliza Freitas do. **Sentido, memória e identidade no discurso poético de Patativa do Assaré**. Recife: Bagaço, 2010.

NAVARRO-BARBOSA, Pedro Luis Navarro. O papel da imagem e da memória na escrita jornalística da história do tempo presente. In: GREGOLIN, M. R. V. (Org.). **Discurso e mídia**: a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003.

NAVARRO-BARBOSA, Pedro Luis. O acontecimento discursivo e a construção da identidade na história. In: SARGENTINI, V. NAVARRO-BARBOSA, P. **Foucault e os domínios da linguagem**: discurso, poder e subjetividade. São Paulo: Clara Luz, 2004.

PRADO-FILHO, Kleber. Michel Foucault: uma história da governamentalidade. Rio de Janeiro: Insular, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução 37/52**, de 3 de dezembro de 1982. Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência - Disponível em: <http://www.cedipod.org.br/w6pam.htm> Acesso em: 10 fev. 2013. Esta Resolução consta no documento A/37/51, Documentos Oficiais da Assembléia Geral, trigésimo sétimo período de sessões, Suplemento nº 51.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh Acesso em: 08 out. 2012.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Convenção 159. Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes. Organização Internacional do Trabalho – OIT. (1983). Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br> Acesso em: 10 fev. 2013.

PAVEAU, Marie-Anne; SARFATI, Georges-Élia. **As Grandes teorias da lingüística**: da gramática comparada à pragmática. São Carlos: Claraluz, 2006.

PRADO-FILHO, Kleber. Uma genealogia das práticas de confissão no Ocidente. In: RAGO, Margareth e VEIGA-NETO, ALFREDO (org). **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 2006.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, P. *et al*. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, Michel. **Análise Automática do Discurso (AAD-69)**. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997a.

PÊCHEUX, Michel. **A Análise de Discurso: três épocas**. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997b.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997c.

PELBART, Peter Pál. **Vida capital: ensaios de biopolítica**. São Paulo: Iluminuras, 2003.

PLATT, Adreana Dulcina. **Uma Contribuição histórico-filosófica para a análise do conceito de deficiência**. Revista Ponto de Vista. **Revista de Educação e Processos Inclusivos, Florianópolis, SC, Brasil - eISSN 2175-8050** 7 1 v.1 julho/dezembro de 1999. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php> Acesso em: fevereiro de 2012.

PLATÃO. **A República**. 3 ed. Belém: EDUFPA, 2000

RAGO, Margareth. O corpo singular. In: STREY, M. N. CABEDA, S. T. L. (orgs). **Corpos e subjetividades em exercício interdisciplinar**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Clara Luz, 2005.

REVISTA SENTIDOS. Editora Escala. Ano VIII, Edição Nº 55, 2009.

REVISTA SENTIDOS. Editora Escala. Ano IX, Edição Nº 59, 2010.

REVISTA SENTIDOS. Editora Escala. Ano X, Edição Nº 60, 2011.

REVISTA SENTIDOS. Editora Escala. Ano X, Edição Nº 62, 2011.

REVISTA SENTIDOS. Editora Escala. Ano X, Edição Nº 63, 2011.

REVISTA SENTIDOS. Editora Escala. Ano XI, Edição Nº 68, 2012.

REVISTA SENTIDOS. Editora Escala. Ano XI, Edição Nº 69, 2012.

REVISTA SENTIDOS. Editora Escala. Ano XI, Edição Nº 71, 2012.

RISCAL, Sandra Aparecida. **O conceito de soberania em Jean Bodin: um estudo do desenvolvimento das idéias de administração pública, governo e estado no século XVI**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, junho 2001.

ROOS, Ana Paula. Sobre a (in)governamentalidade da diferença. In: LOPES, Maura Corcini e HATTGE, Morgana Domênica. (orgs). **Inclusão escolar: conjunto de práticas que governam**. Belo Horizonte: autêntica, 2009.

ROSSEAU. Jean-Jacques. **Tratado sobre a economia política**. Disponível em: <http://www.4shared.com/office/J66FqtBQ/tratado> Acesso em: 15 jul 2011.

ROSSEAU. Jean-Jacques. **Do contrato social**. São Paulo: Martin Claret, 2010.

SANTOS, Antonio Genário Pinheiro dos. **O espetáculo de imagens na ordem do discurso: a política americana nas lentes da mídia**. Brasília: Editora Kiron, 2012.

SANTOS, Máximo de Jesus dos. **Campanha da Fraternidade 2006: Fraternidade e Pessoas com Deficiência**. Jornal Pequeno, edição 21,828, março de 2006. Disponível em: <http://www.jornalpequeno.com.br/2006/3/12/Pagina30295.htm> Acesso em julho de 2012.

SARGENTINI, Vanice; PIOVEZANI, Carlos. Legados de Michel Pêcheux e paradoxos da Análise do Discurso no Brasil. In: SARGENTINI, Vanice; PIOVEZANI, Carlos. **Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso**. São Paulo: contexto, 2011a.

SARGENTINI, Vanice. Contribuições da Semiologia Histórica à Análise do Discurso. In: SARGENTINI, V; PIOVEZANI, C; CURCINO, L. (Orgs.) **Discurso, Semiologia e História**. São Carlos: Claraluz, 2011b.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. 5.ed. Rio de Janeiro: WVA, 2002.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Como chamar as pessoas que têm deficiência. In: **Vida independente; História, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos**. São Paulo: RNR, 2003, p. 12-16.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 25. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.

SILVA, Francisco Paulo da. Articulações entre poder e discurso em Michel Foucault. In: SARGENTINI, V. NAVARRO-BARBOSA, P. **Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder e subjetividade**. São Paulo: Clara Luz, 2004.

SIQUEIRA, Dayene Pereira; SIQUEIRA, Dirceu Pereira. **Educação, inclusão e pessoa com deficiência visual na educação básica: Um paradoxo necessário**. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIII, n. 73, fev 2010. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index> Acesso em: 10 fev. 2013.

SKLIAR, Carlos. **A invenção e a exclusão da alteridade “deficiente” a partir dos significados da normalidade**. Educação e Realidade. Porto Alegre. v.24 n.2 jul/dez. 1999.

SOARES, Paulo Roberto de Núñez. **Os monstros na cultura medieval**. *Revista Signum*, 2011, vol. 12, n. 2. Universidade de Brasília. Disponível em: www.revistasignum.com/signum/ Acesso em: março de 2012.

SOUZA, Maria Regina de; GALLO, Silvio. **Por que matamos o barbeiro?** reflexões preliminares sobre a paradoxal exclusão do outro. Educação & Sociedade, ano XXIII, no 79, Agosto/2002. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10848.pdf> Acesso em: 20 junho de 2012.

SCHEUERMANN, Teresinha Helena. A inclusão do deficiente físico no mercado de trabalho. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XV, n. 99, abr 2012. Disponível em: http://ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura. Acesso em: 25 jul 2012.

SCHEWINSKY, Sandra Regina. A Barbárie do preconceito contra o deficiente – todos somos vítimas. In *Revista Eletrônica Acta Fisiátrica* 2004; 11(1). Disponível em: <http://www.actafisiatrica.org.br/v1%5Ccontrole/secure>. Acesso em: 17 abr. 2011.

THOMA, Adriana da Silva. Entre normais e anormais: invenções que tecem inclusões e exclusões das alteridades deficientes. In: PELLANDA, N. M. C.; SCHLÜNZEN, E.; SCHLÜNZEN, K. (Orgs.). **Inclusão digital: tecendo redes afetivas/cognitivas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

VEIGA-NETO, Alfredo. Dominação, violência, poder e educação escolar em tempos de império. In: RAGO, Margareth e VEIGA-NETO, ALFREDO (org). **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

VEIGA-NETO, A. Coisas do governo... In: RAGO, M.; ORLANDI, L.; VEIGA-NETO, A. (Org.). **Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 13-34.

VEIGA-NETO, Alfredo. LOPES, Maura Corcini. **Inclusão e governamentalidade** In: *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 947-963, out. 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em: 20 set. 2012.

ANEXOS
